

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFH)
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

GISELLI VENTURA DE JESUS

**DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO DISTRITO DE SANTO
ANTÔNIO DE LISBOA (Florianópolis/ SC): PASSADO E
PRESENTE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia. Na área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano.
Orientador: Prof. Dr. José Messias Bastos

Florianópolis

2011

GISELLI VENTURA DE JESUS

**DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO DISTRITO DE SANTO
ANTÔNIO DE LISBOA (Florianópolis/ SC): PASSADO E
PRESENTE**

Esta Dissertação foi julgada para a obtenção do Título de Mestrado, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Federal de Santa Catarina na área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano.

Florianópolis, 11 de março de
2011.

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

J58f Jesus, Giselli Ventura de
Formação socioespacial do distrito de Santo Antônio de
Lisboa (Florianópolis/SC) [dissertação] : passado e presente /
Giselli Ventura de Jesus ; orientador, José Messias Bastos. -
Florianópolis, SC, 2011.

166 p.: il., grafs., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de
Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Solo urbano - Uso - Planejamento - Santo
Antonio de Lisboa (Ilha de Santa Catarina, SC). 3.
Produtividade agrícola - Santo Antonio de Lisboa (Ilha de
Santa Catarina, SC) - Aspectos econômicos. 4. Santo Antonio de
Lisboa (Ilha de Santa Catarina, SC). I. Bastos, Jose Messias.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

**Formação e Dinâmica Sócio Espacial do Distrito de
Santo Antonio de Lisboa (Florianópolis/SC).**

Giselli Ventura de Jesus

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua
forma final para obtenção do título de

MESTRE EM GEOGRAFIA

**Área de concentração: Desenvolvimento
Regional e Urbano**


Banca Examinadora


Dr. José Messias Bastos- Orientador e Presidente –
GCN/UFSC

Dr. Nazareno José de Campos –GCN/UFSC


Dra. Raquel Ma. F. do A. Pereira – UFSC/UNIVALI

Dr. Fábio Napoleão – UDESC


Prof^a. Dr^a. Magaly Mendonça
Coordenadora do PPGG/UFSC

Florianópolis, 11 de março de 2011

À minha mãe e à minha avó,
os dois grandes alicerces da
minha vida.

Também ao Lucas, que fez e
faz parte de boa parte da
minha trajetória.

AGRADECIMENTO

Cada um que passa em nossa vida passa sozinho, pois cada pessoa é única, e nenhuma substitui a outra. Cada um que passa em nossa vida passa sozinho, mas, quando parte, nunca vai só nem nos deixa a sós. Leva um pouco de nós, deixa um pouco de si mesmo. Há os que levam muito, mas há os que não levam nada.

Khalil Gibran

Este trabalho não seria possível sem a semente que cada um deixou. Muitos se tornaram companheiros, amigos; outros, apenas colegas.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, principalmente minha mãe e minha irmã, que estiveram sempre ao meu lado. Deixo também aqui registrado o carinho especial por minha avó materna (em memória), por sua história de vida e alegria. A saudade que sinto dela é a grande motivação deste trabalho.

Agradeço também ao amigo – e, sobretudo, companheiro – Lucas. Quisera que, algum dia, todos pudessem encontrar alguém como ele em suas vidas. Mesmo que as circunstâncias da vida possam levá-lo para longe, estaremos sempre juntos em pensamento.

Agradeço, ainda, ao meu orientador, José Messias Bastos, pela oportunidade e a confiança depositada. Agradeço-lhe também pelo carinho e o respeito com o meu trabalho.

Não poderia esquecer-me dos professores da UDESC que fizeram parte da minha formação. Penso, sobretudo, naqueles que me motivaram a continuar o meu trabalho de conclusão de Curso. Merecem menção especial os professores Isa, Graciana, Fábio e Ricardo, pelas conversas de incentivo e estímulo.

Expresso aqui minha gratidão aos amigos ameadados ao longo de minha vida e que fazem justiça ao sentido lato da palavra amizade: minha amiga Heloisa, Maycon, Boni, e Carline.

À CAPES, pelo auxílio financeiro pago ao longo de um ano, o que me permitiu fazer uma pesquisa mais detalhada em órgãos públicos.

Aos colegas de turma do mestrado de 2008.

À Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, sobretudo na pessoa da colega de trabalho Caroline Margarida, que compreendeu, em muitos momentos, a minha ausência, decorrente da dissertação. Um agradecimento também aos colegas Rocha e Irineu.

Deixo aqui meu reconhecimento a diversos órgãos de Estado, principalmente a alguns de seus funcionários, que, além de fornecerem material para a pesquisa da dissertação, trataram-me com respeito e atenção. Agradeço, assim, ao IPUF (Maria e César), ao IPHAN (Célia), ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Neusa), ao Arquivo Histórico do Município de Florianópolis (Érico Hélio dos Santos), ao IHGSC (Patrícia Régis da Silva, ao Ministério do Trabalho (Paulo Marcondes), ao Ministério da Pesca e Aquicultura (Daniela Mirandola e Cezer Luiz), à EPAGRI e ao CEDAP (Robson Ventura e Sérgio).

Aos entrevistados, a minha gratidão pelos muitos esclarecimentos e atenção de cada um deles comigo.

Deixo também registrado o meu agradecimento e carinho ao Fausto, pelas prosas e histórias da Ilha, e por ter me apresentado muitos dos que contribuíram com esta pesquisa.

Agradeço, finalmente, ao meu primo Luciano Pereira, por ter me auxiliado na localização dos condomínios fechados.

RESUMO

A partir da realização de bosquejo histórico, a presente dissertação objetiva analisar o conjunto de transformações socioespaciais processadas na porção territorial correspondente ao atual Distrito de Santo Antonio de Lisboa. Além disso, procura-se entender as conjunturas de surgimento, ascensão e decadência da pequena produção mercantil até a atualidade, quando o uso e a ocupação do solo apresentam uma nova configuração. Para tanto, partimos de uma perspectiva teórica alicerçada na compreensão da inter-relação dos elementos naturais, econômicos, sociais e políticos, o que se viabiliza principalmente por meio da aplicação das noções de “combinações geográficas” (CHOLLEY, 1948) e de formação socioespacial (SANTOS, 2002). Utilizou-se como suporte duas periodizações. A de Bastos (2000), em nível regional, refere-se à pequena produção mercantil, pedra angular da compreensão da área de estudo, em decorrência de sua vigorosa base agrícola minifundiária, que fez com que o distrito de Santo Antônio de Lisboa exercesse um forte papel na cidade. A localidade contava com um porto com Posto de Alfândega, um dos mais modernos sistemas de abastecimento de água da região e comerciantes que atuaram no Centro de Desterro. A segunda periodização é a de Rangel (1981), centrada na dualidade brasileira, que apresenta a relação entre as forças internas brasileiras e o contexto externo (mundial). O primeiro processo de urbanização coincidiu com a primeira dualidade brasileira. É o momento em que surgem os pequenos produtores mercantis submetidos ao capital comercial português. Já no segundo processo de urbanização, inserido no contexto histórico da segunda dualidade, a vinda de imigrantes no século XIX para os Vales Atlânticos resulta na ascensão da pequena produção e no surgimento de novos comerciantes. O terceiro momento, tanto do processo de urbanização como da dualidade brasileira, caracteriza-se pela decadência da pequena produção açoriana, em decorrência das políticas adotadas a partir de 1930, que determinam investimentos em estatais e em infraestrutura. Intensificadas a partir dos anos de 1950, tais políticas acabarão por estimular os moradores locais a sair em busca de seu espaço na cidade. Por fim, na década de 1980, estabelece-se uma nova conjuntura local, com a inserção de novos moradores e uma supervalorização da terra, processo que avança de modo crescente a partir dos anos de 1990 e estende-se até o presente.

Palavras-chave: Distrito de Santo António de Lisboa, Formação Socioespacial, Pequena Produção Mercantil Açoriana.

ABSTRACT

From the historical sketch of achievement, this paper aims to analyze the set of socio-spatial transformations in the processed portion corresponding to the current territorial district of Santo Antonio de Lisboa. In addition, we seek to understand the scenarios of the emergence, rise and decay of small commodity production until today, when the use and occupation of land have a new configuration. To this end, we start from a theoretical perspective grounded in the understanding of the interrelationship of natural elements, economic, social and political, which makes possible mainly through the application of the terms "geographical combinations" (CHOLLEY, 1948) and socio-training (SANTOS, 2002). Was used to support two periodization. The Bastos (2000), at the regional level, refers to small commodity production, the cornerstone of understanding of the study area, due to its strong smallholder agricultural base that made the district of Santo Antonio de Lisboa exert a strong role in the city. The town had a port with Customs Tour, one of the most modern systems of water supply in the region and traders who worked at the Center for Exile. The second is that of periodization Rangel (1981), focusing on the duality of Brazil, which shows the relation between internal forces and the world external environment. The first process of urbanization coincided with the first Brazilian duality. It is the moment they arise small market producers submitted to the commercial capital of Portuguese. In the second process of urbanization, placed second in the historical context of duality, the arrival of immigrants in the nineteenth century to the Valleys Atlantic results in the rise of small production and the emergence of new merchants. The third time, both the process of urbanization as the duality of Brazil, characterized by the decay of the small Azorean production as a result of policies adopted since 1930, which determine state and investments in infrastructure. Intensified from the 1950s, such policies will eventually encourage local residents to leave in search of his room in the city. Finally, in the 1980s, it establishes a new local situation, with the inclusion of new residents and an overvaluation of land, a process that moves increasingly from the 1990s and extends to the present.

Keywords: District of St. Anthony of Lisbon, Socio Training, Small Commercial Production Azores.

LISTA DE FIGURAS

Ilustração 1- Pintura de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio.....	26
Ilustração 2- Igreja de Nossa Senhora das Necessidades.....	27
Ilustração 3- Foto da Igreja de Nossa Senhora das Necessidades.....	27
Ilustração 4- Mapa de hidrografia do Norte da Ilha.....	30
Ilustração 5- Mapa do centro de Nossa Senhora do Desterro (Praça XV de Novembro).....	33
Ilustração 6- Planta do centro histórico de Santo Antônio de Lisboa.....	34
Ilustração 7- Mapa de Mamigonian de Santo Antônio de Lisboa.....	40
Ilustração 8- Produção Agrícola da Freguesia de Santo Antônio.....	44
Ilustração 9- População livre e escravos.....	50
Ilustração 10- População das Freguesias da Ilha de Santa Catarina.....	51
Ilustração 11: Principais ruas comerciais: Rua João Pinto e Conselheiro Mafra.....	47
Ilustração 12- Senhores de escravos na Freguesia de Santo Antônio (1861 a 1872).....	55
Ilustração 13- Atividades da população de Desterro em 1872 (A).....	58
Ilustração 14- Atividades da população de Desterro em 1872 (B).....	61
Ilustração 15- Mapa das Praias do Distrito de Santo Antônio de Lisboa.....	64
Ilustração 16- Primeira rua calçada de Florianópolis.....	66
Ilustração 17- Casarão que hospedou o D.Pedro II.....	67
Ilustração 18- Casarão que hospedou o D.Pedro II ao lado da primeira rua calçada de Florianópolis.....	67

Ilustração 19- Desmembramentos e Projeto de Lei referente ao Distrito de Santo Antônio de Lisboa.....	68
Ilustração 20- Desterro no século XVIII.....	71
Ilustração 21- Estrutura das colônias alemãs e italianas.....	71
Ilustração 22- O Porto e o Posto da Alfândega em Sambaqui.....	75
Ilustração 23- Ponte Hercílio Luz no início do século XX.....	78
Ilustração 24- Meios de transporte existentes na Ilha no início do século XX.....	87
Ilustração 25- Casa da Alfândega.....	88
Ilustração 26- Foto do século XX da Casa da Alfândega.....	89
Ilustração 27- Mapa em que aparece o nome de Rerituba.....	92
Ilustração 28- O comércio no centro de Desterro.....	101
Ilustração 29- Evolução da Produção Aquícola Mundial e Brasileira entre 1990 e 2004.....	109
Ilustração 30- Quadro do Crescimento Relativo da Pecuária e Aqüicultura.....	109
Ilustração 31- Números de Produtores e o Valor da Produção.....	111
Ilustração 32- Áreas aquícolas norte do Distrito de Santo Antônio de Lisboa.....	113
Ilustração 33- Áreas aquícolas sul do Distrito de Santo Antônio de Lisboa.....	113
Ilustração 34- Crescimento do perímetro urbano de Florianópolis.....	126
Ilustração 35- Evolução de Santo Antônio de Lisboa (século XX).....	129
Ilustração 36- Processo de ocupação do Distrito de Santo Antônio de Lisboa.....	130
Ilustração 37- Imagem do relevo de Santo Antônio de Lisboa.....	131
Ilustração 38- Imagem do relevo de Cacupé.....	132

Ilustração	39-	Imagem	do	relevo	de
Sambaqui.....					132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Extensão e Limites das Freguesias da Ilha de Santa Catarina.....	14
Tabela 2- Procedência dos Avôs I (1780-1799).....	36
Tabela 3- Procedência dos Avôs II.....	37
Tabela 4- Procedência dos Avôs III.....	38
Tabela 5- Produção de tecidos de linho e de algodão.....	43
Tabela 6- Gêneros Exportados na Ilha de Santa Catarina-1796.....	44
Tabela 7- Senhores de escravos na Freguesia de Santo Antônio (1861 a 1872).....	55
Tabela 8- A produção dos engenhos de farinha e de outros produtos no Século XVIII.....	65
Tabela 9- Produtos exportados por Desterro.....	73
Tabela 10- Principais Províncias Importadoras de Santa Catarina 1869-70.....	74
Tabela 11- Importação da Província de Santa Catarina.....	74
Tabela 12- Total da população de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio, por ano, de 1841 a 1910.....	79
Tabela 13- Exportação de Peixe Seco na Ilha de Santa Catarina.....	100
Tabela 14- Atividade ou Ocupação Econômica Principal.....	105
Tabela 15- Atividade ou Ocupação Econômica Secundária.....	105
Tabela 16- Com o número de Pescadores no Distrito de Santo Antônio.....	106
Tabela 17- Quantidade de Residências e de Comércio.....	128

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1- OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA

1.1 – Primeira etapa do processo de ocupação do litoral catarinense: a origem da pequena produção mercantil

1.1.2- O processo de ocupação do Distrito de Santo Antônio de Lisboa

1.1.2.1- Santo Antônio de Lisboa

1.1.2.2- Sambaqui

1.1.2.3- Cacupé

1.1.3 - Características da gênese da urbanização de Santo Antônio de Lisboa, Sambaqui e Cacupé

1.1.4- Modo de produção característico da colonização açoriana do litoral catarinense

1.1.5- A presença da população de origem afrodescendente

1.1.6- As consequências da vinda de D.Pedro II para Desterro

1.2- Segunda etapa do processo de ocupação do litoral catarinense: a ascensão da pequena produção mercantil no contexto do capitalismo comercial brasileiro

1.2.1- A diferença da economia e da colonização: açorianos (portuguesa) e alemães/italianos

1.2.2- Investimentos em infraestrutura urbana

CAPÍTULO 2- IMPACTOS DA DECADÊNCIA DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL

2.1- Política econômica a partir da década de 1930

2.1.1- Movimento artístico

2.1.2- Produtos artesanais: renda de bilro e de pesca

2.1.3 - Pesca artesanal

2.1.4- Maricultura

CAPÍTULO 3- A RECENTE EXPANSÃO URBANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS E SEUS REFLEXOS NO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA

3.1- A valorização da terra: expansão dos Condomínios Fechados

3.2- Políticas de Planejamento

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXOS

INTRODUÇÃO

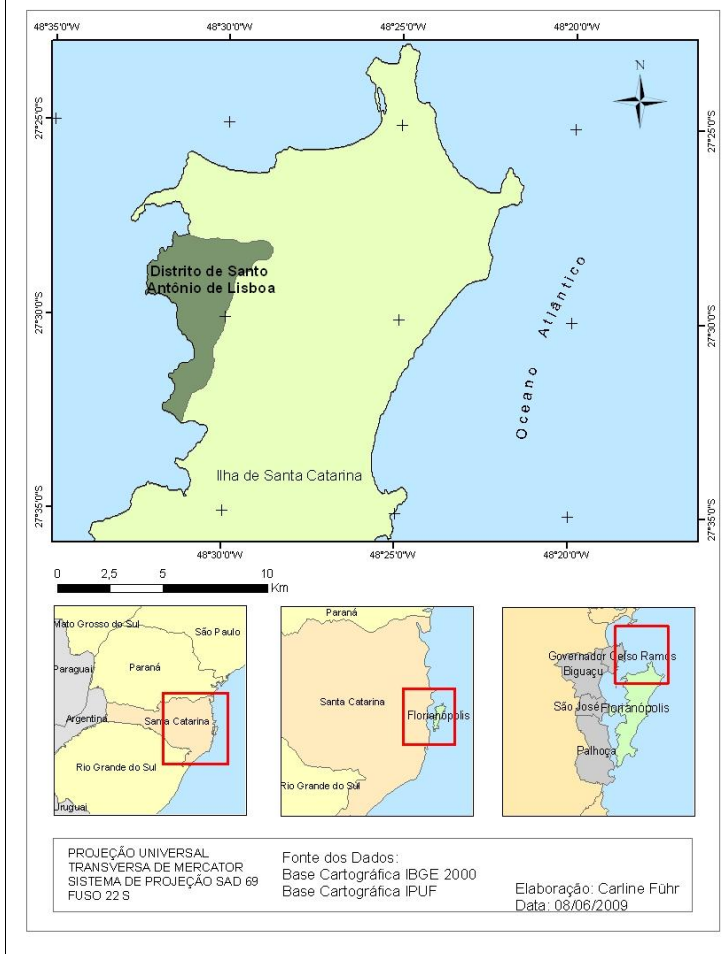
A história de vida e a origem de cada um de nós nem sempre é questionada, porém algumas lembranças se misturam aos sentimentos, como a saudade, e delas vem a força para se compreender muito do que somos hoje. Este trabalho trata dos questionamentos e dúvidas pessoais surgidos ao longo da vida.

Aqueles que escutaram as histórias de tempos distantes, de seus antepassados, e tiveram a oportunidade de instigar ao longo dessas falas repletas de sentimentos, os diversos processos históricos por que passaram e presenciaram os vários descendentes, e foram a cada geração se adaptando ao meio e às estruturas políticas, econômicas e sociais, puderam agregar ainda mais elementos para se montar o grande quebra-cabeça: a história de vida de cada sociedade, e de cada indivíduo.

Essa dissertação surgiu a partir da curiosidade e de questionamentos sobre uma determinada origem, num determinado lugar, o Distrito de Santo Antônio de Lisboa. As especificidades do Distrito, relatadas por muitos descendentes e vários estudiosos, é descrita empiricamente e alicerçada em documentos e estudos regionais.

Desse modo, o presente trabalho tem como foco desvendar os vários processos históricos do Distrito de Santo Antônio de Lisboa (Florianópolis/ SC), considerando suas múltiplas determinações. Tal evolução deve ser compreendida e alicerçada pela formação socioespacial do litoral catarinense.

Mapa de localização do Distrito de Santo Antônio de Lisboa



Norteará a reflexão dialética sobre o passado e o presente a categoria de Formação Socioespacial (SANTOS, 2002), fundamentada na teoria marxista de formação econômico-social¹ (Marx). Recorrer-se-

¹ A categoria de Formação Econômico e Social presta-se a interpretar o desenvolvimento diferencial das sociedades em um dado momento histórico e as relações externas que as impulsionam em direção à mudança. Para SANTOS (1982), a formação social insere-se em um dado contexto histórico, em um determinado espaço, sofrendo as influências tanto mundiais

á, também, à noção de combinações geográficas (CHOLLEY, 1948). Nesse exercício, será considerado, sempre, o modo de produção como uma categoria fundamental para a análise do processo de formação do litoral catarinense, no qual se desenvolveu uma sociedade ligada à pequena produção mercantil açoriana (MAMIGONIAN, 1958).

Na realização do trabalho, serão igualmente utilizados estudos regionais, como de Mamigonian (1958), e particularmente o de Bastos (2000), que contribui no entendimento do processo histórico local, pois o autor ampara-se em mudanças devidas às perspectivas dos processos por que passa o modo de produção ligado à pequena produção mercantil açoriana.

Não só os estudos regionais, mas também os estudos do processo de formação brasileira contribuíram para o aporte teórico da presente dissertação. Será enfatizada também a obra de Ignácio Rangel, que, em sua Teoria da Dualidade de corte marxista, vai descrever de modo inovador as múltiplas determinações e especificidades que a formação econômico-social brasileira apresentou dentro da conjuntura mundial.

O entrelaçamento das ideias propostas por Bastos e Rangel viabiliza-se em função do fato de que, em ambos, prevalece um aporte teórico de orientação marxista.

Tais estudos, em todo caso, oferecem as bases para a interpretação da dinâmica mundial, nacional e local, permitindo explicar as efêmeras mudanças ocorridas em Florianópolis e possibilitando a compreensão da influência que a cidade exerceu na formação socioespacial do Distrito de Santo Antônio de Lisboa.

Dentro desse contexto da formação socioespacial do litoral catarinense, o **primeiro capítulo** da dissertação abordará o processo de ocupação e urbanização do Distrito de Santo Antônio de Lisboa na conjuntura ocorrida no litoral, iniciada através de uma política do governo português e voltada, tanto à expansão de seus limites, quanto à tentativa de tornar rentáveis para a Metrópole as terras ameríndias. Isso se dá principalmente nos séculos XVII e XVIII, quando Portugal passa por uma crise econômica. Nessa política de intervenção estatal portuguesa, destacam-se três momentos: 1) com os vicentistas, no século

como locais de uma sociedade situada no espaço, ou seja, o espaço é fruto das relações sociais. “Daí a categoria de Formação Econômica e Social parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço” (SANTOS, 1982, p.1). Ao se estudar uma dada sociedade, em um determinado espaço, não se pode deixar de considerar as relações com o meio, pois “Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma *Segunda natureza*, como Marx a chamou (SANTOS, 1982, p.1).

XVII, que redundou em fracasso; 2) com os açorianos, no século XVIII, considerado por alguns estudiosos, como Mamigonian (1997) e Silva²(1992), o maior planejamento estatal português no sul do Brasil; 3) a vinda de imigrantes alemães e italianos, no século XIX. Seja como for, só as ocupações do século XVIII e XIX são reconhecidas como processos de colonização e mesmo de urbanização, por resultarem em desenvolvimento das áreas em que os assentamentos aconteceram.

Inserido nessa conjuntura, o Distrito de Santo Antônio de Lisboa sofre influência direta dessa política portuguesa, sobretudo da colonização açoriana vinculada à pequena produção mercantil. Ao se desvendar a gênese da ocupação do litoral de Santa Catarina, é possível encontrar pistas que expliquem a formação da área de estudo em questão.

E para se chegar à origem dessa economia do litoral catarinense, é preciso inseri-la no contexto de múltiplas escalas (mundial, nacional, regional ou mesmo local). Além disso, é necessário fazer relações dialéticas não apenas com o passado e o presente, mas também entre a sociedade e o meio, a fim de abarcar devidamente a formação socioespacial. Há que se considerar, também, a “organização produtiva e espacial” (VIEIRA, 1997), ou seja, o tipo de categoria de produção existente em alguns locais do estado catarinense e do Brasil, o latifúndio agroexportador e, no litoral do Estado, a pequena produção mercantil.

No período colonial, independentemente de a produção advir do latifundiário ou do pequeno produtor, Portugal apenas se interessava em gerar capital mercantil para a metrópole. A ideia era estimular constantemente a produção de produtos na colônia, principalmente de matérias primas.

Para compreender essa formação, volta-se ao período da descoberta do Brasil, no século XVI, momento em que a Europa, principalmente Portugal, passava por uma fase dialética, entre o velho modo de produção feudal e o surgimento do modo capitalista. Afinal, “nas fendas do feudalismo começam a surgir às novas relações de produção que gerarão o capitalismo” (PEREIRA, 1998, p.87). E vai ser

² “Concretizava-se, desta maneira, a realização do projeto político para ocupação do litoral catarinense, onde se associou o caráter político-militar ao caráter sócio-econômico: uma pequena produção mercantil assegurou a posse efetiva da terra, colocando-se como possibilidade para compor parte da força de trabalho no interior da manufatura baleeira. Esta, por sua vez, valia-se de um modo de produção escravista e tinha por finalidade alimentar o Estado e os capitais mercantis portugueses. Assegurada a posse, a militarização e a produção, estava também garantindo o acesso ao Prata” (SILVA, 1992, p.39).

ainda em seu estágio inicial, “o capitalismo mercantil – que imprimia ao sistema o prodígio dinamismo” (RANGEL, 1981, p. 5), a economia da metrópole (pré-capitalista), que dentro do sistema feudal dava indícios do desenvolvimento, internamente, do sistema capitalista. Tal dialética se apresenta nas

Formações econômico-sociais européias, levando a suas últimas conseqüências uma tendência generalizada em toda a sociedade feudal, acabaram por desenvolver relações extremamente feudais- já que feudal era o universo no qual tinham que mover-se- e internamente capitalistas, o típico capitalismo mercantil, isto é, pré-industrial da época (RANGEL, 1986, p. 84).

No que concerne à discussão sobre a gênese da formação socioeconômica brasileira, destaca-se a opinião de alguns teóricos sobre o fato de a colônia brasileira ter em sua formação características feudais ou capitalistas, sendo alvo de algumas divergências. Essa discussão histórica do feudalismo para o capitalismo surge anteriormente “entre 1950 e 1953 na revista *Science and society*. Iniciou-se com uma crítica de Paul M. Sweezy [...] ao livro de Maurice Dobb” (SANTIAGO, 2003, p.50), ao discutirem a passagem desses dois modos de produção. O principal foco de debate será o “ponto específico da polêmica Dobb-Sweezy- que tem como base o papel do comércio e do capital comercial na sociedade feudal- e, consequentemente, sobre o papel e caráter das cidades” (SANTIAGO, 2003, p.56).

Essa discussão entre teóricos internacionais tem reflexos diretos em estudos no Brasil. A dissertação de Vieira (1992) foi fundamental para alicerçar de forma clara e consistente o debate da formação social brasileira dentro desse contexto da discussão da década de 1950, a passagem do feudalismo para o capitalismo, e dos distintos autores que retrataram sua opinião diante de uma discussão mundial iniciada por Sweezy e Dobb.

Alguns seguem a linha de Sweezy, ligada ao **circulacionismo**, como é o caso de Caio Prado Junior, que também tem como referência Simonsen. Caio Prado considera a formação brasileira dentro dos moldes pré-capitalistas, negando a existência do feudalismo, o que fica explícito em seu trabalho “Formação do Brasil Contemporâneo” vinculando características capitalistas nas empresas da colonização,

confundindo a de capital comercial, durante o período mercantil, com a ideia de capitalismo.

Simonsen, por exemplo, repudia a do feudalismo colonial e levanta a do capitalismo. Opina que, mesmo em Portugal, à época dos descobrimentos, não existia feudalismo [...] Celso Furtado nega o caráter feudal da colonização (SODRÉ, 1964, p.81).

Há, todavia, estudiosos brasileiros como Ignácio Rangel, que aponta para uma análise distinta da de Caio Prado, tendo como classificação do modelo econômico não uma interpretação vinculada ao processo de circulação do modo de produção, mas o foco do processo de produção. Através do seu trabalho “A Dualidade Brasileira”, Rangel descreve de forma clara dois tipos de força existentes na colônia: a feudal (ligada aos senhores de escravos) e os comerciantes (ligados ao mercantilismo- pré-capitalistas). Nelson Werneck Sodré (1967) é outro estudioso que, como Rangel, é contrário a essa tese baseada no circulacionismo, apontando estudiosos brasileiros que vão ao encontro de Sweezy:

É importante observarmos que a crítica ao circulacionismo já se fazia presente na literatura marxista brasileira, fruto do debate de antes e pós 64. É, por exemplo, através de Sodré que percebemos que a origem dessa interpretação esta também no industrial e economista Roberto Simonsen. (VIEIRA, 1992, p.59)

No caso brasileiro, vai ser Ignácio Rangel quem melhor descreve a situação econômica desse período colonial, através da **Primeira dualidade** brasileira, já que o Brasil como colônia foi anexado como um modo de produção feudal, caracterizado através dos senhores de escravos. Por outro lado, estes não necessitavam do monopólio da terra porque tinham como propriedade a mão-de-obra escrava. Ou seja, da porteira para dentro eram senhores de escravos, já

da porteira para fora eram vassallos do rei³, porque a terra (nua propriedade) pertencia à coroa portuguesa, e quem comercializava a produção eram os comerciantes portugueses das “Companhias das Índias”, tendo o capital comercial o domínio econômico e os senhores de escravos a hegemonia política.

Em um segundo momento, essa configuração política e econômica do Brasil se modifica, pois o **capital comercial** assume a hegemonia política, e os comerciantes latifundiários feudais chamam para si a responsabilidade de alavancar a economia, pois da porteira para dentro obtêm o monopólio da terra, e da porteira para fora se tornam comerciantes podendo comercializar livremente o resultado da produção de suas fazendas.

No caso de Santa Catarina, não havia a predominância de latifundiários no litoral e sim de uma pequena produção mercantil. Assim, a partir no século XIX, com a vinda dos imigrantes alemães, originam-se novos comerciantes na Ilha de Santa Catarina, que a exemplo do Barão de Mauá vão investir na atividade industrial, salientando-se Carl Hoepcke, que implanta em Florianópolis a indústria de prego e de rendas, entre outras.

As relações históricas e geográficas referentes ao contexto do capital comercial se modificam devido a fatores externos e também internos, pois na 1ª Dualidade temos a Independência do Brasil (1808-1822) e a forte influência do capitalismo industrial da Inglaterra.

Com a abertura dos Portos (1808) e o conseqüente aparecimento, dentro do País, de um aparelho de intermediação mercantil distinto do antigo serviço público concedido a uma empresa pela Coroa Portugal (Companhia das Índias Ocidentais), surge um elemento novo a integrar a economia e a sociedade brasileira. Este aparelho ligava-se, assim, uma **segunda dualidade**- uma espécie de ponte, tendo como cabeceiras: dentro do País, o nascente aparelho de comercialização e, lá fora, principalmente na Inglaterra, o mercado presidido pelo capitalismo industrial, também nascente. Essa formação passava a fazer sistema com a

³ “[...] conferem ao Estado, isto é, ao rei, a propriedade (direta e nua) de toda a terra sobre a qual se estenda sua soberania e, por outro lado, que exige que toda terra tenha um titular do seu domínio útil, integrado na classe dominante, inclusive o próprio rei. “Al land is king’s land” e “Nulle terre sans seigneur”” (RANGEL, 1981, p.10).

dualidade preexistente, que passava a ser o “**pólo interno**”, com os seus dois “lados”, o escravista e o feudal [...] Essa segunda dualidade- capitalismo mercantil aqui e capitalismo industrial lá fora, passava a constituir o “**pólo externo**” da *dualidade básica da economia brasileira* (RANGEL, 1981, p.10) (grifo nosso)

A visão de Rangel (1981) e Sodré (1967) está vinculada ao “elemento básico para a classificação de um sistema econômico é o processo produtivo” (PEREIRA, 1998, p. 109). Cabe destacar que:

Em vez de acelerar o desenvolvimento de um novo modo de produção, o capital mercantil tem um caráter reacionário pela pouca consideração pelo sistema de produção e pela ação parasitária sobre a antiga ordem econômica [...] Ao capital comercial não interessa o modo como se produz, pois ele se coloca apenas como um intermediário entre produtores e consumidores e pressiona no sentido de incentivar a que se produza e não de estimular um modo de produzir determinado. Assim sendo, percebe-se que o interesse comercial ou mercantil não é exclusivo do capitalismo. Ele está presente até mesmo na antiguidade (PEREIRA, 1998, p.88).

Justamente por isso, não se pode considerar a circulação⁴ do comércio, e sim os diversos modos de produção (Primitivo, Asiático, Escravista, Feudal, Capitalista), que nada mais são do que um conjunto de forças produtivas com suas respectivas relações de produção. Afinal,

⁴ “Essa ênfase à circulação inaugura o “terceiro mundismo marxista” e encontra-se internacionalmente identificada com a perspectiva defendida por P.Sweezy [...] neste debate o autor, - ao não reconhecer, nem feudalismo e nem capitalismo na fase de transição- esvazia de conteúdo e dinâmica interna na Formação Européia e conseqüentemente a própria categoria de modo de produção. Não podemos esquecer que esta linha interpretativa vai ter seus prolongamentos em P.Baran, Y.Wallerstein, A.Gunder Frank, intelectuais marxistas ianques (assim como P.Sweezy e, e acentuando G.Frank), que tiveram grande influência nas análises sobre o “subdesenvolvimento”” (VIEIRA, 1992, p. 72).

já existia um comércio antes mesmo do capitalismo nas cidades da idade média, por exemplo.

Ao se vincular o foco de estudo dessa dissertação ao capital comercial, percebe-se que era ele o responsável por exercer uma forte pressão e influência diretamente nos produtores do litoral catarinense, sobretudo da Ilha de Santa Catarina, pois os capitais comerciais de Desterro como do Rio de Janeiro centralizavam toda a comercialização, principalmente no século XIX, auge da farinha de mandioca. Como deixou claro Pereira (1998), não havia nenhum interesse por parte deste capital comercial em estimular o modo de se produzir, ou mesmo modernizá-lo, mas apenas manter a relação entre o produtor e o consumidor, sendo esse um dos motivos que mais contribuíram para o atraso das áreas de pequena produção mercantil açoriana.

Por outro lado, é também no início do século XIX, com a vinda dos imigrantes alemães e italianos para os Vales Atlânticos, que se origina uma nova conjuntura econômica, em que a ascensão da pequena produção mercantil se insere no contexto do capitalismo comercial brasileiro. Essa nova leva de imigrantes tem reflexos importantes no litoral catarinense, devido ao capitalismo mercantil interno e ao industrial externo (Rangel). Esses imigrantes do século XIX sob influência da conjuntura externa que ocorria na Europa (a Revolução Industrial), começaram aos poucos a implantar essas indústrias, principalmente no Alto Vale, e no caso de Florianópolis sobressai-se a figura de Carl Hoepck, que destacou-se, não apenas na implantação de indústrias, como também pelo fato de ter sido um comerciante que tanto exportava como importava produtos. Esse novo modo de produção traz fortes consequências ao antigo modo de produção implantado pelos açorianos no litoral, ou seja, a decadência dessa pequena produção.

Cabe destacar que essa pequena produção mercantil açoriana é predominante na área do Distrito de Santo Antônio de Lisboa, onde se concentrava boa parte da pequena produção mercantil açoriana da Ilha e de alguns desses comerciantes de Desterro vinculados ao capital comercial, tendo inclusive as duas principais ruas comerciais da capital o sobrenome de duas famílias importantes: Mafra (Conselheiro Mafra) e Pinto (João Pinto). Fica novamente explícito que, para compreender a conjuntura de todo o seu processo de formação, é fundamental integrar essas relações em diversas escalas, além de interligá-las às relações econômicas políticas e sociais.

O **capítulo 2** do presente trabalho abordará a decadência dessa pequena produção mercantil do litoral catarinense em decorrência de diversas conjunturas, dentre elas as políticas surgidas pós a crise de

1929, que impulsionaram certas atividades, especialmente a indústria de transformação, possibilitando empreender uma peculiar substituição industrial de importações e introduzindo no sistema um elemento novo, de extraordinário dinamismo (RANGEL, p.26, 1981). Decorrente desses fatos as indústrias de bens duráveis começam a ganhar força no Brasil. Santa Catarina, Alto Vale, influenciada pela colonização no século XIX, que já tinha vivenciado a I Revolução Industrial, começa a modernizar o seu modo de produção através da construção de indústrias.

Isso queria dizer que, no esquema da dualidade brasileira, introduzia-se uma mudança de estratégia importância a saber: no pólo externo da dualidade, o capitalismo industrial- antes presente no lado externo,- aparecia agora do lado interno, substituindo aí o capitalismo mercantil. Era a **terceira dualidade** que nascia”(RANGEL, p.26, 1981) (*grifo meu*).

Além do processo de modernização dos modos de produção, as políticas aplicadas na década de 1930 favoreceram esse processo, porém a pequena produção mercantil nessa nova fase perde espaço, e muitos iniciam nas décadas posteriores o processo de êxodo rural. Em Florianópolis, esse processo se intensifica nas décadas de 1950 e 60, com a instalação de várias empresas estatais e o setor administrativo do estado catarinense, levando muitos antigos pescadores e agricultores a buscarem emprego no centro ou mesmo em outros estados como o Rio Grande, Rio de Janeiro e Santos.

Com a decadência dessa pequena produção, o Distrito de Santo Antônio perde a sua fonte principal de sobrevivência, a agricultura, e dos comerciantes ainda existentes muitos vão para o centro de Florianópolis onde se concentram a nova leva de consumidores: os funcionários públicos. Ao mesmo tempo em que vai se modernizando todo o processo de infraestrutura da cidade (como a construção nos anos de 1970 da SC-401 no norte da Ilha), trata-se de substituir o modelo modal de cabotagem pelo rodoviário, e conseqüentemente a cidade começa o seu crescente processo de expansão.

Tais mudanças no final do século XX e inícios do XXI, descritas no **capítulo 3**, mostram as conseqüências dessas expansões na área de estudo em Florianópolis, atualmente um local que é referência gastronômica, e onde se concentram muitos condomínios fechados de alto padrão. Essa nova forma de especulação imobiliária ocorrida em

toda a Ilha faz com que a terra que, antes para a pequena produção mercantil açoriana assumia um “valor de uso”, passe a ter um “valor de troca”. Por isso é fundamental a reflexão sobre toda essa formação do litoral catarinense vinculada à influência interna e externa.

Outro ponto importante, além do fator mencionado até o momento (o modo de produção), refere-se à questão vinculada à formação social brasileira, mais especificamente à do litoral catarinense, pois

trabalhar com as categorias de modo de produção e formação social implica uma abordagem histórico-geográfica em que o modo de produção define a evolução no tempo (história e economia) e a formação social considera a diversidade dos lugares (geografia) (PEREIRA, 1998, p.100).

A teoria da Formação socioespacial (SANTOS, 2002) é capaz de inter-relacionar tanto os aspectos históricos como os econômicos em um dado espaço. E, “A história nada mais é do que a transformação permanente da natureza do homem” escrevia Marx em *The Poverty of Philosophy* (1963, p.147). Poder-se-ia dizer que o mesmo se dá com a história do espaço produtivo” (SANTOS, 2003, p.137). Além disso, as **combinações geográficas** (CHOLLEY, 1948) apontam aspectos naturais e humanos em um dado espaço.

A planície litorânea catarinense apresenta especificidades naturais que influenciaram diretamente a sua ocupação e colonização, bem como o modo de produção vinculado à pequena produção mercantil, e não a de grandes propriedades como o planalto de Lages ou o sertão nordestino.

O ambiente natural teve uma forte intervenção na região. Por isso, não é possível explicar a Formação socioespacial sem entender as relações do meio físico e humano. Mercê do fato de o Distrito dispor de um litoral bem recortado, com baías protegidas do vento sul, viabilizou-se a proteção das embarcações e o acesso através do Rio Ratonas ao interior do Norte da Ilha e a outras localidades. Além disso, a região é privilegiada por ter muitas nascentes com água potável, o que também se explica em função do relevo, que é outro ponto a ser considerado, pois até hoje constitui uma barreira à expansão urbana na região. Atualmente, as encostas dos morros vêm sendo ocupadas por construções que não obedecem à legislação em vigor, comprometendo as inúmeras nascentes de água potável.

A grande questão do trabalho é tentar desvendar o processo de transformação ocorrido no norte da Ilha, ou seja, a abrupta dissolução de uma estrutura baseada na pequena produção mercantil agrícola, pesqueira e artesanal, que, desde o século XVIII, criara inúmeros engenhos, alambiques e mesmo um posto da Alfândega em sua sede. Na primeira metade do século XX, a pequena produção mercantil açoriana entra em decadência, em função da ascensão dos pequenos agricultores dos Vales Atlânticos. Essa ascensão e a decadência são as grandes chaves para compreender a atual configuração do Distrito frente às políticas nacionais, estaduais e sobretudo municipais que vêm sendo implementadas em Florianópolis. Como a especulação imobiliária transformou drasticamente a freguesia e supervalorizou a terra?

Hoje não existe mais a mesma força econômica de outros tempos, em que pese o fato de abrigar um atrativo corredor gastronômico, um reduto do cultivo de ostra e uma série de atividades culturais, muitas delas ressaltando a cultura açoriana. Tudo isso, evidentemente, atrai turistas e favorece a expansão imobiliária de alto padrão ali instalada há algum tempo.

Perceber e analisar essas mudanças ocorridas na área de estudo permite refletir sobre as políticas que poderão vir a beneficiar o Distrito. Como os capitais imobiliários implementarão o uso e ocupação do solo? Enfim, quais as mudanças na organização do espaço desencadeadas pela urbanização moderna? Ao responder a tais questões, podem-se avaliar melhor os projetos a serem aplicados pelo poder público que venham a beneficiar a população dos bairros em estudo, estancando o ímpeto da especulação imobiliária e preservando os recursos naturais existentes.

CAPÍTULO 1- OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA

1.1 – Primeira Etapa do Processo de Ocupação do Litoral Catarinense: a Origem da Pequena Produção Mercantil

O Distrito de Santo Antônio de Lisboa, constituído atualmente pelos bairros de Santo Antônio de Lisboa, Sambaqui, Barra do Sambaqui e Cacupé, ao longo de sua história também conhecido como freguesia de Nossa Senhora das Necessidades, foi um dos primeiros locais a ser ocupado na Ilha de Santa Catarina, tanto por luso- brasileiros (século XVII) quanto por açorianos (século XVIII).

Para compreender e desvendar os processos ocorridos na ocupação do Distrito de Santo Antônio de Lisboa, cabe primeiro conhecer o contexto histórico em que se insere a expansão colonial em meados do século XVIII, época marcada por uma crise na economia da metrópole⁵, além de conflitos territoriais meridionais com a Espanha⁶, tendo as terras Ameríndias como o grande epicentro de disputa. Nessas terras poderiam se esconder grandes riquezas, além de serem um ponto estratégico de abastecimento para os navegadores que rumavam ao Mar del Prata.

Essa primeira política de expansão territorial da colônia portuguesa nas terras Ameríndias, capitaneada pelos vincentistas, “era ainda limitada e fraca, considerando a grande extensão de terras a ser

⁵ Essa crise se deve ao enfraquecimento do “Mercantilismo português”, pois com o aumento da oferta de produtos coloniais gerava uma baixa no preço, o que se deve a concorrência de ingleses, franceses e holandeses, que ao desenvolverem produtos como o açúcar nas Antilhas, promove “a expulsão de portugueses do tráfico negreiro no golfo de Guiné” (SILVA *apud* CARNAXIDE, 1992, p. 28).

⁶ “Se Portugal perde grande parte de seus domínios no Oriente, em sua colônia americana consegue ampliar a área de dominação efetiva, ultrapassando o Meridiano de Tordesilhas” (PEREIRA, 1997, p.96) Através desta política de expansão do território, principalmente após a restauração em 1640, começa a se efetivar a ocupação sul ameríndia, e “os bandeirantes paulistas foram os protagonistas desta colonização e, representando a coroa portuguesa, estando interessados no gado existente na Região Sul, iriam empreender suas conquistas criando várias feitorias na Ilha e no continente” As fundações dos primeiros povoados no litoral catarinense são: “Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco em 1645, por Manoel Lourenço de Andrade, Nossa Senhora do Desterro em 1645, por Francisco Dias Velho, e Santo Antônio dos Anjos de Laguna em 1676, por Domingos de Brito Peixoto (CORREA, 2005, p. 37). “A expansão Territorial levava, em 1680, ao estabelecimento da Colônia de Sacramento frente a Buenos Aires, na embocadura do Prata, entrada para a América espanhola, ponto inicial de uma rota de acesso ao metal nobre nas regiões andinas” (NOVAIS, 1989, p. 49 e 50)

ocupada” (CAMPOS, 1991, p.20). Sua expansão territorial incorporou a Baía de Paranaguá e a Ilha de São Francisco do Sul, porém não obteve muito sucesso na ocupação na Ilha de Santa Catarina, que, após a morte de Francisco Dias Velho, fica um bom tempo abandonada. Em que pese o fato de alguns paulistas nela tentarem se fixar no início do século XVIII, essa situação só se modifica com a chegada dos açorianos.

A segunda tentativa de se ocupar o litoral catarinense vai ocorrer no século XVIII, dentro de uma conjuntura depressiva do comércio português. A política de ocupação do território meridional vai estar dentro, segundo Mamigonian (1997), dos interesses geopolíticos e geoeconômicos. E Caio Prado Jr (1992) deixa explícitas essas duas fases de crise no governo português, bem como a tentativa de ocupação:

A EXTREMIDADE meridional do território que hoje constitui o Brasil permaneceu durante muito tempo fora de sua órbita. Entrará para a história política e administrativa da colônia em fins do século XVII; mas economicamente só começará a contar no período que ora nos ocupa, isto é, segunda metade do século XVIII. Antes disto é apenas um território arduamente disputado por espanhóis e portugueses, de armas na mão, e não terá outra forma de ocupação que não a militar (PRADO JR, 1992, p. 94).

O modo como essas terras foram sendo ocupadas demonstra o processo de organização, desde os primeiros vicentistas até a vinda dos açorianos, tendo em sua estrutura até o presente um sinal da sua história, o que nos remete a uma dialética entre o passado e o presente. A organização espacial revela, não só o processo histórico do distrito de Santo Antônio de Lisboa, como também o tipo de economia que apresentaram ao longo do tempo, além de sua importância local.

As políticas adotadas no início do século XVIII pela metrópole portuguesa na região sul do País, através da imigração dos açorianos, permitem a formulação do processo de formação socioespacial do litoral catarinense, e consequentemente o mesmo processo da área de estudo.

Essa segunda ocupação no século XVIII, vai ser considerada também como o **primeiro processo de urbanização** de Florianópolis, conforme apontado em 1958 por Mamigonian no Atlas Geográfico de Santa Catarina, e periodizado por Bastos (2000), que focalizou as atividades comerciais e a pequena produção mercantil açoriana.

1.1.2- O processo de ocupação do Distrito de Santo Antônio de Lisboa

1.1.2.1- Santo Antônio de Lisboa

A ocupação luso-brasileira em Santo Antônio teve início em 1698⁷, quando o Marquês de Cascaes concedeu sesmaria de duas léguas, compreendidas entre a Lagoa da Conceição e o Rio Ratonos ao Padre Mateus de Leão, um dos primeiros povoadores da localidade, tendo em sua extremidade ao sul como proprietário o herdeiro de Francisco Dias Velho. O padre veio com 20 casais que se estabeleceram, derrubando a mata para a plantação e construção de choupanas.

O sítio entrou a cobrir-se de pequenas palhoças e ranchos, erguidos em meio às primeiras lavouras, desde a Praia Comprida à Ponta do Sambaqui, isto até 1714, data em que chegando a essas plagas o sargento-mor Manuel Manso de Avelar, aí se estabelece aumentando a povoação, cujas terras passaram depois à posse de sua filha D. Clara Manso (VÁRZEA, 1985, p.106).

O nome da localidade foi dado pelos portugueses em homenagem a Santo Antônio de Lisboa que também era chamado de Pádua e de Coimbra. A freguesia, por sua vez, se encontra na parte Norte Ocidental da Ilha de Santa Catarina. Sua vegetação integra a floresta tropical atlântica⁸, presente em todo litoral brasileiro (SOARES, 1991).

A fundação de Santo Antônio de Lisboa se deu a partir de 1714, quando chega à localidade o sargento-mor⁹ Manoel Manso de Avelar¹⁰,

⁷ “Há suposições de que os primeiros habitantes já se radicavam na área por volta de 1698. Mas existem outras opiniões. Apesar do fato de não se saber com certeza quando iniciou o povoamento dessa área, sabe-se que em 1750 já tinha alguma importância na Ilha de Santa Catarina. Pois a Provisão de 27 de abril de 1750 criou a freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio, na área que mais tarde seria conhecida como Santo Antônio de Lisboa” (BARROS, 1979, p. 07).

⁸ “a região é uma bela planície arenosa, muito apta para a cultura da mandioca” (FERREIRA, 1998, p.13).

⁹ “Manoel Manso de Avelar ahi está em 1714, coincidindo com o que se sabe de sua vinda, um anno antes como sargento-mor. A respectiva assignatura é clara, simples, sem as complicações de uso” (REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE SANTA CATARINA, 1918, p.69).

responsável pela construção em Sambaqui do entreposto para funcionamento do comércio marítimo no local. Com a criação do entreposto e devido ao bom crescimento da região, o lugar passa a ser denominado Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades pelo Marquês de Pombal, através da Provisão de 27 de abril de 1750¹¹. Cinco anos depois, eleva sua igreja à matriz paroquial, passando, assim, a ser uma das mais antigas localidades de Desterro (SOARES, 1991). A freguesia era denominada Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio em homenagem à religiosidade e devoção portuguesa, uma característica do tipo de colonização luso-viceintista.

É a partir da criação do entreposto que:

Nos séculos XVIII e XIX, a Freguesia foi centro polarizador da microrregião do norte da Ilha, desfrutando com isso boa situação econômica. Seu primeiro líder político foi o sargento-mor Manuel Manso de Avelar, que de sua casa na Ponta do Sambaqui governava os destinos da vila de Nossa Senhora do Desterro, como uma possessão sua (SOARES, 1991, p.26).

O traçado de uma das mais antigas freguesias de Florianópolis, Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio, reflete o seu tipo de ocupação e sua organização socioespacial sob influência da colonização viceintista e açoriana. As vilas portuguesas que tinham o mar como ponto de referência para o povoado, tendo duas ruas principais paralelas ao mar e entre elas algumas ruas transversais, são registradas na paisagem da freguesia.

Mesmo Desterro não podendo ser chamada de cidade antes do “Decreto Imperial de 24 de fevereiro de 1823” (CORREA, 2005, p.149), em suas formas e traçados, se parece muito com o modelo urbano

¹⁰ “Outro sesmeiro de terras em Santo Antônio de Lisboa foi o sargento-mor Manoel Manso de Avelar, que aportou na Ilha no início do século XVIII e logo impôs a sua liderança. Ele, seu cunhado Salvador de Souza e mais famílias foram os segundos povoadores da Ilha de Santa Catarina, cujas terras foram abandonadas pela família de Dias Velho após o assassinato do fundador pelos piratas em 1689.” (SOARES, 1991, p. 22).

¹¹ A maioria dos autores cita a data de 1750, mas Walter Piazza cita outra data de criação: “Um dos melhores autores, com base em “memória” manuscrita de alta fidedignidade, elabora no início do século XIX, por Manuel Marques Guimarães, apresenta estas datas [...] Nossa Senhora e Santo Antônio, da “Praia Comprida” teve lugar em 1755” (PIAZZA, 1992, p.370)

português das cidades brasileiras, tendo a morfologia do lugar forte influência na constituição da estrutura das freguesias, vilas, e cidades. A vila Nossa Senhora do Desterro, que, depois que passa a ser considerada cidade muda para Desterro, tem bem as características descritas por Teixeira (2010):

As que se desenvolvem junto ao mar situam-se geralmente em terrenos de encosta, mais ou menos acidentados, pendendo para o mar [...] No caso de cidades à beira-mar, esta primeira via estruturante acompanha a curvatura da baía e desenvolve-se a relativamente curta distância da linha de costa (TEXEIRA, 2010, p. 14).

Apesar de ser uma freguesia, Santo Antônio de Lisboa¹² apresenta esses mesmos traços, tendo a parte física uma função importante para o local, visto que o relevo vai influenciar não só na questão estrutural como também econômico e social. O fato de ter uma forte presença do relevo composta por morros apresenta poucas áreas de planícies, o que faz se expandir ao longo da orla marítima. Outra questão que se nota na pintura de Debret são os morros quase sem vegetação, demonstrando novamente as limitações do relevo, havendo a necessidade de se aplicar a atividade agrícola nessas áreas.

¹² Santo Antônio de Lisboa é o modelo da povoação ordenada pelas autoridades portuguesas para a colonização açoriana; sua bela igreja colonial ocupa lugar de destaque e suas ruas, ladeadas por umas 30 casas pouco conservadas, dão-lhe um arranjo quadrangular (MAMIGONIAN, 1958, p.84).

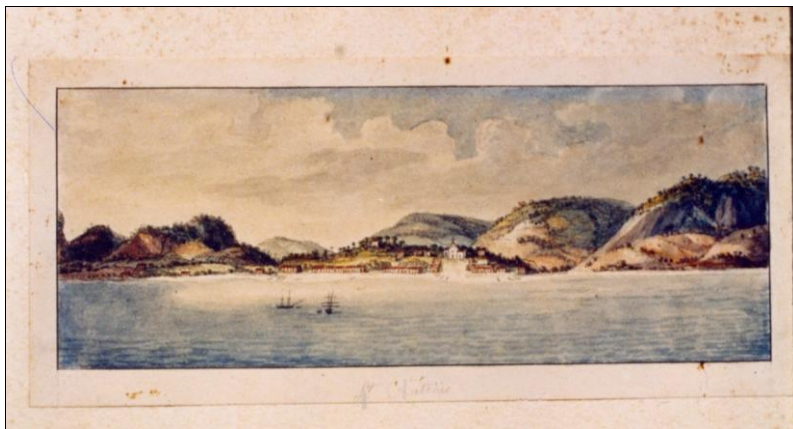


Ilustração 1: Pintura de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio

Fonte: DEBRET, 1989, p.91.

Seguindo a mesma característica das cidades e povoados dessa época, a igreja localizada no ponto mais elevado através de sua fachada branca em contraste com o verde e a praça em frente a ela retrata uma outra forma do tipo de influência na configuração e na organização espacial da freguesia de Santo Antônio de Lisboa. A freguesia tem a igreja e o porto como os dois elementos importantes para a formação do seu traçado. A **Ilustração 1** de Debret, de Santo Antônio de Lisboa, representa o modelo de muitas freguesias tradicionais que iam se estabelecendo ao longo do litoral catarinense.

A Igreja de Nossa Senhora das Necessidades “constitui um significativo acervo do estilo barroco brasileiro, principalmente pela vinda dos portugueses, possui uma fachada simples e um interior rico em elementos plásticos e arquitetônicos [...], seu valor artístico contribuiu na importância de estudos da escola barroca no sul do Brasil” (CARNEIRO, 2007, p.08). Por dentro da igreja a influência barroca ganha destaque em seus detalhes, por apresentar:

No retábulo do altar-mor encontramos ainda uma pequena, mas valiosa coleção de imagens, algumas delas de origem portuguesa. Atravessando o arco cruzeiro nos deparamos com dois belíssimos altares e retábulos, todos com nítida inspiração barroca (SOUZA, 1981, p.111).

Foi no terreno cedido por Clara Manso, filha de Manoel Manso de Avelar, um dos fundadores da freguesia, que se construiu a igreja de Santo Antônio, que acabou dando o nome à localidade. E esta ainda é a mesma que se encontra nos dias de hoje, “apenas melhorada e ampliada conforme as necessidades e progresso do tempo” (VÁRZEA, 1985, p.107). A **Ilustração 2 e 3**, mostra a estrutura da igreja de Santo Antônio com sua configuração atual¹³.

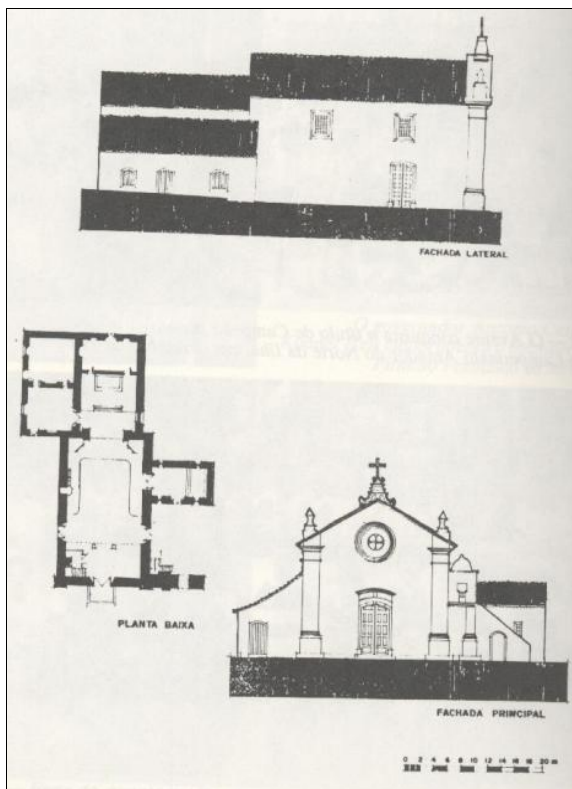


Ilustração 2: Igreja de Nossa Senhora das Necessidades
FONTE: SOARES,1991, p. 185.

Há na dita ilha a freguezia de **N.Sa. das Necessidades**, em distancia de quatro léguas dela,

¹³ A igreja foi tombada, através do Decreto Municipal nº 1241/75 como Patrimônio Histórico e Arquitetônico.

fazendo caminho por terra, e tem esta freguezia uma Igreja nobre, que erigiu, com permissão de S. Majestade, o governador D. José de Melo Manoel, e tanto a dita Igreja, como de **N. Sra. do Desterro**, capital da Ilha, são os únicos edifícios, que há nela dedicados a N. Senhor, que parecem templos e casas suas (PIAZZA, 1992, p. 374 a 375 *apud* RIHGSC).



Ilustração 3: Foto da Igreja de Nossa Senhora das Necessidades

FOTO: Giselli Ventura de Jesus, Outubro de 2007.

A igreja mais antiga do Norte da Ilha de Santa Catarina é um marco não apenas na ocupação vicentista, como também açoreana, tendo esta última inserido a festa do divino no século XVIII, “principal confraternização da comunidade, expressão máxima da cultura e da religiosidade açoriana” (FERREIRA, 2008, p. 57). Além do fato de que,

A união entre Igreja e o Estado fortalecia as criações arquitetônicas religiosas, uma vez que a Igreja passa a ter um grande papel social e político

[...] a vida social dos povoados e vilas se desenvolvia junto à Igreja e nela também, muitas vezes, se tomavam grandes decisões políticas (SOUZA, 1981, p.73).

A influência religiosa estava fortemente presente no cotidiano e até mesmo nas questões políticas, pois “com a implantação das “freguesias” (unidade político-religiosa da época) tendo a geri-la sacerdotes oriundos das Ilhas dos Açores” (PIAZZA, 1992, p. 453), no início da colonização açoriana, demonstra a forte influência, e até mesmo o papel da igreja perante a sociedade da época.

Santo Antônio de Lisboa vai exercer influência em outras localidades no Norte da Ilha, sobretudo em Sambaqui, Barra do Sambaqui, onde muitas vezes esses bairros e os moradores se confundem de tão próximos e tão integrados, não só na tradição como no dia-a-dia das comunidades. Cacupé por sua vez é a localidade que se manteve mais distante das demais, apesar de seus moradores mais tradicionais manterem uma certa ligação com Santo Antônio de Lisboa.

1.1.2.2- Sambaqui

A localidade de Sambaqui tem origem a partir da construção da casa da Alfândega (porto), criada por Manuel Manso de Avelar por volta de 1750¹⁴, e o nome de origem indígena permanece até hoje. Sua localização referente à vila de Santo Antônio de Lisboa se encontra na parte noroeste, situada entre a Ponta do Pereira e a do Luz, e a última se localiza na foz do rio Ratonas. A palavra Sambaqui é formada pela junção dos verbetes da língua tupi-guarani: *samba* (concha, ostra) e *Qui* ou *quire* (dormir, jazer), significando na língua indígena cemitério e extensos depósitos de areia e conchas, restos de artefatos que ali se depositaram.

Em 1712 quando o navegante francês Amedée François Frézier passou pela Ilha encontrou o Sargento-mor Manuel Manso de Avelar comandando a Ilha. O sargento-mor morava nas

¹⁴ Santo Antônio no século XVIII deixa de ser um vilarejo para se tornar uma freguesia através da provisão de 27 de abril de 1750. Em 1755, cria-se a Paróquia que fica sob a proteção de Nossa Senhora das Necessidades.

proximidades da Praia da Aguada (que depois ficou conhecida como Calha D'Água) em Sambaqui. Como os navios precisavam de água, víveres e madeira, Manuel Manso começou a comercializar com navios, inclusive estrangeiros, o que lhe rendeu um período de reclusão em Laguna sob acusação de contrabando, uma vez que a Coroa portuguesa vedava comércio com estrangeiros (FERREIRA, 1998, p. 12).

Sambaqui apresenta uma ótima posição contra os ventos por ter uma baía protegida pela barra e pelo longo Pontal ao Norte, e pelas ilhas Raton Pequeno e Raton Grande a Oeste, tendo, portanto, ótimas condições para a implantação de um porto. E na direção sul, também não oferecia perigo de ventos fortes, “porque o pampeiro e o sueste duro, que tanto castigam o porto da cidade e todos os da outra baía, só levantavam mar cavado até à garganta do Estreito, de cuja altura para norte, barra adentro, as águas se conservam tranqüilas” (VÁRZEA, 1985, p. 107). Segundo o mesmo autor, em Sambaqui havia um pequeno núcleo de casas espalhadas pelas quatro ruas da praia, mas considera o porto o principal destaque.

O porto de Santo Antônio é manso e movimentado por um comércio marítimo maior que o de todas as outras freguesias. Embarcações miúdas, em grande número, remam e velejam diariamente entre as suas praias e o Desterro, sobretudo quando, como é freqüente, há ali fundeados navios mercantes ou de guerra, nacionais e estrangeiros, cujo calado não lhes permite passarem além dos ancoradouros de Santa Cruz e Sambaqui (VARZEA, 1985, p. 107).

O porto de Sambaqui, além de apresentar boa proteção aos ventos, também dispunha de uma excelente água potável¹⁵ sendo o local

¹⁵ Um dos problemas na Ilha de Santa Catarina já no século XVIII era a falta de água potável para o consumo sendo um dos principais problemas de Desterro no período, segundo Elsom B. dos Santos e Flávia G. Orofino, em seu artigo “O Saneamento Básico na Ilha” (FERREIRA, 2002). Eles ainda não ressaltar a observação feita pelo Governador João Alberto Miranda Ribeiro de 1794: “Nenhuma outra coisa deve merecer tanto a atenção como a falta d'água para beber, que experimenta o povo desta vila por não haver nela uma Fonte pública.” (PASSOS, 2002, p. 291) Isso demonstra mais uma vez a importância do porto de Sambaqui e da sua estrutura de abastecimento de água dos navios.

preferido de abastecimento das embarcações que trafegavam ao longo da costa, denominando-se a rua de praia da Rua da Aguada (localizada na ponta do Sambaqui). A excelente água provinha das nascentes do elevado monte, que através de um encanamento de ladrilhos sobre os largos trilhos de ferro levavam água até a praia onde abasteciam as embarcações. Em um relatório enviado para o presidente da província em 1887, o almirante João Justino Proença relata:

Neste excelente porto, um dos melhores do Império, continua a funcionar com regularidade o importante encanamento sobre largos trilhos de ferro que ali mandei construir. O porto de Sambaqui, só por esse recurso, fica com uma importância ainda superior à que já tinha por suas condições topográficas e hidrográficas (VÁRZEA, 1985, p.108).

Esse encanamento ia até o local conhecido como praia da Aguada, e uma caixa d'água velha remanescente desse período ainda se encontra na encosta do morro, onde até hoje continua servindo a comunidade (SOARES, 1991).

Quanto à água potável de Sambaqui, a **Ilustração 4** (mapa de hidrografia) demonstra que a área em que se encontrava o porto é um local com muitos rios que deságuam no mar. O rio Ratonés¹⁶ foi importante para a navegação de moradores que moravam mais ao interior da Ilha como: Rio Vermelho, Ratonés e Ingleses. Muitos dos moradores dessas freguesias utilizavam o rio e a baía, a fim de levar sua produção para vender no porto, pois este representava a via de ligação entre o litoral e o interior (relatos de moradores locais¹⁷). Os transportes marítimo e fluvial eram os principais meios de locomoção em toda a Ilha, pois as condições das estradas nessa época eram péssimas.

¹⁶ O rio Ratonés “desemboca ao norte de Sambaqui, entre a ponta assim denominada e o Pontal, defronte aos dois ilhotes de onde lhe veio o nome [...] Ratonés é, por sua profundidade e largura, muito mais acessível a embarcações de pequeno porte que o de Canasvieiras. Daí o seu maior movimento fluvial, que consta de canoas de voga e outras, botes e lanchões de 15 a 20 toneladas, todos em contínuas viagens de comércio entre Desterro e o arraial.” (VÁRZEA, 1985, p.121 e123).

¹⁷ No segundo semestre de 2007 foram realizadas entrevistas com alguns moradores locais (devidamente gravadas e filmadas), contudo ainda não transcritas.

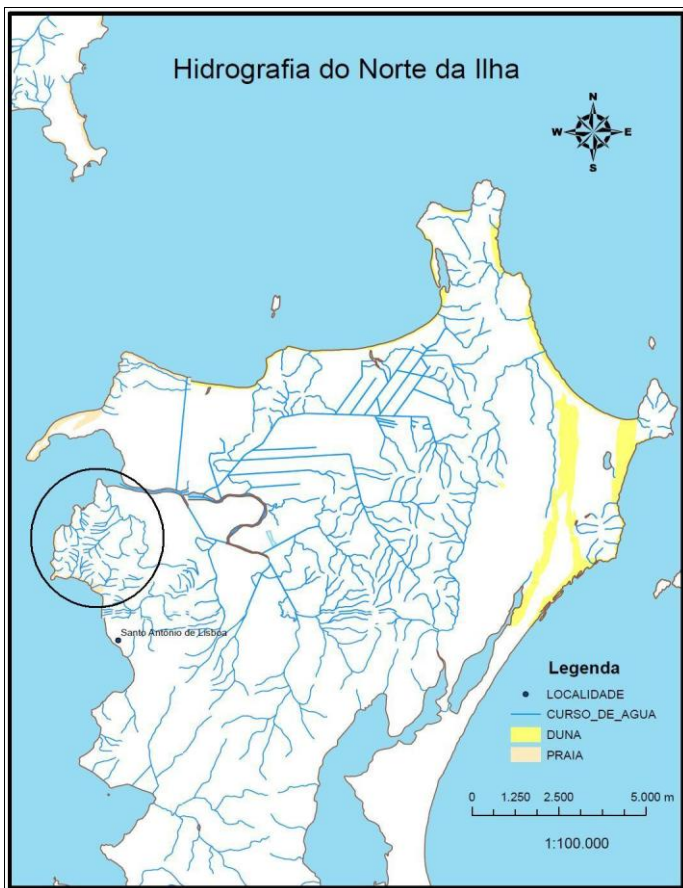


Ilustração 4: Mapa de hidrografia do Norte da Ilha

FONTE: Base Cartográfica da EPAGRI/IBGE, mapa elaborado por Heloisa de Campos Lalane.

A área selecionada com círculo preto, na **Ilustração 4**, se caracteriza por ter uma grande concentração de pequenos rios. Isso se deve à forte presença na região de rochas graníticas (gnaiesses), ou seja, as rochas que constituem as serras cristalinas litorâneas, responsáveis pelos vales encaixados que formam os morros na área de estudo. (Veja-se também a **Ilustração 39**, em que se vê claramente o relevo entre morros da localidade de Sambaqui).

Observando o Distrito de Santo Antônio de Lisboa, tem-se uma grande fachada de morros, como já mencionado, resultando em uma

área rica em recursos hídricos, além de uma pequena área de planície Litorânea, sendo a maior parte é constituída por mangue intercalado com uma vegetação de restinga presente na orla.

No século XVIII¹⁸, as comunidades de Santo Antônio de Lisboa, Sambaqui e Cacupé eram formados basicamente por colonos açorianos que estabeleciam suas relações socioeconômicas com outros lugares pelo mar. As adversidades do meio físico limitavam o uso das vias de transporte e comunicação por terra. As canoas e as embarcações eram os veículos mais utilizados para a realização de trocas entre os moradores do entorno. Por alto mar, os contatos com as demais vilas litorâneas eram esporádicos seguindo ao regime dos ventos. Por meio de uma produção diversificada dos produtos agrícolas e da pluriatividade, as comunidades buscavam no próprio local satisfazer suas necessidades básicas em termos de alimentação, vestuário, instrumentos de trabalho e habitação.

O navegador Lesson, em outubro de 1822, já descrevia a freguesia de Santo Antônio como “costeada de praias saibrosas e de montanhas [...] cortadas ou interceptadas às vezes por arroios [...] um rio bastante largo corre de leste a oeste, no meio dos pântanos” (HARO, 1996, p. 269). O rio descrito pelo navegador é o Rio Ratoes, que adentrando ao mangue vai se ramificando em outros, sendo um dos principais escoadores de produtos e de ligação com as demais freguesias.

Dentro do contexto da gênese da localidade de Sambaqui cabe destacar que a própria Barra do Sambaqui está diretamente associada a sua formação, porém por muito tempo passou a ser a parte onde mais se exercia a atividade voltada à agricultura, conhecida como Colônia. Os pequenos produtores dessa região eram considerados os mais pobres e inferiores; este sentimento de exclusão é relatado por Juracy Pires, filha de Roldão da Rocha Pires, uma integrante das famílias com grandes propriedades de terras em Sambaqui e também envolvidas com política (UDN) Florianopolitana. Ela descreve que no ano de 1926

¹⁸ “Nas áreas sub-tropicais e temperadas frias, com populações indígenas escassas e sem maiores interesses imediatos à exploração comercial, foram se viabilizando, ao longo do século XVIII em diante, a pequena produção mercantil, que poderia garantir às metrópoles as vantagens da ocupação territorial e a garantia e consolidação do poder colonial” (MAMIGONIAN, 1997, p.1).

Nascia na Barra, onde ninguém tinha vez, nem voz. Como Nazaré, a Barra era o lugar dos pobres. O povo de Santo Antônio nos desprezava, como também desprezavam Jesus e os que moravam fora de Jerusalém. Pode vir alguma coisa boa de Nazaré [...] Eu me sentia desprezada. Achava que só era grande quem morasse em Santo Antônio (FEREIRA, 2006, p.182).

Em pleno século XXI, os resquícios desse sentimento de inferioridade continuam, principalmente depois da década de 1980 quando um loteamento irregular conhecido como “Daia” surgiu, pois vieram várias pessoas de diversos lugares, sendo uma população de baixa renda, o que ocorreu devido ao preço inicial dos lotes. Além de terem vários tamanhos, construíam-se casas simples, e junto com esses moradores aumentou a violência e o tráfico no Distrito, que até então era pacato.

Esse estigma que se criou com a Barra do Sambaqui (hoje com o aumento da população é considerada uma localidade dentro do Distrito) se justifica pelo processo histórico de concentração da pequena produção mercantil açoriana voltada para a agricultura em sua maioria, a qual teve papel fundamental na economia de Desterro. Já Santo Antônio ganhava status por ser a área central do Distrito, que por muito tempo foi o centro polarizador dos comerciantes do Norte da Ilha e da política.

1.1.2.3- Cacupé

Cacupé, em Carijó, “verde por trás do morro” (PEREIRA, 1999, p.43) desponta no sentido da palavra não apenas o tipo de relevo entre morros, mas também como um dos locais que por muito tempo ficou rodeado de grandes chácaras e esquecido. Foi refúgio de pescadores e pequenos agricultores descendentes de açorianos que têm sua história entrelaçada com a de Sambaqui e a de Santo Antônio de Lisboa, por serem localidades muito próximas e com ligações fortes com os antigos moradores tradicionais que moravam no local.

Mas Cacupé não teve só a influência de açorianos, em sua grande maioria, houve também a presença de uma família de italianos vinda do Saco Grande, que detinham um grande percentual de terra, como o descendente Manuel Machado (77 anos), tanto que o caminho que atualmente corta a localidade de Cacupé, Rodovia Haroldo Soares

Galvan, era dita como “Caputera”, palavra de origem italiana, que significava “vamos lá por terra”.

Compreender a gênese de Cacupé é algo complicado de se desvendar, pois não se encontrou nenhum documento primário informativo, a não ser através da história oral de alguns moradores tradicionais. A grande questão é porque não se encontram documentos dessa região que desvendem sua origem.

Segundo entrevista com Fausto Agenor de Andrade¹⁹, “Cacupé era grande e povoada por um número pequeno de moradores, e estes tinham terreno grande. Essas grandes chácaras, sem nenhuma atividade de serviço como o comércio, acabava deixando a comunidade esquecida já que se situavam em uma ponta e poucas pessoas passavam por ali [...] Cresceu Santo Antônio, Sambaqui, Canasvieiras, Jurerê, Daniela [...] e depois que o pessoal se acordou e viu que a primeira praia que tava de frente pra cidade era Cacupé e aí o pessoal veio com tudo”. Cacupé ao longo do trabalho vai ganhando destaque, principalmente quando muitos entrevistados ressaltam: “Cacupé acorda para o mundo!”²⁰.

Enquanto Sambaqui e Santo Antônio têm em sua origem um papel de destaque, principalmente nos séculos XVIII e XIX, Cacupé se encontra à margem, o que se justifica pelos grandes terrenos em conjunto com as plantações de mandioca, produto que alcança a sua ascensão no século XIX. Essa pequena produção mercantil também vai ter o seu destaque na conjuntura local, porém, por se encontrar uma grande extensão de terra com poucos moradores, era considerada para muitos como descreve Fausto: “terra de ninguém porque ficava esquecida”, além disso, o principal transporte era feito por mar e não por terra, e, mesmo ainda tendo estrada, a passagem que levava à alfândega era através do Caminho dos Açores (pertencente a Santo Antônio de Lisboa) e não de Cacupé.

A localidade começa a melhorar com a instalação do SESC de Cacupé, em dezembro de 1969, o que acarretou melhorias na estrada, confirmadas pelo morador da localidade, Irineu Cordeiro (80 ANOS): “Quando veio o SESC pra cá, foi feito dois mil metros de estrada pavimentada de lajota” (entrevista feita em 09/05/2010). E a partir daí

¹⁹ Entrevista feita em 25 de Agosto de 2009. Fausto Angenor de Andrade nasceu em 16 de Julho de 1950, e é um dos moradores tradicionais da região de Santa Antônio de Lisboa.

²⁰ O sentido exposto: “Cacupé acorda para o mundo!” seria o início de um processo de ocupação local, onde vão se direcionar muitos moradores, e sobretudo, empreendedores vinculados a construção civil.

Cacupé começa a ser notado, sobretudo pela sua paisagem que dá para o cartão postal de Florianópolis, a Ponte Hercílio Luz.

1.1.3 - Características da gênese da urbanização de Santo Antônio de Lisboa, Sambaqui e Cacupé

O estilo português é caracterizado pela presença, no centro de formação de qualquer vila ou freguesia, da praça e da igreja voltadas para o mar. O mar era utilizado como acesso de locomoção/transporte, exercendo papel importante na formação social e econômica.

Todos os autores que trataram do plano de Florianópolis focalizaram, com o máximo interesse, a praça e a igreja. Florianópolis é tipicamente uma cidade de enseada, figurando o porto como seu elemento de formação. O interesse comercial, representado pelas transações com os navios que ancoravam na baía, fez da linha da praia o elemento que concentrou a população (PELUSO JR, 1956, p. 332).

A vila de Nossa Senhora do Desterro segue os padrões das cidades portuguesas, com uma grande praça retangular (**Ilustração 5**), sendo que esta deveria ser metade da praça da metrópole (no caso Lisboa) e ao redor dela os prédios administrativos. A praça localiza-se entre a igreja, ao alto, e o mar, à frente (PELUSO JR., 1991).

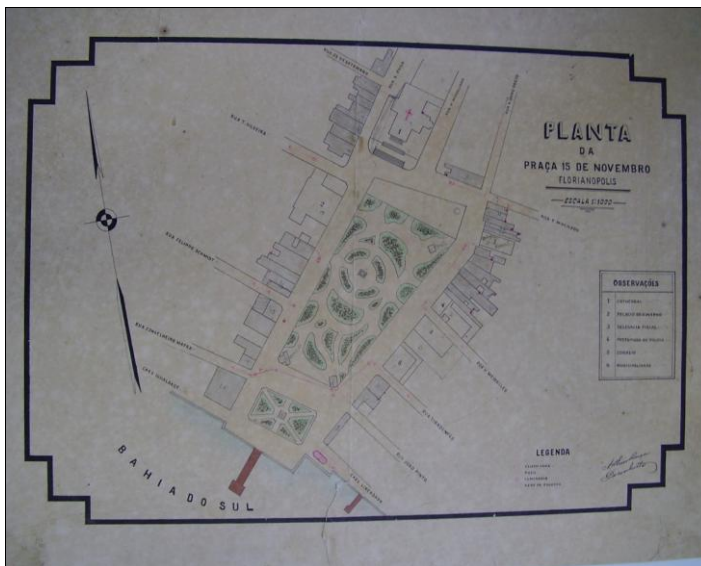


Ilustração 5: Mapa do centro de Nossa Senhora do Desterro (Praça XV de Novembro)

FONTE: Arquivo IPUF

A planta (**Ilustração 6**) do centro antigo de Santo Antônio demonstra como a organização espacial era semelhante ao centro de Desterro. Na cor laranja, aparecem as casas mais antigas do bairro, em rosa a Igreja de Santo Antônio de Lisboa e à frente a praça.

Observando a planta da freguesia, nota-se que a localidade foi se desenvolvendo apenas para um lado (sentindo noroeste). Isso se explica através das características do relevo local, em que os morros²¹ têm forte presença e grandes declividades, sendo, portanto, de difícil ocupação. Torna-se mais fácil expandir em áreas planas, localizadas a noroeste, e não ao redor da igreja. Sambaqui por sua vez, mesmo não tendo igreja na época, também tem o mar como elemento de concentração e formação onde a alfândega e o porto ganham destaque.

²¹ “a arquitetura geográfica de Santo Antônio não permitiu haver maior evolução da agricultura, pelo fato de estar situada entre morros” (MARTINELLO, 1992, p. 23 e 24).



Ilustração 6: Planta do centro histórico de Santo Antônio de Lisboa
FONTE: mapa do IPUF de Santo Antônio de Lisboa, modificado por Giselli Ventura de Jesus.

O livro CECA (1996, p. 49) enfatiza que os habitantes dessas freguesias tradicionais, como no caso de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio, se dividiam entre os trabalhos da pesca e da roça, e as moradias eram feitas de pau-a-pique barreado à mão. Nas pequenas propriedades, a policultura tinha como predominância a mandioca, cana-de-açúcar, amendoim, milho, café. A construção de engenhos de farinha de mandioca²² servia, não só para a fabricação de

²² O principal produto da economia açoriana, a farinha de mandioca, que no século XIX é o produto mais exportado da Ilha de Santa Catarina. “Nos momentos de grande exportação, havia certamente uma grande produção, favorecida possivelmente por preços mais compensadores.

farinha, mas também para a fabricação de açúcar, melado e cachaça. Havia ainda a criação de gado, em muitos casos soltos em terras comunais (CAMPOS, 1991).

Pela entrevista com o morador Raulino Pedro Marciano, de 85 anos²³, fica clara uma tradição que vem sendo seguida por gerações (desde seus avós até a geração dele), isto é, a forma de construção de pau-a-pique, que era, segundo o seu relato, feita de bambu e depois barreada. Outro processo era o de se preparar o cal, que dava a coloração branca (típica das casas tradicionais) utilizada como pintura. Esse material, feito com restos de cascalho de ostras e berbigão, era colocado na brasa e ao passar algum tempo queimando tornava-se um pó branco que misturado com água virava uma tinta com a qual se pintavam as casas. O chão era de “chão batido”, e o telhado feito de madeira (trancos de árvores) e coberto por um tipo de palha que se fazia balaio.

A “casa de pau-a-pique” era presente já no período em que os vicentistas se instalaram na Ilha, mas os açorianos aprimoraram a técnica com a fabricação de cal ou mesmo a mistura de óleo de baleia²⁴ junto ao barro. O formato das casas com janelas grandes ou mesmo o telhado com telhas de barro revelavam o estilo tradicional das casas com estilo da arquitetura portuguesa. O termo “nem eira e nem beira” revelava através da forma do telhado ou beirado da casa, as famílias mais importantes e com poder aquisitivo mais alto.

Por sua vez, Virgílio Várzea considera ainda Santo Antônio como uma aprazível “cidadezinha”, em que tinham ao redor da “pitoresca” praça, prédios construídos como as construções antigas da capital, tendo três ou quatro ruas cheias de casas a sua disposição, separadas ou unidas apenas por jardins e pequenas hortas que não se encontravam em outros sítios.

Isto agia diretamente sobre o produtor, que escoava sua produção e obtinha bons lucros, ficando com parte da acumulação. Um bom número deles crescia e se desenvolvia paralelamente um importante artesanato: engenhos (farinha, açúcar), alambiques, teares, etc. Sendo assim, ocorria nestes momentos, uma certa ‘riqueza popular’, que pode ser percebida ainda no razoável número de engenhos e casas típicas açorianas, que continua a existir por toda a Ilha” (CAMPOS, 1991, p.34).

²³ A entrevista foi realizada em setembro de 2007.

²⁴ “o óleo extraído da baleia era uma espécie de ‘petróleo’ no século XVIII e XIX que será utilizado na construção civil, na conservação de madeira, na iluminação e nas mais diversas manufaturas como lubrificantes” (BASTOS, 2000, p. 128 e 129).

O estilo português ainda se mantém presente através das “Rugosidades” (SANTOS, 2002), formas espaciais que ficaram através do tempo e continuam fazendo do Distrito de Santo Antônio um lugar de preservação histórico-cultural. Essas formas que permaneceram ao longo do tempo, rugosidades, são manifestações de um passado inserido em um contexto marcado pela estrutura socioeconômica de um período anterior ao atual, dando à organização espacial do presente características singulares, visto que a paisagem criada em outros tempos pode permanecer como testemunha de um período, influenciando a atual configuração espacial.

O espaço, portanto é um testemunho; ele testemunha um *momento* de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas pré-existentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas (SANTOS, 2002, p. 173).

Assim sendo, se a forma é, antes de qualquer coisa, um resultado, “ela é também um fator social” (SANTOS, 2008, p.74) E essas relações sociais do passado, representadas no presente pelas “rugosidades”, que nada mais são do que “formas remanescentes dos períodos anteriores, devem ser levadas em conta quando uma sociedade procurar impor novas funções” (SANTOS, 2008, p.75).

Essas formas do passado representadas no Distrito de Santo Antônio podem, por exemplo, ser representadas pelos casarões antigos no período colonial, pela igreja e demais formas que contrastem com outras do presente. Essa dialética entre o passado e o presente, pela estrutura das propriedades rurais que norteiam os loteamentos horizontais (não só através das formas, mas também no entendimento dos processos históricos econômicos e sociais), revelam a configuração atual do Distrito.

1.1.4- Modo de produção característico da colonização açoriana do litoral catarinense

A colonização do litoral catarinense no século XVIII, pelos açorianos, tem na pequena produção a sua maior forma de organização,

e mesmo, um modo de produção econômico bem característico. O Distrito de Santo Antônio de Lisboa não foge a esse padrão de povoamento por apresentar, em sua grande maioria, imigrantes açorianos.

Em sua tese, Sergio Ferreira (2006) aponta um levantamento sobre a origem dos moradores do distrito de Santo Antônio de Lisboa, comprovando que a grande maioria (74,35%) é de origem açoriana (Tabela 2), apesar de também ter imigrantes de outras partes do mundo e mesmo de outras regiões do Brasil e de Portugal.

TABELA 2: Procedência dos Avôs I (1780-1799)²⁵

Procedência dos Avôs	Absoluto	Relativo
Açores	1154	74,35%
Outros Estados do Brasil	89	5,7%
Santa Catarina- Ilha	76	4,89%
Portugal Continental	71	4,5%
Santo Antônio de Lisboa	69	4,44%
Santa Catarina- Continente	45	2,89%
Espanha	44	2,8%
Itália	3	0,1%
Alemanha	1	0,1%
Total	1552	100%

FONTE: Dados coletado da Tese de FERREIRA (2006) *apud* livros de batismo 1,2 e 3 de Santo Antônio de Lisboa- AHESC. Fichas de família 1 a 478 do arquivo FAMSANTO. Configuração da Tabela alterada por Giselli Ventura de Jesus.

O número referente à procedência dos avôs condizentes com os de origem das Ilhas dos Açores, são os mais representativos, principalmente da “Ilha Terceira” (395 pessoas). Na Tabela 3, além da região dos Açores temos imigrantes de algumas regiões de Portugal, tendo Lisboa (28 pessoas) um número mais expressivo, e outras partes

²⁵ Esses dados só são disponibilizados a partir de 1780, através de registros de batismo ou mesmo de casamento, como lembra Ferreira (2006) em sua tese, pois, mesmo tendo antes imigrantes na freguesia de Santo Antônio, não se tinha nenhum registro. O que prejudicou muito já que “a criação da freguesia coincide com a grande migração açoriana (1748- 1756), dessa forma a análise fica prejudicada por essa lacuna de trinta anos nos registros paroquiais” (FERREIRA, 2006, p.95). Além disso, “nem todos os avôs que constam nos registros foram moradores da freguesia” (FERREIRA, 2006, p.97).

da Europa como a Espanha com 44 pessoas. Porém essas duas regiões somadas perfazem 52 pessoas, um número muito inferior se comparado com a região de onde veio mais imigrantes, a Ilha Terceira.

TABELA 3: Procedência dos Avôs II (1780-1799)

Procedência dos avôs (1799- 1780)		Nº de pessoas
Açores	Ilha Terceira	395
	Ilha Graciosa	216
	Ilha de São Jorge	184
	Ilha do Pico	141
	Ilha do Faial	128
	Ilha de São Miguel	76
	Ilha das Flores	5
	Ilha de Santa Maria	2
	Ilha do Corvo	1
	Açores	5
	No mar vindo dos Açores	1
	TOTAL	1154
	Regiões de Portugal	Lisboa
Porto		16
Ilha da Madeira		7
Braga		5
Mafra		5
Barqueiros		4
Trás-os-Montes		2
Coimbra		2
Algarve		1
Portugal		1
TOTAL		71
Outros Países		Espanha
	Galícia	5
	Málaga	5
	Catalunha	4
	Granada	2
	Castela	2
	Reino de Múrcia	2
	Milão	2
	Gênova	1
	Colônia	1
	TOTAL	50

FONTE: Dados coletado da Tese de FERREIRA (2006) *apud* livros de batismo 1,2 e 3 de Santo Antônio de Lisboa- AHESC. Fichas de família 1 a 478 do arquivo FAMSANTO. Tabela alterada por Giselli Ventura de Jesus.

Há também a presença de imigrantes vindos de outras partes do Brasil para o distrito, como demonstrado na Tabela 4. Uma maior participação veio do Rio de Janeiro, com 49 pessoas, o que poderia se explicar, devido às relações econômicas e políticas que se estabelecem entre a Ilha de Santa Catarina, e o Rio de Janeiro, que era a capital da colônia e depois passa a capital do império e da República- 1763 a 1960.

Esses imigrantes vão ter um modo próprio de produção (pequena produção), que se caracterizará em todo o litoral ocupado por eles. E a área de estudo, por apresentar essas características, apresenta uma formação socioespacial muito parecida com a do litoral catarinense, apesar de ter suas próprias especificidades.

TABELA 4: Procedência dos Avôs III (1780-1799)

Procedência dos avôs (1799- 1780)		Nº de Pessoas
Províncias do Brasil	Rio Janeiro (RJ)	49
	Campos de Goitacazes (RJ)	2
	Parati	1
	TOTAL (RJ)	52
	São Paulo (SP)	5
	Ilha Grande	5
	Santos	4
	Iguape (SP)	3
	Sorocaba	3
	São Sebastião (SP)	2
	Nossa Srª de Montserrat (SP)	2
	Cananéia (SP)	1
	São João do Carmo	1
	TOTAL (SP)	26
	Sabará (MG)	3
	Minas Gerais	2
	TOTAL (MG)	5
	Paranaguá (PR)	2
	Curitiba	1
	TOTAL PR	3
	São José do Norte (RS)	2
	TOTAL (RS)	2
	Recife (PE)	1
	TOTAL (PE)	1
	Salvador (BA)	1
	TOTAL (BA)	1
	TOTAL das Províncias	90

FONTE: Dados coletado da Tese de FERREIRA (2006) *apud* livros de batismo 1,2 e 3 de Santo Antônio de Lisboa- AHESC.Fichas de família 1 a 478 do arquivo FAMSANTO. Tabela alterada por Giselli Ventura de Jesus.

São os imigrantes açorianos que dão o ponto de partida para a primeira etapa do **processo de urbanização** da Ilha de Santa Catarina²⁶,

²⁶ Tem de “[...] indicar, contudo, que se, realmente, já no século XVIII, podemos apontar algumas fundações urbanas preenchidas por Desterro, ainda não se pode caracterizá-la como

que, segundo a periodização de Bastos (2000)²⁷, acontece do século XVIII para o XIX, estimulada pela vinda desses imigrantes.

Cabe ressaltar que a colonização do litoral catarinense, em específico da Ilha, é estimulada, em grande parte, pela crise do comércio ultramarino português o que “projetava a expansão colonizadora” (SILVA, 1992, p.70) açoriana²⁸ no século XVIII.

Referente a essa ocupação, Silva (1992) é a primeira a fazer algumas observações em relação aos pesquisadores como historiadores tradicionais sobre o assunto. Ela deixa claro a insuficiência de explicação sobre o tema. Segundo Mamigonian (1997), a imigração açoriana foi uma grande intervenção do planejamento Estatal Português para a região sul, “tanto a nível geo-político, como enfatizaram os historiadores tradicionais, como a nível geo-econômico” (MAMIGONIAN, 1997, p. 4). Algumas hipóteses levantadas a respeito da ocupação por parte desses intelectuais são apontadas por Mamigonian (1997):

- 1) ordem política, cobertura militar estratégica (W. Piazza);
- 2) política expansionista da Coroa, reforçamento da economia pecuária paulista nos

cidade. A rigor, os componentes urbanos da estrutura da povoação são antes potenciais que agentes da urbanização propriamente dita. Nem mesmo o conceito vila-cidade capta bem a realidade descrita. A rigor, tratava-se de uma povoação militar, na qual alguns fatores (políticos, administrativos e militares) agiam no sentido de fortalecer os componentes urbanos da estrutura social e onde os componentes rurais dessa mesma estrutura emanavam e se vinculavam a um mundo rural plebeu” (LIMA, 2007, p.65 e 66). “A vila de Desterro no século XVIII apesar de ter elementos essenciais de núcleo urbano que caracterizaram o início da cidade, ainda continha características de aldeã” (LIMA, 2007), pois a imigração açoriana se fixou no interior da Ilha, nas “áreas rurais”, “[...] fator determinante para que sua expansão urbana ficasse estagnada até o início do século seguinte, quando as atividades comerciais urbanas iriam sobrepor-se às rurais” (LIMA, 2007, p. 67). Esse processo de interiorização dos açorianos demonstra uma economia de subsistência, nesta primeira fase destacada por Bastos (2000), em que o processo de urbanização está “inserido no contexto da ascensão e decadência da pequena produção mercantil açoreana como também na divisão territorial e social do trabalho imprimida essencialmente pelo vigoroso desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, ocorrido, sobretudo, na segunda metade deste século” (BASTOS, 2000, p. 127).

²⁷ “A primeira urbanização está vinculada à ascensão da pequena produção mercantil açoriana que na virada do século XVIII para o XIX tornara-se exportadora de gêneros alimentícios como a farinha de mandioca, óleo de peixe, peixe salgado, etc. Essa fase está relacionada também ao estabelecimento das milícias portuguesas do Brasil meridional e à função administrativa de capital da Província” (BASTOS, 2000, p.128).

²⁸ “Logo, a vinda de açorianos para o litoral e Ilha de Santa Catarina resolveu problemas importantes que possuía a metrópole. Não apenas supriu demograficamente a região, como favoreceu sobremaneira aos interesses que aquela possuía sobre a área” (CAMPOS, 1991, p. 21).

pampas (F.H.Cardoso); 3) necessidades estratégicas e não objetivos econômicos exportador (O.Bossle); entre outros autores (MAMIGONIAN, 1997, p. 4).

A crise econômica, no século XVIII vivida pela coroa portuguesa, incentivou a instalação de um monopólio relacionando a exploração de ouro, diamantes, escravo, pesca de baleia, dentre outros (MARTINELLO, 1992, p.23). Esta mesma crise e a disputa por território com a Espanha incentivou o projeto de ocupação do território no sul do Brasil.

Uma das medidas tomadas influenciadas pela crise econômica da metrópole foi a política de ocupação no mesmo século XVIII, através dos imigrantes açorianos para o litoral catarinense “onde se associou o caráter político militar²⁹ ao caráter socioeconômico: uma pequena produção mercantil assegurou a posse efetiva da terra, colocando-se como possibilidade para compor parte da força de trabalho no interior da manufatura baleeira³⁰” (SILVA, 1992, p. 39).

As especificidades de nosso litoral catarinense e do tipo de economia e ocupação que se instaurava aqui se diferenciavam dos grandes capitais comerciais, que estavam vinculados à grande propriedade agrícola, cujos produtos eram feitos por mão-de-obra escrava e exportados para o mercado europeu. Com isso, e tendo no sul brasileiro como base a pequena produção mercantil, diminuíram as pretensões econômicas lusas referentes ao litoral catarinense³¹ (Campos, 1991).

²⁹ José da Silva Paes já havia feito um relato da necessidade de se proteger e ocupar a Ilha de Santa Catarina, mas isso só vai se tornar viável pela coroa portuguesa ao perceber o interesse, da Espanha e outras nações, de tomarem conta do território e das potencialidades naturais de exploração da Ilha.

³⁰ “A pesca de baleia teve na colônia seus dias de grandeza. Existiam na segunda metade do séc. XVIII diferentes armações para a pesca espalhadas na Bahia até Santa Catarina, sendo está última as mais importantes. Constitui a pesca monopólio da coroa, concedendo-se por contrato a concessionários privilegiados. Chegou a ter certa importância, mais decaiu nos últimos anos do século quando os baleeiros ingleses e norte-americanos começaram a operar nas ilhas Falkland, impedindo que as baleias nas suas migrações hibernais chegassem, como era antes seu costume, até as costas do Brasil” (PRADO JR, 1992, p.104).

³¹ “Como não se tratava de regiões aptas para a produção de gêneros tropicais de grande valor comercial, como o açúcar e outros, foi-se obrigado para conseguir povoadores (providência necessária porque se tratava de território contestado pela Espanha), a recorrer as camadas pobre ou médias da população portuguesa [...] o recrutamento se fez sobretudo nas ilhas dos Açores” (PRADO JR, 1992, p. 96).

O mais interessante para a Coroa era a formação do colono-soldado, que serviria tanto as necessidades das milícias (soldados) quanto às necessidades de produção e abastecimento de setores não produtivos (milícias, corpo administrativo, etc.), e o comércio, o que seria possível sob uma pequena produção mercantil (CAMPOS, 1991, p. 24).

O estabelecimento desses imigrantes teve como característica as explorações policultoras familiares que passaram a fornecer importantes excedentes alimentares como a: farinha de mandioca, arroz, feijão, melado, entre outros, que tinham como destino o abastecimento local, regional e do Rio de Janeiro, Recife, Salvador ou mesmo Montevidéu, nos fins do século XVIII e início do XIX (MAMIGONIAN, 1966). Essa produção “propiciou a formação de um pequeno produtor independente e dono de seus meios de produção, que garantia sua autossuficiência e um excedente exportável” (CAMPOS, 1991, p.25). Essa pequena produção mercantil vai contribuir não só para as finanças portuguesas, com a exportação de seus produtos, como também para a relação e comunicação no interior da sociedade colonial e imperial.

Mamigonian vai relatar em seu artigo “As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral catarinense” o fato de a Coroa portuguesa se utilizar da pequena produção mercantil para garantir o poder da colônia e ocupar o território mantendo dessa forma o interesse do rei. Segundo seu relato,

as terras da América, conquistadas pelas nações européias, foram incorporadas imediatamente ao patrimônio das respectivas coroas, obedecendo ao dispositivo jurídico feudal de “all land is king’s land”(todas as terras são do rei). Tratava-se da propriedade divisível entre a propriedade direta e nua pertencente à coroa real e o domínio útil, concedido aos vassallos do rei, com objetivo de aproveitamento imediato, obedecendo a outro dispositivo feudal fundamental de “nulle terre sans seigneur” (nenhuma terra sem Lord) e garantindo o pagamento de tributos ao rei (MAMIGONIAN, 1997, p.2).

O grande diferencial que constitui os pequenos produtores do litoral catarinense dos latifundiários feudais se dá pelo fato de esses imigrantes serem os proprietários de suas terras, ou seja, são senhores de suas condições de produção.

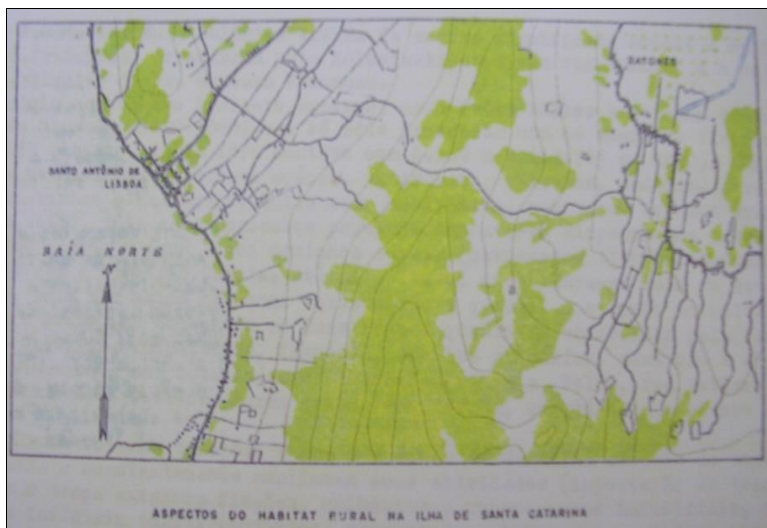


Ilustração 7: Mapa de Mamigonian de Santo Antônio de Lisboa

FONTE: MAMIGONIAN, 1958, p.87

A **Ilustração 7** demonstra como se dava a organização espacial dos imigrantes açorianos, cujos terrenos eram “compridos e perpendiculares aos caminhos dispostos ao longo do litoral ou dos vales” (MAMIGONIAN, 1958, p.84). Esse sistema, com os terrenos em formato de fita, é visível até a atualidade; o terreno da frente é menor dando acesso à rua principal, à praia e aos fundos maiores, geralmente indo até os topos de morro. A existência de pequenas servidões são traços presentes em toda a Ilha de Santa Catarina, um reflexo dessa “espinha de peixe” que foi se formando em muitos espaços de origem açoriana.

Esse tipo de organização espacial fortemente influenciada pela configuração do relevo vai estar presente, não só em Santo Antônio de Lisboa, Sambaqui, Barra do Sambaqui e Cacupé, como também em outras freguesias tradicionais. Um dos reflexos deste tipo de estrutura dos lotes são as atuais servidões, geralmente estreitas, que constituem um problema para os planos diretores, muito embora isso deixe, ao

mesmo tempo, de representar uma rugosidade do passado. As combinações de Milton Santos (1980) acerca da influência da estrutura do processo produtivo apresentam-se como um testemunho do passado na organização espacial do presente. Em sua obra “Contribuição ao Estudo das Estruturas Urbanas”, Tricart (1956) percebe que algumas localidades conservam a estrutura agrária pré-urbana; essas ruas estreitas que antes eram caminhos rurais vão virando servidões, e os grandes lotes iam se subdividindo.

A estrutura urbana, no entanto, não limita a sua influência a uma ação conservadora dos núcleos construídos. Ela comanda também o desenvolvimento das aglomerações. A estrutura pré-urbana, que corresponde de fato à estrutura agrária da zona da periferia urbana, dirige um crescimento da cidade e muitas vezes imprime aos novos bairros com caráter próprio. Como no *habitat* rural, nota-se a oposição entre dois grandes tipos de “colonização” organizada. A primeira deixa o Campo aberto à iniciativa individual. Uma pessoa compra o lote do terreno de uma chácara e aí constrói uma casa, casinhola ou mesmo casebre. Os velhos caminhos vicinais pouco a pouco se tornam ruelas, ladeadas por monte de detritos, depois se transforma em ruas da cidade. A construção, como o aproveitamento das regiões de *habitat* rural disperso (TRICART, 1956, p. 474).

Esses terrenos foram doados aos primeiros imigrantes, casais reunidos em grupos de sessenta que deveriam receber um quarto de légua de terras e ainda sementes, instrumentos agrícolas, farinha³² para um ano, além de animais (MAMIGONIAN, 1958). A ocupação caracterizava-se por uma paisagem denominada “*habitat* rural açoriano” (termo utilizado por Mamigonian para explicar a organização espacial

³² Segundo a Provisão Régia de 1747, determina ao Brigadeiro Silva Paes que os imigrantes açorianos que chegassem a Ilha de Santa Catarina recebessem “cada pessoa de quatorze anos para cima se darão três quartas de farinha por mês da medida da terra, e um arrátel de peixe, ou carne por dia; as pessoas de quatorze até sete completos a metade desta ração e às desse até três anos completos a terça parte, aos menores de três anos nada” (PEREIRA, 1992, p.44).

açoriana)³³, o que resultou na construção de casas e parcelas de terras individuais.

O povoamento açoriano em torno do litoral de Florianópolis “ocorria de 1748 e 1755 notável reforço no povoamento da costa catarinense, com a imigração açoriana, com reflexos sobre a vida social, política, religiosa e econômica” [...] Em resumo, foi a imigração açoriana que resultaram de imediato as vilas do interior da Ilha de Santa Catarina, Lagoa e Santo Antônio, pouco depois Ribeirão da Ilha” (PAULI, 1973, p.148).

A colônia de povoamento que se implantava tinha como diferencial a pequena propriedade familiar, o que a distinguiu das outras formas de povoamento estabelecidas no território brasileiro, caracterizadas pela exploração monocultura utilizando-se de mão-de-obra escrava dentro das grandes glebas de terras. “O colono açoriano, diferentemente do escravo, tinha a liberdade de praticar uma policultura de subsistência e utilizar o excedente na melhoria de sua propriedade” (BASTOS, 2000, p.129).

Um fato a ser apontado sobre a vida dos açorianos refere-se ao ***quadro natural***, típico das Ilhas dos Açores e o encontrado no litoral catarinense, **essa, é, uma das interpretações apontadas por historiadores tradicionais a respeito dos motivos da vinda desses migrantes, porém não é a única nem a principal**, como já foi ressaltado por Mamigonian (1997) e Silva (1992). Pois os açorianos e madeirenses³⁴ vinham de uma região com atividades “vulcânicas”

³³ “Fundaram-se freguesias, logo de início, [...] Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio e Lisboa e Nossa Senhora da Conceição da Lagoa. Posteriormente, no decorrer do século XIX, na Ilha de Santa Catarina, como consequência da evolução demográfica das populações luso-açorianas tem-se a criação de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, São João Batista do Rio Vermelho, São Francisco de Paula de Canasvieiras e Santíssima Trindade” (PIAZZA, 1983, p.152).

³⁴ “A contribuição açoriana foi a mais expressiva para o povoamento de Nossa Senhora das Necessidades. Para se ter uma idéia no século XVIII, dentre as crianças livres batizadas em Santo Antônio de Lisboa 75% tinham avós açorianos, provenientes de todas as ilhas do Arquipélago. Fato curioso é a existência de ascendente inclusive da pequenina Ilha do Corvo, que ainda hoje possui uma população inferior a quinhentos habitantes. A grande contribuição foi dada pela Ilha Terceira com 34,2% dos indivíduos, seguida pela Ilha Graciosa com 18,7%, São Jorge com 15,9%, Pico, 12,2%, Faial, 11%, São Miguel, 6,5%, Flores, 0,4, Santa Maria, 0,1 e Corvo 0,08%” (cartoriosilva.com.br/santo_antonio_lisboa.html)

(porém com solos férteis), e como aponta Piazza (1992), este seria um dos motivos para a vinda desses imigrantes, assim como a “superpopulação” nas ilhas portuguesas, e as “crises alimentares”. O Brasil seria para eles a esperança de encontrar terras para todos, e, ao mesmo tempo, de que de tudo se pudesse produzir. Entretanto, ao chegarem às terras catarinenses, mais especificamente na Ilha de Santa Catarina, não receberam as terras com a metragem prometida, nem encontraram solo próprio para a cultura dos produtos que tradicionalmente cultivavam (como o trigo), tendo que se adaptar, aos poucos, ao plantio da farinha de mandioca. Assim, a base alimentar dos açorianos passou a ser a farinha e o peixe.

O quadro natural encontrado pelos açorianos foi muito diferente do que estavam acostumados, a começar pelo tipo de vegetação e solo. Mesmo assim, eles vão se fixar ao longo do litoral catarinense, principalmente da planície costeira, não se distanciando do mar, como na terra natal.

Não foi só nas estruturas e na organização espacial que os imigrantes açorianos do Distrito de Santo Antônio de Lisboa deixaram suas marcas, mas também na economia. Além da pesca e da agricultura de subsistência: produção de farinha de mandioca, melado, açúcar, aguardente (IPUF, 1992), os moradores tradicionais também faziam a sua própria vestimenta com panos de linho de algodão (em entrevista com moradores, eles relataram que esse tipo de tecido era chamado de “riscadinho”).

E, ainda, coincidindo com a fixação dos “casais” açorianos no litoral catarinense, tem-se o desenvolvimento da tecelagem manual, cujos resultados, atualmente, podem não ser apreciáveis, mas à sua época, representavam expressiva contribuição econômica, como se pode aferir de dados apresentados em 1755 (PIAZZA, 1992, p.448).

No livro “Epopéia Açórico Catarinense- 1748-1756” Piazza relaciona o número de “cítios” ocupados com o número de tecelagens de cada freguesia que servia de parâmetro para compreender a relação da população (ou propriedade rural/sítio) referente à quantidade de tecido produzido. A freguesia de N^o.Sr^a da Necessidades se destaca para a

produção de “panos de algodão”, sendo que a maioria preferia os “panos de linho e algodão”. A Tabela 5 demonstra uma média de 7 pessoas, “com o consumo “per capita” de tecidos, o que resulta em mais de 4 varas de tecido por pessoa” (PIAZZA, 1992, p.450). Varas seria o equivalente a “cinco palmos”, ou seja, 1,10m de tecido. Quanto ao tipo de produção existente na Ilha de Santa Catarina, depois da vinda dos imigrantes açorianos, o navegador Auguste de Saint-Hilaire descreve que:

fabricam-se-ali alguns potes de barro e em algumas casas tecem-se panos para uso doméstico, mas até o presente não se estabeleceu na região nenhuma manufatura propriamente dita. Depois que começou a ser povoada pelos brancos, a região continuou inteiramente agrícola (SAINT-HILAIRE, 1978, p.133).

TABELA 5- Produção de tecidos de linho e de algodão

Freguesia	cítios	Teares	Panos de linho e algodão	Panos de algodão
N.Sr^a do Desterro	200	50	5.439	631
N.Sr^a da Conceição da Lagoa	150	52	6.283	202
N.Sr^a das Necessidades	190	32	593	5.180
São Miguel da Terra Firme	123	27	1.188	1.780
São José	112	53	6.020	2.080
N.Sr^a do Rosário da Enseada	148	24	291	1.717
Santa Anna	127	30	4.264	616
TOTAL	1.136	266	24.077	12.181

FONTE: Piazza, (1992, p. 450). Tabela modificada por Giselli Ventura de Jesus.

Apesar dos números de teares em cada uma das freguesias, destaca-se a pequena produção mercantil vinculada à agricultura, pois os açorianos tinham de produzir tudo que necessitavam devido às dificuldades com o abastecimento de outros produtos.

O propósito de espalhar os imigrantes ao longo da Ilha, através das freguesias, tinha como objetivo português a proteção (colono-soldado), e ao mesmo tempo “de que um maior número de braços significaria um aumento na massa de produtos” (SAINT-HILAIRE, 1978, p.134). Porém o isolamento das freguesias existente na Ilha de Santa Catarina, e a dificuldade de acesso e mesmo de comunicação entre elas não facilitavam a comunicação de um mercado em que pudessem trocar seus produtos, ou a troca com outros mercados de produtos diferenciados. Isso significou a princípio uma situação complicada para a sobrevivência desses imigrantes que “ali se estabeleceram em diferentes épocas não receberam ajuda, e a tirania do governo português pesou muito sobre eles. Essas são as causas mais antigas da pobreza da região³⁵” (SAINT-HILAIRE, 1978, p.134).

É importante considerar, quando nos reportamos à teoria da Formação socioespacial, o estímulo que a Ilha recebeu com a vinda dos imigrantes açorianos³⁶. Antes de 1753 já se registravam algumas concessões de terras aos açorianos³⁷ de Sambaqui e Santo Antonio de Lisboa, e em quase todas há registro de nomes dos extremantes, sinal de que grande parcela da área já estava ocupada e legalizada nesta data (SOARES, 1991).

Com a chegada dos casais açorianos a partir de 1748, a Ilha de Santa Catarina aumentou consideravelmente a sua densidade demográfica. [...] o primeiro Livro Sesmaria concedida aos açorianos, com inscrições a partir de 1753, registra algumas concessões feitas para Santo Antônio, Cacupé e Sambaqui e em quase todas há registro de

³⁵ O que muda com a colonização do século XIX, nos vales Atlânticos, fazendo com que a demanda por parte desses imigrantes por produtos da pequena produção mercantil (açoriana) alcance a sua ascensão.

³⁶ “Os dados colhidos na documentação compulsada e atrás analisada e discutida, nos oferece esta perspectiva: o litoral catarinense teve, de imediato, com a vinda de açorianos e madeirenses, de 1748 a 1756, um acréscimo de, no mínimo, 6.000 pessoas no seu contingente populacional” (PIAZZA, 1983, p. 155).

³⁷ “O efetivo original açoriano produziu seus rebentos, e a ilha passa por um processo de ocupação e reorganização espacial nunca antes experimentado. As comunidades se multiplicam, e a população se expande, espacial e numericamente” (PEREIRA, 2002, p. 105).

nomes dos extremantes, sinal de que grande parcela da área já estava ocupada e legalizada antes de 1753 (SOARES, 1991, p. 22).

O Governador Manuel Escudeiro Ferreira em 1750 manda elaborar um mapa das freguesias, sendo a primeira vez que se fazia a contagem oficial da população livre (não incluíram os escravos) da Capitania de Santa Catarina, o que permitiu o conhecimento acerca do número de pessoas que viviam da pequena produção nessas localidades e dos militares que havia em Desterro (PEREIRA, 2002).

Em 5.152 habitantes, os cazaes e filhos naturais constituíam 26% e os das ilhas, 63%, assim distribuídos: Santo Antônio- Nossa Senhora das Necessidades em Santo Antônio- com 12% e 88%, respectivamente; Lagoa Nossa Senhora da Conceição- com 13% e 65% e Desterro- Nossa Senhora do Desterro-, apresentando 36% e 51%. Os militares, 11%, seriam constituídos por portugueses e brasileiros. O mapa de 1853 apresentava, se bem que para duas freguesias, um total de 7.983 pessoas, ou seja um aumento de 110%, ou seja, em torno de 40% ao ano, índice encontrado em poucas regiões brasileiras para este período ou mesmo no auge da imigração no século XIX (MIRA, 2002, p.64).

O documento de 1797, feito pelo governador da capitania de Santa Catarina, Miranda Ribeiro, referente à freguesia de Nossa Senhora das Necessidades (Santo Antônio), registra números da sua produção agrícola (**Ilustração 8**), que em 1797 tinha 20.000 alqueires de farinha³⁸, 2.372 de arroz; 1.882 de milho, 1.676 de feijão, 4 de fava, 56 de trigo, 10 de cevada, 6.115 de água ardente, 120 de cachaça, 380 de melado, 120 arrobas de açúcar, 726 de algodão; 5 de café³⁹ e 60 pedras

³⁸ O “preparo da terra para as novas plantações de mandioca, que se fazem primeiro pelas encostas e morros, depois pelas baixadas e planície” (VÁRZEA, 1985, p. 196). Santo Antônio e Sambaqui vão ter o seu relevo com forte presença de encostas e morros.

³⁹ “As principais **plantações de café** na Ilha foram feitas sob o vice-reinado de Luís de Vasconcelos e Souza, sendo governador de Santa Catarina o Major José Pereira Pinto, cuja fecunda e brilhante administração durou de 7 de junho de 1786 a 17 de janeiro de 1791. Desde então esse ramo de cultura começou a dar os melhores resultados, não só aí como no continente, iniciando-se logo depois uma regular exportação para o estrangeiro, onde o café

de linho (SOARES, 1991). No mesmo documento consta que em 1796⁴⁰ existiam na freguesia 2.048 pessoas. Em 1810, Santo Antônio apresenta uma população de 3.367 pessoas (PAULI 1973).

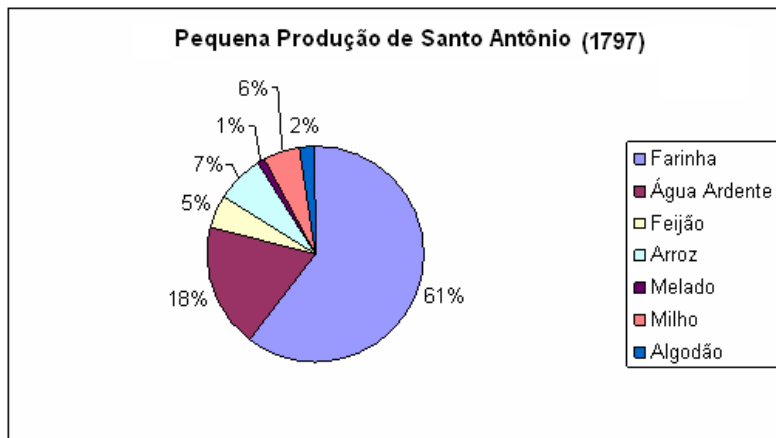


Ilustração 8: Produção Agrícola da Freguesia de Santo Antônio
 Fonte: Pauli, (1973).

Se compararmos a produção da freguesia de Nossa Senhora das Necessidades com a quantidade dos gêneros que eram exportados na Ilha (Tabela 6) no mesmo período, percebe-se que o principal produto, a farinha de mandioca, tem na freguesia uma produção de 20.000 alqueires, um número elevado se comparado com o valor exportado por toda a Ilha de 28.333 alqueires. Além da farinha, outros alimentos plantados na área de estudo chegam a valores próximos com os da tabela, como o arroz, e outros superam os valores exibidos abaixo como a produção de milho e feijão. Isso demonstra o potencial agrícola da região.

catarinense, particularmente o da Ilha, foi considerado de excelente qualidade[...] A plantação do café nas freguesias e arraiais da Ilha fez-se certa época com a maior irregularidade, como de resto se procedia com a mandioca, da cana, do milho[...] A uberdade do solo catarinense, em geral, é tão considerável que o cafeeiro, ao contrário do que se observa (em outros Estado)[...] onde ele é sempre de pequenas proporções, atinge ali tamanho, semelhando quase árvore” (VÁRZEA, 1985, p. 225).

⁴⁰ “A população catarinense levou trinta e cinco anos- 1795 a 1832- para duplicar, enquanto o número de habitantes da Ilha somente dobrou em quarenta e cinco anos- 1795- 1840, indicando um ritmo lento em alguns anos até retrógrado” (MIRA, 2002, p. 65).

TABELA 6: Gêneros Exportados na Ilha de Santa Catarina-1796

Produtos	Quantidade
Farinha de Mandioca	28.333 alqueires
Arroz	3.815 alqueires
Milho	1.822 alqueires
Feijão	1.585 alqueires
Aguardente	35 alqueires
Açúcar	662 arrobas

FONTE: Silva (1992, p.68). Tabela alterada por Giselli Ventura de Jesus. OBS: na tabela original aparece outros produtos exportados, que não está descrito nesta.

A farinha de mandioca apresenta grande destaque em relação aos demais gêneros na economia da Ilha, por ser um produto exportável. No século XVIII, a freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio já se destacava na produção de farinha de mandioca, um dos produtos mais comercializados, o que demonstra a forte atuação da pequena produção mercantil açoriana local. A freguesia, além de produzir o principal produto da economia açoriana, o qual era exportado, tinha ainda o privilégio de ter um porto para o escoamento da produção.

Apesar de ter uma grande produção do gênero da farinha de mandioca, o quadro de pobreza era grande entre os pequenos agricultores, como observamos em relatos de navegadores como La Pérouse, aportando pela segunda vez na Ilha em 1783. Segundo seu relato, “o desbravamento da mata tinha tido um certo incremento, mas a região continuava pobre, faltavam ali artigos manufaturados e as pessoas do campo continuavam a andar quase nuas ou apenas em trapos” (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 124 e 125).

Mas se o pequeno produtor produzia e exportava, porque o estado de pobreza continuava? Esse questionamento pode ser explicado através de uma pesquisa feita nos arquivos das **Câmaras Municipais ao Governador da Capitania de 1776 a 1808**, onde se encontram provas de que a farinha de mandioca era o maior gênero de exportação e consumo da Ilha de Santa Catarina. E que “só depois de supridas as necessidades do povo é que a Fazenda Real podia comprá-la para as tropas” (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Tomo IX, vol1, cx 49, p.45), por outro lado, na prática não era isso que acontecia devido

à presença de atravessadores preocupados apenas com os lucros. “A baixa de estoque devia-se muitas vezes, à trapaça de revendedores que passavam propinas à mão ávida na Corte, nas repartições da Fazenda” (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Tomo IX, vol1, cx 49, p.45).

A pobreza vinculada também à falta, muitas vezes, da Farinha de mandioca, ocorria porque o pequeno produtor que abastecia o mercado nem sempre recebia pelo fornecimento do produto, pois a milícia também nem sempre recebia em dia da Coroa Portuguesa o seu pagamento. Mas os interesses na comercialização da farinha eram outro motivo decorrente da irregularidade na distribuição desse gênero no consumo interno, o que fica novamente comprovado em um dos **Ofícios do Governador à Câmara Municipal (1752-1817)**, datado de 5 de setembro de 1787:

Desde que cheguei a este Governo, tenho feito as mais sérias reflexões sobre a grande irregularidade com que se exporta desta Capitania a farinha de Mandioca, que sendo meu gênero da primeira necessidade, se deve segurar primeiramente subsistência destes Povos, e só da que sobrar se pode permitir a sua extração; e tendo sucedido muito pelo contrário o ano paçado, em que os Povos, padecerão a grande necessidade, que VMces todos virão, e algunz experimentarão, por se ter permitido, fosse para a Baía, Pernambuco [...] Eu não poso ver com indiferença, que Povos que estão debaixo do meu Governo, e que tantas vezes tem tido a felicidade de merecerem as recomendações de S.Mag vejam expostas as mesmas necessidades (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Ofícios do Governador à câmara Municipal (1752-1817), Tomo II, v.1, Cx 49, p.32 e 33).

A articulação da comercialização da farinha de mandioca era feita, sobretudo, pela Coroa, que tinha sempre o objetivo de lucrar com esse comércio e fortalecer suas alianças com o capital comercial que era dependente de Portugal. Os agricultores, apesar de terem o direito a seu meio de trabalho (a terra) deviam algumas obrigações como fornecer alimento à milícia, obedecendo dessa forma ao seu senhor feudal, o Rei.

A dominação dos pequenos agricultores, no entanto, não estava calcada apenas no plano da produção. A comercialização, igualmente, obedecia aos ditames do poder instituído, ao serem obrigados a abastecer os armazéns reais, de onde os produtos tinham duplo destino: alimentar a burocracia político-militar e o excedente, abastecer outras áreas da Colônia, o que indiretamente se articulava aos interesses metropolitanos, ao subsidiar outras produções coloniais (SILVA, 1992, p.67).

Oswaldo Cabral (1972) explicita que no ano de 1788 teve início um período de abundância, e a exportação era permitida já em 1790, o Vice-Rei “que nessa época achava que a miséria dos moradores era devida à sua malandragem”, deu permissão ao Conde Resende, seu protegido, para “carregar no porto do Desterro toda a farinha que precisar [...] arrematara ele o contrato dos dízimos de Pernambuco e teria prejuízos tremendos, pela considerável falta de farinhas” (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 1995, p.46). E devido a esse fato o vice-Rei solicita ainda ao governador da Ilha de Santa Catarina, Soares de Coimbra⁴¹, “a aquisição de 4 mil alqueires de farinha, e regulará isto em forma que o meu afilhado, a quem estimo tanto, fique servido e os povos não sintam” (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 1995, p.46).

“A classe senhorial e pequenos produtores mercantis que abasteciam o mercado interno catarinense” (SILVA, 1992, p. 69), que ao mesmo tempo mantinham relações, e, exportavam principalmente para o Rio de Janeiro, e outras regiões. Esses mesmo produtos eram igualmente exportados para Rio Grande, onde as tropas

Tinham prioridade no recebimento da farinha e não pagavam taxa de exportação. Dado a essa irregularidade, em 1793, as farinhas foram retidas nos armazéns gerais, exceto aquelas destinadas ao povo. Isto também se deve a alguns açabarcadores

⁴¹ A relação entre o Vice-Rei do Brasil Luiz Carlos da Cunha Menezes, e o Conde Resende eram bem próximas. Cabral deixa claro esse estreitamento não só nas relações comerciais como também nas decisões políticas: “O Vice-Rei, que não era boa tinta, o Conde de Resende, não teve dúvidas, mandou chamar Coimbra à Côrte e mandou para cá o Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro para assumir, interinamente, o comando civil e militar da Ilha e Capitania” (CABRAL, 1972, p.29).

que compravam a farinha em S.Catarina alegando que eram para as tropas do Rio Grande e mal saíam da barra, mudavam o rumo das embarcações e iam vende-las noutras parte. Em 1803 a farinha sumiu no mercado. Os açambarcadores seguraram o produto e o venderam clandestinamente aos mercados na Bahia e Pernambuco, onde havia grande procura e melhor preço. Por esse motivo, em 1807, o Conde dos Arcos determina ao Governador Luis Maurício da Silveira que exerça a maior vigilância sobre os atravessadores que desviavam o produto (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 1995, p.46).

O Rio de Janeiro foi o que mais comercializou com Santa Catarina e depois o Rio Grande do Sul, que também mantinha interesse na comercialização com a Ilha, pois fornecia a ela “o gado e o charque, evidenciando que a economia brasileira, mesmo em sua fase inicial, era totalmente articulada” (SILVA, 1992, p. 69).

Esse tipo de comercialização da farinha ocorria de forma centralizadora, pois era diretamente, influenciado e pressionado pelos capitais comerciais tanto de Desterro como do Rio de Janeiro, o que contribuiu para o atraso das áreas de pequena produção mercantil açoriana.

Essa relação política e a economia têm em um cenário nacional, em que coexistiam duas forças comandando os rumos internos da colônia, de acordo com os interesses externos da Metrópole. No primeiro momento, Rangel (1981) caracteriza a existência de dois tipos de sócios da coroa: o “sócio-menor”, senhor de escravos que dominava a economia, e em segundo o “sócio-maior”, ou seja, o capital comercial que tinha a hegemonia política por estar ligado diretamente a Portugal. Assim, o primeiro produzia e o segundo comercializava.

Essa relação entre sócio-maior e menor se configura de forma diferenciada em Desterro, pois não era uma área de Latifúndio e sim de pequena produção, o que determina a sua especificidade diante do cenário brasileiro. Por outro lado, como relatamos, o **capital comercial** que comandava a comercialização era dirigido pelo poder administrativo

centralizador no Rio de Janeiro⁴². Os fornecedores, por sua vez, eram os imigrantes açorianos que, mesmo donos do seu meio de trabalho, viviam como se fosse em glebas as quais deviam favores a coroa portuguesa, como o fornecimento de produtos.

A obrigatoriedade dos pequenos produtores em “munir os armazéns reais” (SILVA, 1992, p. 69) termina em 1801, o que dá mais liberdade e melhora a sua situação financeira, já que não tem mais obrigação com a Coroa portuguesa que mantinha a exploração e domínio de sua produção. Isso, no século XIX, vai ajudar no impulso da pequena produção mercantil, não apenas na vinda de imigrantes para os Vales Atlânticos, como também pelo fato de não serem obrigados a se submeterem ao fornecimento para o governo português.

⁴² “Até 1738, Santa Catarina e o seu território tinham constituído parte integrante da Província de São Paulo, mas a partir dessa época eles passaram a ter um governo separado, mas subordinado ao do Rio de Janeiro” (SAINT-HILAIRE, 1978, p.122).

1.1.5- A presença da população de origem afrodescendente

Apesar da forte presença de açorianos, em decorrência da política de povoamento implementada pelo governo português no século XVIII, a presença de negros na Ilha também ocorreu, mas não de forma tão significativa quanto no restante do Brasil, onde a principal mão-de-obra na terra era escrava. No litoral catarinense, sempre prevaleceu a mão-de-obra baseada na pequena produção.

A presença de afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina já era descrita pelos navegadores, antes mesmo da chegada dos imigrantes açorianos no século XVIII. Isso é confirmado por Cabral por meio de relatos de navegadores onde descreviam que era “[...] provável que já houvesse um ou outro negro, mas sem a condição de escravo. Frézier viu em Desterro, no ano de 1713, alguns homens de cor e assinala que eram livres” (CABRAL, 1972, p. 85). Ainda no mesmo século, “[...] em 1763, Bougainville aportou a Santa Catarina, a cidade contava apenas com cerca de 150 casas, todas térreas. Era habitada por brancos, negros-principalmente mestiços, [...] e índios” (SAINT-HILAIRE, 1978, p.124).

O governador da Província de Santa Catarina em 1797, João Alberto de Miranda, traz em número condizente com a quantidade de escravos, antes mesmo da chegada de casais açorianos, através do relatório destinado a Dom José de Castro, Conde de Resende, relatando:

Finalmente é necessário advertir que vindos os primeiros casais das Ilhas dos Açores para povoarem esta ilha no ano de 1748, já se contavam presentemente 5.191 escravos em toda esta capitania, como se vê no referido mapa da população [...] adquirindo a mais deles à força de seu trabalho (FERREIRA, 2006, p.170 *apud* Microfilme FR256. Coleção Josephina da Coleção Pombalina. FR 1 PBA 453-460v. Torre de Tombo. Lisboa, Portugal).

Outro navegador, Langsdorff no século XIX descreve os negros que avistou na Ilha: “seminus ou mesmo inteiramente nus, deitados no chão, pelas travessas e ruas do seu depósito, à espera de compradores” (CABRAL, 1972, p. 85). Isso nos revela a existência de um comércio, porém não de um tráfico que tivesse relação direta entre o litoral catarinense e o continente africano, como novamente enfatiza Cabral: “Angolas, Benguelas, Moçambiques, informa, procediam do Mercado

do Rio, pois não havia comércio de escravos, diretamente, da Costa d'África com Santa Catarina” (CABRAL, 1972, p. 85). O fato de o Rio de Janeiro ser o fornecedor de escravos justifica-se pela forte relação comercial que se tinha com Desterro. Langsdorff, em 1812, menciona esse tipo de relação comercial, em que se mantinha uma exclusividade, já que “os produtos desta terra são muito variados e podem ser usados como Fonte inesgotável de um rico comércio [...] pode estes não fosse tão limitado e dependente do Rio de Janeiro, pois, os moradores daqui só podem vender seus produtos para esta cidade” (Haro, 1996, p.166).

Além disso, comparando o litoral catarinense com o restante do Brasil, “os escravos existentes em Santa Catarina constituíram um número insignificatíssimo⁴³, comparados com os escravos existentes em outras províncias” (CABRAL, 1939, p.167). A pouca presença de escravos referente à porcentagem de brancos está relacionada principalmente ao modo de produção, que se diferenciava do latifúndio ocorrido em outras regiões brasileiras, as quais necessitavam de mais mão-de-obra do que a pequena produção mercantil açoriana.

O trabalho de Silva (1992) demonstra o aumento do número de escravos no litoral de Santa Catarina em decorrência da pesca da baleia, atividade que gerou renda, não só para a metrópole portuguesa, como também trouxe uma diferenciação social, tendo alguns açorianos conseguido ascender socialmente. Essa é uma das justificativas de se ter “senhores de escravos” na Ilha de Santa Catarina, como também no litoral catarinense.

Os relatos de navegadores nos dão uma pista da presença de negros na Ilha, porém o número exato é difícil de precisar, pois Walter Piazza (1991) observa que só após 1750 iniciam-se os primeiros registros de batismo dos negros nos livros eclesiásticos de Desterro e de sua respectiva origem africana, como Costa de Guiné, congos, moçambiques, etc...

De 1750 a 1780, por exemplo, os batismo de escravos na igreja católica não passaram de 326, aumentando, gradualmente, e passando para

⁴³ No trabalho de Ilka Baventura Leite, “Descendentes de Africanos em Santa Catarina: Invisibilidade Histórica e Segregação” (1991), ela critica essa “insignificância” retratada por Cabral, e de como o negro é descrito pela historiografia catarinense, sem considerar o papel e as contribuições que eles tiveram, reforçando, desta forma, a “tese de branqueamento” levantada por ela, já que mesmo pequeno o número de escravos, se comparada com o restante do Brasil, os negros tiveram a sua função na história catarinense.

2.240. Somente na cidade o número pulou de 1.801 para 1.830 no mesmo período, excluído as freguesias da Lagoa (847 para o mesmo período), Santo Antônio (310), e Canasvieira (35) (CORRÊA, 2005, p. 223).

Cada freguesia tinha a sua paróquia, que por sua vez era a responsável pela administração da sua própria localidade, pois a “Igreja fazia parte do Estado, a quem cabia oferecer os recursos para manutenção dos vigários, bem como responder pela conservação dos próprios paroquiais” (SOARES, 1991, p. 103). Cabendo aos padres controlar sua freguesia, bem como os dados referentes aos registros de batismo, casamento e óbito. As provas de que existiam negros na Ilha, como também nas freguesias, só são possíveis devido a esses antigos registros, como na freguesia de Nossa Senhora das Necessidades, Santo Antônio, conforme relato a seguir:

Temos dois livros de batismo de escravo que cobriam o período de 1858 a 1888. Na realidade, o livro 1 (1858-1872) é de batizados de escravos num total de 228 assentos, sendo 115 do sexo masculino e 113 do sexo feminino. Já o livro 2 (1872-1888) é de filhos de escravas, que por força da Lei 2040 de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre), nasceram livres. Neste livro tivemos um total de 85 assentos, sendo 37 crianças batizadas do sexo masculino e 48 do sexo feminino (FERREIRA, 2006, p. 148).

Os livros de batismo da freguesia, por sua vez, não podem ser uma única Fonte de pesquisa, por não serem inteiramente confiáveis e por nem todos os escravos serem batizados no século XIX. Ao observarmos os dados entre os anos de 1858 e 1888, registra-se um total de 228 batizados de escravos, já que o livro 2 se refere aos registros de forros (negros livres), o que nos dá uma noção do número de escravos na região, porém não com exatidão. Se compararmos essas informações com as da Ilustração¹⁰, esse número é inferior ao ano de 1862, em que se apresentavam 442 escravos, mais do que aparece na soma de 30 anos de registros de batismo dos escravos (entre os anos de 1858 a 1888) feitos pela igreja da freguesia de Santo Antônio.

A **Ilustração 9** traz o número da população livre que pouco cresceu de um século para o outro; por outro lado, o número de escravos

e forros (escravos alforriados) aumentou. Outro detalhe revelado pela tabela é o fato de mesmo antes da lei do “Ventre Livre” (1871) e da “Abolição da Escravatura” (1888), a quantidade de negros que ganharam direito à liberdade cresceu de 27 em 1796 para 126 em 1862, um número relativamente alto para o período.

Ano	1796*		1862**	
	Absolutos	Relativos	Absolutos	Relativos
Livres	2048	83,69%	2061	78,39%
Forros	27	1,10%	126	4,79%
Escravos	372	15,20%	442	16,81%
Total	2447	100%	2629	100%

Fontes: * Resumo geral de toda a população pertencente ao governo da Capitania da Ilha de Santa Catarina em 01.10.1796. Governador João Alberto de Miranda Ribeiro. Microfilme FR 256. Coleção Josephina da Coleção Pombalina. FR 1 PBA 453-460v. Torre do Tombo. Lisboa, Portugal.

** Mapa da População da Província de Santa Catarina no ano de 1862. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

Ilustração 9: População livre e escravos

FONTE: Ferreira (2006, p.149).

Mesmo com a presença dessas informações, contatam-se muitas fugas de escravos como retratam os jornais de Desterro, e a venda e a fuga (ANEXO D) de negros na Ilha eram notícias constantemente descritas nos jornais de circulação. A própria venda de escravos, apesar de ser pouco oferecida aos leitores, existia, pois não era um comércio abundante como no restante do Brasil, onde em alguns períodos ocorria mais procura do que oferta.

Cabral descreve como funcionava o comércio de escravos no Centro de Desterro:

Os machos davam bons marinheiros que os senhores, quando não eram eles mesmos os armadores ou mestres de embarcação, alugavam aos que fossem. (...) Poucos anúncios, entretanto, pois nas rodas marítimas sabia-se quem estava para ser vendido e quem andava buscando comprar. Na rua augusta qualquer um sabia informar. Era a rua dos armadores, dos negociantes que faziam as suas transações por grosso e viviam as voltas pelo comércio marítimo (CABRAL, 1972, p.98).

Ressalte-se que o tipo de economia existente (a pequena produção) favorecia a redução desse tipo de mão-de-obra escrava, diferente de outras regiões, com exceção no período de pesca da baleia. O outro aspecto é o concernente à fuga desses escravos, que mesmo com um tratamento diferenciado, se evadiam. Como sabemos, os escravos do litoral catarinense, comparados aos de outras províncias, não trabalhavam apenas na lavoura e nem sempre eram acompanhados de um capataz controlando todos os seus passos, o que facilitava as fugas. Além disso, estavam em geral mais voltados para as atividades urbanas, principalmente domésticas e ligadas à construção, pois viam-se com frequência “alguns negros carregando pedras para a construção” (PAULI, 1987, p.180). Contudo, salvo algumas exceções, os escravos trabalhavam no campo ou mesmo nas atividades portuárias.

Muitos escravos tinham uma “liberdade” mal interpretada pelos próprios escravos e os senhores que as concediam, o que é retratado em uma das cartas enviadas ao juiz de paz da freguesia de Santo Antônio, em 1831, dirigida ao presidente da província:

Cumpre-me também participar a V. Ex^a que, em virtude do seu ofício de 25 de outubro findo, fiz aparecer a força das guardas municipais deste Distrito em rondas pelos bairros do que resultou os escravos ficarem muito submissos, e despersuadidos da mal entendida liberdade que pensavam ter, que também alguns livres não querem saber de entender (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Carta ao Juiz de paz, Antônio Manoel de Souto ao presidente da Província em 23 de novembro de 1831).

Apesar dessa liberdade, como então se justificariam essas fugas? O médico e naturalista francês Renato Lesson nos dá uma das mais fortes hipóteses dessas fugas percebidas por ele ao aportar em Desterro no ano de 1822: estaria vinculada à miséria dos escravos, já que pertenciam “a senhores pouco abastados, andavam mal alimentados e mal vestidos” (PAULI, 1987, p.180).

Uma dessas fugas foi descrita pelo jornal “O Despertador” (ANEXO E) no dia 27 de Junho de 1865, no ancoradouro de Santa Cruz, localizado na freguesia de Santo Antônio, na Ponta do Sambaqui. A notícia não relata apenas a fuga dos negros, mas um dos tipos de atividade que exerciam para os seus Senhores na freguesia, e a vontade

de viajar e conhecer outros lugares, já que muitos dos navegadores que aqui aportavam vinham de diferentes continentes.

No dia vinte deste mez, aportou em Santo Antônio uma lancha de navio norte-americano e, retirando-se à noite, desapareceram com ela dois escravos. Um crioulo, de nome Frutuoso, escravo de João José da Cunha e Silva; e o pardo Joaquim, escravo de João Teodózio Machado, ambos escravos habituados ao serviço do mar, sendo que o primeiro há muito dizia que havia de fugir com os americanos. O navio saiu hoje, tocado do vento rijo que sopra do Sul. O tratamento que recebião esses escravos, que mais parecião livres, é indício que só o desejo de viajar e correr o mundo, os levou a abandonar os Senhores (O Despertador, 1865, p. 01).

A **Ilustração 10** apresenta o número de escravos existentes na Capital e nas demais freguesias da Ilha de Santa Catarina, comprovando que a grande quantidade de escravos, em número absoluto, se concentrava na Capital. Já relacionando o número total de habitantes brancos com os de origem afrodescendente, a freguesia do Ribeirão supera a do centro de Desterro, em 1810, devido à pesca da baleia.

FREGUESIA	1810			1855			1856			1866			1872		
	Escrava	Total	%	Escrava	Total	%	Escrava	Total	%	Escrava	Total	%	Escrava	Total	%
Capital	1.689	5.250	32,17	1.436	5.611	25,59	1.351	5.614	24,06	1.263	6.474	19,50	1.622	9.108	17,80
Sto. Antônio	602	3.347	17,98	554	3.033	18,26	580	3.196	18,14	394	2.666	14,77	405	3.006	13,47
Ribeirão	423	1.144	37,97	640	2.651	24,14	686	2.923	23,46	519	2.712	19,13	275	2.997	9,17
Lagoa	599	2.370	25,27	118	2.888	4,08	394	2.877	13,66	479	3.025	16,49	411	3.300	13,36
Rio Vermelho	-	-	-	345	1.644	20,98	366	1.990	18,36	241	1.656	14,55	186	1.768	10,40
Canasvieiras	-	-	-	347	2.275	15,25	331	2.338	14,16	323	2.641	12,23	385	3.854	9,98
Trindade	-	-	-	252	1.811	13,91	270	2.038	13,24	197	1.925	10,23	117	2.292	5,10

Ilustração 10: População das Freguesias da Ilha de Santa Catarina
 FONTE: Cardoso (2000, p. 134).

No período colonial, a pesca da baleia gerava uma manufatura que articulava o Brasil às estruturas mundiais. “A referida exploração alimentava as burguesias mercantis metropolitanas e contribuía – ao lado de outros produtos coloniais – para acelerar o processo de acumulação primitiva do capital na Europa” (SILVA, 1992, p. 75). Tais produtos, como a farinha de mandioca, o peixe seco, milho, feijão, café, dentre outros, eram provenientes da produção da “classe senhorial e pequenos produtores mercantis que abasteciam o mercado interno catarinense” (SILVA, 1992, p. 69). Desterro era abastecido por essas duas classes, como também o aparato político-militar; por sua vez, esse mercado se entrelaçava aos do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e países platinos, principalmente pela farinha de mandioca.

Essa “classe senhorial” vai ter como diferenciação na área de estudo, não só a grande quantidade de terras mas também um engenho que beneficiasse os produtos produzidos em sua propriedade como de alguns pequenos produtores. Eram os escravos que auxiliavam nesse processo, mas com o fim da mão-de-obra escrava esse quadro se modifica. Segundo alguns relatos e entrevistas, após a colheita da mandioca e no preparo da farinha, por exemplo, chamavam-se pessoas na localidade para descascar e integrar todo o processo, que recebiam, em troca, uma parte da produção. Muitos utilizavam para o próprio consumo, ou mesmo trocavam o excedente por outros produtos. Por ter uma grande produção, o senhor “dono do recurso” revendia na cidade, abastecendo como muitos outros e até mesmo alguns pequenos produtores a burguesia comercial de Desterro.

O pequeno produtor mercantil vendia sua força de trabalho à burguesia comercial, ao abastecer Desterro com suas mercadorias, pois era essa burguesia mercantil que, por conseguinte, abastecia outras regiões do Brasil através do excedente, além de enviar essas mercadorias a outros países, permitindo assim acumular capital através dessas relações comerciais. Outra classe que emergiu é foi a senhorial, na qual pequenos produtores com uma grande quantidade de terra e vinculados ao processo manufatureiro conseguiam ascender. Ao negociar seus produtos em outros locais como o centro de Desterro, destacavam-se dos demais produtores. Essa acumulação ficava concentrada na colônia nas mãos dessa pequena camada senhorial.

há indícios de que esta nova classe social- a classe senhorial- concomitantemente, realizava comercializações no espaço urbano. Esta era a prova mais cabal de que, a exemplo do que

ocorria nos grandes centros do Rio de Janeiro, o sistema colonial, contraditoriamente, desenvolvia uma burguesia mercantil escravista, que como lembra Novais, funcionava como engrenagem do sistema “enquanto as economias centrais se desenvolviam ao nível da acumulação primitiva de capitais” (SILVA, 1992, p. 74).

A presença de comerciantes de origem açoriana na freguesia de Santo Antônio de Lisboa, atuantes em Desterro no século XIX, foi marcante nesse período, pois muitas famílias tradicionais, detentoras de grandes propriedades de terras, comerciantes, ou ligadas a cargos vinculados ao governo se destacaram na região. Dentre as famílias envolvidas com comércio e na política temos, por exemplo, João Pinto da Luz, um político e comerciante, “de origem coronelista, (que se destacou como) negociante e armador, (e) chefe do Partido Cristão, fundado em 1847” (CRUZ, 2008, p. 72). Seu comércio encontrava-se na Rua Augusta, próxima à Praça XV de Novembro, que hoje leva o seu nome, Rua João Pinto⁴⁴. Outra família da região que se destacou tanto no comércio como na política foi Marcos Antônio da Silva Mafra, onde exerceu a atividade comercial ainda jovem, “instalando seus negócios na Praça de Desterro. Fez fortuna e pelo menos uma vez socorreu com suas posses os combalidos cofres do Tesouro Provincial” (SOARES, 1991, p. 135). Um dos descendentes de Mafra teve um papel importante na política catarinense ao definir os limites do Estado, foi ele o Conselheiro Mafra⁴⁵, sendo homenageado ao ganhar o seu nome em uma das principais ruas comerciais do centro de Desterro/Florianópolis.

⁴⁴ Segundo Hübener (1991), até o início da segunda metade do século XIX, o centro de Desterro tinha três categorias comerciais: 1) Comércio Portuário, onde se concentrava na Rua Augusta (atual João Pinto) os atacadistas ou comissários de grandes companhias nacionais e estrangeiras; e, na rua e Largo Palácio (Rua Tenente Silveira) os varejistas ou retalhistas. 2) Exportadores de farinha de mandioca, sendo as principais firmas: “João Prado Lemos & Cia”, “Barbosa Veiga & Cia”, “Boaventura da Costa Vinhas”, “Ernesto Vahl & Cia”, e “Domingos Luiz da Costa”. 3) casas comerciais britânicas, em que a consignação estava com: “Antônio Joaquim Wanzeller” e “Wellman & Bade”. “Nas décadas seguintes, aparecem como armadores aproveitando o fluxo de pessoas e mercadorias, Antônio Joaquim Wanzeller e Boaventura da Costa Vinhas, ao lado de **João Pinto da Luz** [...] indicando o desaparecimento dos exportadores exclusivos de farinha” (CRUZ, 2008, p. 71 e 72).

⁴⁵ É a partir de 1889 [...] com a proclamação da República, muitas ruas, cujos nomes homenageavam a família real, foram substituídos por nomes de republicanos e revolucionários [...] Seguindo as determinações da época, a Rua do Príncipe, por centralizar o comércio de tecidos e outras mercadorias, passou a se chamar Rua do Comércio, sendo nomeada em 1900 de Rua Altino Corrêa, oficial legalista, embora a população continuasse a chamá-la de Rua do Comércio. Finalmente em 1910, em homenagem ao advogado político Manoel de Silva Mafra,

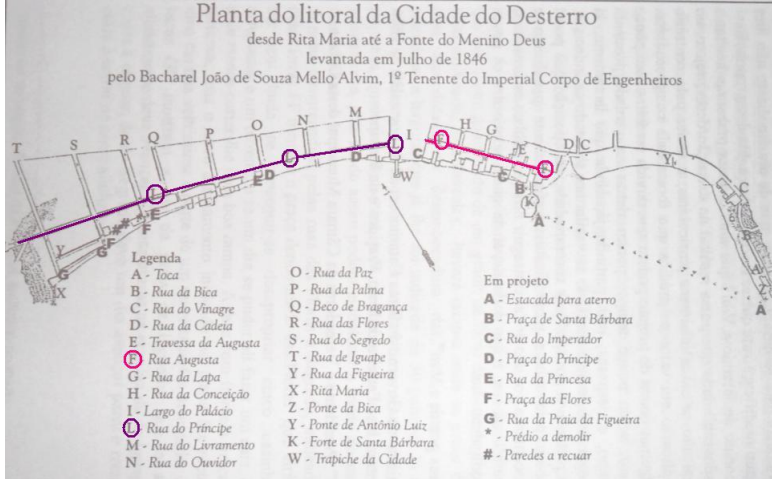


Ilustração 11: Principais ruas comerciais: Rua João Pinto e Conselheiro Mafra. Ilustração alterada por Giselli Ventura de Jesus.
FONTE: (MAMIGONIAN, 1999, p.188).

Sendo Desterro uma das mais importantes praças comerciais do sul do Brasil, ambas as “ruas Augusta e Príncipe (atuais João Pinto e Conselheiro Mafra) concentravam o comércio atacadista e varejista, além das sedes das companhias de comércio” (Mamigonian, 1999, p.180), ver **Ilustração 11**. Isso demonstra a importância que teve o distrito de Santo Antônio no cenário político e econômico da formação socioespacial da Ilha de Santa Catarina.

Apesar do Distrito de Santo Antônio de Lisboa não ter em sua proximidade nenhuma atividade ligada à pesca baleeira, conseguiu acumular um excedente devido a sua grande concentração de pequenos agricultores, tendo alguns conseguido ascenderem como classe senhorial (Tabela 10), por terem grandes porções de terras, o que possibilitou a compra de escravos. Por isso, “a aquisição de mão-de-obra escrava esbarrava numa condição favorável a pequenos produtores; tratava-se da abundância de recursos, notadamente a disponibilidade de terras, o que conferia a possibilidade de ascensão social para esta categoria” (SILVA, 1992, p. 64). Por outro lado, muitos se destacaram na política como no comércio, tendo condições de também adquirir mão-de-obra escrava, essas duas atividades deram origem a burguesia político-militar, e a uma burguesia mercantil.

pelo papel que desempenhou na questão dos limites contestados entre Santa Catarina e Paraná, passou a se chamar **Rua Conselheiro Mafra** (NONNENMCHER, 2002, p.11 e 12) (*grifo nosso*).

Contudo, a mão-de-obra escrava no litoral catarinense foi mais utilizada na atividade da pesca da baleia, por apresentar uma mercadoria com bastante valor agregado. Essa atividade contribuiu também para o assalariamento, em período de safra, a alguns açorianos, principalmente em locais onde se instalaram essa armação. O restante das freguesias sem essas armações era favorecido através da venda de produtos ligados a pequena produção mercantil, que muitas vezes poderia negociar até mesmo escravos como valor de troca.

Outra diferença do restante da formação brasileira é que na Ilha a maioria dos escravos não trabalhava na agricultura e sim em trabalhos domésticos. E os que compravam os escravos se concentravam na vila, pois eram os que tinham posses “como autoridades, comerciantes e outros [...] as atividades escravas resumiam-se quase exclusivamente a trabalhos domésticos. Eram raros os senhores de extensas terras cultivadas no interior da ilha que possuíam grande quantidade de escravos” (CORRÊA, 2005, p. 224).

Destes números se depreende que a maior concentração de cativos era verificada na Vila- e isto quer dizer, também, que os escravos, em sua maioria, não eram empregados na lavoura, cuja a atividade se processava justamente fora do seus limites, nas outras freguesias da Ilha- S. Antônio, Lagoa Ribeirão (CABRAL, 1972, p. 85).

A vila era onde se concentrava tanto o comércio de escravos como um grande número deles, mas a pobreza existente em toda a Ilha deve ser apontada, pois ela irá justificar não só a fuga de escravos como a relação da desigualdade social que se segue mesmo no século XX, como abordado no decorrer deste trabalho.

A pobreza por parte desses imigrantes açorianos é constantemente relatada por navegadores, situação que mudou em 1801, com o fim da obrigatoriedade de abastecer o governo, e, sobretudo, com a ascensão da pequena produção mercantil no final do século XIX. Apesar disso, nas freguesias no interior da Ilha de Santa Catarina havia alguns Senhores de escravos.

A freguesia de Santo Antônio não fugiu à regra, pois algumas famílias importantes na região tinham a posse de escravos, registrada pela igreja através dos livros de batismo de 1861 a 1872 da freguesia (Tabela 7) apresentada na tese de Ferreira (2006), tendo um total de 504 escravos, dos quais são definidos os senhores de escravos em três tipos, segundo a

classificação de Paulino de Jesus Francisco Cardoso (2004): uma de “**grandes plantéis**” com mais de vinte escravos; os “**médios plantéis**” que constituem entre dez a vinte escravos, e o último como “**pequenos plantéis**” que constitui menos de dez escravos. Ou seja, podemos concluir que tivemos 6 grandes plantéis, quinze médios e em sua maioria 21 pequenos plantéis, esses geralmente herdados por seus descendentes como, por exemplo, o casal:

Alferes João José Pereira e Dona Floriana Rosa de Serpa Pereira tiveram 27 escravos. O filho o Major José Pereira Serpa se casou com Dona Maria Laureana de Andrade e tiveram 8 escravos. O filho Venâncio José Pereira que se casou com Maria Angélica Pereira, teve apenas um escravo [...] Francisca de Assis Pereira se casou com Cândido José Goulart e tiveram cinco escravos. Mariano José Pereira se casou com Maria Basília da Cunha e tiveram seis escravos. Júlia Custódia Pereira se casou com o capitão Laureano Antônio Andrade e tiveram quatro escravos (FERREIRA, 2006, p.154).

A **Tabela 7**, com o número de senhores de escravos, demonstra o que já foi relatado, ou seja, região gerou uma camada social capaz de adquirir essa mão-de-obra. Contudo, Ferreira (2006) ressalta que “o número de escravos de cada senhor pode ter sido bem maior do que aqueles que coletei” (FERREIRA, 2006, p.151).

Muitas das famílias apresentadas na **Tabela 7** têm o seu sobrenome em ruas (em negrito), o que indica um vínculo com esses ancestrais, como a Rua Cônego **Serpa**, a principal de Santo Antônio; a Rua Gilson da **Costa** Xavier, estrada geral de Sambaqui, e a Rua Isid **Dutra**, a principal da Barra do Sambaqui. Ainda em Sambaqui, as ruas Oswaldo da **Rocha Pires** e Durval **Pires** da **Cunha** concentram ainda hoje muito dos descendentes com esse sobrenome no local, famílias que tinham muitas terras e engenho. Nota-se que a família “Cunha” era forte por apresentar o seu sobrenome nos três plantéis de escravos, o que representava na época uma ascensão social.

**TABELA 7: Senhores de escravos na Freguesia de Santo Antônio
(1861 a 1872)**

	Senhores	Escravos	Ingênuos
Grandes Plantéis de Escravos	Joaquim José Dias de Siqueira	42	03
	Caetana Maria da Conceição e seu marido Francisco de Souza Pereira	21	06
	João José Pereira e a sua mulher Floriana Rosa de Serpa Pereira	27	
	Angélica Custódia dos Passos, viúva de Antônio Laureano de Andrade	22	
	João José da Cunha	21	1
	Manoel Machado de Aguiar	14	07
Médios Plantéis de Escravos	José Manoel de Lemos e sua mulher Custódia Bernardina dos Passos	18	01
	José Pereira de Souza	16	
	Justino José Alves	12	04
	José Antônio Rodrigues da Luz e sua mulher Josefa Joaquina da Luz	13	02
	José Manoel de Lima e sua mulher Maria Isidra de Lima	11	03
	Luísa Maria Soares	13	01
	Claudino Pedro Goulart e sua mulher Senhorinha Maria da Cunha Goulart	08	04
	João José Ferreira	09	03
	Manoel Francisco da Silva	12	
	Anselmo Custódio de Andrade	11	
	Manoel da Rocha Pires	08	03
	Antônio Joaquina da Encarnação	10	
	Antônio Pereira Machado	10	
Rosa Maria de Assis Cunha	06	04	
Pequenos Plantéis de Escravos	Ana Joaquim Alves	08	01
	Antônio Goulart	08	01
	Antônio Pereira Machado Júnior	08	01
	Custódio Antônio de Lima	05	04
	Francisco José Pereira	08	01
	João Custódio de Andrade	09	
	Laurindo José da Cunha	09	
	Luiz Laureano Caetano	07	02
	Antônio Pereira Pinto	08	
	Cipriana Custódio dos Passos	08	
	Francisca Basília da Cunha	08	
	João Custódio de Lemos	01	07
José Pereira Serpa	08		

	Justina Maria da Conceição, viúva de Silvino Machado de Souza	06	02
	Eufrasina Custódia da Cunha e sua irmã Maria José da Cunha	06	01
	João Antônio Ferreira	07	
	Antônio Joaquim de Siqueira	04	02
	Feliciano Luísa da Costa	06	
	Laurindo José Pinheiro	05	01
	Lucas Francisco Pinheiro	06	
	Mariano José Pereira	05	01

FONTE: FERREIRA, 2006, p.152 e 153 *apud* Livro de batismo de escravos 1 e 2, livros de óbitos 1 e 7. AHESC, livro de notas e escritura de escravos de 1861 a 1872, CRCSAL. Tabela alterada por Giselli Ventura de Jesus.

Essas são possíveis ligações, mas há também outras famílias importantes que não foram nome de rua, porém tiveram participação na política e merecem ser lembradas. Segundo Soares, são descritas 7 famílias que tiveram papel importante na política: os Andrade⁴⁶, os Mafra⁴⁷, os Pereira Serpa⁴⁸, os Pinto da Luz⁴⁹, os Lisboa⁵⁰, os Rocha

⁴⁶ Padre Lourenço Rodrigues de **Andrade** “foi o primeiro da Freguesia de Santo Antônio de Lisboa a alcançar projeção política fora da Província” (SOARES, 1991, p. 134) sendo escolhido em 1821, como representante de Santa Catarina na Corte de Lisboa. A família “Andrade” é uma ainda uma das famílias tradicionais da região, inclusive uma das incentivadoras da cultura açoriana.

⁴⁷ Outro político que se destacou em Santo Antônio foi José da **Silva Mafra**, nascido em 1788, “em 1798 participa da campanha militar no Rio Grande do SUL [...] em 1820, já como sargento-mor, comanda a fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Dez anos depois se reforma no posto de tenente-coronel [...] em 1824, assume a Secretaria da Presidência da Província” (SOARES, 1991, p. 135). Além da função militar se engajou na política como deputado da Assembléia Legislativa Provincial de 1835 a 1843. “Foi vice-presidente da Assembléia em 1840 e em 1843[...] 1º vice-presidente da Província cargo que ocupou até 1844. Com o falecimento do Padre Lourenço Rodrigues de Andrade” (SOARES, 1991, p. 135) ocupa sua vaga no senado. José da Silva Mafra alcançou diversos outros cargos na carreira militar, e na política como vereador da Câmara Municipal de Desterro 1829 chegando a presidente em 1833. Um de seus cinco filhos, Manoel da Silva Mafra, nascido em Cacupé em 1831, também fez carreira, primeiro como “juiz de direito, exerceu esse cargo em Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. Foi Deputado na Assembléia Legislativa Provincial nas legislaturas 1860-1861, 1868-1869, 1972-1873, 1878-1879 e 1880-1881. Foi deputado geral do Império [...] Ministro da Justiça” (SOARES, 1991, p. 136).

⁴⁸ O padre José Fabriciano **Pereira Serpa** (1844- 1922) filho de José Pereira Serpa, que por curiosidade era major e como consta na Tabela 10 era um dos proprietários de escravos da região, o que indica que vinha de uma família com posses. Ele também foi padre durante 53 anos na paróquia de Nossa Senhora das Necessidades, além disso, “ingressa na política e

Pires⁵¹, e o Francisco Silva⁵², todas tem em comum serem descendentes de açorianos. Outra morador da localidade que participou ativamente da

concorrer a uma cadeira de deputado na Assembléia Legislativa Provincial [...] (1878-1879) [...] No ano seguinte volta à Assembléia Provincial, como representante de Lages” (SOARES, 1991, p. 137).

49

A família **Pinto da Luz** também tem sua origem na freguesia de Santo Antônio, e por gerações permaneceu na política, tendo como patriarca e matriarca “o casal Manoel Rodrigues da Luz e Vivência da Encarnação”, ambos de descendência das Ilhas dos Açores. “Dois netos desse casal e um bisneto tiveram liderança na Política catarinense do século passado e início deste. Foram eles: João Pinto da Luz, José Maria da Luz” (SOARES, 1991, p. 138). Político de grande influência liderou por muito tempo o Partido Conservador. Foi deputado na Assembléia Legislativa Provincial (SOARES, 1991, p. 138) de 1850 a 1853, e de 1864 a 1865. João Pinto da Luz teve vários descendentes, mas os que se destacaram no cenário político foram: o “almirante José Pinto da Luz, que foi Ministro da Marinha no governo de Campos Sales e Elesbão Pinto da Luz. Este foi deputado na Assembléia Constituinte Estadual e à 1ª legislatura (1892-1894). Foi uma das vítimas da Revolução Federalista, sendo morto na Fortaleza de Anhatomirim. O segundo bisneto da família “Pinto Luz” é José Maria da Luz (1806-1887) que também se destacou como comerciante em Desterro, “político como o irmão, foi deputado provincial de 1848 a 1857, de 1860-1861, e de 1872-1873. O marechal Francisco Carlos da Luz um dos filhos de José Maria da Luz foi duas vezes deputado “uma na assembléia Geral (1861-1864) e outra na Assembléia Provincial (1876-1877). Seu neto, Edmundo da Luz Pinto, teve, igualmente, projeção política, sendo várias vezes deputado estadual e federal” (SOARES, 1991, p. 138 e 139).

50

Mais recentemente a família **Lisboa** teve também sua origem na freguesia de Santo Antônio e uma participação tanto no comércio local, até hoje, como na política. Os “Lisboas” tiveram como base da árvore genealógica, Raul Francisco Lisboa (1888- 1970) conhecido em todo norte da Ilha por exercer a homeopatia. Ele foi marinheiro, sua primeira atividade profissional, posteriormente passa a ser por muito tempo intendente distrital da freguesia, de 1930 a 1951, saindo em 1945 com a queda de Getúlio Vargas, e retorna em 1947 com a redemocratização do país, sendo um dos líderes do PSD no Distrito. Seu filho Osni Raul Lisboa ligado ao PTB sendo um dos fundadores do diretório municipal, chegou a ser vereador na Câmara Municipal de Florianópolis por duas legislaturas. Seu descendente Arnaldo Lisboa Filho foi membro do PMDB em 1982 concorrendo ao legislativo municipal ficando como suplente, e posteriormente acaba legislando em 1985, por um curto período, e onde deixa o PMDB e passa para o PDT (SOARES, 1991).

51

Os **Rocha Pires**, naturais de Sambaqui, além de terem nome de rua no distrito também tiveram uma vida política bem ativa. Dois deles: Benjamim da Rocha Pires e Rafael da Rocha Pires, ambos foram intendente do Distrito. O primeiro Benjamim (1865-1930) era vinculado ao Partido Republicano Catarinense sendo nomeado a intendente no segundo governo de Hercílio Luz (1922-1924), o que proporcionou a oportunidade de iniciar a estrada para Sambaqui. Dos seus filhos, apenas um se interessou pela política, Roldão, este foi ligado a UDN chegando a presidir o diretório distrital. O irmão de Benjamim, Rafael da Rocha Pires é nomeado em 1945, pelo prefeito Osvaldo Bulcão Viana como escrivão distrital, e em 1951 é nomeado intendente do Distrito de Antônio pelo prefeito Paulo Fontes. Seu filho Roberto Lapa Pires começa sua atividade política através da nomeação de Paulo Fontes para a Secretaria da Saúde e Assistência Social do Estado, mas ingressa definitivamente na política através da UDN onde três anos depois é eleito vereador da Câmara Municipal de Florianópolis, reelegendo no ano seguinte, sendo o mais votado em sua bancada (SOARES, 1991).

vida política e comercial do distrito foi Isid Dutra⁵³, apesar de ter vindo da região de Laguna, após ter casado com Almerinda Lima Dutra nunca mais saiu da localidade. A presença de dois padres (Andrade e P.Serpa) justifica os poderes políticos da Igreja (ANEXO J). Outras funções como a carreira militar também foram comuns entre um Mafra e um Lisboa. Das famílias da freguesia, havia a presença de comerciantes que se destacaram em Desterro (Mafra e Pinto da Luz), ou mesmo comerciantes locais como Isid Dutra, Francisco Silva e os Lisboa. A família Rocha Pires se destacou, principalmente, pela atividade ligada à agricultura, e por terem muitas terras.

Rafael da Rocha Pires é um dos que ingressaram na política, sendo o líder na comunidade do partido da UDN, mas relata que “iniciou a vida ajudando o pai na atividade agrícola, cuja propriedade alcançava larga faixa de terras, bem próxima à praia de Sambaqui” (SOUZA, 1991, p.142). Lembrando que boa parte da produção agrícola se concentrava na Barra do Sambaqui conhecida como “Colônia”. Não se pode esquecer de outra classe existente no Distrito, a “burguesia político-militar” como aponta a Ilustração 12, tendo 5 militares e 5 empregados públicos⁵⁴, e 11 marítimos, o que se justifica pelo Posto da

⁵² Firmino **Francisco da Silva** (1920-1980) foi o intendente do distrito que por mais tempo ficou no cargo, 24 anos. Sendo natural de Cacupé se envolveu na política em 1954 ao trabalhar para o candidato a vereador Dib Cherem. Um a das suas últimas participações em campanhas eleitorais foi em 1978 para o candidato a câmara Federal Esperidião Amim. Dentro da sua administração como intendente conseguiu a construção da escola básica Dr. Paulo Fontes, a pavimentação das principais ruas do distrito, inclusive quase todo o percurso do acesso a Sambaqui, além do asfalto da rua que liga Santo Antônio a SC-401, a Rua Padre Lourenço Rodrigues de Andrade. Em Cacupé conseguiu alargar e melhorar a rua (SOARES, 1991).

⁵³ **Isid Dutra**, que hoje teria mais ou menos 120 anos, segundo seu neto em entrevista, teve 16 filhos com Almerinda Lima Dutra, está integrante de uma das famílias tradicionais de Santo Antônio, como aparecendo o seu sobrenome na Tabela 7. Ele participou ativamente do partido da UDN, sob liderança de Rafael Rocha Pires. Na comunidade além de ser comerciante (onde comprava dos pequenos produtores) que chegavam de canoa do interior do Norte da Ilha (como Ratones, Vargem Pequena, Jurerê...), com o intuito de abastecer o seu estabelecimento que se encontrava na “Praia das Flores” em Sambaqui, revendê-las no Mercado Público em Florianópolis. Além de ter sido um dos proprietários de terras da região. Outras atividades que exerceu na comunidade foi a de intendente e de delegado na freguesia. Mais atualmente, o seu neto Maurício César Dutra Meurer (57 anos), filho de Laurita Dutra Meurer, é o intendente do Distrito de Santo Antônio de Lisboa, cargo este que exerce a seis anos, sendo indicado em 2005 pelo partido do PMDB durante o governo de Dário Berger. Na vida política, há dez anos atrás se candidatou através do partido PSL (hoje inexistente) ao cargo de vereador, não conseguindo se eleger. (entrevista concedida em janeiro de 2011).

⁵⁴ “Os funcionários públicos, que se tornaram constantes em Desterro, com a instalação da capitania” (PELUSO JR, 1991, p.323).

Alfândega, na Ponta do Sambaqui. Estes tinham uma renda paga pelo governo⁵⁵, além disso, muitos deles também tinham terras na região.

Mas a população em geral da freguesia compunha-se de agricultores e pescadores, e alguns se destacavam por terem mais terras e máquinas para o beneficiamento da produção; os que conseguiam ascender voltavam seus filhos para a vida religiosa, para a política, o comércio ou para a vida militar. As **Ilustrações 12 e 13** representam os tipos de ocupação dos habitantes na Ilha de Santa Catarina em 1872, e a sua distribuição espacial nas freguesias.

⁵⁵ Além dos pequenos produtores “outra Fonte de receita da vila era o governo, através dos pagamentos que fazia aos seus funcionários e aos oficiais e soldados da guarnição militar” (PELUSO JR, 1991, p.326).

				ILHA	N. S. DO DESTERRO	N. S DAS NECESSIDADES DE S. ANTONIO	N. S. DA LAPA DO RIBEIRÃO	N. S. CONCEIÇÃO DE LAGOA	S. JOÃO BATISTA DO RIO VERMELHO	SANTIS. TRINDADE DETRAS DO MORRO	S. FRANCISCO DE PAULA DE CANASVIEIRAS	
		RELIGIOSOS REGULARES	Seculares									
PROFISSÕES LIBERAIS	RELIGIOSOS REGULARES	Seculares	6	2	1	1	1	1	1	1	-	
		Homens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Mulheres	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-
	JURISTAS	Juízes	4	4	-	-	-	-	-	-	-	-
		Advogados	9	9	-	-	-	-	-	-	-	-
		Notários e escrivães	11	7	2	1	-	-	1	-	-	
		Procuradores	3	1	-	1	-	-	-	1	-	
		Oficiais de Justiça	2	1	-	-	-	-	1	-	-	
		Médicos	8	7	1	-	-	-	-	-	-	
		Cirurgiões	4	3	1	-	-	-	-	-	-	
	PROFIS. INDUST. COMERCIO	Farmacêuticos	15	14	1	-	-	-	-	-	-	
		Parteiros	5	1	-	-	-	-	-	2	2	
		Professores e h.de letras	42	29	1	2	-	3	5	2		
		Empregados Públicos	114	106	5	-	1	-	2	-		
Artistas		191	164	7	2	3	9	4	4			
Militares		451	437	5	2	2	-	5	-			
Marítimos		309	248	11	3	-	3	9	35			
PROFIS. INDUST. COMERCIO	Pescadores	204	57	61	66	-	7	11	2			
	Capitalistas e propriet.	96	92	-	-	-	-	4	-			
	Manufatureiro e fabricantes	92	90	2	-	-	-	-	-			
	Comerciantes, guarda livros e caixeiros	541	404	33	28	6	8	34	28			

Ilustração 12: Atividades da população de Desterro em 1872 (A)
FONTE: Cardoso (2000, p. 110).

Em Desterro, as principais atividades vinculavam-se aos militares, marítimos, e comerciantes, e se concentravam naturalmente na vila, já que eram funções ligadas às atividades urbanas. Nas freguesias mais afastadas da Ilha, nas áreas rurais, a pesca e a pequena produção mercantil (pequenos agricultores), são as atividades que mais se destacam, e em sua maioria realizadas por imigrantes açorianos.

Se observarmos as atividades ligadas ao comércio, a freguesia de N.Sra. das Necessidades aparece bem atrás de Desterro, pois muitos dos produtos existentes na vila eram fornecidos pelos pequenos produtores de todas as demais freguesias e pela comercialização entre a Ilha de Santa Catarina e o Rio de Janeiro. Contudo, os poucos comerciantes existentes em Santo Antônio possuíam armazéns bem diversificados, e na **Ilustração 12** aparece como a única freguesia, sem ser Desterro, com a presença de “Manufatureiro e Fabricante”, que ao comparar com a **Ilustração 13**, a região apresenta um número igual ou maior que as demais freguesias do interior, referente às profissões ligada a madeiras, edificações, tinturaria e calçados. Ressalte-se que Desterro possuía uma quantidade superior apenas pelo fato de ser a vila.

Saint-Hilaire, em uma das suas viagens ao litoral catarinense, mais precisamente em 1820, descreve que havia “uma dúzia de embarcações de pequeno porte” (Saint-Hilaire, 1978, p. 172), tanto no porto de Desterro como de Santa Cruz, como muitos chamavam o porto da Ponta do Sambaqui, onde este último porto apresentava um canal bem movimentado, e tinha o Rio Ratonas como escoador dos produtos do interior do Distrito de Santo Antônio. O “constante tráfego de canoas que, principalmente pela manhã, traziam viveres para a cidade” (Saint-Hilaire, 1978, p. 172) era algo comum.

Além da movimentação das embarcações, Saint-Hilaire (1978) aponta os armazéns dos comerciantes de Desterro:

Em nenhuma outra parte a não ser São Paulo eu havia visto, desde que deixara o Rio de Janeiro, lojas tão sortidas e em tão grande número como em Santa Catarina. Os comerciantes fazem suas compras na capital do Brasil, e a rapidez da viagem lhes permite ter em suas lojas todas as novidades (Saint-Hilaire, 1978, p. 172).

A área de estudo, o distrito de Santo Antônio, é relatado em 1822 por Duperry Lesson: a “sua população é quase inteiramente

composta por agricultores”⁵⁶ (HARO, 1996, p.262). Na Ilustração 13, observam-se dados referentes ao número de agricultores em 1872, lembrando que durante o relato do navegador Lesson, anos antes, a informação procede, pois a freguesia de Canasvieiras integrava o distrito de Nossa Senhora das Necessidades de S. Antônio, e, ao somarmos o número de lavradores de ambas as freguesias, chegamos a 1.605, com um valor superior às demais freguesias.

O fato de a região ter uma concentração de agricultores permite destacar dois períodos importantes tanto na economia brasileira como de todo o litoral catarinense, e, sobretudo, do Distrito de Santo Antônio de Lisboa. Esses dois momentos são encadeados devido à crise dos “centros dinâmicos”, que internamente favoreceu a economia interna através da substituição de importação, como caracterizou Mamigonian (1987). A primeira vai de 1815-1847, quando houve no “interior das fazendas de escravos uma substituição natural de importações, o que explica a produção de tecidos destinados ao consumo das fazendas” (MAMIGONIAN, 1987, p.66). O resultado dessa primeira substituição no início do século XIX, para a área de estudo, é que o pequeno produtor mercantil passa a comercializar a sua produção, não só no porto de Sambaqui, como também no centro de Desterro.

Já em um outro momento, o **segundo** processo de substituição de importação, se dá no período de 1873-1896, em que “ocorreu um processo de substituição artesanal mercantil de importações, destinado ao atendimento das necessidades urbanas” (MAMIGONIAN, 1987, p.66), no final do século XIX, coincide com a ascensão da pequena produção mercantil, ao fornecer seu excedente de produção, principalmente para as novas colônias dos vales atlânticos que exigiram uma produção maior do pequeno agricultor.

Vale destacar no primeiro processo de substituição de importação, um fato ocorrido com um dos moradores ilustres da Freguesia de Santo Antônio, o Padre Lourenço Rodrigues de Andrade, que em 1821 “é escolhido representante de Santa Catarina às Cortes de Lisboa [...] apresentou-se às Cortes com simplicidade rústica, trajando

⁵⁶ Em 1820 constatou Saint-Hilaire que havia muitos agricultores na Ilha de Santa Catarina, e que era “raros ali os negros, principalmente no campo, e a população seja pobre e muito numerosa, ninguém considera uma desonra cultivar a terra com suas próprias mãos, e em Desterro são os brancos que exercem todos os ofícios. Numa parte da Província de Minas, onde a brancura da pele estabelece uma espécie de nobreza e as pessoas são as únicas que trabalham” (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 174). O navegador demonstra que trabalhar na terra não era a principal atividade exercida pelos escravos, ao contrário do restante do Brasil, uma das muitas múltiplas determinações existente no litoral catarinense.

uma batina feita nos teares de sua terra” (SOARES, 1991, p. 134). Como vimos na Tabela 5 (Produção de tecidos de linho e de algodão), a presença de teares é que “supriria as necessidades da população catarinense, não fosse o malfadado Alvará Régio de 5 de janeiro de 1785, que mandava extinguir no Brasil as manufaturas” (PIAZZA, 1992, p. 450). O traje do Padre Andrade foi para muitos um sinal de protesto já que esse alvará de D.Maria, “confiscou todos os teares existente no Brasil para que nesta colônia não se fabricassem tecidos finos de algodão e linho, permitindo unicamente os grosseiros para os negros” (BOITEUX, 1916, P. 20). Isso se explica pelo pacto que Portugal⁵⁷ (nossa metrópole) tinha com a Inglaterra, e a esta não interessava que na colônia brasileira se desenvolvesse esse tipo de manufatura.

Essas duas fases de **“substituição de importação”** contribuíram para a acumulação por parte desses pequenos produtores agrícolas e pesqueiros do litoral brasileiro, e, sobretudo da freguesia de Santo Antônio de Lisboa, onde se concentrou boa parte dessa produção, conforme indicam os dados da Ilustração 13. Esse foi o momento que possibilitou a acumulação e mesmo a ascensão de alguns desses pequenos lavradores que surgiram como uma “classe senhorial” que possuía, além de terras, engenho e escravos Ilustração 12.

Outro ponto que chama a atenção (Ilustração 13) refere-se às “profissões agrícolas”, atividades vinculadas aos “criadores”, tem apenas um criador em Santo Antônio, e, quase a sua totalidade na Freguesia de Canasvieiras, desmembrada do Distrito de Santo Antônio em 1835. No mapa elaborado por Campos (1991) das áreas comunais (ANEXO F), Canasvieiras é onde elas mais se concentram. “A forma de utilização das áreas comunais que mais predominava era a criação de gado à solta [...] quando o campo era extenso demais como na região de Canasvieiras, podia acontecer o extravio de algumas cabeças” (CAMPOS, 1991, p.114).

⁵⁷ A política do governo Português desde a Abertura dos Portos (1808) “continuava a ser organizar o suprimento de matérias-primas e produtos agro-primários para a metrópole e preservar nosso mercado para os produtos industriais metropolitanos” (RANGEL, 1981, p.28).

		ILHA	N. S. DO DESTERRO	N. S DAS NECESSIDADES DE S. ANTONIO	N. S. DA LAPA DO RIBEIRÃO	N. S. CONCEIÇÃO DE LAGOA	S. JOÃO BATISTA DO RIO VERMELHO	SANTIS. TRINDADE DETRAS DO MORRO	S. FRANCISCO DE PAULA DE CANASVIEIRAS
	Costureiras	812	200	18	37	108	385	16	58
PROFISSÕES MANUAIS OU MECÂNICAS	Canteiros, min. calaf. cavoq.	39	30	2	-	2	-	1	-
	em metais	182	35	1	1	-	-	1	1
	em madeiras	288	103	28	22	5	-	15	15
	em tecidos	189	3	5	8	124	145	43	-
	de edificações	43	147	11	11	-	-	7	2
	em couro e peles	14	42	-	-	-	-	-	1
	em tinturaria	114	10	4	-	-	-	-	-
	de vestuários	6	106	-	1	1	4	1	1
	de chapéus	44	6	-	-	-	-	-	-
	de calçados	26	36	4	-	2	-	4	4
	PROF. AGRÍCOLAS	Lavradores	5.126	124	786	843	1.309	604	641
criadores		29	-	1	-	-	-	-	28
PROF. ASSALARIADAS	criados e jornaleiros	570	376	16	-	15	5	11	141
	serviço doméstico	6.497	2.181	1.205	1.180	887	92	660	292
	sem profissão	9.533	3.528	792	774	706	501	813	2.419

Ilustração 13: Atividades da população de Desterro em 1872 (B)

FONTE: Cardoso (2000, p. 111).

A área de estudo tinha, em sua maioria, uma população de origem açoriana ligada a pequena produção, ou seja, a área rural da Ilha, e dessa região “não emergiu nenhuma Fonte regular de riqueza capaz de elevar os colonos à condição de *senhores*, na ordem estamental do Império. O mundo rural da Ilha continuou, no todo, sendo pobre e plebeu” (CARDOSO, 2000, p.106). Ou seja, os “senhores de escravos” existentes em Santa Catarina apesar de terem uma ascensão social, comparados com os demais pequenos produtores, não eram como os do Nordeste brasileiro que tinham muito mais recursos.

Em entrevista com Fausto Agenor de Andrade⁵⁸, ele relata o modo de vida dos negros já no século XX no distrito:

Os pretos [...] trabalhavam no engenho de farinha, apanhando café, fazendo roça, preparando estrada, na rede [...] eles tiravam muita lenha para a penitenciara e as padarias na cidade [...] e depois da venda da lenha [...] eles não pagavam por mês, por safra, [...] depois da pescaria do camarão vai lá e paga [...] depois de terminar a farinhada no mês de outubro a gente paga, [...] recebiam pelo termino de trabalho. Preto não tinha propriedade, moravam em casa que trabalhavam, ou em casas que tavam desocupadas [...] até pouco tempo moravam em terras da igreja, mas depois saíram [...] o negro Zé Bruno foi pra uma casinha que agora é dele depois da pizzeria, mas moravam no terreno da igreja, e depois quem saiu também foi o Pedro da Prudência foi morar na barreira, e por direito o terreno da igreja também eram deles porque eles moraram mais de 20 anos (Fausto Agenor de Andrade, entrevistado no dia 25 de agosto de 2009).

Ferreira (2006) descreve que em Sambaqui, no morro da Olaria, mais precisamente na chácara da família Pereira Machado (**Tabela 7**), como médios plantéis de escravos, a chácara era chamada de Senzala. “Alguns descendentes dessa família ainda se lembram dos grilhões que existiam no meio do cafezal. Depois da abolição, durante muitos anos moraram ex-escravos na casa da olaria” (FERREIRA, 2006, p.145).

Segundo Silva (1999), essa “liberdade” antes mesmo da “abolição” que acontecia de forma lenta em todo o Brasil, seria para Rangel como:

possibilidade da conversão do escravismo em feudalismo, em função de duas condições essenciais: 1) “aparecimento no seio da classe dos escravos de uma ponderável massa de trabalhadores incapazes de produzir a própria vida senão pelo tamanho de uma pequena porção de

⁵⁸ Entrevista feita em 25 de Agosto de 2009. Fausto Angenor de Andrade nasceu em 16 de Julho de 1950, e é um dos moradores tradicionais da região de Santa Antônio de Lisboa.

terra”, 2) “apropriação pela classe dos feudais, de toda a terra acessível, habitável e agricultável...” (CAMPOS, 1986, p.65).

Tendo a posse de terras, muitos pequenos produtores conseguiram acumular grandes quantidades de terras, e consequentemente ascender socialmente, podendo, inclusive, obter escravos, e, segundo Rangel (1981), originando a possibilidade da

“conversão do escravo em servo de gleba”, essa aplicada no litoral catarinense, demonstra que em muitos locais os escravos “vão sendo colocados em “liberdade” [...] a servidão estava a caminho [...], pois, geralmente, o ex- escravo, preferia ficar no interior da fazenda, onde ganharia casa e terra para produzir o seu sustento e, às vezes, de toda a sua família (CAMPOS, 1986, p.65 e 66).

Entretanto, nem todos os negros existentes na freguesia viviam ou trabalhavam em terras da igreja. Segundo entrevista com descendentes de negros feita por Ferreira (2006), “Santo Antônio chegou a ser conhecida como “**freguesia negra**”. Para quem olha do mar para Santo Antônio, a região que fica à esquerda da Rua Padre Lourenço Rodrigues de Andrade [...] é conhecida como **Quilombo**”. No mapa das praias do Distrito (**Ilustração 14**), visualiza-se a localização da região descrita como Quilombo. “Não há indícios de que ali tenha existido um quilombo no sentido lato da palavra, ou seja, um refúgio de escravos fugidos. O que apuramos é que as terras existentes ali pertenciam todas a negros, daí a designação quilombo” (FERREIRA, 2006, p.142 e p.143). Atualmente neste local não há uma presença de descendentes de negros⁵⁹ como havia anteriormente, podendo se explicar pela falta de emprego e pobreza na região e pela valorização da terra que se seguem anos depois.

⁵⁹ Há evidências de que alguns desses descendentes de negros se instalaram no Maciço Central, na Prainha, pois conforme entrevistas feitas por Gisele Victor Batista, junto com as famílias que viviam no antigo cemitério de Florianópolis, onde se encontra atualmente o Parque da Luz seguiram rumo a base do Morro do Mocotó em 1922 com o início da construção da Ponte Hercílio Luz, sendo o Maciço o único local possível de ocupação no Distrito sede. “Assim, conforme a entrevista, essas famílias, justamente com outras famílias descendentes de escravos de Santo Antônio de Lisboa e Sambaqui que estavam instaladas nessa área, caracterizaram o primeiro núcleo de ocupação na base do Morro do Mocotó” (BATISTA, 2002, p.16).

Em relação ao negro no distrito, muitos falam da existência de dois bailes durante a maior festa da localidade, a Festa do Divino Espírito Santo. Esses bailes constituíam de um que era só para os negros e outro só para os brancos. O “baile dos pretos”, descrito por Fausto Agenor de Andrade em entrevista, se localizava onde hoje “é o museu do Janga [...] quando existia baile de branco era só festa do branco, o preto não podia nem ficar em frente do clube, e em baile de preto também não entrava branco. Isso até mais ou menos a década de 1960. Ao meu pai que era delegado eles pediam pra tomar conta do clube pros brancos não aprontar, o único branco que entrava era meu pai. Só na missão e na festa do Divino é que eles podiam estar juntos”⁶⁰. O “baile dos brancos” acontecia em três clubes:

No Clube Recreativo Sete de Setembro, situado na Rua Cônego Serpa, acontecia um baile, geralmente freqüentado pelos partidários da União Democrática Nacional (UDN); na Associação Recreativa Cultural e Esportiva Avante, que ficava defronte o Clube rival, realizava-se outro baile, onde iam os partidários do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD) (FERREIRA, 2006, p.144).

Ressalte-se que, no distrito de Santo Antônio de Lisboa, muitos senhores de escravos tiveram seus descendentes envolvidos com a política. Podemos perceber a forte influência que essas pessoas exerciam em toda a localidade, até mesmo no divertimento das pessoas, onde os brancos se dividiam entre os que eram partidários e aqueles contra Getúlio Vargas. Além disso, a segregação existente entre negros e brancos persistiu até o século XX, quando na década de 1960 terminam esses tipos de bailes, 72 anos após a escravatura. Por outro lado, há contradições, pois mesmo os negros durante a escravatura tinham, uma certa “liberdade”, descrita em documentos antigos do distrito; como vimos anteriormente, esses bailes revelam uma exclusão até então não relatada nos séculos anteriores.

Deparamos em Desterro com uma situação em que a cor de pele e as marcas raciais foram selecionadas como elementos capazes de

⁶⁰ Entrevista feita em 25 de Agosto de 2009.

expressar, mais do que uma desigualdade social, uma desigualdade natural entre negros e brancos [...] Foi por isso que, numa comunidade onde o mundo rural era plebeu e onde não emergiu nenhuma fonte de riqueza capaz de permitir, em grande escala, um estilo de vida senhorial, as relações entre os brancos, mesmo pobres, e os negros, mesmo livres, se processavam em termos das relações entre dominadores e dominados, senhores e escravos (CARDOSO, 2000, p.199).

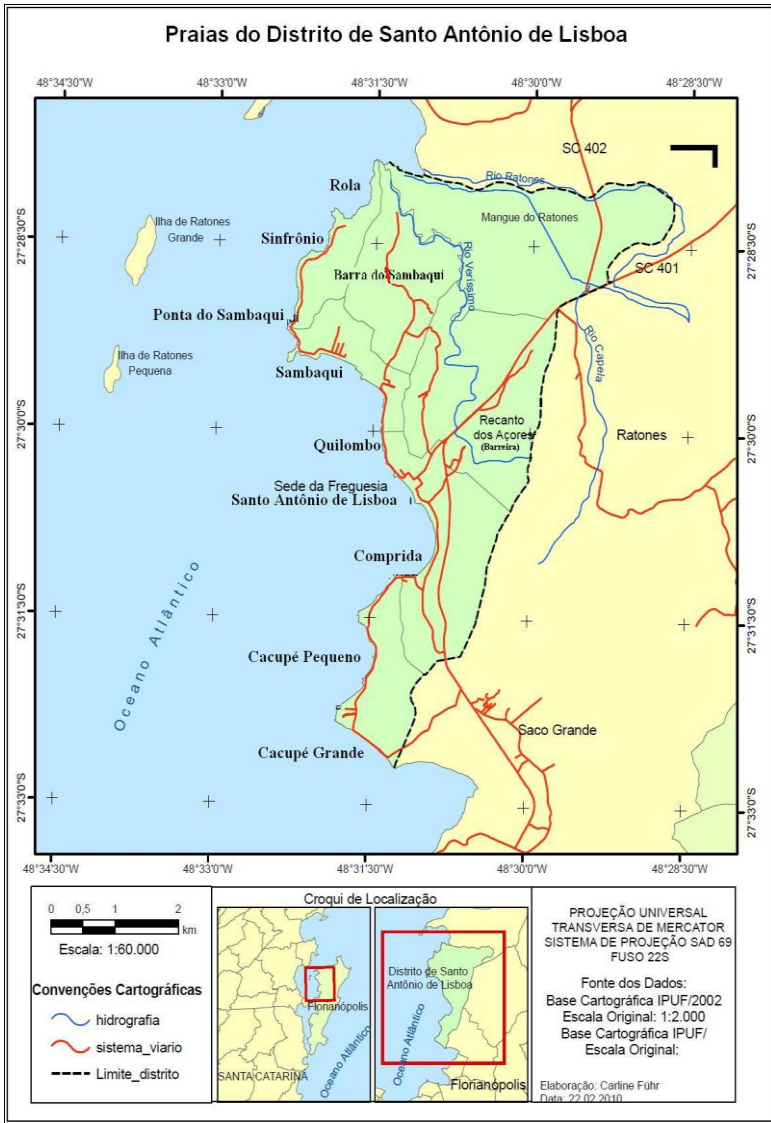


Ilustração 14: Mapa das Praias do Distrito de Santo Antônio de Lisboa.

FONTE: Base Cartográfica do IBGE e IPUF. Mapa confeccionado por Carline Führ.

A escravidão no litoral catarinense não foi igual à do restante do Brasil. A porcentagem de uma população livre era superior à da população escrava, e em muitos casos esses escravos trabalharam com os açorianos na lavoura, e não apenas nas atividades urbanas, uma das contradições que percebemos ao falar de escravidão na Ilha. Mesmo depois da abolição, a diferença “inter-racial” se acomodou no seio da sociedade açoriana.

1.1.6- As consequências da vinda de D. Pedro II para Desterro

A vinda de D. Pedro II ao sul do Brasil deu-se devido a interesses políticos, pois era recente o apaziguamento feito com os promotores da Revolução Farroupilha⁶¹, que transformou Rio Grande do Sul e Santa Catarina por mais de dez anos em praça de guerra. “Com razoável antecedência, as ruas da cidade e os caminhos das vilas e freguesias foram limpos, para a festiva visita do Imperador, a primeira que ele fazia a Santa Catarina” (SOARES, 1991, p.24). A sua ida a Santo Antônio de Lisboa ocorre em 21 de outubro de 1845, chegando a bordo do vapor Imperatriz, às nove da manhã. Várias pessoas do norte da ilha se aglomeraram para vê-lo. “[A]o desembarcar no trapiche, foi recebido debaixo do Pálio, indo para a igreja matriz onde o reverendo padre Francisco José de Souza” (SOARES, 1991, p.25) o aguardava.

A freguesia de Santo Antônio de Lisboa e o Ribeirão da Ilha eram os maiores produtores da Ilha, tendo o primeiro a vantagem do porto, o que facilitava o comércio entre o norte da Ilha e Desterro, tornando-o mais intenso. Vinham mercadorias agrícolas da Barra do Sambaqui, Ratonos, Pontal (Daniela), Jurerê, Vargem Grande e Pequena, Canasvieiras, Ingleses, Rio Vermelho, e estas eram transportadas pelo Rio Ratonos ou através de “verdadeiras caravanas de carros de boi pelas estradas de barro, de péssimas condições, e cujo trajeto se fazia no interior do distrito” (TONERA, 1991, p. 26).

⁶¹ A Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha (1835 a 1845) foi um movimento de caráter republicano contra o Governo Imperial de D. Pedro II, em que declara a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul independente dando origem a república Rio-Grandense (PIAZZA, 1983).

TABELA 8: A produção dos engenhos de farinha e de outros produtos no Século XVIII

	Açúcar	Fabrica de açúcar	Aguardente	Engenhos de mandioca	Engenho de pilar arroz	Trigo	Couro
Villa capital de N.Sr ^o do Desterro		12	23	87		17	9
Distrito do Ribeirão	1	11	29	51	2	7	
Freguesia da Lagoa		10	28	101		32	5
Freg. das Necessidades		5	22	111		11	2
Freg. de S.Miguel	1	5	15	190	2	44	6
Freg. de São José		6	11	164		82	5
Freg. da Ens. de Brito		11	25	65		39	4
Villa de Laguna			13	62		8	1
Freg. de V.Nova	1		7	39		39	
Villa do Rio S.Francisco			19	14			
Total	3	60	192	884	4	279	32

FONTE: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v.245, out./dez. 1959.

Não foi apenas o porto de Sambaqui/Antônio de Lisboa que se destacou, mas também a economia ligada à pequena produção mercantil açoriana. Na faixa litorânea e nas regiões de colonização açoriana, a farinha, como vimos anteriormente, era o principal produto de exportação (**Tabela 8**). No século XVIII, segundo o relatório da Vila do Desterro de 17 de novembro de 1797, havia uma expressiva “indústria” de engenho de farinha de mandioca e aguardente, de açúcar, fábrica de moer trigo⁶² e de curtume.

⁶² “As atafonas destinavam-se a moer trigo e que a primeira cultura por eles desenvolvida, que passa a ser substituída lentamente pela ampliação das roças de mandioca” (PEREIRA, 1992, p. 34)

Há que se tomar cuidado com dois aspectos da Tabela 8: um referente ao fato de serem os dados condizentes com os primeiros períodos em que os açorianos se fixaram ao longo do litoral catarinense, sendo que o número de engenhos tende a aumentar, principalmente no século XIX, quando ocorre a grande ascessão da pequena produção mercantil aliada a farinha de mandioca. Essa atividade agrícola foi uma das manufaturas que auxiliaram na alimentação não só dos que ia povoando, e se fixando no litoral catarinense como também de outros mercados nacionais e Latinos Americanos (Uruguai e Argentina). Além disso, a comercialização dessa produção gerava renda, não só para a burguesia mercantil, como para o próprio Império Português.

O Imperador chegou de barco à freguesia, pois na época o principal meio de transporte era marítimo. Isso não impediu a construção da primeira rua calçada de Florianópolis (**Ilustração 16**) devido à visita de D.Pedro II, no século XIX na freguesia de Santo Antônio, pois era uma forma de demonstrar status à região. Além da construção do calçamento dessa rua, a vinda do Imperador fez com que “as estradas que levavam as freguesias, principalmente para a Lagoa da Conceição e Santo Antônio [...] (tivessem) retificados e cobertos seus buracos” (CORRÊA, 2005, p. 171), pois assim facilitaria a presença do povo na cerimônia.



Ilustração 16: Primeira rua calçada de Florianópolis

Fonte: Fotografia de Giselli Ventura de Jesus, outubro de 2010.

Franklin Cascaes relata que o calçamento tipo pé-de-moleque, feito a partir de pedras irregulares geometricamente arranjadas, ainda existente em Santo Antônio, em cuja lateral se encontrava um casarão⁶³ de dois andares (**Ilustração 17**), que hospedava o Imperador quando vinha à Ilha, em visitas de inspeção. Era a casa mais confortável da época, a qual foi restaurada em 2010, e onde, atualmente, funciona um Restaurante chamado “Villa do Porto” (**Ilustração 18**).

⁶³ Segundo o relato de Altino Dealtino Cabral: até 1940 “o maior prédio que existia aqui era uma residência de dois pavimentos feita pelos portugueses, no tempo colonial. Ficava na esquina da rua da Praia com a primeira rua calçada da Ilha, que hoje a gente chama de Calçada e que também abriga a praça Roldão da Rocha Pires. Esse sobrado [...] foi o primeiro do lugar e ali estiveram, em 1845, o Imperador D. Pedro II e sua esposa dona Thereza Cristina. [...] o prefeito Acácio Garibaldi Santiago, entre 1867 e 70 [...] botou a delegacia do lugar [...] e, 1971, esse prefeito o destruiu” (SOARES, 1991, p. 85). O casarão vai ser reformado em 2010 para se tornar um restaurante.

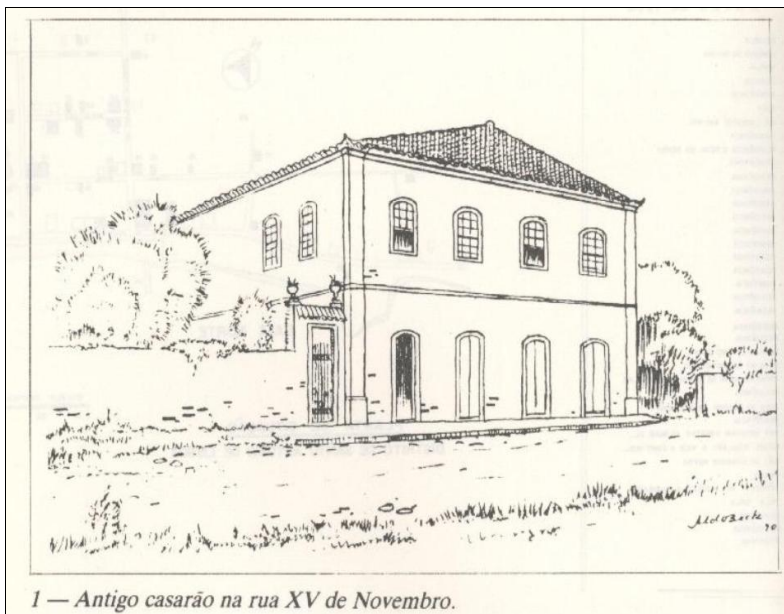


Ilustração 17: Casarão que hospedou D. Pedro II

FONTE: Retirado do livro SOARES (1991, p. 176), e modificada a figura por Giselli Ventura de Jesus.



Ilustração 18: Casarão que hospedou D. Pedro II ao lado da primeira rua calçada de Florianópolis.

FONTE: Fotografado por Giselli Ventura de Jesus, outubro de 2010.

A vinda de D. Pedro II para Santo Antônio era fundamental para a sua estratégia política, pois a freguesia exercia influência em boa parte da porção norte da Ilha. Além disso, a região não se destacava apenas na economia, por apresentar um comércio intenso, e consequentemente um progresso que segundo SOARES (1991) fez com que a produção agrícola não fosse a atividade principal da freguesia, como também o comércio. Mas a existência de algumas figuras políticas na região que atuavam em Desterro foi outro motivo que incentivou a ida do Imperador para a freguesia. O próprio João Pinto da Luz “quando D. Pedro II visitou Santa Catarina em 1845, foi ele agraciado com a encomenda de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Mais tarde, em 1854, recebeu a comenda de Oficial da Ordem da Rosa” (SOARES, 1991, p.138).

Toda essa influência e status que tinha a freguesia refletiam a vontade que a localidade de Santo Antônio tinha de se tornar mais importante que o distrito principal (centro de Florianópolis). O ar de modernidade dado pela primeira rua calçada, como a construção do casarão (um dos melhores prédios na época em Desterro), reflete uma das preocupações que a freguesia tinha para se tornar o pólo central de economia da Ilha.

O fato de a Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antônio agregar grande parte do Norte da Ilha, exercendo uma forte influência por apresentar um número considerado de pequenos produtores como de comerciantes, os quais tinham seus armazéns com os mais diversificados produtos, tornou a área estratégica, pois servia para o abastecimento de navios e de escoamento dos produtos de outras localidades para a região, ou mesmo para o Centro de Florianópolis, além da vantagem de ter um porto na Ponta do Sambaqui.

A freguesia fez várias tentativas de tornar a região central da Ilha de Santa Catarina, como o Centro da vila de Desterro, pois Manuel Manso de Avelar, ao administrar a Ilha, não abriu mão de morar na Ponta do Sambaqui, onde “se pensou em fazer a cidade, o que só deixou de ser em função da falta de segurança. Na ocasião a Ilha de Santa Catarina começava a ser invadida por piratas” (SOARES, 1991. p. 85).

Houve outras tentativas de centralizar a região, como demonstra o projeto de Lei de 1864 (**Ilustração 19**), tendo como objetivo o Desmembramento das Freguesias N. Sr^a das Necessidades de Santo Antônio, N. Sr^a da Conceição da Lagoa, São Francisco de Paula de Canasvieiras, São João Batista do Rio Vermelho, para formarem um

novo município chamado de Santo Antônio da Barra Norte. Essa lei não foi aprovada, continuando a configuração das freguesias como antes do projeto.



Ilustração 19: Desmembramentos e Projeto de Lei referente ao Distrito de Santo Antônio de Lisboa.

FONTE: Base Cartográfica do IBGE e IPUF. Mapa confeccionado por Carline Führ.

1.2- Segunda Etapa do Processo de Ocupação do Litoral Catarinense: a Ascensão da Pequena Produção Mercantil no Contexto do Capitalismo Comercial Brasileiro

A segunda etapa do processo de urbanização, iniciada no final do século XIX⁶⁴, decorre da ascensão de Florianópolis à condição de praça comercial importadora de produtos da Europa e de algumas regiões do Brasil. A cidade, àquela altura, passara a abastecer regularmente as emergentes colônias alemãs⁶⁵ e italianas instaladas nos vales da costa catarinense. O forte crescimento econômico – alcançado principalmente graças à função portuária, mas também em decorrência das atividades comerciais e administrativas – permitiu que a Florianópolis⁶⁶ pudesse se expandir. Surgem, nesse mesmo período, preocupações relativas à melhoria da infraestrutura urbana e de serviços (BASTOS, 2002).

O final do século XIX⁶⁷ marca, além disso, o auge da pequena produção mercantil açoriana, fato determinado pela chegada dos novos imigrantes

⁶⁴ “A ocupação dos vales litorâneos no século XIX por colonos alemães e italianos, não permitiu mais a existência de terras disponíveis à expansão açoriana. Os vales Atlântico foram ocupados, a partir de 1850, por imigrantes alemães e italianos, que cresceram independentemente do seu contato com Desterro, a capital, ou com outros centros litorâneos típicos, como Laguna ou São Francisco do Sul. Estes imigrantes originaram importantes centros industriais, suplantando economicamente a área litorânea a favorecendo à descendente **curva que a economia açoriana vinha sofrendo. Problema que se aprofundou** após a década de 1950, quando novos interesses entram em jogo, tanto a nível local, estadual, quanto nacional” (CAMPOS, 1991, p. 37).

⁶⁵ “Na metade do século XIX surgiram em Santa Catarina duas colônias alemãs de enorme significado atual: a colônia D.Francisca (1851), nas terras da porção interior da baía de São Francisco, organizada pela Kolonisationsveein Von Hamburg e a colônia Blumenau (1850), no médio vale do Itajaí-açu, iniciativa particular do Dr. Hermann Blumenau. [...] Com a vinda nos fins do século XIX de alguns colonos tecelões e com o acúmulo de dinheiro através do comércio foi possível a instalação de tecelagens rudimentares, que lenta e constantemente ampliaram suas atividades” (MAMIGONIAN, 1958, p. 88).

⁶⁶ “O crescimento da cidade sofreu forte aceleração a partir do momento em que Desterro passava a assumir cada vez mais a condição de praça importadora de produtos provenientes de outras regiões do Brasil e da Europa, isso já no último quartel do século XIX” (BASTOS, 2000, p.130).

⁶⁷ Todos os países na segunda metade do século XIX que tinham uma “economia colonial, isto é, centrado num setor produtor primário- de alimentos ou matérias-primas- voltado para o mercado externo. Definiu-se, assim, no século passado uma autêntica Divisão Internacional do Trabalho-DIT, a partir da especialização produtiva de cada país” (SINGER, 1992, p. 107). A DIT vai ser caracterizada em duas fases por Singer (1992), a primeira que tem início no período das navegações até a Revolução Industrial, e outro, em um segundo momento que vai da Revolução Industrial até aproximadamente 1930.

européus a Santa Catarina, que impulsionou a diversificação da capacidade produtiva dos pequenos produtores agrícolas e dos pequenos produtores da pesca artesanal. Assim é que, “no quadro urbano, a proliferação de unidades artesanais, [...] em vez de produzirem para o auto-consumo, faziam-no para o mercado, cedendo à produção natural o passo à produção pré-capitalista – pequena produção – mercadorias” (RANGEL, 2005, p. 264). Promovia-se, dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo mercantil.

Também em fins do século XIX, rompe-se o monopólio português sobre o capital comercial, passando paulatinamente para as mãos de comerciantes situados no Brasil, que agora podem comercializar. Nessa fase, descrita por Rangel como a Segunda Dualidade brasileira, emergem vários importantes comerciantes. No caso de Florianópolis, os novos imigrantes vão estimular o pequeno produtor mercantil a comercializar o seu produto, formando uma burguesia mercantil açoriana, que, aos poucos, vai ser substituída pelos comerciantes alemães, no início do século XX.

1.2.1- A diferença da economia e da colonização açoriana (portuguesa) e alemães/ italianos

Os açorianos foram os responsáveis pelo primeiro processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina, por meio da pequena produção mercantil, cujo apogeu econômico data do século XIX. É o momento da “grande produção policultora, com exportações de farinha de mandioca durante todo o século XIX para o Rio de Janeiro, Salvador e Recife, tornando Santa Catarina e Espírito Santo os dois maiores abastecedores do mercado Nacional” (MAMIGONIAN, 1997, p. 5).

Quando confronta os dois processos de ocupação, o açoriano (séc. XVIII) e o teuto-italiano (séc. XIX), a maioria dos autores atribui o sucesso do segundo à influência da I Revolução Industrial e ao “espírito empreendedor” dos colonos que se instalaram na região do vale catarinense.

Com frequência, esses mesmos autores referem-se, também, à “falta de empreendedorismo” por parte desses dois imigrantes açorianos. Essas ilações falham ao não considerar o contexto e os motivos da vinda dos açorianos. Deixa-se de levar em conta, sobretudo, o objetivo da Coroa Portuguesa nesse projeto político de ocupação, cujo foco estendia-se do “caráter político-militar ao caráter socioeconômico: uma pequena produção mercantil que assegurou a posse efetiva da terra” (SILVA,

1992, p. 39). De fato, aos colonos cabia obedecer tanto às necessidades das milícias como à de “produção e abastecimento de setores não produtivos (milícias, corpo administrativo, etc), e de comércio, o que seria possível sob uma pequena produção mercantil” (CAMPOS, 1991, p. 24).

O processo de acumulação de capital pelos açorianos teve como empecilho o fato de que muito do fornecimento feito inicialmente às milícias não foi pago, o que não os estimulava a produzir mais excedentes. Além disso, mesmo no auge da pequena produção mercantil, sendo a farinha de mandioca uma das protagonistas, as oscilações no mercado econômico prejudicavam o processo de acumulação por parte dos açorianos, já que, “no momento em que Santa Catarina era favorecida com esse comércio, a produção era reaquecida; o comerciante local saía ganhando e o produtor também” (CAMPOS, 1991, p.36).

O Rio de Janeiro vai ser o grande mercado monopolista, a capital comercial, e terá o controle do “domínio interno do capital comercial de Desterro, que manipulava os preços da comercialização” (CAMPOS, 1991, p.36).

Vê-se, desta forma, um movimento de acumulação do excedente, que era dominado primeiramente pelo capital externo, que obtinha superlucros; em segundo lugar, pelo capital interno, que acumulava uma parte menor, e por fim, pelo próprio produtor que, naqueles momentos de preços favoráveis também acumulava. Este, porém, não conseguia manter tal acumulação por muito tempo (CAMPOS, 1991, p.37).

Por outro lado, os açorianos não investiram em técnicas para aprimorar o seu trabalho, pois as atividades eram vinculadas à pequena produção: agrícola e pesqueira, e em pequenos trabalhos como de mercearia, serviam como “quebra galho” e praticavam várias funções. Além disso, os seus produtos tinham um mercado restrito, não havendo necessidade de se investir em novas técnicas, diferentemente dos imigrantes europeus não portugueses (alemães e italianos), que migraram durante a revolução industrial, trazendo para Santa Catarina técnicas e o espírito empreendedor.

Em outras palavras, esse artesanato era uma espécie de quebra-galho que fazia de tudo um pouco e por conseqüência tal artesanato não encontrou força suficiente para se transformar em indústria, diferentemente das colônias recém implantadas nos vales atlânticos catarinenses de alemães e italianos que se industrializaram e passaram a concorrer com a pequena produção ou como no preço dos mesmos (BASTOS, 2002, p. 131).

A própria estrutura das cidades colonizadas por açorianos distingue-se das cidades colonizadas pelos alemães e italianos. A primeira colonização tinha como “único elemento que dirigia o plano urbano a linha da praia (**Ilustração 20**)” (PELUSO JR, 1956, p. 332). A segunda colonização, alemã e italiana⁶⁸ tem o rio como o centro do seu processo de povoamento (**Ilustração 21**).

Através do caminho aberto ao longo do rio começaram a aparecer os primeiros sinais de comércio [...] O elemento de formação do povoado era o comércio, e a direção do plano urbano que se esboçava cabia ao caminho por onde transitavam os colonos [...] Era a função comercial que dirigia o plano [...] Nesse plano não há lugar de realce para a igreja (PELUSO JR, 1956, p. 338 e 339).

⁶⁸ A justificativa de a maioria dos alemães e italianos não se fixarem ao longo, e sim no vale do Itajaí, segundo Bossle (1988) se devo ao fato de já terem uma orientação que os direcionava para as áreas predeterminadas, e por não encontrarem nas regiões localizadas por açorianos motivos de atração. “Assim, enquanto os italianos se dirigiam para aos campos, dedicando-se, portanto, à agricultura, os alemães, estabeleceram-se nos centros das colônias e arredores, o que deu origem aos futuros empreendimentos industriais” (BOSSLE, 1988, p.25 e 26)



Ilustração 20: Desterro no século XVIII

FONTE: PELUSO JR, 1956, p. 330 (Autor desconhecido, baseado em Duché Vancy, 1797).

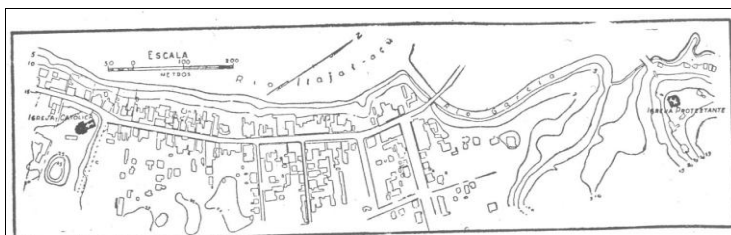


Ilustração 21: Estrutura das colônias alemãs e italianas

FONTE: PELUSO JR, 1956, p. 342.

Na Ilha de Santa Catarina, no início do século XIX, já se viam mudanças, mesmo antes da Abertura dos Portos em 1808, relacionadas à variedade de produtos oferecidos aos habitantes, como relata Krusenstern em visita a Santa Catarina em 1803: “A população tinha triplicado, e nas lojas se encontravam todos os tipos de artigos europeus. As pessoas de pouca posse já não vestiam andrajos [...] As mulheres se trajavam mais ou menos como as de Portugal” (SAINT-HILAIRE, 1978, p.125). Os açorianos, que deram um impulso à Província de Santa Catarina e viabilizaram os melhoramentos nela ocorridos, tinham na pequena produção mercantil, mais especificamente na farinha de

mandioca, um produto gerador de renda, principalmente depois de 1801, quando já não eram mais obrigados a garantir o produto à coroa portuguesa. Com a vinda dos imigrantes alemães e italianos para os Vales Atlânticos catarinense, Saint-Hilaire (1978) relata que: “Durante setenta e três anos, de 1712 a 1785, a Província de Santa Catarina progrediu muito pouco, mas que a partir desse último ano até 1803 ocorreram nelas mudanças notáveis. Essas mudanças foram ocasionadas por um considerável aumento da população” (SAINT-HILAIRE, 1978, p.125).

Segundo Rangel (1981), o século XIX vai ser de mudanças, pois o quadro econômico e político começa a tomar novos rumos. Essa mudança ocorre devido ao rompimento do monopólio português do capital comercial, que passa a ser de domínio brasileiro. O Brasil passa a ter seus próprios comerciantes. Já em Santa Catarina, os imigrantes europeus (que chegam no século XIX) constituem-se, primeiramente, grandes consumidores da pequena produção mercantil, passando, à condição de comerciantes, como é o caso de Karl Hoepcke. Não esqueçamos, em todo caso, que o Rio de Janeiro por muito tempo exerce influência sobre Desterro.

No século XIX, o Rio de Janeiro vai ser o centro financeiro e controlador do Brasil, o que se deve à vinda da Família Real (1808) e ao tipo de política implantada. Ao mesmo tempo, a Ilha de Santa Catarina passa a despertar o interesse comercial, e o porto passa a ganhar importância, pois com a aliança estabelecida entre Inglaterra e Portugal, tendo como consequência a Abertura dos Portos às nações amigas (na verdade, a medida visava atender aos interesses ingleses), os seguintes acontecimentos são desencadeados:

As casas comerciais britânicas apareceram em grande quantidade, principalmente no Rio de Janeiro [...] Na cidade do Desterro, firmas como a de Antônio Joaquim Wanzeller e Wellman & Bade por exemplo, passaram a ser consignatárias de firmas inglesas [...] a Ilha de Santa Catarina estaria destinada a ser o ponto de apoio ou talvez o porto intermediário do comércio que a partir daquele momento far-se-ia entre o Rio da Prata e o Rio de Janeiro[...]as atividades de porto intermediário não foram suficientemente intensas para provocar um relativo desenvolvimento interprovincial (HÜBENER, 1981 p. 43).

O desenvolvimento econômico de Santo Antônio ocorre principalmente no século XIX, como enfatiza Ferreira (1998):

O século XIX foi um período de grande desenvolvimento econômico da região, a princípio com a produção de farinha de mandioca e depois de café. O seu porto era movimentadíssimo uma vez que era o ponto de escoamento de boa parte da produção agrícola do Norte da Ilha (FERREIRA, 1998, p. 12 e 13).

A **Tabela 9**, abaixo, indica os produtos exportados via porto de Desterro no período de 1851 a 1860. O volume do comércio de farinha de mandioca, em alqueires⁶⁹ revela a sua força como produto de exportação⁷⁰ frente aos demais produtos (HÜBENER, 1981).

TABELA 9: Produtos exportados por Desterro

Termo Médio p/triênio	Farinha	Milho	Feijão	Amendoim	Arroz	Batata inglesa
1851-54	358.958	15.928	15.145	10.141	7.274	2.461
1854-57	430.035	27.064	23.106	10.628	8.147	474
1857-60	546.937	67.674	20.965	14.660	9.096	010

FONTE: Hübener (1981). Tabela modificada por Giselli Ventura

Mesmo com a exportação de farinha de mandioca, não se desenvolveram relações capitalistas de produção, pois nada se inovou nos seus meios de produção. Esses próprios gêneros alimentícios vão sofrer (final do século XIX) com a concorrência, uma vez que em outros locais também se produzirá esse tipo de alimento. Como enfatiza Hübener: “[...] o comércio da farinha teve contra si não só o fato de ser

⁶⁹ Alqueire era uma medida muito utilizada, no caso de Santa Catarina, Pereira (1992) faz com bases em entrevistas com antigos farinhaadores e descreve as medidas utilizadas no Estado, em que um **saco de farinha** equivalia a (2 alqu.; aproximadamente 45 kg); **alqueire** (38 litros; 22 a 22,5 kg); $\frac{1}{2}$ **alqueire** (19,2 litros; 11 a 11,2 kg). E ainda se utilizava a “**quarta**” que era “uma caixa de madeira de 25 cmX 25cm e 15 cm de altura, correspondendo a 9,5 litros do volume e aproximadamente 5,6 kg de farinha” (Pereira, 1992, p. 44). A “caixa” nada mais era do que $\frac{1}{4}$ de saca ou meio alqueire, aproximadamente, o que varia dependendo da qualidade da farinha, segundo os farinhaeros.

⁷⁰ “Da exportação de Desterro, [...] 78,27% foram exportados para outras províncias do Império, enquanto que 21,73% dirigiram-se para o exterior” (HÜBENER, 1981, p. 29).

produzida em outras áreas, mas também a má qualidade do produto. Esta deficiência estava ligada à técnica precária, aos processos rotineiros empregados no cultivo da mandioca e na fabricação da farinha” (HÜBENER, 1981, p. 94).

O fato de a farinha de mandioca ser de má qualidade é um ponto a ser questionado, pois se fosse tão ruim, como se venderia tanto no mercado não só catarinense como brasileiro e estrangeiro? Além disso, alguns relatos, como do navegador Jorge Shelvocke, dão conta de que “[víveres angariou-os em abundância, em Santa Catarina [...] nesta conta se computaram 150 alqueires de “farinha de pau”, ótima comida, tão boa quanto a famosa *oat meal* inglesa” (TAUNAY, 1931, p.32). Segundo Lima (2007), no final do século XVIII e início do século XIX, a situação econômica da Ilha continuou precária, pois o comércio vai sofrer grandes oscilações no mercado, ao que se acrescenta a decadência da pesca da baleia. Recuperou-se no fim do século XIX, devido à ascensão da pequena produção mercantil açoriana, tendo como principal produto a farinha de mandioca.

A farinha foi sem dúvida a “grande produção policultura, com exportações [...] durante todo o século XIX para o Rio de Janeiro, Salvador e Recife, tornando Santa Catarina, junto com o Espírito Santo nos dois maiores abastecedores do mercado Nacional” (MAMIGONIAN, 2007, p. 5).

As **Tabelas 10 e 11**, de importação e exportação, apontam a relação comercial entre as principais províncias. A capital do Império enviava um grande volume de produtos para Santa Catarina, desembarcados através do porto de Desterro. (HÜBENER, 1981). As demais províncias, na sua relação com o Rio de Janeiro, exportavam mais do que importavam, diferentemente de Santa Catarina, que tinha sua balança comercial desequilibrada, comprando mais produtos da capital comercial carioca do que exportado.

Vale destacar que “[o] Rio de Janeiro exerceu a função de pólo centralizador do comércio catarinense [...] para lá convergiam os produtos de Santa Catarina e provinha à maioria dos produtos nacionais, quer estrangeiros” (HÜBENER, 1981, p.95).

A forte relação entre o Rio de Janeiro e Desterro, que perdura até as décadas de 1950/60, ocorre em decorrência de uma ligação antiga, particularmente clara nas relações comerciais, pois todos os produtos e serviços de que se necessitava provinham da província carioca. A Tabela 10 revela que o Rio de Janeiro era a província que mais comprava farinha de mandioca da província de Santa Catarina. Ao

mesmo tempo, como se pode verificar na Tabela 11, era a que mais fornecia produtos importados à nossa província.

TABELA 10: Principais Províncias Importadoras de Santa Catarina 1869-70

Províncias	Valores	Percentuais
Rio de Janeiro	397:666\$107	75,51%
Rio Grande do Sul	82:517\$520	15,67%
São Paulo	26:323\$390	4,99%
Paraná	14:149\$400	2,69%
Pernambuco	4:892\$815	0,93%
Bahia	1:118\$200	0,21%

Fonte: Hübener (1981), p.64.

TABELA 11: Importação da Província de Santa Catarina

Províncias	Valores	Percentuais
Rio de Janeiro	3.749:133\$529	70,92%
Rio Grande do Sul	1:257:268\$175	23,78%
São Paulo	239:409\$000	4,53%
Paraná	18:541\$160	0,35%
Pernambuco	11:964\$200	0,23%
Bahia	7:004\$080	0,14%
Sergipe	1:805\$500	0,03%
Alagoas	1:069\$400	0,02%

Fonte: Hübener (1981), p.64.

Ainda no que se refere à comercialização dos produtos de Desterro, existia um capital comercial na ilha que manipulava os preços dos produtos e do processo de comercialização; este, por sua vez, era dominado pelo capital comercial carioca, ao qual Desterro vendia seus produtos. Com isso, uma reação interna construía-se: o comerciante

local exercia pressão sobre o pequeno produtor, uma reação em cadeia (CAMPOS, 1991). Eis um dos motivos que justificam o quadro de pobreza do pequeno produtor açoriano, mesmo tendo o “litoral catarinense dedicado-se à produção da farinha de mandioca, a qual não cobria, em valores, as cifras do comércio importador. Embora fosse o principal produto exportador não fornecia à província, a renda necessária e suficiente, por não conseguir altos preços no mercado interprovincial” (HÜBENER, 1981, p. 94).

Entre os séculos XVIII e início do XIX, Desterro é considerada praça exportadora de gêneros alimentícios, o que leva a caracterizar o tipo de economia então existente na Ilha como de comércio marítimo e voltado à pequena produção mercantil. No caso de Santo Antônio de Lisboa, Sambaqui, Barra do Sambaqui e Cacupé – marcados pela presença de produtos ligados à exportação –, o fato de ter um porto também facilitava o escoamento da produção não só da região como de todo o norte da Ilha, pois o rio Ratonas, que se encontra em Sambaqui, ligava a localidade ao interior. Com a crise brasileira, em 1873, ocorre a substituição natural e industrial de importações, ou seja, acaba sendo favorecido o consumo dos produtos internos. “O crescimento urbano da Ilha de Santa Catarina estava vinculado, neste primeiro momento, ao êxito alcançado pela pequena produção mercantil açoriana e posteriormente pela função portuária” (BASTOS, 2000, p.131).

Apesar de muitos apontarem o “fracasso” do açoriano, ele cumpriu um dos intuitos que a Metrópole tinha com a vinda deles: gerar renda para o capital comercial português.

O fato de o distrito de Santo Antônio de Lisboa reproduzir o modelo característico de formação social e econômica do litoral catarinense, somado ao fato uma das regiões onde se concentrava boa parte dos agricultores, como podemos verificar no subcapítulo: “**A presença da população de origem afrodescendente**”, e consequentemente demonstrando, já no século XVIII (**Ilustração 9**), uma produção muito próxima ou superior à exportada pela Ilha (**Tabela 6**), o que evidencia o papel de destaque da área não só na política como na economia de Desterro.

O fato de o povoamento ter se caracterizado pela existência de setores polarizados ao longo da Ilha teve como objetivo justamente desenvolver essas regiões. Outro fator que diferencia o distrito é a presença de um porto, com o abastecimento de água para os navios. Essas especificidades dão o destaque à localidade em Desterro, mas também no âmbito da política portuguesa determinada pela Metrópole.

O posto da Alfândega (casa à esquerda da foto) e com sua Baía protegida dos ventos na **Ilustração 22**, revelam o ponto estratégico desse porto e a sua função no século XIX. Segundo Ferreira:

O século XIX foi um período de grande desenvolvimento econômico da região, a princípio com a produção de mandioca e depois de café. O seu porto era movimentadíssimo uma vez que era o ponto de escoamento de boa parte da produção agrícola do Norte da Ilha. Possuía inúmeras casas comerciais que lhe davam independência em relação a Desterro, todos os gêneros de consumo da época poderiam ser comprados em suas vendas (FERREIRA, 1998, p.13).



Ilustração 22: O Porto e o Posto da Alfândega em Sambaqui

FONTE: Casa da Memória, mosaico feito por Giselli Ventura de Jesus.

Referente ao processo de urbanização em Santa Catarina enfocam-se duas épocas, antes e depois de 1850. Antes de 1850, a tradição portuguesa se caracteriza por uma estrutura de **plano urbano**, que é colocado em prática com o governador José da Silva Paes, primeiro na estrutura da Vila-Capital da Capitania de Santa Catarina, no caso Nossa Senhora do Desterro, ou mesmo o “regimento” estabelecido pelo rei de Portugal para a colonização do litoral catarinense pelos açorianos. Após 1850, tem-se um incremento demográfico com a vinda dos imigrantes europeus não portugueses em Santa Catarina, o que

estabelece uma nova fisionomia urbana ou **estrutura urbana** para as áreas de colonização. Tais povoações surgem e se expandem ao longo dos rios e afluentes d'água, obedecendo ao traçado das linhas coloniais, em que o vale é o que caracteriza a paisagem (PIAZZA, 1983).

E nesta paisagem geográfica o relevo exerceu influência tão forte quanto à própria rua comercial ou, então, o plano urbano obedece à força da tradição, de acordo com a cultura do grupo que constroem a cidade. Enquanto os grupos alemães vão se fixar, preferencialmente nos centros das colônias ou, quando muito, ao seu redor, os grupos italianos vão ser colocados, predominantemente, na periferia das colônias (PIAZZA, 1983, p. 405).

A instalação de imigrantes estrangeiros em colônias próximas a Florianópolis permite que a produção agrícola aumente consideravelmente, tornando necessário o melhoramento das vias de acesso, a fim de que a produção alcançasse o mercado e o porto da Capital. Assim, as antigas estradas foram melhoradas e novas foram abertas (FERREIRA, 1998, p. 27). A ponte Hercílio Luz é construída no Século XX para valorizar ainda mais o melhoramento dessas estradas e o enfraquecimento do transporte marítimo.

A inserção da República coincidiu com uma forte crise econômica na Ilha de Santa Catarina; a economia baseada na exportação de produtos agrícolas, principalmente de farinha de mandioca, encontrava-se enfraquecida, e novos produtos vão surgir no Estado devido à vinda de outros imigrantes. O porto tem o seu movimento reduzido, sendo tais atividades responsáveis pela possibilidade de acumulação de riquezas e status (FERREIRA, 1998, p. 47).

Nesse período, ocorre um crescimento da cidade e com isso surge a preocupação com a infraestrutura urbana e de serviços que viesse atender às necessidades da população da Ilha. “O crescimento da cidade sofreu forte aceleração a partir do momento em que Desterro passava a assumir cada vez mais as condições de praça importadora de produtos provenientes de outras regiões do Brasil e da Europa, isso já no último quartel do século XIX” (BASTOS, 2000, p.130).

Na segunda metade do século XIX a importação cresceu, motivada não só pelas novas

necessidades da cidade que se expandia, mas também pela economia mais estável. Nesse contexto, a empresa Carl Hoepcke também acompanhava o ritmo do crescimento da cidade, ampliando cada vez mais suas relações comerciais com diversas regiões do país, do sul da América, bem como a Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. A atividade do empresário se dividia então em três: o comercial, o industrial e o financeiro (REIS, 1999, p. 130).

Cabe ressaltar a importância de um dos grandes empreendedores que chegaram ao segundo processo de imigração no século XIX, o alemão Carl Hoepcke, este em destaque por ser o responsável pela empresa nacional de navegação Hoepcke, que teve um papel importante para Florianópolis.

1.2.2- Investimento na infraestrutura urbana

As primeiras décadas do século XX trouxeram várias transformações para a cidade de Florianópolis com investimentos em infraestrutura, como o primeiro processo de distribuição de água⁷¹, a instalação de energia elétrica e iluminação pública. Mas a grande mudança foi a construção da Ponte Hercílio Luz em 1926, por Hercílio Luz, o que melhorou a paisagem e deu uma nova dinâmica à Ilha, pois o acesso Ilha-Continente ficou facilitado para o transporte de carros.

Durante as primeiras décadas do século XX, quando a iluminação ia substituindo o antigo sistema a querosene ou a gás e os bondes puxados e burros iam caindo em desuso pelo avanço dos veículos automotores, duas tendências evidenciavam a profunda alteração da essência sócio-econômica que acontecia na Ilha: a crise da atividade portuária e a estagnação da agricultura (CECCA, 1996, p. 57).

⁷¹ “Implantação em 1910, do primeiro sistema de distribuição de água de Florianópolis. Durante esse longo período, a população se serviu de fontes e poços particulares e de algumas fontes públicas” (PASSOS, 2003, p.291).

Sambaqui, por outro lado, não possuía estrada, mas Hercílio Luz tinha pretensões para o bairro como fica explícito através no relato de um dos moradores do local.

Até 1924 Sambaqui não tinha estrada, era tudo transportado pelo mar ou conduzido a carro de bois pela costa do morro, até a Freguesia de Santo Antônio. Então o grande estadista Hercílio Luz era compadre do meu avô materno, não saía de Sambaqui, daí ele falou para meu avô- Compadre, eu vou construir a estrada de Sambaqui, não quero caminho de rato, quero uma estrada para passar veículos motorizados e uma via ferroviária para ser o porto de desembarque. Mas não foi concretizado, porque ele adoeceu [...], e nosso Sambaqui ficou esquecido dos poderes públicos (FERREIRA, 1998, p. 89).

Todas essas mudanças na Ilha fizeram com que se agravasse a decadência do porto, decorrente do avanço da navegação a vapor vinda com a utilização de motores movidos com derivados de petróleo, que estava vinculada à técnica naval de construção de embarcações cargueiras de grande porte. Isso tornava cada vez mais obsoleto o pequeno e pouco profundo porto de Florianópolis. Havia também o fato de em 1926 ter-se construído a Ponte Hercílio Luz (**Ilustração 23**), que estabelecia a ligação entre a Ilha e o Continente e oferecia vantagem como uma maior agilidade e não estar suscetível ao tempo, que às vezes dificultava a passagem por barco. “Rapidamente extinguiu o trânsito de balsas e lanchas pelo canal, assim como o sistema viário-marítimo existente entre a Ilha e os portos vizinhos de São José, Palhoça e Biguaçu” (CECCA, 1996, p. 58).

A obra mais importante para o plano urbano foi a construção da ponte Hercílio Luz, que ligava a ilha ao continente. As ruas Felipe Schmidt e Conselheiro Mafra, bem como a Avenida Rio Branco tiveram que ser adaptadas à função (Andrade, 1978). Isto era natural, porque além de a área da cabeceira da ponta passar a exercer parte da função até então desempenhada pela praça central perto do mar, referente à chegada e à saída de passageiros nas viagens ilha-continente, na

colina a que chegavam aquelas ruas esteve o cemitério público, que em 1925 foi transferido para o Itacorubi (PELUSO JR, 1991, p.318).

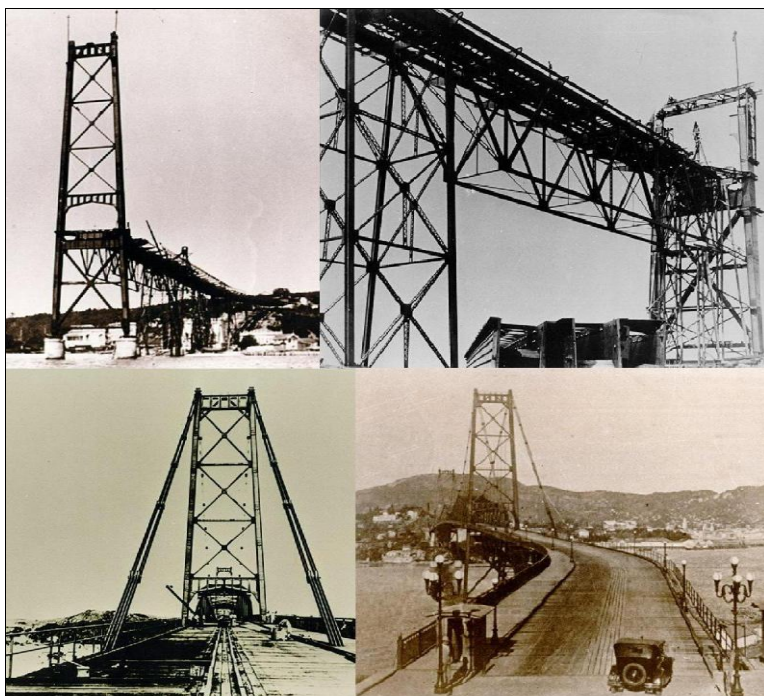


Ilustração 23: Ponte Hercílio Luz no início do século XX

FONTE: Casa da Memória, mosaico feito por Giselli Ventura de Jesus.

A freguesia de Santo Antônio de Lisboa, no início do século XX, sofre as consequências do declínio do setor de sua economia⁷², baseado na pequena produção mercantil, que aliada ao surto de modernização das cidades fez com que muitos moradores fossem em busca de emprego. Nessa fase de investimentos em infraestrutura, foram inseridas novas opções de transporte que acabaram por diminuir a

⁷² “O empobrecimento gradativo dos açorianos e as escassas oportunidades de emprego nas cidades litorâneas fizeram com que muitos migrassem para áreas industriais alemãs, para a zona carbonífera ou partissem à procura dos grandes centros pesqueiros, como o de Rio Grande e Santo, para trabalharem na pesca embarcada (BASTOS, 2000, p. 133).

importância do porto, “além de que o crescimento de Desterro inaugura um novo pólo econômico, deixando para Santo Antônio o papel secundário de simples produtor de uma agricultura, pecuária e pesca de subsistência” (MARTINELLO, 1992, p. 30). MARTINELLO (1992) descreve o relato de um dos moradores da localidade desde o ano de 1922, referente a esse período:

Quando eu cheguei em Santo Antônio de Lisboa ele estava em declínio, tremendo, já vinha de muitos anos atrás caindo. Nesta época os que moravam aqui eram pescadores e pequenos lavradores. Aqui não há espaço para grandes lavouras. Então os indivíduos tinham de viver com mini-lavouras, mini-pecuárias e a pesca artesanal. Assim começou a tendência da saída de Santo Antônio para a cidade, na busca de novos empregos. Além de que muitos venderam suas propriedades e partiram para a vila (MARTINELLO, 1992, p. 30).

Segundo dados fornecidos por Barros (1979), no final do século XIX (entre 1841 a 1909), a população de Santo Antônio sofre um aumento gradativo em seus dados demográficos, e seu ápice nesse crescimento gradativo chega até o início do século XX, em 1910 com 5.185 pessoas. Já em 1920 aparece com uma queda no quadro populacional tendo 3.100 habitantes. Isso se explicaria com o processo relatado pelo morador de Santo Antônio, um êxodo que ocorreu no começo do século XX, em decorrência da crise econômica com que apresentou a comunidade. Importa ainda comparar os dados referentes ao crescimento demográfico (Tabela 12), que, depois de 1910, entra em um decréscimo a população, principalmente nas décadas de 1950 e 60 devido ao êxodo sofrido na região.

Com a ascensão da pequena produção mercantil, e tendo em sua maioria agricultores, a população local consegue acumular um excedente, épocas de prosperidade o final do século XIX. Por outro lado, depois da década de 1930 começam esses pequenos produtores a sofrer um forte declínio econômico, e consequentemente emigrarem em busca de emprego, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, o que novamente pode ser explicado pelo êxodo rural. Muitos moradores que emigraram tiveram como destino Santos e o Rio Grande.

O crescimento só retoma, de forma tímida, a partir de 1960, com as casas de veraneio, porém, é com a construção da SC-401 na

década de 1970 que esse quadro resulta, na década posterior, em duplicação no número de habitantes na região.

Esse acréscimo na década de 1980 e 1990 ocorre devido a alguns fatores que influenciaram diretamente: o primeiro e se deve ao movimento artístico que a localidade de Santo Antônio apresenta com a instalação de alguns artistas na região, além da valorização da cultura açoriana, resultando na fixação de muitos moradores vindos de outras partes do País. O segundo fato se apresenta com o surgimento de alguns condomínios fechados que ganharam pulso, principalmente na década de 1990 e 2000. Então como se explicaria a diminuição do número de habitantes de 1991 de 12.925 habitantes para 5.367 em 2000? O crescimento de fato acontece, pois ao mesmo tempo em que aumenta a população do distrito ocorre o desmembramento de algumas localidades, como Monte Verde, Saco Grande e João Paulo, em 1999, como citado no primeiro capítulo, os quais vão ser incorporados ao Distrito Sede de Florianópolis. Todo esse processo de formação do Distrito de Santo Antônio de Lisboa (**ANEXO L**) é fundamental para a compreensão dos dados referentes ao número de habitantes aliado a fatores políticos, econômicos e sociais.

Tabela 12 - Total da população de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio, por ano, de 1841 a 1910

ANO	POP.	ANO	POP.	ANO	POP.	ANO	POP.
1841	2557	1859	2837	1877	3268	1895	4314
1842	2604	1860	2813	1878	3327	1896	4372
1843	2352	1861	2758	1879	3385	1897	4430
1844	2700	1862	2764	1880	3443	1898	4488
1845	2747	1863	2739	1881	3501	1899	4546
1846	2795	1864	2715	1882	3559	1900	4604
1847	2842	1865	2690	1883	3617	1901	4662
1848	2890	1866	2666*	1884	3675	1902	4721
1849	2938	1867	2666*	1885	3733	1903	4779
1850	2985	1868	2728	1886	3791	1910	5.185
1851	3033*	1869	2791	1887	3849	1920	3.100
1852	3009	1870	2853	1888	3907	1940*	1.976
1853	2984	1871	2916	1889	3965	1950*	1.899
1854	2960	1872	2978*	1890	4024	1960*	2.453
1855	2935	1873	3036	1891	4082	1970*	3.570
1856	2911	1874	3094	1892	4140	1980*	7.294
1857	2886	1875	3152	1893	4198	1991*	12.925
1858	2862	1876	3210	1894	4256	2000* ⁷³	5.367

(*) IBGE- Censos Demográficos do Distrito⁷⁴ de Santo Antônio de Lisboa de: 1940-50-60-70-80-91 e 2000.

FONTE: 1840- Relatório do Presidente de Província Ferreira Brito

1851- Relatório do Presidente de Província João José Coutinho

1866 e 1867- Relatório do Presidente de Província Albuquerque Lacerda

1872- Recenseamento Geral do Brasil

2000- Censo do IBGE

Fonte: Barros (1979) e o censo do IBGE

O processo de emigração de alguns moradores de Santo Antônio de Lisboa e Sambaqui é justificado tanto pela análise do quadro econômico, quanto através da observação dos dados demográficos,

⁷³ O último Censo demográfico do Distrito de Santo Antônio de Lisboa sairá, segundo informação do IBGE, apenas em meados de 2011.

⁷⁴ Só a partir de 2000 é que o IBGE começou a fazer o Censo dos Bairros de Florianópolis. Outro detalhe é que o Censo de 2007, a Ilha de Santa Catarina não foi contabilizada como outras cidades maiores do Estado catarinense, apenas nos municípios até 70.000 habitantes.

sendo o mesmo um fenômeno de transição do processo de urbanização, que com os crescentes investimentos em estrutura urbana serviram de atrativos para a população rural e do interior da Ilha.

Convém reforçar então que na primeira metade deste século, Florianópolis passou paulatinamente por um processo de esvaziamento econômico provocado pela decadência da pequena produção mercantil açoriana e pela emersão industrial e comercial das áreas de colonização recente dos vales atlânticos catarinense (BASTOS, 2000, p. 135).

Não só a população local acabou saindo de Santo Antônio de Lisboa, Barra do Sambaqui, Sambaqui e Cacupé, mas também alguns dos comerciantes que havia ali na região. Um deles foi o caixeiro viajante Gedeão Mansur de origem libanesa⁷⁵, que de “cruzar picadas na região para vender suas mercadorias na Vargem Grande, Vargem Pequena, Cachoeira do Bom Jesus, Canasvieiras e, eventualmente Ribeirão da Ilha” (SCHMITZ, 2007, p.25), vai abrir uma loja em Santo Antônio de Lisboa no início do século XX, se transferindo para o Centro junto com sua família em 1948, existindo até hoje no Mercado público o “Bazar Mansur”, que com o tempo se especializou em vender painéis de alumínio. A filha de Mansur ainda lembra dos tempos em que residiam em Santo Antônio:

Lembra da chácara dos avós, em Santo Antonio, onde havia muitas frutas e que, apesar da estrada precária, gostava de visitar. Seu avô tinha uma baleeira, e em 1914 comprou um caminhão Ford Galeta, com o qual trazia o pessoal para a feira do Centro [...] uma vez teve que apelar todo mundo para empurrar o caminhão nos morros que existem no caminho (SCHMITZ, 2007, p.26).

⁷⁵ A “partir da década de 1880, se integraram ao comércio da Capital, elementos da comunidade grega, e na virada do século, diversas famílias sírio-libanesas, abrindo casas de secos e molhados” (CRUZ, 2008, p.75).

A melhoria da infraestrutura das freguesias do interior da Ilha trás novas mudanças, pois antes disso o comércio dos armazéns na região da freguesia de Santo Antônio eram muito fortes e prósperos:

já que eles atendiam quase toda a Ilha. Toda a produção agrícola de Santo Antônio e região era comprada pelo comércio atacadista local. Ele fornecia anualmente a mercadoria que não se produzia e que era pouca. A gente comprava sabão, querosene, porque não tinha luz, roupa, e o resto se produzia em casa. Então o sujeito tinha feijão, tinha farinha, tinha açúcar, tinha melado [...] Depois, com o desenvolvimento, a estrada se ampliou, o individuo pôde comprar até uma aranha com um cavalo e passear. Acabou esse comércio, que foi se estabelecer na cidade (SOARES, 1991, p. 90).

Há inclusive um caminho, existente até hoje, que liga a Barra do Sambaqui (onde se concentrava a produção agrícola) com o trevo de acesso a Santo Antônio chamado de “Caminho dos Velhacos” o nome se dá pelo fato desse

caminho servir de atalho para os viajantes que indo ou vindo de Florianópolis para Canasvieiras ou adjacências, evitassem passar pelo centro da vila de Santo Antônio. Normalmente esse expediente era usado por vendedores ambulantes que compravam produtos agrícolas em Santo Antônio para vender em Florianópolis, sobre a promessa de saldar a dívida no retorno da cidade. Alguns tomavam esse atalho para se livrar do pagamento da dívida. Daí o nome Caminho dos Velhacos (SOARES, 1991, p.86).

Esses comerciantes da vila de Santo Antônio, ou seja, a burguesia mercantil, que nesse período (século XIX) já não era mais atrelada ao monopólio da metrópole portuguesa, consegue ascender economicamente, através do fornecimento de produtos aos novos imigrantes alemães e italianos. Muitos, com a decadência da pequena produção mercantil e conseqüentemente do comércio, acabam emigrando para o centro de Florianópolis. E depois da década de 1930,

com a intensificação do processo de industrialização esses comerciantes açorianos vão sendo substituídos pelos de origem alemã.

Apesar da melhoria das estradas, no século XX, ter interferido no comércio local, ainda permaneceram comerciantes, mesmo com o enfraquecimento econômico da região. As tradicionais famílias Lisboa, descendentes dos primeiros colonizadores de Santo Antônio, tiveram um papel importante ao longo da formação do bairro, pois seus avós no século XIX já “eram comerciantes e compravam quase tudo no Mercado para revender à freguesia do norte da Ilha” (SCHMITZ, 2007, p.88). Seu próprio filho, residente ainda na localidade e no comércio da região, também fazia o mesmo.

Todas essas mudanças ocorridas no final do século XIX, com a ascensão da pequena produção mercantil e o porto de Nossa Senhora do Desterro passando a ter um papel fundamental na política de importação de produtos, como também na política administrativa (Bastos, 2000), permitiram o fortalecimento de várias classes sociais como a burguesia mercantil. O distrito de Santo Antônio de Lisboa possuía uma forte economia agrícola e alguns comerciantes que emigraram posteriormente para o centro de Desterro como João Pinto da Luz e Marcos Antônio da Silva Mafra, no século XVIII e XIX e no Século XX Gedeão Mansur, demonstrando a vocação comercial que o distrito teve. Além de a região concentrar pequenos produtores, o porto, facilitou muito a comercialização da pequena produção mercantil, sendo considerada uma das localidades mais prósperas da Ilha, comunicando-se com a capital através do mar, além de atenderem outros moradores do Norte da Ilha.

Por outro lado, no século XX, “as áreas de povoamento açoriano entram em decadência por uma série de fatores” (BASTOS, 2000, p. 131), continuando, até a década de 30 apenas as atividades comerciais relacionadas à praça exportadora. O Distrito de Santo Antônio sofre consequências diretas com a crise agrícola, ao mesmo tempo que as políticas de investimentos em infraestrutura motivaram as pessoas a saírem do meio rural e irem para os centros urbanos, no caso de Santa Catarina para as regiões que dessem oportunidade de emprego, como o Alto Vale do Itajaí.

O aumento efetivo do número de habitantes do Distrito começa a partir da segunda metade do século XX de forma crescente, agora não mais ligado à pequena produção mercantil, economia rural ou mesmo a atividade portuária que entra em declínio a partir de 1930, mas pela valorização da terra e a fixação de novos habitantes vindos de outros Estados brasileiros. Concretizando-se através de loteamento e condomínios fechados.

Ao mesmo tempo, que vão desaparecendo os engenhos “na medida em que foram abrindo estradas, foi se aproximando o morador de Santo Antônio do centro, que procurou vender o que tinha e arrumar trabalho lá por baixo” (SOARES, 1991, p. 90). Por outro lado, a retomada de investimentos em infraestrutura fez com que ocorresse um novo crescimento, mas agora vinculado ao preço da terra, e à especulação imobiliária.

CAPÍTULO 2 - IMPACTOS DA DECADÊNCIA DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL

Com a crise de 1929, instala-se um outro momento de crise mundial, o que obriga o Governo a “uma forma nova e superior de substituição de importações, isto é, a industrialização. A classe dos capitalistas industriais, dissidência progressista da classe dos comerciantes, negociou com a classe dos latifundiários, surgida da segunda dualidade, novo pacto de poder, sob a hegemonia desta” (RANGEL, 2005, p.695). É a fase que Rangel (2005) chama de terceira dualidade brasileira. Ou seja, a pequena produção mercantil açoriana entra em decadência por não ter aprimorado os processos de produção e suas relações, principalmente no final da década de 1950. Nessa transição os “comerciantes açorianos foram substituídos por comerciantes de origem alemã, merecendo destaque Hoepcke, Wandhausen...” (BASTOS, 2000, p. 130).

Esses novos comerciantes promoveram a modernização do porto, assim como a do próprio comércio, que se expandia no mercado, “porque tínhamos uma produção de mercadorias e não uma produção natural ou de autoconsumo” (RANGEL, 1981, p.25). Isso ocorreu devido nas novas colônias nos vales atlântico catarinense, que foram se especializando e aperfeiçoando a produção agrícola. Consequentemente, exportavam o excedente, dando base financeira para impulsionar, em conjunto com as políticas públicas pós-anos 1950, o processo de industrialização no litoral catarinense. Ao mesmo tempo, a estrutura social da pequena produção mercantil açoriana, baseada na atividade agrícola e na pequena produção pesqueira artesanal, entra em declínio.

O terceiro processo de urbanização é explicado pelas relações estabelecidas entre as classes sociais envolvidas com as políticas de Estado adotadas ao longo do Estado Novo (1937/1945), no seio das quais “os setores que sobreviviam no modo de vida anterior ao capitalismo se estabelece com vigor a partir de 1930, entram em decadência e as atividades envolvidas naquela sociedade ressurgem em novas condições integradas ao novo sistema socioeconômico em implantação” (BASTOS, 2000, p. 134 e 135).

Essa nova configuração urbana de Florianópolis vai estar vinculada à decadência da pequena produção mercantil açoriana e às mudanças na estrutura produtiva do setor pesqueiro durante as décadas de 1940 e 1960 (através de investimentos na pesca industrial), o que

causou grande empobrecimento e elevado êxodo da população rural para os grandes centros urbanos (BASTOS, 2000).

A despeito da decadência que atingiu a agricultura açoriana, as paisagens agrárias atuais dos núcleos mantêm, esquematicamente, as mesmas características. Em alguns núcleos a agricultura perdeu a supremacia para a pesca, em outros continua paralelamente a essa atividade, e em outros as mudanças foram mais acentuadas, em virtude do crescimento de centros urbanos que se refletiu num recrutamento de populações das comunidades rurais descendentes de açorianos para atividades terciárias e secundárias que se ampliaram recentemente. Este fato é muito observado em relação a antigos núcleos localizados no interior da Ilha de Santa Catarina, transformados numa espécie de subúrbios esparsos e afastados, como Santo Antônio e Ribeirão da Ilha (LAGO, 1968, p. 90).

O Estado vai ter um papel decisivo em nível nacional e estadual, pois, com a nova divisão territorial do trabalho que se estabeleceu com o desenvolvimento industrial brasileiro (e catarinense), o capital catarinense converteu-se em pólo de concentração de novas e importantes funções administrativas referentes à política econômico-social presente pelo menos desde a década de 1930 (BASTOS, 2000).

2.1- Política econômica a partir da década de 1930

A política social instalada pelo governo varguista⁷⁶ permitiu um forte aumento na oferta de empregos no setor público. A atividade pública possibilitou a criação de “novos cargos e novos empregos, inclusive com vencimentos relativamente elevados, que concorreram para manter o movimento econômico interno” (PELUSO JR, 1991, p. 344).

⁷⁶ É criado em 1952 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), ainda no Governo de Getúlio Vargas, com o intuito de “desenvolver setores básicos da economia brasileira, nos planos públicos e privados” (disponível no site: www.abrasil.gov.br).

Em 1940, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, 38% da população economicamente ativa de Florianópolis estava concentrada no desenvolvimento de atividades governamentais, 25% nas atividades de Florianópolis, 37% na prestação de serviços, demonstrando que as atividades que dão sustentação a função de lugar central estão concentradas no setor terciário da sua economia, influenciado pela função política da cidade, como capital de um Estado Federado (MARCON, 2000, p.106).

A partir da Revolução de 1930, as funções administrativas das estatais passaram a garantir melhores condições para o desejado desenvolvimento industrial, “com regulamentação das relações entre o capital e o trabalho e a atuação no setor produtivo brasileiro” (MARCON, 2000, p.106). “Esta década mostrou as transformações sofridas por Florianópolis ao acentuar a sua dupla função de cidade de serviço e político-administrativa. Manteve, no entanto, até 1930, as condições de centro portuário e comercial” (MIRA, 2002, p. 67).

A crise de 1929, que eclodiu na Bolsa de Valores de Nova York e repercutiu em todo o mundo, fez com que surgissem outras teorias, como a de Keynes, segundo a qual o Estado deveria intervir na economia de forma efetiva, garantindo o bem-estar da sociedade. Esse planejamento vai-se refletir no Brasil após os anos de 1930, quando o governo passa a elaborar planos ou mesmo ações capazes de dar dinamismo à economia e garantir o bem-estar social.

A primeira experiência de planejamento no Brasil é datada no início da década de 1930, era o **Plano Quinquenal de Obras e Reparcelamento da Defesa Nacional** (1942) que só fora executado pela captação de recursos provenientes da negociação do governo Getúlio Vargas com o governo americano. O plano tinha como principais objetivos a criação de indústrias, execução de obras públicas e aparelhamento da defesa nacional (OLIVEIRA, 2009, p.28, grifo meu).

O fim da I Guerra Mundial e a crise de 1929 propiciaram várias alterações, não só na conjuntura mundial como na nacional, o que trouxe novas rupturas realizadas em plena recessão econômica mundial. Ocorre em 1930 uma grande mudança na economia brasileira: o País resolve não pedir mais empréstimos à Inglaterra para comprar sacas de café, visando estocar para manter o seu preço no mercado. Isso acontece devido à política econômica dos ingleses de não propiciarem o desenvolvimento industrial brasileiro, pois “o suprimento de matérias-primas e produtos agro-primários para a metrópole (era o que preservava) o nosso mercado para os produtos industriais metropolitanos” (RANGEL, 1981, p. 28).

Ao romper com a Inglaterra, o Brasil consolida uma nova aliança com os EUA: “A política brasileira consiste em acompanhar as orientações norte-americanas. Os capitais americanos dominam, desde então, a comercialização do café, e começam a penetrar na produção, através dos financiamentos, sendo já absolutos na distribuição.” (SODRÉ, 1967, p.315).

A aliança com os americanos faz com que a economia brasileira gire em torno do capitalismo americano, que permite o financiamento da industrialização nacional, “porque na medida em que se dá o desenvolvimento por substituição de importações⁷⁷ cresce o mercado interno; obviamente cresce o mercado para exportação dos países industrializados” (SINGER, 1982, p. 162). Esse apoio por parte dos EUA acontece, como esclarece Rangel (1981), pelo fato de aquele país ter uma produção primária metropolitana vasta e diversificada e por não ser fornecedor de produtos industriais ao Brasil. É o capital financeiro americano que começa a ganhar espaço mundialmente principalmente após a I Guerra Mundial e a crise de 1929: “Assiste-se ao alijamento acelerado dos capitais europeus, a sua substituição progressiva e rápida por capitais americanos. Os Estados Unidos vinham sendo já os fornecedores de empréstimos externos” (SODRÉ, 1967, p.315).

É nesse momento, que se concretiza a **terceira dualidade** brasileira, tal como Rangel (1981) a caracteriza. Essa nova etapa trará “não somente uma mudança de hegemonia no plano interno, mas

⁷⁷ “Com a contração mundial acelerada após 30 e que durou até 1948, várias partes da periferia capitalista, o Brasil em particular, reagiram num esforço principal de substituição de importação, iniciado anteriormente, mas que se acelerou desde então” (MAMIGONIAN, 1987, p. 66).

também a troca de hegemonia (a inglesa pela norte-americana) no plano externo” (RANGEL, 1981, p.28).

A Revolução de 30, liderada por Getulio Vargas, um representante latifundiário, só foi possível devido ao fato de o novo centro hegemônico (EUA) apoiar, com o seu capital financeiro (SILVA, 1992), a “classe dos capitalistas industriais, dissidência progressista da classe dos comerciantes, (que) negociou com a classe dos latifundiários novo pacto de poder, sob a hegemonia desta” (RANGEL, 1986, p.26).

Dentro dessa nova conjuntura de pacto⁷⁸, esses industriais catarinenses passam a ganhar destaque devido às políticas públicas de incentivo a esse setor econômico. Em contrapartida, os comerciantes de exportação e importação, em que os capitais comerciais de Florianópolis estavam ligados aos capitais do Rio de Janeiro perdiam suas forças, pois quem passa a ganhar destaque é São Paulo com a aceleração do “processo de industrialização e a interação do território nacional via estrada de rodagem” (BASTOS, 2000, p. 133).

As indústrias catarinenses ganham espaço, principalmente após as políticas de 1930, quando há um forte desenvolvimento e crescimento das indústrias catarinenses em todo o Estado, como cita Mamigonian (1986), no alto vale; no litoral sul com a criação da produção carbonífera que “no pós-guerra a situação se tornou crítica, mas a Revolução de 1930 estabeleceu a obrigatoriedade do consumo de 10% do carvão nacional em 1931” (Mamigonian, 1986, p.56); no Oeste com a agroindústria. E a exportação de madeira do planalto através do porto de Itajaí (BASTOS, 2000).

Isso teve como reflexo na capital do Estado (Florianópolis) a diminuição do comércio de cabotagem em relação ao de rodoviário, atingindo diretamente os capitais comerciais da Ilha, que ainda continuavam atrelados aos capitais do Rio de Janeiro, por via marítima, ao contrário das áreas que se instalaram a colonização alemã (onde se desenvolve a industrialização do Estado), que se preocuparam desde o início com o transporte rodoviário.(reler; período meio confuso) Como consequência, a capital do Estado de Santa Catarina ficou longe do processo de modernização pela qual passava a sociedade brasileira até a década de 60 (BASTOS, 2000).

⁷⁸ Essas novas alianças que surgem dentro do poder “no esquema da dualidade brasileira, introduzia-se uma mudança de estratégica importância, a saber: no pólo externo da dualidade, o capitalismo industrial- antes presente no lado externo, - apareceria do lado interno, substituindo aí o capitalismo mercantil. Era a terceira dualidade que nascia” (RANGEL, 1981, p.26)

As políticas de incentivo à industrialização interferiram diretamente em toda a pequena produção existente na Ilha e no litoral, seja nos engenhos de farinha, que ganharam através da produção de fécula nas indústrias dos Vales Atlânticos um novo dinamismo ao sistema de produção, como também em outras técnicas, como a própria pesca, dando espaço a novas ferramentas que aprimoraram ainda mais a atividade.

Uma atividade ligada ao beneficiamento de matéria-prima desenvolvida na freguesia de Santo Antônio foi a de **olaria**, que era feita de forma rudimentar pela família Pires, entrou em decadência devido à melhoria na forma de produção através da mecanização do processo de produção, perdendo espaço para as novas indústrias surgidas no Estado, como descreve Altino Dealtino Cabral:

Tijolo era feito aqui, em dois locais: no Sambaqui, onde Manoel da Rocha Pires, a família Pires, tinha uma olaria [...] A outra olaria pertencia ao Francisco Nappi [...] no Km 9 da SC-401. Isso tudo acabou pelos idos de 1945. Começou a faltar mão-de-obra, o trabalho era rudimentar, encarecia a fabricação, o outro que tinha se mecanizado podia vender mais barato (SOARES, 1991, p. 91).

Os “Pires” são um retrato de algumas famílias descendentes de açorianos que conseguiram ascender socialmente, aparecendo inclusive alguns de seus antepassados na **Tabela 10**, como donos de escravos, grande quantidade de terras, ou mesmo na política nos séculos XVIII e XIX. Essa crise da pequena produção mercantil, aliada também ao processo de modernização da força de trabalho, levou muitos a uma crise econômica, salvo por muitos terem uma grande quantidade de terras que possibilitou uma nova dinâmica de mercado, a especulação imobiliária desses terrenos no final da década de 1980. Outros descendentes se tornaram funcionários públicos na década de 1950, seguindo o caminho de muitos dos moradores da freguesia que emigravam para outras regiões, ou iam em busca de emprego na cidade, já que a melhoria das estradas e da infraestrutura permitiu esse avanço.

Com a crise do comércio marítimo, e, por conseguinte do porto de Desterro, no século XX, ocorreu também o fechamento do Posto da Alfândega na Ponta do Sambaqui, em especial devido à construção da ponte Hercílio Luz e do investimento em estradas, resultando na substituição gradativa do transporte marítimo. Mas foi no período do

Estado Novo que as pessoas realmente deixaram de utilizar o transporte marítimo e passaram a utilizar cavalos, aranhas e carroças. Em 1945 ocorre o surgimento da primeira linha de ônibus, com passagem obrigatória pelo centro de Santo Antônio de Lisboa. Mas a linha da própria freguesia chamada “Sambaqui” só “surge em 1952, era de João Lima, do Itacorubi [...] com as linhas de ônibus, o lugar começou a prosperar um pouco [...] começaram a intensificar os horários por causa da população, que passou a ser maior” (SOARES, 1991, p.91), principalmente da década de 1950 com 2.453 habitantes contra 7.294 ha. na década de 1970.

A **década de 40** se caracteriza pelo traçado do Plano Rodoviário Federal, objetivando a integração rodoviária do território nacional e a integração do mercado nacional. Para o Estado de Santa Catarina, foram projetadas duas rodovias: BR 2 (atual 116 que foi implantada em 1945), e a BR 59 (atual 101, implantada em 1957), que viriam a conectar o Norte ao Sul do Estado e não convergiram para a capital, que não se integrava de forma efetiva com as outras regiões (MARCON, 2000, p. 108).

A **Ilustração 24** mostra os meios de transporte existentes na Ilha no século XX: o automóvel e as carroças ou charretes, no entorno da Praça XV.



Ilustração 24: Meios de transporte existentes na Ilha no início do século XX

FONTE: Casa da Memória

Muitos moradores do distrito de Santo Antônio de Lisboa trabalharam no Posto de Fiscalização Aduaneira na Ponta do Sambaqui, como o Srº Doralécio Soares que descreve a importância desse entreposto na função portuária de Florianópolis, e a atividade que se exercia no local.

onde trabalhou mais de vinte anos como patrão da guarnição de fiscalização dos navios estrangeiros, que aportavam na barra trazendo mercadorias para o comércio e a firma Hoepcke. Se deixava no vapor um guarda, até a chegada do fiscal da Alfândega, que fazia a vistoria das cargas. Os navios traziam todo o tipo de mercadorias, como tintas, óleos, ferragens, cabos, etc., principalmente os que vinham da Alemanha. Do posto da Barra do Sambaqui se levavam guardas para todos os navios estrangeiros que aqui aportavam, até os navios japoneses, desde que trouxessem carga a Florianópolis. Quanto aos de cabotagem nacional, esses eram livres, com entrada franca (SOARES, 1991, p.69).

O posto da alfândega⁷⁹ em Sambaqui vai funcionar até 1945, porém, em decorrência do término da Segunda Guerra Mundial⁸⁰, houve uma redução no movimento de navios, e os que aqui aportavam eram basicamente holandeses, alemães, americanos e argentinos. O último navio, segundo relatório do IPUF (2002), foi o argentino Aguilar II, que ficou 8 dias parado no porto por estar “avariado”.

O Posto é extinto juntamente com a desativação do porto de Florianópolis em 1968. No ano seguinte, os funcionários pertencentes à

⁷⁹ O Posto em Sambaqui tinha como objetivo a fiscalização de navios que “ancoravam entre a Fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim e Santo Antônio dos Ratores. Possuía telefone que ligava diretamente com a Alfândega de Florianópolis” (FERREIRA, 1998, p. 13).

⁸⁰ No que se refere a II Guerra Mundial, o relato do historiador e morador FERREIRA (1998) demonstra mais uma vez a importância do porto da Ponta do Sambaqui através do relato abaixo: “Um sargento dos Estados Unidos que veio dar aulas para os pescadores explicou para nós que a Ponta do Sambaqui era a menina dos olhos dos países do Eixo, portanto em frente à Raspadeira permaneceu um hidroavião americano, e na barra do mar um navio de caça americana. Toda a orla marítima da Ilha era guardada todas as noites prevenindo um assalto pelos submarinos ou pára-quedistas. As luzes da Capital eram desligadas para não orientar o inimigo, a polícia militar fazia plantão permanente” (FERREIRA, 1998, p.88).

alfândega (**Ilustração 25**) passaram para a Receita Federal. A partir de 1968, a alfândega passou a servir de arquivo morto da Receita Federal, função que desempenhou até 1987, quando o casarão tornou-se sede da Associação do Bairro de Sambaqui (FERREIRA, 1998).



Ilustração 25: Casa da Alfândega

FONTE: foto de Giselli Ventura de Jesus, Novembro de 2007.

Sem dúvida, o porto e o posto da alfândega foram fundamentais para a economia do norte da ilha, principalmente no século XIX e início do século XX, com a exportação de produtos provenientes das áreas de pequena produção mercantil e a forte atividade portuária, importante para alguns pequenos agricultores que traziam para o local, frutas ou algum tipo de criação para vender.

Havia projetos para a região do porto de Sambaqui, e, durante o governo de Hercílio Luz ele deslumbrou um “projeto, ainda que não chegasse à realização, um sistema de bondes elétrico e uma estrada de ferro que ligava o porto de Florianópolis, a ser construído em Sambaqui, ao interior do Estado” (PAULI, 1976, p.348). A ideia desse projeto no Distrito de Santo Antônio demonstra a importância e o potencial que a região teve no processo de formação econômica e social de Florianópolis.

As atividades realizadas pelos pequenos produtores ficam evidenciadas em entrevista realizada com uma das moradoras mais antigas do bairro, Nadir Lisboa Aparício, 93 anos. Em seu relato sobre o

passado do bairro, declarou que muitas pessoas de outros bairros virem para o Posto com o objetivo de vender seus produtos. Ela cita como exemplo o próprio pai que vendia ostras e frutas para muitas pessoas vindas de navio ao Porto. Relata ainda que os navios eram grandes e bonitos, e para chegar neles era preciso uma canoa. O local, além de bem vigiado pelos militares, servia de comércio com produtos mais variados.

O seu porto era movimentadíssimo, uma vez que era o ponto de escoamento de boa parte da produção agrícola do Norte da Ilha. Possuía inúmeras casas comerciais que lhe davam independência em relação a Desterro, todos os gêneros de consumo da época poderiam ser comprados em suas vendas (FERREIRA, 1998, p. 13).

A casa da Alfândega é um marco arquitetônico e da história da colonização da Ilha de Santa Catarina, e uma rugosidade, que revela a sua importância em outros tempos, tanto que em 24/02/1987 pelo Decreto Municipal nº 069 é tombado como Patrimônio Histórico e Arquitetônico.

A Ponta do Sambaqui serviu como centro polarizador da região, por fazer com que pessoas da freguesia do Rio Vermelho, Canasvieiras e Ingleses fossem vender seus produtos aos marinheiros que ali aportavam ou mesmo pegavam suas canoas para chegar até o distrito central, no caso o centro de Florianópolis. O transporte em geral era feito pelo mar ou pelo Rio Ratonas, devido à pouca utilização das estradas e aos carros de boi por terem péssimas condições.

O carro na **Ilustração 26** remete a um trecho do livro de Ferreira (“Histórias quase todas verdadeiras: 300 anos de Santo Antônio e Sambaqui”, 1998):

Em 1930, quando as tropas do Getúlio Vargas invadiram Florianópolis. Era tarde da noite, quem estava no governo era Sr. Fúlvio Aducci, quando se viu perdido deixou o governo, mas naquela hora correr para onde A ponte tinha cercada de arame farpado. O único jeito foi pegar o velho Ford de bigode, juntar seus amigos políticos e aí embarcar na Ponta de Sambaqui, lá já estava uma lancha para levá-lo a bordo de um navio com

destino ao Rio de Janeiro (FERREIRA, 1998, p. 89).

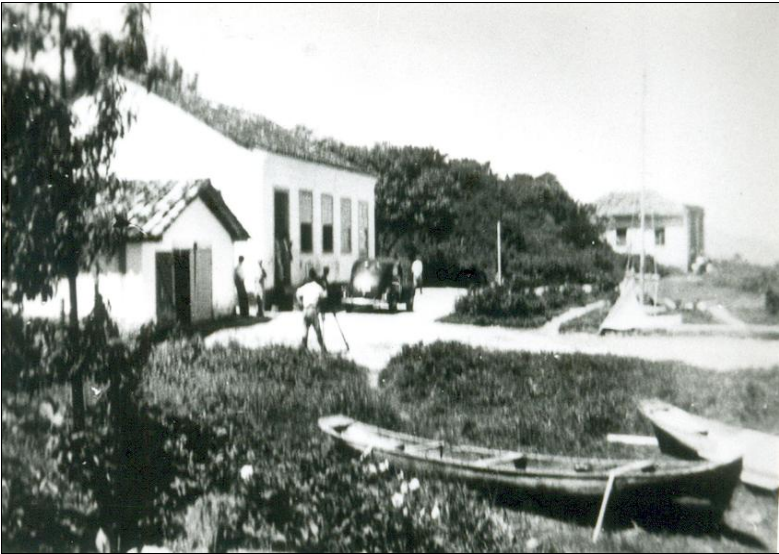


Ilustração 26: Foto do século XX da Casa da Alfândega

FONTE: Fotografia concedida pela Casa da Memória

Cabe destacar que na revolução de 30, “quando o governo local fez parte da oposição à candidatura Vargas” (CAMPOS, 2004, p. 98), o que manteve a capital do Estado (Florianópolis) foi o setor público em conjuntura com “a manutenção da pequena produção agrícola e industrial, fazendo com que o comércio local se transformasse na principal atividade econômica” (CAMPOS, 2004, p.98).

Algumas medidas políticas do governo federal dificultaram ainda mais a crise da pequena produção mercantil no século XX, devido às restrições do café, que apesar de não ser o principal produto (como a farinha), tinha a sua relevância na economia local. O café, em conjunto com as medidas políticas do governo, permitiu que atravessadores enriquecessem em cima do pequeno produtor, como caracteriza SILVA (1992):

O café de Santo Antônio, como no resto da Ilha, era no Brasil respeitado. Isso acabou por causa do governo federal, que não permitiu mais torrefação sem que o Instituto do Café fiscalizasse. Como a

produção era em pequena escala, o agricultor teve dificuldade de vender o produto. A fiscalização passou a cobrar, então ficou na mão do atravessador, que comprava de todos pagando o preço que quisesse, para repassar para o Instituto. Aí o agricultor perdia, porque o atravessador comprava de todos, comprava dois, três mil sacos (SOARES, 1991, p.90).

O café vai assumir um papel importante na economia da pequena produção mercantil, que no século XX entra em decadência. Muitos desses pequenos produtores agrícolas que não emigraram tentaram continuar na terra por meio da plantação do café. Um produto pouco descrito por historiadores na Ilha, mas que teve um papel importante, ainda na década de 1980, eram comuns alguns poucos moradores vender o café pela comunidade. Em entrevistas com os moradores antigos falam tanto da farinha como do café, ambos tinham o seu tempo certo, pois a natureza exercia sua influência. Para cada estação se configurava um predomínio da agricultura:

As farinhadas eram feitas quando a mandioca estava bem mais consistente, porque fora a época ela tornava tenra e aguada [...] O café era colhido entre os meses de março e agosto, era o maior cultivo da Ilha A colheita era feita no inverno e que podia, guardava o café em coxos de madeira e paióis para ser vendido no verão a fim de obter mais lucro (FERREIRA, 1998, p. 97 e 101).

“Contribui para este aspecto, a informação de que entre 1938-43 aconteceu um aumento na área cultivada catarinense de 63%, com pequeno êxodo rural devido à estabilização da gleba” (CRUZ *apud* CÂMARA, 2008, p.59). O morador Raulino Pedro Marciano (85 anos)⁸¹ enfatiza a importância do café na região da área de estudo, pois eles compravam “fiado na venda, e no período de colheita do café⁸² vendiam

⁸¹ Entrevista feita em 2007.

⁸² O processo de beneficiamento do café era ainda de forma “rudimentar até os anos 1950, ficando algumas destas pequenas indústrias (misto de residência, comércio e beneficiamento), no centro de Florianópolis. Neste primeiro momento, o café era famoso (símbolo de modernidade e refinamento na ilha), motivo de suas exportações através de marcas tradicionais, como Vesúvio, Santo Estevão, Otto, Nunes, [Indiano, Fiorenzano e Tié]” (CRUZ, 2008, p.62).

ao dono da venda” e ao mesmo tempo pagavam suas dívidas. Referente à mão-de-obra utilizada nos engenhos de farinha e na colheita de café, “havia bastante oferta de trabalho para senhoras e moças” (FERREIRA, 1998, p. 102). Nadir Lisboa Aparício (93 anos), relata que era o período que as mulheres conseguiam emprego descascando mandioca ou colhendo café.

O café sombreado (com tamanho elevado das copas) era o gênero agrícola em ascensão na ilha, até então plantado “com a maior irregularidade”, passando a ser rapidamente alinhado e mantidas as distâncias entre os pés pelas plantações crescentes entre os pequenos produtores, marginal às crises do café brasileiras por causa da sua alta qualidade e tamanho de escala mais reduzido, que favoreceram as exportações internacionais (VÁRZEA, 1985, p.225).

Vai ser no café também que muita da mão-de-obra ociosa, decorrente da decadência do século XX, voltará ao trabalho agrícola, produzindo o suficiente para consumo interno e exportação. Segundo o censo de 1940, Florianópolis representava 48,93%, aumentando para 49,93% no censo de 1950, ou seja, a Ilha liderava a produção de café no Estado de Santa Catarina (IBGE, 1951 e 1956).

Apesar de no período de Vargas o café ter tido um grande incentivo, o mesmo não ocorreu em Santa Catarina, com um retrocesso diante das demais plantações no Brasil. Irineu Cordeiro (80 anos), um dos agricultores de Cacupé que investiu na plantação de café, retrata em sua entrevista como o governo interferiu politicamente na vida do pequeno produtor:

Eu tinha alguma coisa como café [...] eu fiz chácara e eu acabei na época do Getúlio [...] o nosso café tinha valor [...] a nossa ilha em si era tudo uma chácara de café, na Ilha inteira [...] porque todos os terrenos tinham chácara de café. Quando foi criado o IBC, o Instituto Brasileiro do Café e começaram a fazer a plantação de café em Minas, SP, Paraná, [...] que dava mais quantidade, e não dava tanto trabalho porque os cafeeiros eram baixos [...] e o café que plantão em SP, Minas [...] não davam alto davam cafeeiro baixo

[...] Quando fizeram plantação nesses estados o Getúlio desvalorizou o nosso, aí acabou a nossa plantação. O Banco do Brasil eles tinham autorização do presidente da republica pra chama o dono da chácara, paga o café e arrancar, não cortar, arrancar pra acaba com o café da Ilha. E a aonde foi extinto, onde evoluiu, e ate a lavoura foi se acabando⁸³.

Essa medida política tomada pelo governo federal aguçou ainda mais a crise da pequena produção mercantil agrícola na Ilha e o êxodo rural na região.

As várias mudanças eram motivadas pelo governo Federal, como por exemplo, promover o reordenamento administrativo dos municípios brasileiros em 1943, alterando também os nomes iguais em várias localidades como: Santo Antônio de Lisboa, Ribeirão da Ilha, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses do Rio Vermelho, que a partir desse momento passam a ser chamadas de Rerituba (**Ilustração 27**) – “nome que tem origem tupi-guarani_RERI significa ostra e TUBA se compreende como abundância”-, Caiacanga, Recanto e Ingleses através do Decreto-lei nº 941 de 31 de dezembro. Entretanto não houve muita aceitação dos moradores, voltando ao seu nome anterior através do projeto do deputado Lopes Vieira.

Por volta de 1947, o governo federal mandou fazer um levantamento topográfico de toda a orla marítima de Sambaqui, foi feito o mapa com planta do projeto [...] Aí começou a construção da BR 101, logo as navegações desapareceram e o projeto ficou engavetado e órfão. Daí em diante a vida da Capital ficou cara, porque tudo que era importante passou a vir de caminhão (FERREIRA, 1998, p.89 e 90).

⁸³ Irineu Cordeiro, entrevista realizada no dia 09 de maio de 2010.



Ilustração 27: Mapa em que aparece o nome “Reritiba”
 FONTE: Dias (1947, p. 48)

A política de integração rodoviária do Brasil forneceu subsídios para a expansão do mercado interno, que, além da política de substituição de importação, favoreceram o processo de industrialização, e consequentemente a formação social brasileira que vivia uma fase de recessão. Ao mesmo tempo, uma fase de expansão do “sistema do

mercado interno” (SILVA, 1992), estimulou o processo de urbanização das cidades.

Com o crescimento da urbanização a nível nacional, iniciado nos anos de 1940, em consequência das políticas Nacionais de Vargas, tem-se nas décadas de 1950 e 1960 a intensificação desse crescimento urbano através das políticas desenvolvimentistas, sobretudo no governo de Juscelino Kubitschek com o Plano de Metas JK, que desenvolveu a indústria brasileira, sobretudo no setor de bens duráveis e melhorou a infraestrutura do País. O resultado dessa política de crescimento da economia brasileira nos anos de 1970 chamou-se “Milagre Econômico”, já a década de 1980 vai ser marcada por uma depressão econômica tendo reflexos na superinflação que quase destruiu a economia brasileira.

O período de 1950 e 1960 se destaca pelo franco crescimento demográfico “[...] principalmente dentro do perímetro da Capital. Além das subdivisões de grandes áreas da ilha e dos loteamentos semelhantes no Estreito [...]” (PELUSO, 1991, p. 319).

No século XX, outros elementos ajudaram ainda mais o processo de transformação da economia e sociedade açoriana do litoral catarinense, a se destacar o rápido processo de urbanização pós anos 1960, e, após os anos 1970, a economia voltada para o turismo, que usurpam, entre outras coisas, extensas áreas de uso comum do povo (as chamadas *terras de uso comum*) necessárias à complementação da vida diária dos habitantes açorianos e elemento inerente à sua constituição sócio-cultural (CAMPOS, 2009, p.8).

A década dos anos 60⁸⁴ foi importante para a evolução do Plano Urbano de Florianópolis. O crescimento populacional contou com alguns incrementos que incentivaram esse aumento demográfico. Os dois principais fatores, segundo Peluso, referem-se à fundação da Universidade do Federal de Santa Catarina (UFSC) e a implantação da BR-101, sendo este o grande impulsionador do turismo da Ilha (PELUSO, 1991).

⁸⁴ Lembrando que “a energia elétrica só chegaria ao Norte da Ilha na década de 1960” (FERREIRA, 1998, p. 97).

As políticas de incentivo de investimentos estatais a partir da década de 30, tiveram a sua aplicação mais efetiva na segunda metade do XX, nos anos 50 e 60 com a instalação de algumas estatais na capital de Santa Catarina, “dando novas funções à administração estadual e federal, fazendo surgir o BESC, CELESC, TELESC e outros, dinamizando serviços, contribuindo para a implantação de novos, como UFSC, DNOS, DNER, ELETROSUL” (BASTOS, 2000, p. 136).

O incremento no investimento de estradas e a vinda de estatais para a Ilha incentivaram também a construção de estradas no interior da ilha, além de, a partir dessa segunda metade do século XX, o incentivo e as propagandas referentes às belezas naturais de Florianópolis, a fim de atrair veranistas se amplia na política econômica.

De fato, somente, com a construção de estradas estaduais, se processou o crescimento no movimento das praias do interior da ilha. Antes delas, os caminhos eram meras trilhas para carruagens. Foi no governo Celso Ramos (1961-1966) que se iniciou a abertura do leito da SC 401, ligando a cidade a Canasvieiras. Mas foi somente no governo de Colombo Salles (1971-1975) que estas estradas receberam asfalto [...]. Antes da década de 1970, os veranistas freqüentavam, no máximo, Cacupé e Sambaquí ao Norte e Ribeirão da Ilha ao Sul (FERREIRA, 1998, p. 103).

O período entre 1950 e 1960, foi de forte aumento populacional na Ilha, correndo algumas mudanças na configuração da cidade:

Além de subdivisões de grandes áreas na ilha e dos loteamentos [...] a capital começou a adotar edifícios de oito andares e mais conforme os gabaritos aprovados pela prefeitura Municipal [...]. Este desenvolvimento da indústria de construção atraiu numerosos moradores da zona rural, que aumentaram os bairros da população de baixa renda (PELUSO JR, 1991, p. 319).

Os incentivos de modernização referentes ao acesso à praia, ou seja, uma infraestrutura urbana nas áreas balneárias⁸⁵ permitiu a Prefeitura cobrar Imposto Predial e Territorial Urbano, que vem em crescente aumento conforme a especulação imobiliária, “tornando a vida ainda mais difícil para a gente humilde que habitava há séculos as hoje ditas ‘regiões balneárias’” (BASTOS, 2000, p. 138).

O terceiro período de urbanização em Santo Antônio de Lisboa e Sambaqui teve algumas consequências na segunda metade do Século XX, marcado por uma estagnação econômica, só restabelecida com a construção de casas de veraneio nas décadas de 1950/1960.

A construção da SC- 401 trouxe aos moradores do Distrito, na década de 1970, a possibilidade de trabalharem na cidade, devido ao fácil acesso pelas estradas. Como trabalhavam no Centro de Florianópolis, as pessoas passaram a comprar lá mesmo seus produtos, o que ajudou a enfraquecer o comércio local de Santo Antônio de Lisboa.

A abertura das estradas estaduais asfaltadas, aliada à poluição das praias do perímetro urbano (como a Beira-mar Norte), as praias oceânicas começaram a atrair os veranistas, que, no período anterior à década de 1970, procuravam “no máximo, Cacupé e Sambaqui ao Norte e Ribeirão da Ilha ao Sul” (FERREIRA, 1998, p. 103). Com a construção da SC-401 e devido à poluição das praias próximas às áreas urbanas, muito dos veranistas se direcionam às praias de Canasvieiras e Ingleses.

Santo Antônio de Lisboa, Cacupé e Sambaqui⁸⁶, balneários pioneiros e localizados nas baías, passam por um período de estagnação; “Somente na década de 1980 essas praias voltaram a crescer, tornando-se, então, bairros residenciais da Capital” (FERREIRA, 1998, p. 104).

Dos primórdios da ocupação do território até meados do século XX pode-se distinguir uma população urbana e uma rural. A primeira é representada por Desterro-Florianópolis e a segunda pelos cítios espalhados pela ilha, a maioria ocupada desde o século XVII. A partir da

⁸⁵ “A preocupação do poder público catarinense para com o turismo é fato bastante recente. O primeiro documento sobre o turismo em Santa Catarina é de 1960- Florianópolis e o turismo, do Coronel Antônio de Lara Ribas” (FERREIRA, 1998, p. 106).

⁸⁶ “A década de oitenta foi das mais efervescentes na história de Santo Antônio. Os movimentos culturais desse período fizeram de Santo Antônio um dos pólos culturais mais importantes da Ilha” (FERREIRA, 1998, p.14).

década de 1950/1960 modificou-se, sensivelmente, não só a distribuição dos habitantes pelo espaço geográfico, como o ritmo de crescimento e os relacionamentos sócio-econômicos (PEREIRA, 2002, p. 64).

A década de 1930 foi marcada por uma política cujo foco era interligar pontos distantes do território nacional, através de infraestrutura de comunicação e transportes, e um setor industrial brasileiro integrado com políticas do Estado que fortaleceram o seu crescimento. Assim, em “meados década de 40, a população brasileira era basicamente rural” (CAMPOS, 2004, p. 48), mas esse quadro muda a partir dessas políticas de Vargas aliadas também as dos anos 1950 e 1960, como também ao “milagre econômico” dos anos 1970, que “fomentaram o processo de industrialização e a migração da população rural para a zona urbana, incrementando o crescimento das cidades” (CAMPOS, 2004, p. 48).

Muitos moradores do Distrito de Santo Antônio de Lisboa que trabalhavam com a pequena produção mercantil (anos 1950 e 1960) sofreram com a estagnação econômica local, e alguns foram em direção ao Centro de Florianópolis em busca de empregos nos órgãos públicos do Estado.

Em sua entrevista, o morador Fausto Agenor de Andrade descreve como era desenvolvido o trabalho no Distrito, ainda nos anos de 1950:

Em 1950 trabalhando na roça [...] o costume era de trabalhar o ano todo na colheita do café, principalmente as mulheres, secavam, e vendiam para o Arlindo da Pioneira, velho Castilho do Saco Grande e para o jovem do armazém Coelho ou para o Antônio Mula lá de Canasvieiras. Esse dinheiro seria para comprar o terno de roupa para os machos, para o pai para o filho para ir à festa do divino. E as mulheres trabalhavam na renda de bilro para sustentar os filhos, e na safra da farinha no rendimento do milho e do feijão para comprar roupa para as mulheres e enchovais para a casa. Sempre foi assim, todas as famílias eram iguais naquela época porque não tinha emprego, e as crianças eram educadas a trabalhar desde pequeninho [...] Quando não se trabalhava na roça

se pescava [...] O trabalho era muito sério, se trabalhasse era para todos [...] o dinheiro era pouco, era para comprar roupa, não existia roupa pronta, [...] Se plantava o feijão, o milho, amendoim, alho, todo tipo de hortaliças que hoje não dá mais nada. As frutas se colhiam carambola, ameixa, laranja, uva, tudo isso vendiam, eram ensacado, o mamão, chuchu [...] Se fazia à farinha se ensacava [...] ia tudo de canoa, de carroça ou de carro de boi, e no mercado não se vendia se trocava. Emprego não tinha [...] eu cansei de ajudar meu pai a arrear alho, cebola, que dava muito, hoje em dia não dá mais [...] e todo mundo plantava. (Fausto Agenor de Andrade, entrevistado no dia 25 de agosto de 2009).

Os pescadores tradicionais da área de estudo foram em grande parte para Santos trabalhar em padarias, ou para o Rio Grande Sul exercendo a atividade pesqueira, pois “a pesca artesanal [...] assiste a partir dos anos 60, com a criação da SUDEPE não só a sua marginalização com os incentivos fiscais concedidos à pesca industrial [...] (como) estabelecimento de novas normas de condições de higiene e Limpeza” (BASTOS, 2000, p.137 e 138). Com os moradores tradicionais do distrito não foi muito diferente.

As políticas econômicas da década de 1960, como o PLAMEG, interferiram diretamente na vida da população, com destaque para os pescadores artesanais:

Com os recursos do PLAMEG, o Centro de Pesca, órgão do Departamento Estadual de Caça e Pesca, realizou um curso experimental para pescadores, com a finalidade de melhor habilitá-los nas atividades de sua profissão, capacitando-os, por outro lado, a obtenção da Capitania dos Portos, da “Carteira de Padrão de Pesca” para 50 a 400 milhas (SANTA CATARINA, 1967).

Os pequenos agricultores passam a não mais exercer suas atividades, pois com a decadência da pequena produção mercantil se vêm obrigados a procurar outras fontes de renda. Hercílio Pedro

Marciano⁸⁷ (ANEXO G) é dos poucos sobreviventes que continuaram ligados à atividade agrícola, mesmo tendo sido funcionário público na década de 1960, ainda hoje, aos 90 anos continua na agricultura por gostar do que faz. A própria valorização da terra, decorrente dos investimentos, e o fim das terras comunais também foram motivos para o êxodo do pequeno produtor na Ilha.

A vinda de estatais, e o investimento da infraestrutura da cidade de Florianópolis permitiram um forte crescimento urbano. As políticas de turismo que se inserem e até hoje fazem parte da política catarinense, principalmente nos balneários, como no caso de Florianópolis, refletem a supervalorização dos imóveis dando suporte a um mercado que atualmente é o carro chefe da economia florianopolitana: a especulação imobiliária. Essa especulação tem ativado outros setores como o da construção civil e de serviços vinculados ao turismo.

2.1.1- Movimento artístico

Há alguns anos, ser chamado de “manezinho da Ilha” era sinônimo de ofensa, o que se justifica pelo contexto de formação socioespacial no qual o litoral catarinense se insere. No século XIX, com a chegada dos imigrantes alemães e italianos, foi se construindo uma imagem negativa da colonização açoriana, que se agrava de forma aguda no século XX, decorrente da decadência da produção mercantil⁸⁸. Ao mesmo tempo, o imigrante das regiões do alto Vale começa a ascender nas atividades ligadas ao comércio e à indústria, dentre outros setores, passando a ganhar, inclusive, mais força econômica e política do que os de origem açoriana.

Isso começa a se modificar a partir de 1948 com o 1º Congresso Catarinense de História, sediado em Florianópolis, no qual Henrique Silva Fontes e Oswaldo Rodrigues Cabral se destacaram. A partir desse Congresso, iniciou-se um movimento de valorização da cultura açoriana

⁸⁷ Entrevista feita em 22/05/2010.

⁸⁸ O insucesso da economia açoriana, pequena produção mercantil açoriana, se deve a alguns fatores, dentre eles: a pouca evolução dos meios de trabalho, colono soldado, esgotamento ou uso incorreto do solo através da coivara (queima), sistema de herança onde a propriedade foi sendo fragmentada, a herança cultural/ espírito de camaradagem, a concorrência de produtos dos Vales Atlânticos muitas vezes eles importavam produtos semelhantes ao do pequeno produtor açoriano, e mesmo o papel controlador e centralizador exercido pelos capitais comerciais de Desterro e do Rio de Janeiro, e, o fim das terras comunais.

e de vários trabalhos, principalmente de Walter Piazza e de Oswaldo Cabral levados à universidade.

Cabral, o mais respeitado estudioso e um militante do movimento açorianista, já tinha vários trabalhos retratando assuntos pertinentes ao Estado Catarinense, destacando-se “A Vitória da Colonização Açoriana em Santa Catarina”(19-), em que ele demonstra os motivos desse pensamento referente ao açoriano, construindo uma crítica à ideia de fracasso da colonização açoriana.

Criou-se, mesmo, destas apressadas conclusões, infelizmente aceitas sem maior exame ou, às vezes, por espírito sectário, a convicção um tanto difundida, principalmente em um meio colonial, de que o elemento originariamente luso, e conseqüentemente todo o elemento nacional dele oriundo, não passa de um fator inicialmente fracassado- e depois degenerado; primitivamente vencido- e mais tarde inútil [...] porque- o açoriano não fracassou. Muito ao contrário, constituiu-se e definiu-se como elemento de elevada significação na estrutura social catarinense- o seu fracasso não passa de uma apressada e unilateral observação da sua incapacidade agrícola (CABRAL, 19-, p. 08 e 09).

O fracasso agrícola não está vinculado à incapacidade, e sim a diversos fatores que levaram o agricultor à decadência da pequena produção mercantil. O açoriano cumpriu a sua função no processo de povoamento do território ameríndio, como já foi exposto ao longo do trabalho, pois ocupou o território, produziu manufaturas tanto para às milícias existentes na Ilha, como manufaturas que geraram renda a metrópole portuguesa, no período colonial, chegando a exportar diversos produtos, dentre eles o óleo de baleia e a farinha de mandioca.

Não se pode deixar de citar Franklin Cascaes, que, na década de 1970, retratou em suas obras as histórias tradicionais do Ilhéu e seu cotidiano. Ao mesmo tempo em que surgem esses vários estudos e manifestações artísticas pela Ilha de Santa Catarina, o distrito de Santo Antônio de Lisboa não foi diferente, por ter sido uma das primeiras freguesias em Desterro, e por ter em sua arquitetura, retratos do povoamento e da colonização açoriana. Ela representava um bom cenário para difundir movimentos artísticos, seja de pessoas de outros lugares, ou mesmo da localidade.

A vinda de artistas pra a freguesia começa em conjunto com a “primeira retomada açorianista”, emigrando para a região “a partir de meados dos anos 70, quando a ligação com o centro ainda era precária” (SOARES, 1991, p. 47) eram eles pintores, escritores todos que viessem a contribuir de alguma forma com esse movimento que surgia na localidade. Mas se efetiva “após a chegada de Jandira Lonrez e João Otávio Neves Filho (o Janga), e as visitas de Rodrigo Haro. Em torno dessas pessoas e de seus amigos pode-se afirmar que foram vindo à tona os talentos nativos, a exemplo de Néri Andrade, Elias Andrade (o Índio) e Antônio Machado” (SOARES, 1991, p. 47).

A “Casa Açoriana Artes e Tramóias Ilhoas” de Janga fizeram muitas amostras de artistas evidenciando a cultura açoriana, ocorreram apresentações do folclore local, em conjunto com muitos moradores que foram aos poucos começando a ter orgulho de suas origens açorianas.

Em conjunto com esse movimento começava a emigrar para a região não apenas artistas, tendo em 1990 a “segunda retomada açorianista” (LEAL, 2007), e a partir daí começou a se intensificar o aumento da população local. À medida que vinham cada vez mais pessoas, se reduzia os terrenos, pois iam se vendendo em pedaços, afinal o antigo pequeno produtor, que trabalhava na roça como na pesca, tinha de buscar uma renda, muitas vezes longe de suas raízes, a terra e o mar. No Centro de Florianópolis no comércio ou como funcionário público. Uma das medidas implantadas ao longo do litoral catarinense, para fixar esse descendente de açoriano vai ser a atividade ligada a maricultura, no início da década de 1980.

2.1.2- Produtos artesanais: renda de bilro e de pesca

O produto artesanal feito pelos pequenos produtores agrícolas e pescadores servia como uma renda extra diante das duas outras atividades principais: a agricultura e a pesca. Os homens eram os responsáveis pela confecção da rede de pesca ou mesmo de tarrafas, as quais a partir da década de 1940 vão inovar sua fabricação através da linha de nylon. Essas redes de pesca eram geralmente feitas em períodos do defeso em que não era permitida a pesca de algumas espécies marinhas, servindo como uma atividade complementar a agricultura e a própria pesca. Para as mulheres a renda de bilro era uma atividade praticada no período da noite ou nas horas vagas, onde gerava uma renda, em que muitas faziam seus enxovais, e quando casadas auxiliava nas despesas da casa.

As atividades ligadas à renda de bilro⁸⁹ eram mais praticadas pelos portugueses na Ilha da Madeira e dos Açores, porém a arte da renda foi praticada por muito tempo só nos conventos para ornamentação e para as vestes da igreja. No caso do litoral catarinense onde se concentrou boa parte dos imigrantes vindos das Ilhas dos Açores, essa atividade também era muito utilizada, sendo uma das principais características da cultura açoriana.

A renda de bilro por ter sido uma cultura trazida pelos imigrantes açorianos no século XVIII, passa a partir de maio de 2010, a integrar um termo de cooperação entre a prefeitura de Florianópolis e a Fundação Franklin Cascaes em conjuntura com o Ministério da Cultura (MinC), essa ação faz parte de uma proposta do Programa Nacional de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart), tendo como objetivo incentivar e preservar a atividade, que se concretiza em projetos através de oficinas e exposições que ocorreram no Casarão da Lagoa transformando desta forma o espaço, em um Centro de Referência da Mulher Rendeira.

O Distrito de Santo Antônio de Lisboa como nas demais freguesias tradicionais da Ilha, “havia muitas rendeiras [...] uma família de seis filhas, todas faziam rendas, era uma beleza ver-se as seis trabalhando as almofadas” (SOARES, 1991, p.69). Muitas mulheres conseguiam fazer desse produto artesanal, o qual tinha um valor agregado maior que a produção agrícola, ou mesmo pesqueira, uma fonte de renda.

⁸⁹ “a renda de agulha ou de bilro é, relativamente recente, tendo aparecido em fins do século XV e começo do século XVI. A renda surgiu como uma necessidade para quebrar a monotonia de bordado” (BONATELLI, 1956, p.02). A renda com agulha que inspirou a renda de bilro tem sua origem em Veneza, onde se espalha por toda a Europa. A renda veneziana tinha como característica suas linhas divergentes e concêntricas. O uso de renda se intensifica na época de Henrique IV, onde “guarneciam de rendas os canos das botas altas e jarreteiras [...] ornamento de rendas, de forma cilíndrica que pediam ao longo da perna” (BONATELLI, 1956, p.03). As rendas feitas em branco de agulha passaram a dominar a moda na Europa de Luiz XIV, as quais vão inspirar as rendas concorrentes de Bruxelas⁸⁹ e da Inglaterra. As rendas em Portugal vão sofrer influência dessa fase Renascentista de descobertas, sobretudo do Oriente, principalmente as de influência flamenga no século XVI que eram as mais comercializadas nas feiras promovidas pelos reis, como também as francesas. Nesse momento “as rendeiras portuguesas já possuíam sua indústria autônoma, entretanto, as rendas preferidas na corte, eram as flamengas ou francesas, o que levou D.João V, numa de suas leis pragmáticas a ordenar o uso das rendas flamengas, limitado as outras. Desta maneira, a indústria portuguesa decaiu, vindo a reabilitar-se novamente, em 1755 quando o marquês de Pombal fundou importantes manufaturas de rendas. Surgiram dois tipos principais: as rendas populares (guipire) e da imitação das rendas flamengo-francesas” (BONATELLI, 1956, p.03).

Mediante entrevista, Fausto Agenor de Andrade descreve as atividades que eram exercidas pelas mulheres, como a roça, a renda de bilros (ensinada às meninas desde cedo) e a rede de pesca pelos meninos.

o costume de trabalhar o ano todo na colheita do café, principalmente as mulheres, secavam, e vendiam para o Arlindo da Pioneira, velho Castilho do Saco Grande e para o jovem do armazém Coelho ou para o Antônio Mula lá de Canasvieiras. Esse dinheiro seria para comprar o terno de roupa para os machos, para o pai para o filho, para ir à festa do divino. E as mulheres trabalhavam na renda de bilro para sustentar os filhos, [...] comprar roupa para as mulheres e enxovais para a casa. Sempre foi assim, todas as famílias eram iguais naquela época porque não tinha emprego, e as crianças eram educadas a trabalhar desde pequenos (Entrevista feita em 25 de agosto de 2009, com Fausto Agenor de Andrade).

Havia as mulheres que compravam as rendas nas freguesias mais afastadas da Ilha (Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão da Ilha), e as revendiam aos turistas na cidade de Florianópolis por um preço superior ao comprado. Algumas procediam de Santos (de onde muitos moradores ligados à pequena produção emigraram nas décadas de 1940 e 50 em busca de emprego) e eram como atravessadoras, compravam aqui e revendiam lá.

As rendas de bilro tradicionais portuguesas constituem a indústria caseira das mulheres das classes pobres, geralmente da orla marítima. Em nelas as povoações de pescadores fabricam-se rendas, onde o aforisma: “onde há redes, há rendas” (BONATELLI, 1956, p.03).

Silva (1992) ressalta que, na década de 1940, alguns dos capitais manufatureiros acumulavam recursos, e investiam em instrumentos de trabalho, resultando em uma “série de trabalhadores que confeccionavam redes especialmente para a captura de sardinha. Neste sentido, utilizava-se a força de trabalho de homens, mulheres e crianças,

estabelecidos em Ponta das Canas, Canasvieiras e Sambaqui” (SILVA, 1992, p.122).

Tanto a rede como a renda de bilro continuam sendo confeccionadas, mas não como em outros tempos, pois muitos dos descendentes de pescadores e de rendeiras não deram continuidade a tais atividades. Mas, nem mesmo a fábrica de Rendas e de Bordados, fundada “em 1º de outubro de 1913, por Ricardo Ebel, tendo Carl Hoepcke e outros sócios” (REIS, 1999, p.122) ofuscou a produção das rendeiras na Ilha, que continuou por muito tempo, através das pessoas mais antigas, a ser uma alternativa de subsistência, que acabou aos poucos, interrompendo o conhecimento transmitido às novas gerações.

2.1.3 - Pesca artesanal

O peixe era a subsistência tanto para os que tinham posses, como os que nada tinham. Todos percebiam que o peixe era a principal fonte de alimento (“servido o almoço, que como o janta e a ceia era constituída unicamente de peixe”) (GERLACH, 2001, p.169).

Segundo Bastos, a “pequena produção mercantil pesqueira desempenhou significativo papel ao fornecer, até o advento da indústria pesqueira moderna, alimento de fundamental importância para o sustento da população” (BASTOS, 2000, p.127).

Em 1822, o navegador René Primevère Lesson relata a fartura de peixe, e como eles faziam para conservar por mais tempo este produto:

A maior parte dos habitantes da Ilha de Santa Catarina, e mesmo os da terra firme, dedicam-se à pesca [...] os peixes são tão abundantes, sobretudo uma espécie de peixe-seco que eles chamam de “alvacore” [...] estes peixes servem como alimento à população, e costumam dessecá-los sobre grades em volta de suas cabanas para a exportação em barcos de cabotagem [...] pude observar que os habitantes de uma mesma freguesia associavam-se para repartir os resultados, e as mulheres se ocupavam exclusivamente da limpeza e dessecação dos peixes (HARO, 1996, p.268).

O peixe fresco, ou mesmo o peixe seco foram também uma das manufaturas, em que toda a família fazia parte do processo. Muitos pequenos produtores mercantis abasteciam a sua localidade, como também o mercado desterrense (**Ilustração 28**). As feiras de peixes no centro da Ilha eram frequentes e surgiam vendedores de todos os cantos, abastecendo dessa forma muitos comerciantes situados no centro de Desterro, chegando alguns a exportar o peixe seco no final do século XIX e início do século XX (**Tabela 13**), representando, em 1901, metade da exportação do pescado brasileiro. Esse produto vai gerar “pequenos capitais nos mercados nacionais e internacionais” (SILVA, 1992, p.101), tendo como importadores Alemanha, Argentina, Uruguai, Bolívia, Peru, Itália, Inglaterra e Portugal.

TABELA 13: Exportação de Peixe Seco na Ilha de Santa Catarina

Produto	1895/96				1901			
	Florianópolis		Brasil		Florianópolis		Brasil	
	Quant. Kg	Valor	Quant. Kg	Valor	Quant. Kg	Valor	Quant. Kg	Valor
Peixe Seco	11.510	4.179.620	—	—	5.000	2.500.000	10.626	7.849.000

FONTE: SILVA, 1992, p.102. Tabela Alterada por Giselli Ventura de Jesus.

Era comum a alguns pescadores artesanais saírem do Distrito de Santo Antônio de Lisboa em direção ao centro de Florianópolis. O Sr. Genovêncio Hipólito Cordeiro com seus 93 anos relata no livro de (SOARES, 1991) a sua profissão que “ele exerceu desde menino, em que atravessava, com um amigo, a baía norte, de Cacupé ao Mercado Público, para vender o peixe pescado na madrugada anterior” (SOARES, 1991, p77). Isso era feito com frequência por alguns pescadores artesanais, ganhando força principalmente na segunda fase pela substituição artesanal mercantil de importação, além de ter de abastecer a nova leva de imigrantes do século XIX, o que permitiu ao pequeno produtor mercantil pesqueiro um período de ascensão.

Mas o peixe seco vai ter destaque apenas como produto exportável nesse curto período, como demonstrou a **Tabela 13**, apesar de continuar a ser comercializado na Ilha por muito tempo. Cabe destacar que o peixe seco retorna com força no final da década de 1940,

quando se passa a fornecer a “matéria-prima semibeneficiada” através do processo de industrialização moderna.



Ilustração 28: O comércio no centro de Desterro.

FONTE: Acervo do IHGSC. Mosaico feito por Giselli Ventura de Jesus.

A atividade pesqueira não se restringiu apenas à “pesca artesanal”, apesar de sua importância em todo o processo de formação do litoral catarinense, outro tipo de pesca, o da Baleia, teve um caráter importante pelo fato de o óleo da baleia ser considerado na época como o petróleo (azeite). Esse tipo de atividade surge “em nossa pátria no decorrer do ano de 1603” (Revista Trimestral do IHGSC, 1914, p. 03); sendo considerado um produto promissor e rentável, sobretudo para a coroa portuguesa, que cria no ano de 1691, dentro da câmara do Rio de Janeiro, um imposto sobre azeites para o pagamento dos governadores.

No ano de 1717, o governo português solicita que se verificasse no porto de Santa Catarina “a abundância de peixe e se pode haver pescaria de Baleyas” (Revista Trimestral do IHGSC, 1914, p. 03). Ao perceber um mercado promissor no litoral catarinense, tem-se o primeiro contrato de exploração de baleia em Santa Catarina em 5 de Março de

1732, sendo suspenso um ano depois. Em 15 de maio de 1743, a concessão é dada a comerciantes de Lisboa em um prazo de 12 anos⁹⁰.

O monopólio que Portugal tinha sobre a colônia brasileira tornava ainda mais lucrativo esse comércio; a própria concessão da exploração e a comercialização ficavam nas mãos da burguesia portuguesa, que já controlava na época o monopólio do capital comercial. As demais concessões foram todas elas a portugueses, como a de 1 de abril de 1765, e a construção, em 1772, de outra armação de baleia na Lagoinha. Só em 1801, pela ausência de licitantes, o governo passa a administrar as armações baleeiras. Porém, em novembro de 1827, foram vendidas junto com seus terrenos, edifícios, embarcações e escravos, com exceção da armação de Nossa Senhora da Piedade, que teve seu terreno repartido com os colonos alemães nos anos de 1847 a 1848. (Revista Trimenstral do IHGSC, 1914).

Esse tipo de pesca de baleia “valia-se de um modo de produção escravista e tinha por finalidade alimentar o Estado e os capitais mercantis portugueses” (SILVA, 8, 1992, P. 39). Para a metrópole portuguesa, essa atividade foi uma forma de gerar mais renda.

Apesar de toda essa riqueza adquirida com a exploração baleeira, o navegador Perouse ressalta em 1785:

A pesca da baleia é muito abundante, mas é propriedade da coroa arrendada a uma companhia de Lisboa: esta companhia tem nessa costa três grandes estabelecimentos nos quaes se pescam todos os annos cerca de 400 baleias, cujo producto, tanto de azeite como de espermacete, é enviado para Lisboa pelo Rio de Janeiro. Os habitantes não passam de meros espectadores dessa pesca, que não lhes proporciona vantagem alguma (Revista Trimenstral do IHGSC, 1914, p. 06).

Pode-se considerar que a mão-de-obra açoriana tinha um salário ou ganhavam como forma de pagamento escravo. Muitos inclusive

⁹⁰ “o comerciante português Thomé Gomes Moreira que, ao lado de 08 sócios, dinamizou o espaço da Armação da Piedade. Este era membro do Conselho Ultramarino de Lisboa e, após meados do século, passou a residir no Rio de Janeiro, em cujo território exerceu atividade de Caixa Geral de seu grande monopólio, explorando-o por doze anos (1742- 1753)” (SILVA, 1992, p.47).

tinham seus “negros de ganho”, os quais eram “alugados” às armações de baleia e recebiam muitas vezes em troca mais escravos.

Em geral, os açorianos envolvidos com a atividade de pesca da baleia continuaram pequenos pescadores e agricultores, voltando a produzir em sua terra, contribuindo para o abastecimento de manufaturas como a farinha de mandioca, peixe, café, a funcionários ligados à política e ao serviço militar, como os armazéns em Desterro, onde “a troca inicialmente em produtos, passou a ser mediada por dinheiro, no “livre comércio de peixe in natura” e seco, realizado pelos pescadores próximos às Casinhas de Quintandeiras na Servidão do Povo” (COSTA, 1943, p. 162 e 163).

A pesca era tão importante ao açoriano que o Art.3 do Decreto nº478, de 9 de dezembro de 1827, já descrevia que “É livre a todo brasileiro nato ou naturalizado desde que tenha a competente matrícula e licença. A pesca a pé, isto é, feita sem embarcação, com caniço e anzol, é facultativa a todos os residentes no território nacional sem outro ônus ou restrições que as medidas da policia marítima e as de proteção ao peixe” (BOITEUX, 1934, p.13). Ou seja, a pesca artesanal de subsistência era permitida a todos os pescadores que dela tirassem o seu sustento, sem nenhuma restrição do governo. Já a pesca embarcada, sobretudo de baleia, era controlada e restrita.

Após 1930, a pequena produção mercantil pesqueira ganha novos rumos, pois o terceiro processo de substituição de importações fez com que ocorresse um processo de industrialização em todo o território brasileiro, como também no setor pesqueiro, surgindo indústria de conserva/ enlatados. Com isso, os pequenos produtores artesanais, cujo modo de produção era anterior ao capitalista, entram em decadência, ressurgindo muitas vezes como empregados no setor pesqueiro.

No governo de Getulio Vargas, além do incentivo ao processo de industrialização, surgiram vários direitos trabalhistas, tendo sido fundada em 1935 a Colônia de Pescadores, “uma entidade de classe vinculada à Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina” (BITENCOURT, 2005, p. 58). Ao longo do litoral catarinense há várias zonas, sendo a Zona 11 pertencente à região da grande Florianópolis. A primeira carteira de Pesca⁹¹, “criada em 1912 pela Marinha do Brasil,

⁹¹ Os que poderia obter a carteira de pesca seriam segundo estabelecia o Capítulo IX da Marinha Mercante Nacional: A matrícula pessoal como inscrição, instaurada nas Capitânicas de Portos e repartições dela dependentes, dos indivíduos maiores de 16 anos nacionais e estrangeiros que desejam se empregar nas embarcações mercantes, na pesca, servir em embarcações ou sua estiva, operários de oficinas navais, estaleiros e carreiras, são o documento

surgiu com o intuito de proteger os limites das águas brasileiras [...] em certo momento, os pescadores vinculados também contribuíam com o controle de febre amarela no Brasil, cadastrando as populações ribeirinhas” (BITENCOURT, 2005, p. 55), mas as primeiras carteiras de pescador não garantiam aos pescadores artesanais os mesmos benefícios que passaram a ter a partir da década de 1930.

O processo de industrialização também trouxe modernidade ao pescador artesanal, que na década de 1940 e 60 já conseguia sentir essas mudanças através do barco a motor e da rede de nylon, o que facilitou o trabalho e extinguiu outros, como o de remeiros.

A atividade ligada à pesca era presente em todo o litoral catarinense, e não podia ser diferente na freguesia de Santo Antônio de Lisboa, onde o meio de sobrevivência dos moradores, era, até “por volta de 1940, [...] exatamente a pesca e a pequena lavoura. Pelo menos de 90% deles. Os 10% restantes eram funcionários públicos que se deslocavam para o centro todos os dias, para atender seus encargos” (SOARES, 1991, p.89).

Nas décadas de 1940 e 1950, período em que se intensifica a decadência da pequena produção mercantil, muitos, pela falta de dinheiro em espécie (raro na época), iam trabalhar em outros lugares, principalmente onde a indústria pesqueira se desenvolvia. Os pescadores artesanais com dificuldade de sobrevivência iam em busca de emprego, no Rio Grande (Lagoa dos Patos), ou em Santos.

A maioria dos pescadores daqui pescava aqui, a pesca dava, mas o valor era tão baixo que não davam pra eles se manterem [...] iam para o Rio Grande [...] e quem pescava não só pescavam, fazia plantação [...] porque a lavoura não dava pra se manter [...] viviam da lavoura e pescavam só pra come [...] cambiavam as coisas [...] levavam para o mercado para vende.(Irineu Cordeiro (80 anos), entrevista realizada em 09/05/2010).

Vários moradores, como Fausto Agenor de Andrade, contam como eram comuns esses dois destinos dos moradores da Ilha e do distrito de Santo Antônio de Lisboa.

obrigatório a tais indivíduos para exercerem suas atividades profissionais (BITENCOURT *apud* Retirada da Cardeneta de Matrícula para Pescadores do Ministério da Marinha editada em 1941, 2005, p. 55).

As pessoas iam pescar no Rio Grande do Sul pela necessidade do dinheiro [...] sempre na época do camarão e da tainha [...] quem era filho de pescador aqui embarcava nas canoas do Gentil dos Ingleses e iam em dois três caminhões, quem tava acostumado a pescaria, e quem nunca trabalhou na pescaria que não sabia pescar os pais mandavam pra Santos em São Paulo porque lá existia muita padaria, e todos se empregavam na padaria e todos faziam pão [...] e quem era filho de pescador embarcava para o Rio Grande do Sul [...] e isso ocorria no mês de fevereiro março e abril (safra camarão), e depois começava a da tainha em maio junho e julho. (Entrevista feita em 25 de agosto de 2009).

Apesar de ser a pesca uma atividade antiga, o Registro Geral de Pescador (RGP) começa efetivamente a se regulamentar em **1962-1989**, quando a **SUDEPE** regulamenta pela primeira vez a pesca. A primeira lei (nº 8287), criada em 20 de dezembro de 1981, estabelece oficialmente os direitos da profissão dos pescadores, sendo revogada pela Resolução nº657/2010, que “estabelece e consolida critérios para a concessão de Seguro-Desemprego aos pescadores artesanais durante o período do defeso” (Resolução nº657/2010, p. 01).

Na década de 1960, o Governo Federal apresenta novas propostas de desenvolvimento do Brasil, o Plano de Metas, que pretendia dar uma maior infraestrutura a todo o território nacional, para que pudesse se desenvolver, favorecendo inclusive o setor pesqueiro. No mesmo período, o governador Ivo Silveira criou, em 6 de Junho de 1966, um grupo executivo da Pesca. Elaborou-se então um relatório sobre os Aspectos Gerais da Pesca Catarinense, em que Dib Cherem, Secretário de Estado da Casa Civil e Presidente do GEDEPE, descreve esse processo em um relatório em Junho de 1969, “até princípios da década de 1960, a pesca se constituía num problema de ordem social” (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 1969, p.03).

A proteção e estímulo à pesca são efetuados pelo ex-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco mediante o decreto-lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, que incentivou o desenvolvimento econômico nesse setor, sobretudo no litoral catarinense que tinha uma vasta diversidade de espécies marinhas.

No Estado, apresentou-se o Resultado de Pesquisas Realizadas em 1966 sob patrocínio do Acordo de Pesca, e submetido à aprovação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), condizentes com as “condições sociais e econômicas do pescador artesanal e aspectos da evolução da atividade pesqueira em Santa Catarina”.

Nessa pesquisa foi diagnosticado o número de pessoas que dependiam dessa profissão, seja **pescador artesanal** (segundo a Instrução Normativa da Secretária Especial de Aquicultura e Pesca nº3 de 12 de maio de 2004, (“aquele que, com meios de produção próprios, exerce de forma autônoma, individualmente ou em regime de economia familiar”), ou mesmo, o **pescador industrial** (“aquele que, com vínculo empregatício, exerce atividades relacionadas com a captura, coleta ou extração de recursos pesqueiros em embarcações pesqueiras de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas inscritas no Registro Geral de Pescador na categoria correspondente).

Constatou-se também na pesquisa feita em 1966, através de entrevista, que dentro das comunidades da Ilha de Santa Catarina há “maior porcentagem de pescadores que acumulam funções públicas. O fato resulta da migração de pescadores para atividades no centro urbano” (Resultados de Pesquisas Realizadas em 1966 sob patrocínio do Acordo de Pesca, 1967, p.46), na **Tabela 14** mostra que a pesca ainda é a atividade que mais se concentra trabalhadores, a agricultura diminui dando espaço ao serviço público.

TABELA 14: Atividade ou Ocupação Econômica Principal

	Ilha	Continente	Lit. Norte	Lit.Sul
Pesca	93,7	94,7	97,7	97,0
Indústria	0	2,7	0	0,2
Comércio	0	0	0	1,4
Serv.Público	3,9	1,3	0	1,4
Trab. Manuais	0,8	1,3	1,1	0
Agricultura	1,5	0,9	1,2	0

FONTE: Resultados de Pesquisas Realizadas em 1966 sob patrocínio do Acordo de Pesca, 1967, p.46. Tabela alterada por Giselli Ventura de Jesus.

Durante muitos anos, a pesca foi exercida paralelamente com a agricultura em todo o litoral catarinense. “A transferência da atividade agrícola para a pesca se explica em função de problemas como esgotamento do solo, pragas que se repetiram na lavoura de mandioca-“jarvão”-, ocorridas em várias comunidades da Ilha” (Resultados de Pesquisas Realizadas em 1966 sob patrocínio do Acordo de Pesca, 1967, p.47). Isso forçou muito desses agricultores a procurarem outras atividades.

A **Tabela 15** mostra a pesca na Ilha como principal atividade na década de 1960. Já dentre as atividades, a pesca continua a mais representativa, vindo depois comércio, agricultura e serviço público, todas condizentes com as dificuldades existentes na época. O processo de modernização por que passava o setor pesqueiro era outra dificuldade do pequeno pescador artesanal. Além disso, o número de recursos marinhos vai começando a ficar escasso, tanto pelo crescimento da população litorânea (aterros e poluição), como pela pesca predatória.

TABELA 15: Atividade ou Ocupação Econômica Secundária

	Ilha	Continente	Lit. Norte	Lit.Sul
Agricultura	28,1	8,3	12,6	8,7
Serv.Público	2,3	1,4	1,1	
Comércio	3,9		1,1	5,8
Pesca	5,4	4,2	1,1	1,4
Trab.Manuais	0,8	1,4	10,3	1,4
Indústrias (Salgas)	0,8	5,5	0	0
Pecuária	0	0	0	1,4
Nenhuma além da pesca	58,7	79,2	74,0	81,0

FONTE: Resultados de Pesquisas Realizadas em 1966 sob patrocínio do Acordo de Pesca, 1967, p.46. Tabela alterada por Giselli Ventura de Jesus.

Atualmente, o número de pescadores no Distrito de Santo Antônio de Lisboa registrados, segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura (em 2010) está contido na **Tabela 16**. Ressalte-se a

presença de 7 mulheres⁹² cadastradas como pescadoras, com registros a partir de 2004. O número de Pescadores registrado em Florianópolis corresponde a 2990 contra os 59⁹³ pescadores artesanais do Distrito de Santo Antônio, um número muito pequeno, quase inexpressivo.

TABELA 16: Com o número de Pescadores no Distrito de Santo Antônio⁹⁴

Localidades do Distrito de Stº Antônio de Lisboa	Número de Pescadores
Sambaqui	34
Barra do Sambaqui	15
Cacupé	2
Santo Antônio de Lisboa	5
Total	59

FONTE: Ministério da Pesca e da Aquicultura, 2010.

A presença de pescadores ainda na Ilha é algo intrigante, pois muitos passaram dificuldade ao longo do século XX, forçando a mudar de profissão. Contudo, no final da década de 1980, uma pareceria entre a Universidade Federal de Santa Catarina e o Estado e a Epagri, iniciou um projeto para inserir o pescador artesanal na atividade ligada à maricultura, visando fixá-lo em seu local de origem mantendo a sua relação com o mar, e ao mesmo tempo a geração de renda.

O relato de Queiroz⁹⁵, que ainda hoje vive do mar (não mais da pesca, nem da agricultura, e sim da maricultura), descreve a sua vida,

⁹² Sobre a inserção da mulher na profissão de pescadora é um fato que vem ocorrendo no início do século XXI pra cá, pois ela sempre auxiliou o marido, mas o seu registro é só a partir deste século. Há um trabalho inclusive abordando esse assunto, porém não conseguiu justificar esse fenômeno, apesar de várias entrevistas realizadas pela autora da pesquisa, Daniela Mirandola Canavesso, mas ainda busca os motivos. Uma delas é as vantagens trabalhistas como ganhar o defeso, que dependendo do tipo de espécie proibida para a pesca se ganha de um a quatro salários mínimos.

⁹³ Esse número pode ser maior, pois muitos pescadores não se cadastram. Outros se cadastram em diversos órgãos vinculados a pesca, não ocorrendo o cruzamento desses dados.

⁹⁴ Há uma pesquisa em andamento na Epagri que tem como objetivo fazer um levantamento do número de pescadores artesanais, solicitado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

⁹⁵ Entrevista feita em 26 de outubro de 2010 com José A. Queiroz.

muito parecida com vários moradores que viveram e vivem espalhados ao longo desse litoral:

Eu vivo no mar desde os 8 anos de idade [...]Eu vivi a minha vida toda no mar, e não ia pro mar porque queria era obrigado pelo pai, a ir ajudar ele no trabalho [...] se trabalhava na pesca artesanal, canoa a remo, as tarrafas feitas de linha, a rede que se tinha era de linguado, não tinha motor tudo feito a mão. Depois veio a era do motor, [...] e a pesca cada vez foi diminuindo pelo extrativismo neh, e os industriais vieram avançando, [...]chegou ao ponto que a pesca artesanal foi completamente extinta [...] Naquela época se respeitava algumas coisas, quando se chegava em dezembro meu avô dizia assim, oh, o mês de janeiro não se mata peixe porque eles estavam desovando [...] então não trabalhava na pesca porque os peixes estavam desovando, se trabalhava na roça, trabalhava até março apanhando mandioca [...]saia de manhã pra roça, e saía quando o sol estava entrando (José A.Queiroz (60 anos), entrevista feita em 26 de outubro de 2010).

A atividade ligada ao pescador artesanal consegue sobreviver aos avanços do setor industrial pesqueiro e dos impactos ambientais que surgiram com o crescimento das cidades. Na década de 1980, não só o pescador artesanal como a própria industrial pesqueira “demonstra o processo tendendo para a decadência, na medida em que se verificam decréscimos significativos no volume de pescado capturado em todo o litoral catarinense” (SILVA, 1999, p.73). A alternativa para a maioria que insistiu em continuar no setor foi à atividade ligada à aquicultura, principalmente a criação de moluscos, a maricultura. Além de ter gerado uma renda, todos puderam continuar no seu mais próximo habitat, o mar.

2.1.4- Maricultura

A maricultura funcionou como medida paliativa para resolver dois problemas: um vinculado à reserva de alimentos que sofre a cada ano uma redução dos estoques pesqueiros no mundo, agravado pela

pesca predatória, e pelos impactos ambientais decorrentes do crescimento das cidades litorâneas. O segundo problema amenizado com a implantação do cultivo de moluscos em Santa Catarina foi o de evitar que o pescador artesanal emigrasse para outras regiões do País, em busca de emprego, e conseguisse gerar uma renda.

A implantação da maricultura, no Estado de Santa Catarina apresenta, sobretudo, boas condições naturais para o cultivo de moluscos como ostras e mexilhões⁹⁶, isso ocorre porque o litoral catarinense é bem recortado, com baías, mangues, bom clima e uma água com temperaturas favoráveis à implantação desse tipo de atividade.

A aquicultura⁹⁷ é uma atividade que conseguiu fixar as populações tradicionais ligadas à pesca artesanal em seu local de origem, além de ser geradora de renda.

Até há pouco tempo, era bastante propalada a idéia de que os mares brasileiros ricos em recursos pesqueiros; hoje, através dos conhecimentos adquiridos ao longo dos últimos anos, tal afirmativa já não tem sustentação. Assim, não obstante a sua grande extensão litorânea, nossos mares são realmente pobres em recursos pesqueiros. [...] a maior parte de nossa costa é pouco produtiva quanto aos recursos pesqueiros e, na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) [...] estudos recentes demonstram que não há perspectiva de aumento expressivo na produção do país [...] A maioria dos recursos pesqueiros está próxima ao litoral e são dependentes, em sua maioria, das áreas costeiras para complementar seu ciclo de vida, entretanto, estas zonas estão sendo degradadas (Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina, 1999, p. 64 e 65).

A redução dos estoques pesqueiros vem diminuindo no decorrer dos anos, devido à super exploração, não apenas por pescadores

⁹⁶ Em 2009 o município de Santa Catarina que tem a maior produção de Mexilhões comercializados é Palhoça com 5.930 toneladas. Já referente ao cultivo de ostras o município catarinense que apresenta maior produção é Florianópolis com 1.301 toneladas (EPAGRI-CEDAP, 2009).

⁹⁷ A produção aquícola, a aquicultura, não abrange apenas moluscos, como também criação de peixes, e crustáceos, outros animais aquáticos.

artesanais (próximas ao litoral onde se encontra o ciclo de reprodução), mas à pesca predatória da indústria pesqueira. Outro motivo da diminuição é o crescimento das cidades litorâneas, onde se encontram muitos locais de reprodução de peixes, crustáceos, ostras, dentre outros, e que se agravaram ainda mais pelos problemas ambientais como aterros e poluição de praias, mangues. A aquicultura é uma solução para muitos, principalmente desses pescadores artesanais por ser uma fonte de produção de alimento e gerar renda.

A primeira tentativa de implantação do cultivo de ostras em Santa Catarina data de 1971, através de um projeto de capacitação de sementes, fornecido pela Associação de Crédito e Assistência Pesqueira em Santa Catarina (Arcapesc), no estuário do Rio Ratoles, ao Norte do distrito de Santo Antônio de Lisboa, e as ostras eram retiradas para o consumo de pescadores. Não houve, porém, continuidade (“problemas surgidos parecem ter sido depredação das estruturas, por pescadores que usavam o local para a pesca com tarrafas e redes, e a falta de apoio financeiro necessário para a condução dos experimentos” (POLI, 2003, p. 252 e 253).

A atividade vinculada ao cultivo de moluscos ocorreu através de pesquisas realizadas em 1983, pelo Departamento de Aquicultura da Universidade Federal de Santa Catarina, com as comunidades de pescadores artesanais da freguesia de Santo Antônio de Lisboa, o primeiro local onde se implantou o projeto da UFSC em parceria com a ACARPESC (atual EPAGRI), passando da fase experimental para a aplicação apenas em 1987.

Dentro do projeto de pesquisa, havia o Laboratório de Cultivo de Moluscos Marinhos (LCMM), atualmente LMM-UFSC - Laboratório de Moluscos Marinho -, que fornece aos maricultores “sementes de ostras japonesa *Crassostrea gigas*, sementes de ostras de mangue, pré-sementes e sementes de viera e larvas de mexilhão, atendendo a demanda de 1000 produtores de Santa Catarina e também de outros estados” (VICENTE, 2010, p. 09 e 10).

No século XX, o registro das primeiras atividades ligadas à produção de moluscos de forma significativa, teve início na década de 1940 na Espanha, considerada até a década de 1980, como a maior produtora mundial de mexilhões perdendo o seu posto, apenas para a produção chinesa.

A produção mundial nesse setor vem aumentando a cada ano, o “cultivo de moluscos – representa uma das principais atividades da aquíicultura mundial com produção inferior apenas às algas e os peixes de água doce” (VICENTE, 2010, p. 01). Dentre os maiores produtores

de moluscos bivalves atualmente no mundo, temos China, Japão, Itália e Espanha. (SOFIA, 2009).

Segundo dados da EPAGRI (2009), o Brasil é o segundo maior produtor de moluscos bivalves da América Latina, perdendo apenas para o Chile, e o Estado de Santa Catarina é responsável atualmente por 95% da produção nacional.

Se compararmos a produção brasileira a nível mundial (Ilustração 29) o País tem produção muito pequena, porém vem ganhando posição no ranking internacional estabelecido pela FAO (fishery statistical database). Em 1994, “era o 32º em produção aquícola e o 26º em termos de valor. Em 2004, o Brasil ocupava o 18º lugar no ranking mundial, com 0,5% da produção mundial e o 12º em termos de receitas geradas com 1,4% do total” (OSTRENSKY, 2008, p.29).

ANO	MUNDIAL		BRASIL	
	Quantidade (t)	Incremento (%)	Quantidade (t)	Incremento (%)
1990	16.827.096		20.490	
1991	18.279.033	8,6	23.390	14,2
1992	21.189.306	15,9	29.820	27,5
1993	24.453.567	15,4	30.390	1,9
1994	27.775.007	13,6	30.915	1,7
1995	31.195.352	12,3	46.202	49,4
1996	33.795.531	8,3	60.718	31,4
1997	35.841.010	6,1	87.801	44,6
1998	39.083.476	9,0	103.915	18,4
1999	43.000.079	10,0	140.656	35,4
2000	45.657.773	6,2	172.933	22,9
2001	48.555.041	6,3	205.779	19
2002	51.971.882	7,0	247.867	20,5
2003	55.183.013	6,2	273.629	10,4
2004	59.408.444	7,7	269.698	-1,4
2004-1990	42.581.348	253,1	249.208	1.216,2

Ilustração 29: Evolução da Produção Aquícola Mundial e Brasileira entre 1990 e 2004.

FONTE: OSTRENSKY, 2008, p.29.

Na **Ilustração 30**, se compararmos o crescimento da produção no Brasil, percebe-se que a aquicultura gerou um aumento de 43,8%. Em comparação com as principais criações da pecuária nacional, suínos e aves possuem juntas 22,1% sendo metade da atividade aquícola. O setor ligado à produção bovina apresenta uma retração de -8,6%, já o mercado vinculado à aquicultura, entre 2007 e 2009, vem evidenciando um potencial econômico no setor.

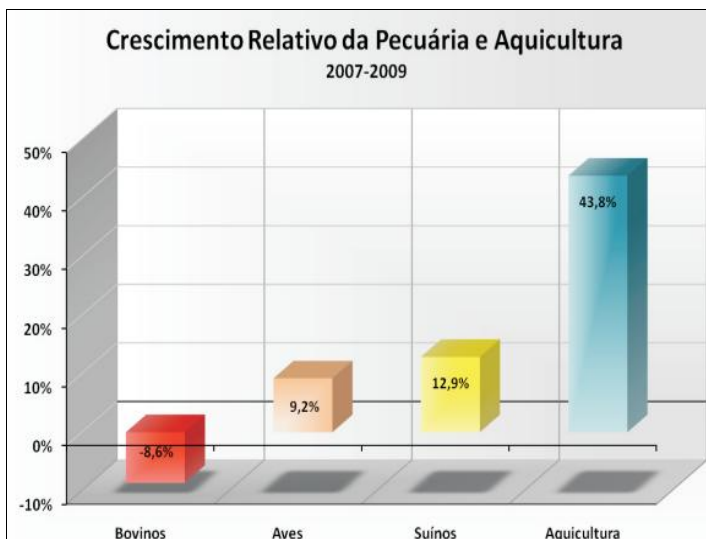


Ilustração 30: Quadro do Crescimento Relativo da Pecuária e Aquicultura

FONTE: (Ministério da Pesca e Aquicultura, relatório da Produção Pesqueira e Aquícola de 2008 e 2009, p.13)

O Brasil vai apontar as vantagens do cultivo de molusco somente em 1934, através de um estudo publicado pelo Comandante Alberto Augusto Gonçalves, com o título “O Futuro Industrial da Ostricultura no País”, apresentado no Primeiro Congresso Nacional de Pesca, organizado pelo Ministério da Agricultura – Divisão de Caça e Pesca. (POLI, 1996).

A atividade voltada ao cultivo de bivalves iniciou sua primeira tentativa na década de 1970, com pesquisas realizadas pelas Universidades brasileiras, (1972 na Bahia), no intuito de cultivar ostras no mangue, mas o projeto foi abandonado em 1985. Em 1974, iniciou-se a introdução de ostras do Pacífico ou ostra japonesa, tendo o Instituto de Pesquisas Marinhas do Rio de Janeiro importado sementes de ostras da Grã-Bretanha. Tais sementes, porém, não tiveram sucesso no meio natural. “Quase na mesma época, o Instituto de Pesca de São Paulo, trouxe sementes desta mesma espécie do [...] (Japão) em 1975. Em 1981, o Instituto de Biologia da Universidade da Bahia importou sementes de *Crassostrea gigas*” (POLI, 2003, p. 254), sementes essas hoje produzidas no laboratório da UFSC.

Esse tipo de semente foi produzido em escala comercial, pois apresentava um crescimento rápido. “Mas foi somente na baía norte da Ilha de Santa Catarina [...] que os resultados se mostraram promissores desde o início, motivando o interesse dos pescadores da localidade de Santo Antônio de Lisboa” (POLI, 2003, p. 254). Com o sucesso da pesquisa no local, “formou-se aí o primeiro condomínio de Pesca e Aquicultura do Brasil, chamado Condomínio de Pesca e Aquicultura Baía Norte, formado por um grupo de pescadores pioneiros” (POLI, 2003, p. 254). Dentre esses pioneiros, inclusive das pesquisas iniciais em 1983 até a sua aplicação em 1988, José Alberto de Queiroz⁹⁸ foi um dos que participaram de todo o processo, e continua até hoje no cultivo.

Nesse canto eu estava aqui quando a universidade desceu com uma canoa aqui, e eu fui perguntar o que eles estavam fazendo aqui [...] foi em 1983 que o professor Poli, o Nelso, e a Paulinha [...] foram essas pessoas que começaram [...]e eles falaram que tavam fazendo um trabalho para repovoar o nosso meio ambiente com a nossa ostra nativa que o pessoal começou a tirar demais, e começou tava completamente extinta [...] e quando o Poli veio pra cá com a ideia tinham algumas pessoas desse grupo recém formadas pela universidade do Chile, e trouxeram pra cá essa sementinha [...] a verdade ela não é ostra chilena se chamada de *Crassostrea gigas* ou ostra do pacífico, mas na verdade de origem dela nativa é ostra japonesa. Adotaram de pacífico porque o Japão esta no pacífico [...] aí a gente colocou na água aqui e cresceu do dia para a noite [...] ela cresceu demais [...]com 7 meses se tinha ostra bonita, grada [...] se fosse uma ostra nativa ela levaria três anos para alcançar esse tamanho [...] colocamos em 1984 essa ostra que veio do Chile [...] mas quando chegou em dezembro ela perdeu 99% porque a semente era de um ambiente bem mais frio que o nosso (José A. Queiroz (60 anos), entrevista feita em 26 de outubro de 2010).

⁹⁸ “Os que começaram mesmo foram 5: eu o Ireno, o João, o Antônio, o Neves e o Bada (que é Reinaldo o nome)” (José A. Queiroz (60 anos), entrevista feita em 26 de outubro de 2010).

Essa primeira experiência não teve muito sucesso, levando pesquisadores e maricultores a procurarem outra alternativa, descobrindo que no Rio de Janeiro havia um laboratório da Marinha que fazia semente de ostra, mas com a mudança da administração passaram a não mais fornecer. Segundo Queiroz, com o fechamento desse laboratório, passaram a comprar no litoral de São Paulo, porém não foi bem sucedida a parceria, pois as sementes não eram de boa qualidade.

Pra desconchar⁹⁹ para fazer molho pra família de japonês lá [...] a ostra das sementes dele cresceu 5 vezes mais que do que a nossa [...] e viu que a ostra tava crescendo muito[...] e ele cresceu o olhou, [...] e começou a colocar a nossa no mercado de lá...se ele vendia a dele lá a 2 reais a dúzia, levou a nossa e passou a vender a 4 reais a dúzia. (José A. Queiroz (60 anos), entrevista feita em 26 de outubro de 2010).

No mesmo ano, eles resolveram produzir as sementes em parceria com a UFSC, em um laboratório localizado na Ponta do Sambaqui, terreno pertencente à colônia de pescadores da região, e até hoje continua no mesmo local, servindo como local de pesquisa.

A produção desse tipo de espécie exótica no litoral catarinense trouxe uma alternativa de renda ao pescador artesanal, como a organização de algumas associações. Dentre as associações e cooperativas de maricultura criadas em Santa Catarina, contam-se 16¹⁰⁰, mas na Ilha existem apenas duas: Associação dos Maricultores do Sul da

⁹⁹ **Desconchar** foi o termo utilizado pelos pesquisadores da UFSC para designar a retirada do molusco da concha, no linguajar popular do açoriano é utilizada a expressão “**descascar**”, no caso, a ostra.

¹⁰⁰ Das 16 temos uma em Palhoça: Associação Municipal de Aqüicultura (AM AQ); duas na Ilha de Santa Catarina: Associação dos Maricultores do Sul da Ilha (AMASI), Associação dos Maricultores do Norte da Ilha (AMANI); uma Associação dos aqüicultores de Governador Celso Ramos (AAGOCER); uma Associação dos Maricultores de Porto Belo (AMAPB); três em Bombinhas: Associação dos Maricultores de Bombinhas (AMAB), Associação dos Maricultores de Canto Grande (AMAC), Cooperativa de Maricultores (COPPERMAC); uma Associação dos Maricultores de Balneário Camboriú (ASMARISCAN); cinco em São Francisco do Sul: Associação dos Maricultores de Enseada (AMAE), Associação dos Maricultores do Capri (AMAPRI), Associação dos Maricultores da Babitonga (AMAB) em, Associação dos Maricultores Comunitário do Bairro do Paulas (AMACOP), Associação de Aqüiculturas do Balneário do Capri (AABC); e duas em Penha: Cooperativa de Maricultores de Penha (COOPERMAPE), Associação dos Maricultores de Penha (AMAP).

Ilha (AMASI) e Associação dos Maricultores do Norte da Ilha (AMANI).

A Ilustração 31 trás a produção dos dois principais cultivos de moluscos na Ilha, a ostra e o mexilhão, porém é a ostra que faz com que Florianópolis seja a maior produtora do Estado.

NÚMERO DE PRODUTORES, PREÇOS, PRODUÇÃO E RENDA DOS PRODUTORES MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS												
FLORIANÓPOLIS	2008/2009						2009/2010					
	OSTRAS			MEXILHÕES			OSTRAS			MEXILHÕES		
	Produtores	PRODUÇÃO	MÉDIA	Produtores	PRODUÇÃO	MÉDIA	Produtores	PRODUÇÃO	MÉDIA	Produtores	PRODUÇÃO	MÉDIA
nº	dz	mil/dz	nº	kg	mil/kg	nº	dz	mil/dz	nº	kg	mil/kg	
Sub-total - AMANI	29	403.750	34	11	85.000	8	29	401.700	14	12	103.000	8
Sub-total - AMASI	41	773.400	19	38	405.200	11	46	899.800	19	37	455.500	12
total GERAL	70	1.177.150	17	49	490.200	10	75	1.301.500	17	49	558.500	11

FLORIANÓPOLIS	OSTRAS					MEXILHÕES				
	Produção	Preço	Valor	Produtores	Média	Produção	Preço	Valor	Produtores	Média
SAFRAS	dz	R\$/dz	R\$	Nº	R\$/Produtor	dz	R\$/kg	R\$	Nº	R\$/Produtor
Safra 2008/2009	1.177.500	4,00	4.710.000	70	67,286	490.200	1,00	490.200	49	10,004
Safra 2009/2010	1.301.500	4,50	5.856.750	75	78,090	558.500	1,25	698.125	49	14,247
Mexilhões correspondem 10% a 11% do valor bruto da produção da maricultura.										

	NÚMERO DE MARICULTORES			
	OSTRAS	MEXILHÕES	VIEIRAS	TOTAL SEM REPETIÇÃO
Safra 2008/2009	70	49	4	83
Safra 2009/2010	75	49	4	88
OBSERVAÇÃO	Desistiram da atividade, nos últimos anos, 79 produtores ou aguardam legalização das áreas			

Ilustração 31: Números de Produtores e o Valor da Produção.

FONTE: EPAGRI- CEDAP, 2010.

Para usar os espaços físicos do litoral catarinense, as áreas aquícolas¹⁰¹ pertencentes à União, deve-se ter uma autorização do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), do IBAMA, do “Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Ministério da Defesa (Comando da Marinha), Ministério do Meio Ambiente (Agência Nacional das Águas- ANA)” (NETO, 2005, p. 22). Além dessa autorização, é também necessária a autorização do IBAMA, Termo de Ajuste de Conduta (TAC), (Portaria nº 69 de 30 de outubro de

¹⁰¹ “espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, destinado a projetos de aquíicultura, individuais ou coletivos” (NETO, 2005, p. 20).

2003), cujo objetivo é regular e enquadrar o maricultor dentro da atividade da aquicultura, e só depois fornecer a licença ambiental.

Para se enquadrar na categoria de aquicultor, seja como pessoa física ou jurídica, o Decreto de lei nº 4.895, de 25 de novembro de 2003 estabelece uma autorização de espaços físicos de corpos de água sob o domínio da União para atividades aquícolas. No artigo 2º, esse decreto define:

- I- aquicultura: O cultivo ou criação de organismos cujo ciclo de vida, em condições naturais, ocorre total ou parcialmente em meio aquático;
- II- área aquícola: espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, destinado a projetos de aquicultura, individuais ou coletivos;
- III- parque aquícola: espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, que compreende um conjunto de áreas aquícolas afins, em cujos espaços físicos intermediários podem ser desenvolvidos outras atividades compatíveis com a prática da aquíicultura.

Esses polígonos ou áreas aquícolas são delimitados através de coordenadas geográficas com GPS ao longo do litoral catarinense, seguindo os seguintes critérios: “abrigados de ventos e correntes fortes, áreas com profundidades iguais ou superiores a 1,5m, afastados dos locais de tráfegos regulares de embarcações, dos fundeadouros, das áreas de pesca, dos locais utilizados para o turismo e o lazer das populações locais e das desembocaduras de rios” (NETO, 2005, p. 28). A Ilustração 32 mostra a parte norte do Distrito de Santo Antônio de Lisboa, e a Ilustração 33 a parte Sul do Distrito, onde estão localizadas as áreas aquícolas, representadas pelo polígono em vermelho.

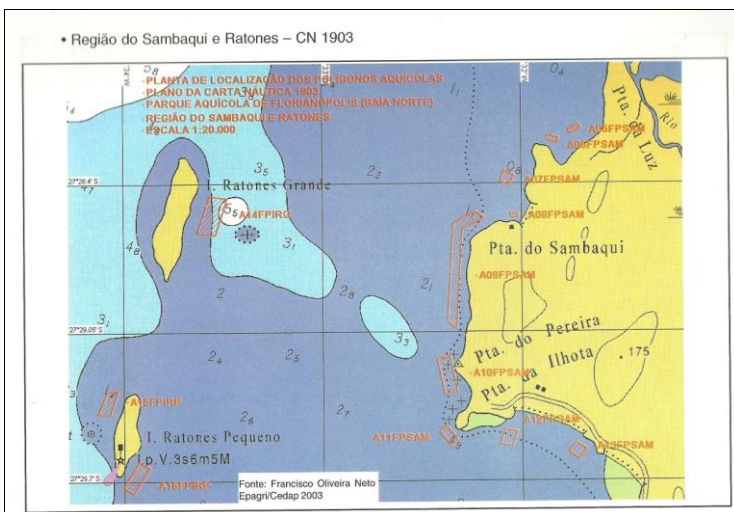


Ilustração 32: Áreas aquícolas norte do Distrito de Santo Antônio de Lisboa.

FONTE: Neto (2005, p. 36).

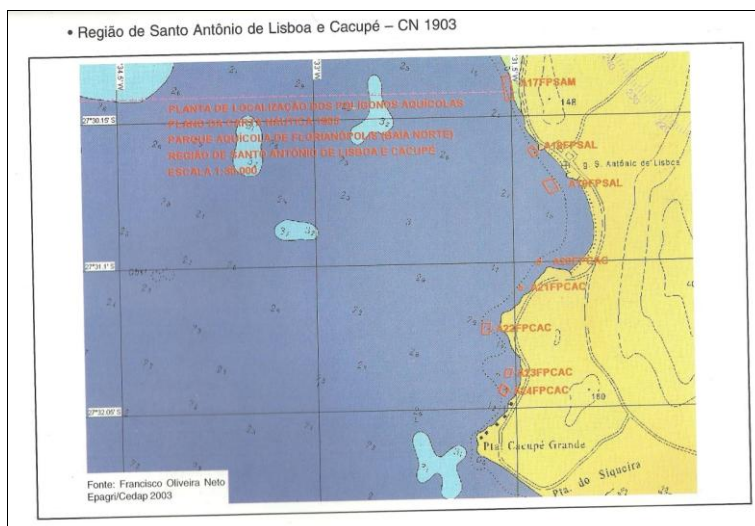


Ilustração 33: Áreas aquícolas sul do Distrito de Santo Antônio de Lisboa.

FONTE: Neto (2005, p. 37).

Os números vêm demonstrando o crescimento da produção ligada à aquicultura, sobretudo no Estado catarinense, com a produção ligada ao cultivo de moluscos. Santo Antônio de Lisboa, é uma região pioneira na implantação dessa atividade no estado, possui hoje uma parcela pequena no cultivo se comparado com a do Ribeirão.

Além de a área de estudo apresentar uma baixa produção, dificultando a ascensão de muitos dos pescadores artesanais, muitos estão na produção primária, a matéria prima sem nenhum beneficiamento. Em contrapartida, temos em outras regiões do litoral catarinense a implantação do processo de beneficiamento e industrialização. Um exemplo é a indústria “*Ad Oceanum*” (**ANEXO H**) de pescados e mariscos, em Governador Celso Ramos. A empresa trás uma linha em alimentos marinhos congelados prontos para o consumo, ou seja, vem se diferenciando do pescador artesanal, ou podemos chamar de maricultor-artesanal, ao beneficiar a matéria prima, agregando um valor ao produto final.

SILVA (1992) evidenciou a existência de pescadores artesanais (década de 1960), em que alguns conseguiram ascender e outros que não. Uns investiram no beneficiamento do pescado, enquanto outros só forneciam a matéria prima sem nenhum beneficiamento. Essa diferenciação ocorreu através da conjuntura política do período, em que se tinha um projeto de industrialização do setor pesqueiro,

A emergência de grandes unidades manufatureiras que se estabeleceram ao longo do litoral catarinense. Simultaneamente, o governo “populista” de Celso Ramos implementou medidas em forma de financiamento, no sentido de fortalecer ainda mais, não só as pequenas unidades manufatureiras, mas, igualmente, a pequena produção mercantil [...] na verdade, a medida tinha como finalidade impulsionar o advento do processo de divisão social do trabalho no setor pesqueiro, já que essas unidades, espacialmente dissociadas, articulavam-se às grandes manufaturas, funcionando, assim, como se fossem verdadeiros “departamentos” do nascente processo industrial que se gestava no litoral catarinense (SILVA, 1992, p. 148).

A maricultura vem a cada dia se diversificando; o próprio beneficiamento de ostras e mexilhões por parte de alguns poucos empresários, tem modificado o próprio espaço antes restrito aos pescadores artesanais. No caso do Distrito de Santo Antônio de Lisboa, notam-se ainda muitos pescadores ligados à atividade, como também outras pessoas ligadas ao serviço públicos/ funcionários, que fazem dessa atividade uma segunda renda. Há ainda alguns donos de restaurantes que conseguiram ter uma área aquícola para o fornecimento do seu estabelecimento, como abastecer o mercado consumidor.

Existem vários incentivos do Governo Lula, e de órgãos estaduais como a EPAGRI que fazem campanhas de capacitação para os maricultores, e até mesmo confecção de cartilhas didáticas incentivando o beneficiamento dos produtos ligados à maricultura. Um deles trás: “Produto inspecionados apresentam um preço diferenciado, porém proporcionam uma série de garantias ao consumidor [...] os moluscos inspecionados são beneficiados dentro de uma agroindústria: uma estrutura planejada para que o processamento possa ser feito sem contaminar os alimentos” (EPAGRI, 2010, p.10).

Para os pequenos maricultores obterem o SIF (Serviço de Inspeção Federal) concedido pelo Ministério da Agricultura, é algo complicado, pois requer um investimento alto desse beneficiamento, e dessa inspeção. A empresa “*Ad Oceanum*”, no litoral catarinense, é a única que investe nesse processo de beneficiamento e industrialização de produtos ligados à maricultura.

O SIF, porém, é importante, pois os maricultores com uma maior infra-estrutura têm condições de armazenamento do produto, podendo oferecer o ano todo, além de poder abarganhar mais lucro ao vender a sua produção no mercado nacional.

O próprio poder municipal da Prefeitura de Florianópolis incentivou o cultivo de moluscos, criando em 1999 a Primeira Fenaostra, tentando trazer para a culinária dos restaurantes uma gastronomia voltada para pratos ligados aos produtos da maricultura, principalmente a ostra. Em 1999, o Estado catarinense começa a exportar o produto, segundo informações recolhidas em entrevista com Alex Alves dos Santos (EPAGRI).

No distrito de Santo Antônio de Lisboa não há maricultor que tenha o SIF, ao contrário do Ribeirão da Ilha, onde há pelo menos três (NASCIMENTO, 2005). Mas ambas as freguesias apresentam restaurantes que são referência na gastronomia voltada para o cultivo de Moluscos.

Santo Antônio de Lisboa é conhecida como “Rota do Sol Poente” onde se encontram 10 restaurantes; em Sambaqui, e em Cacupé 13. Além de trazer emprego aos pescadores, a maricultura também contribuiu de forma significativa nos setores de serviço e comércio da região, além de empregos de alta temporada, como garçons e cozinheiros, entre outros.

CAPÍTULO 3 - A RECENTE EXPANSÃO URBANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS E SEUS REFLEXOS NO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA

As grandes mudanças ocorridas no século XX, em decorrência dos projetos de planejamento econômico iniciados na década de 1930 e intensificados nos anos 1950, tiveram como expressão maior o processo de industrialização e urbanização. “Em cada momento histórico as novas formas representam o modo usual de produção. Mas é a formação socioeconômica que lhes dá sua significância real-concreta dentro do sistema” (SANTOS, 2003, p.200).

O litoral catarinense, por seu turno, modificava o seu modo de produção e o uso e ocupação do solo. A decadência da pequena produção mercantil açoriana dá espaço a outro tipo de mercadoria principal, a terra, que anteriormente tinha o seu “valor de uso” e passa a ter um “valor mercantil”. “Assim, aprofunda-se a luta entre as tradicionais populações litorâneas e ilhoas e interesses de diversas ordens, para os quais, a terra possui apenas o valor mercantil, qual seja, torna-se ‘um bom negócio’” (CAMPOS, 2002, p.113).

O êxodo rural no cenário brasileiro apresenta-se ainda na década de 1940. No caso de Florianópolis, o processo de urbanização recrudescer a partir dos anos 1960, com a instalação de algumas estatais. Na década de 1970, a melhoria da infraestrutura, aliada à atividade turística, robustece ainda mais esse processo. O Distrito de Santo Antônio de Lisboa vai apresentar um êxodo rural nos anos 1940 e 1950, em decorrência da decadência da pequena produção mercantil açoriana. Contudo, a expansão urbana da grande Florianópolis acarretou a fixação de novos moradores no distrito, principalmente após os anos 1960, ganhando novo impulso na década de 1980, com a instalação dos primeiros condomínios fechados.

3.1- A valorização da terra: aumento dos Condomínios Fechados no Distrito de Santo Antônio de Lisboa.

Não podemos falar de valorização da terra em Florianópolis, e até mesmo dos condomínios fechados no Distrito de Santo Antônio de Lisboa, sem analisar a formação socioespacial do litoral catarinense.

A *posse* da terra por parte dos açorianos, no século XVIII, “que fora oficialmente reconhecida somente no curto período entre a Independência e a Lei de Terras (1822-1850), acabou por se transformar

[...] na ‘verdadeira forma histórica de ocupação da terra’” (CAMPOS, 1986, p.116). Dentro desse contexto, o açoriano que adquirira a terra através do sistema de *posse* foi beneficiado pela Lei de Terra, que regulamentou o direito desses pequenos produtores. Segundo o seu Art.3, inciso 4, “As que não se acharem ocupadas por posses que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei”. Assim é que

no interior da Ilha de Santa Catarina a maioria dos posseiros não solicitaram (sic), desde a criação da Lei de Terras em 1850 até os dias atuais, seus títulos de propriedade. Não o fizeram possivelmente por desconhecimento das normas jurídicas que aquela e outras leis seguintes definiram. Deve contudo ter pesado muito mais o fato da (sic) terra possuir para os mesmos valor de uso e não comercial e/ou voltado à especulação (CAMPOS, 2002, p.116).

Na segunda metade do século XX, consolida-se o processo de urbanização e de mercantilização da terra, acelerado ainda mais depois da década de 1970. Ressalte-se que na Ilha ocorria muita “grilagem de terra” ou mesmo concessões relacionadas ao poder político. O açoriano, por sua vez, não via a terra como uma mercadoria com valor de troca, e, sim, sob a perspectiva do valor de uso, em cujos termos ele era o trabalhador e o proprietário de sua própria terra. Eis o que permite caracterizá-lo como pequeno produtor. Marx (1988, p. 883) alerta para uma confusão que se faz no âmbito da economia política, referente à existência de dois tipos de propriedade: “a que se baseia sobre o trabalho do próprio produtor e a sua antítese direta, a que se fundamenta na exploração do trabalho alheio. Esquece-se que esta só cresce sobre o túmulo daquela”.

Dialeticamente, esses dois tipos de propriedade vão coexistir na estrutura política econômica catarinense. O açoriano, mesmo tendo a propriedade, produzia para a sua subsistência. Tal quadro, no entanto, passa a se modificar com o aumento e a diversificação da produção voltada ao abastecimento dos imigrantes alemães e italianos do século XIX, desenvolvendo-se, a partir daí, relações pré-capitalistas. O pequeno produtor açoriano, nessa primeira fase, não vai gerar capital, pois “sabemos que não constituem capital meios de produção e de

subsistência, de propriedade do produtor direto” (MARX, 1988, p.885). Ou seja, “quando o trabalhador, portanto, pode acumular para si mesmo, o que pode fazer quando é proprietário de seus meios de produção, é impossível a acumulação capitalista e o modo de produção capitalista” (MARX, 1988, p.886).

Os imigrantes alemães e italianos, ao contrário, foram estabelecendo relações capitalistas, pois conseguiram por meio dessa pequena produção acumular e, conseqüentemente, ampliar as técnicas de beneficiamento da produção, com o que superaram o produto do pequeno produtor açoriano. Nas colônias dos vales litorâneos catarinense, vai-se estabelecendo também a forma de trabalho assalariado¹⁰², ao passo que se aprofunda a divisão social do trabalho (DST).

A decadência da pequena produção mercantil no século XX acentuar-se-á ainda mais, não só pela concorrência alemã, como também pelas políticas de desenvolvimento das forças produtivas, principalmente depois da década de 1950, em função das quais se desenvolve o modo de produção capitalista em todo o Brasil, principalmente em Santa Catarina.

O pequeno produtor agrícola açoriano não vai conseguir competir com as novas exigências políticas estabelecidas, como as adotadas no governo de Vargas. Mencione-se, nesse sentido, a institucionalização de alguns órgãos de fiscalização, como o Instituto Brasileiro do Café (IBC), que passa a obrigar que todo produtor submeta-se à inspeção o seu produto. Ato contínuo, o café, na Ilha, torna-se mais caro ao pequeno produtor, o que, entre outros acontecimentos, contribuiu para agravar a crise da atividade agrícola açoriana, que resultaria na expropriação das terras. Outro importante motivo que concorreu para tal expropriação de terras foi a ocupação das “extensas áreas de uso comum do povo (as chamadas *terras de uso comum*) necessárias à complementação da vida diária do habitante açoriano, elemento inerente à sua constituição sociocultural” (CAMPOS, 2009, p.8). Isso ocorreu a partir da década de 1960, em decorrência do crescimento da população e do desenvolvimento da atividade turística nos anos 1970. Expropriado de sua terra, o açoriano é capturado pelo contexto capitalista, passando a vender, no próprio campo ou na cidade, a sua força de trabalho.

¹⁰² Afinal, sem trabalho assalariado, não se pode ter acumulação capitalista.

Com o crescimento urbano de Florianópolis, instala-se em 12 de dezembro de 1960 um cartório em Santo Antônio de Lisboa. Seu proprietário é Vicente Martins¹⁰³, 76 anos, morador de Sambaqui. Ele também era proprietário de mais dois cartórios, um na Lagoa da Conceição e outro em Ratonas. Em entrevista, Vicente Martins relata que, na área de estudo deste trabalho, faziam-se principalmente registros de óbito e certidões de nascimento e casamento. Quanto às escrituras públicas, quase ninguém as registrava, situação que só se modifica depois de 1980. O cartório ficava no Distrito de Santo Antônio até 1992, quando o proprietário o transferiu para o seu antigo funcionário Cinésio, atual dono. O estabelecimento, que passou a se chamar Cartório Silva, situa-se atualmente às margens da SC-401, no bairro Saco Grande.

Segundo relatos de moradores, não era muito comum a grilagem ou mesmo as concessões de “favor” que, segundo Campos (1986, p.125), “ocorriam em relação às *terras de uso comum*, representando interesses político-partidários ou mesmo oligárquicos, constante em diferentes períodos de nossa história, como nos tempos de UDN e PSD”. Em relação a esse tópico, é preciso dizer que a vida política era bem presente em Santo Antônio de Lisboa e, de fato, girava em torno do PSD e da UDN. Ocorre que muitas terras “devolutas” foram doadas a moradores do distrito, porém não na localidade e sim em outros locais da Ilha, como é o caso de Jurerê. Entrevista concedida por Altino Cabral esclarece que a “política naquela época era feita somente através de favores, não tinha castigo. O partido que não fazia favor era o partido recém-criado, o PTB, que não tinha recursos. Mas os tradicionais da política sempre se revezavam: perdia o PSD, ganhava a UDN e vice-versa [...] e cada cidadão que precisava de um favor tinha que ir até um desses que estava em cima” (SOARES, 1991, p.88).

Com a decadência da produção e o êxodo rural, a muitos açorianos da freguesia de Santo Antônio de Lisboa restaram terras que, até a década de 1970, pouco valor tinham. Relatos de moradores da localidade da Barra de Sambaqui, onde se concentravam os agricultores, dão conta de que as terras eram muitas vezes adquiridas em troca de produtos, como, por exemplo, “dois novilhos” ou “um boi e um saco de farinha”.

No caso específico de Cacupé, ao sul do Distrito de Santo Antônio, Fausto Agenor de Andrade ressalta a importância que o Serviço Social do Comércio (SESC) teve na localidade: “Cacupé sempre

¹⁰³ Entrevista feita em fevereiro de 2011.

foi terra de ninguém, porque ficava em uma ponta esquecida todo mundo passava aqui por dentro (Caminho dos Açores) [...] então ninguém visitava, [...] depois que o SESC se localizou ali em Cacupé, foi valorizado, ele ficou dormitório¹⁰⁴ do pessoal da cidade”¹⁰⁵.

É nos anos 1970 que, mercê do “milagre brasileiro” e do crescimento demográfico de Florianópolis, inicia-se o *boom* imobiliário. Nesse mesmo período, Florianópolis apresentava um aumento da população urbana de “3,8% ao ano [...] que, se considerado isoladamente, é extremamente elevado, com aproximadamente 80%” (CAMPOS, 2004, p.114).

Antes da construção da SC-401, os veranistas iam no máximo até Santo Antônio e Sambaqui, pois o restante da estrada no sentido norte era muito precário. Com a construção da rodovia SC-401, cujas obras estenderam-se de fevereiro de 1972 a março de 1974, impulsionou-se o crescimento de casas de veraneio na região Norte da Ilha. Esse melhoramento na infraestrutura implicou a diminuição da presença de veranistas na área estudada, uma vez que eles passaram a frequentar as praias dos Ingleses e Canasvieiras. Tal situação só se reverterá na década de 1980, quando as localidades do distrito transformam-se em , “bairros residenciais da capital” (LIMA, 2007, p.150).

Isso pode ser verificado por meio da Tabela 12, que traz os dados demográficos do Distrito de Santo Antônio de Lisboa. Em 1970, observava-se um crescimento populacional correspondente a 3.570 ha; uma década depois, a taxa quase duplicara, passando a 7.294 ha. Já na década de 1990, quando a construção civil ganhou novo fôlego, o distrito atingiu a marca de 12.925, o que representa quase uma nova duplicação do índice de crescimento registrado na década anterior.

Ocorridas na segunda metade do século XX, tais mudanças são descritas por muitos moradores do distrito como rápidas e transformadoras. Em uma das entrevistas com Fausto Agenor de Andrade, ele relata que,

a maior mudança, depois que aterraram a baía sul, foi que cresceu tão rápido que ninguém deu conta

¹⁰⁴ Em tempo: quando se refere ao fato de que a região virou dormitório, o entrevistado pretende dizer que, desde então, a localidade passou a abrigar moradias permanentes, e não apenas casas de veraneio.

¹⁰⁵ Entrevista feita em 25 de agosto de 2009.

disso [...] não tem vereador, deputado, não tem governador, prefeito que suportasse a mudança, que foi de um dia para o outro, que aí apareceu os corretores as imobiliárias, e o pessoal que queria se desfez dos bens que tinham [...] isso foi na década de 60; depois na de 70 cresceu mais e na de 80 estrondou tudo [...] Foi quando acabou as roças, os engenhos de farinha, [...] os bois domados, o leite caseiro acabou, aí vem a proibição o cara era fiscalizado se tivesse uma vaca dando leite tinha de consumir ou dar para o carneiro (Entrevista feita em 25 de agosto de 2009).

Durante a década de 1970, portanto, foram se reproduzindo os empreendimentos imobiliários na região situada ao norte e nordeste da área central e nos balneários ao norte da Ilha, em especial os loteamentos e condomínios dirigidos aos setores sociais de mais alta renda. No final da década, é implantada a via de Contorno Norte-Ilha, o que facilitou a transferência dessa camada alta para as já mencionadas regiões (SUGAI, 1994, p.127). No caso do Distrito de Antônio de Lisboa de Lisboa, segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP), os primeiros condomínios fechados datam de 1980, ano em que três licenças foram aprovadas. Nos dez anos seguintes, seria registrada a aprovação de um total de 11 condomínios.

Na década de 1980, com o aumento populacional de Florianópolis, não só na parte central como também do Norte da Ilha, cria-se, no IPUF, o Plano Diretor dos Balneários, com o intuito de regulamentar o desenvolvimento turístico e o processo crescente de ocupação dos balneários,

principalmente naqueles situados ao norte e a leste da Ilha. Este plano foi constituído pela Lei nº 2.193/85 para ser aplicado aos territórios declarados como Área Especial de Interesse Turístico, que formam os seguintes distritos: Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses do Rio Vermelho, Santo Antônio de Lisboa, Ratonas, Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha e Pântano do Sul [...] a lei nº 2.193/85, ao mesmo tempo em que regulava o uso, a ocupação e o

parcelamento do solo naqueles balneários (LIMA, 2007, p.163).

Em relação ao parcelamento do solo, note-se que muitos moradores iam subdividindo os terrenos em pequenas glebas e as vendendo, visto que a terra passa a “ganhar valor”. Como reflexo do crescimento populacional recrudescia a especulação imobiliária. Em decorrência disso, em 1974 é aprovada a Lei nº 1.215/74, que regulamentou os Loteamentos, Desmembramentos e Arruamentos de Florianópolis. Dentre as obrigações impostas, a referida Lei determinava a presença de “áreas verdes, equipamentos urbanos e comunitários, circulação e lazer, que deveriam representar, no mínimo, 35% da área total da gleba” (SUGAI, 1994, p.125). Já a lei que regulamentou os condomínios é elaborada em 1978, sob o número 1.566/78. Mas qual seria a diferença entre loteamento e condomínio? No “loteamento, as áreas comuns (praças e ruas) são de domínio público, propriedade da municipalidade, enquanto que no condomínio fechado as áreas comuns são do domínio privado, propriedade de um pequeno grupo” (BECKER, 2005, p.25). Ou seja, as áreas comuns, os loteamentos, ficam sob o controle administrativo do município/poder público; já no caso dos condomínios, a manutenção fica a cargo dos moradores.

O Distrito de Santo Antônio de Lisboa teria atualmente um total de 41 condomínios fechados, segundo dados fornecidos pela Secretária Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP). Porém, na saída de campo/pesquisa feita na área de estudo, levantou-se a existência de 50, isto é, seis unidades a mais do que o número oficialmente registrado.¹⁰⁶ Dentre esses, dois pontos na Barras do Sambaqui (classificados pela SUSP como condomínios de Sambaqui) não constavam da lista do órgão responsável, o que indica que estão em processo de aprovação do projeto ou são clandestinos. Os outros quatro se localizavam em Santo Antônio de Lisboa.

O mercado imobiliário, no final dos anos 90, detectou uma demanda para outra natureza de empreendimento de luxo. A opção pelos condomínios horizontais fechados tornou-se um

¹⁰⁶ Esses seis condomínios encontrados a mais no levantamento feito para esta dissertação podem ser explicados por dois fatores: ou bem o projeto, já encaminhado, estaria à espera de aprovação, ou bem se trataria de empreendimento clandestino.

eficiente modelo de sucesso imobiliário. Eles ocuparam, principalmente, os espaços desocupados entre o núcleo consolidado, os fundos de vale e a mais pobre e distante periferia (CAMPOS, 2007, p.83).

O mapa (Anexo), dos condomínios fechados do Distrito de Santo Antônio de Lisboa deve ser analisado com cautela. Uma das observações a serem feitas diz respeito às delimitações entre uma localidade e outra do Distrito, pois, como Cacupé apresenta uma região com condomínios que “atendem em geral, populações da classe B¹⁰⁷ [...] (e) uma classe social mais elevada (Classe A)” (KÖRBES, 2008, p.92), o valor da terra é bem mais elevado do que o que vigora nas demais localidades do Distrito. Por esse motivo, há empreendimentos imobiliários que consideram condomínios em Santo Antônio como sendo em Cacupé. Exemplos disso são, no mapa, os pontos P28, P27, P26, P52, localizados no Caminho dos Açores, pertencente a Santo Antônio, o que foi comprovado em campo, pois a SUSP registrou 27 condomínios em Cacupé, enquanto que *in locu* contabilizaram-se 23, ou seja, quatro pontos a mais do que os identificados pelo órgão responsável.

Em rosa, no mapa (Anexo I), apresentam-se os pontos representando os condomínios em Santo Antônio, sendo que a região que mais concentrou esse tipo de empreendimento na localidade está representada pelos pontos P10, P11, P14, P15, P16. Essa região é conhecida pelos moradores como Barreira (ficando do lado direito, no sentido sul-norte da SC-401, nas proximidades do trevo de acesso ao Distrito).

Outra observação a ser feita ainda sobre os mapas dos condomínios refere-se ao fato de a SUSP classificar tanto os empreendimentos de Sambaqui quanto os da Barra do Sambaqui como pertencentes à mesma localidade. Dos pontos em verde, há dois que não aparecem na lista do órgão responsável pela legalização. São eles o P1 e o P2. Outro detalhe referente aos pontos representados em verde relaciona-se a P4, que deveria ser considerado um loteamento, mas é

¹⁰⁷ “Segundo estudo divulgado em agosto de 2008 pela Fundação Getúlio Vargas- FGV, a classe média atualmente corresponde a mais da metade da população brasileira [...] A chamada elite (classe A e B) tem renda superior a R\$ 4.591” (KÖRBES, 2008, p.92).

registrado como um condomínio. De fato, em todos os dados disponibilizados pela SUSP, esses empreendimentos são classificados como condomínios.

Cacupé destaca-se das demais localidades por apresentar uma das áreas mais valorizadas da Ilha de Santa Catarina, tendo inclusive condomínios inteligentes e um Loft de alto padrão. No estudo de Körbes (2008, p. 92) sobre a região, ela registra o “caso dos condomínios St. Barth, Floripa, Loft, Cacupé e Riviera [...] que trazem um novo conceito de morar no que há de mais moderno em termos de tecnologia. Entre as inovações, estão guaritas blindadas, controle de residência a distância por meio de computadores de bolso, fechadura com registro digital”.

Em entrevista concedida pela moradora Maria Almeida Cordeiro¹⁰⁸, ela relata que, nos anos 1980, devido ao nosso quadro econômico, durante o governo do Sarney na presidência, a poupança brasileira gerava um lucro superior a qualquer outro tipo de investimento. Ainda, segundo ela, é justamente nesse momento que muitas das famílias que tinham terras em Cacupé as vendem e colocam todo o dinheiro arrecadado na poupança; outros, que não tinham emprego, passam a viver apenas desse juro.

No governo de Fernando Collor de Mello, a elaboração do Plano Brasil Novo determinou a retenção compulsória da poupança por 18 meses, o que acarretou o empobrecimento de muitos brasileiros, principalmente os que passaram a viver da especulação monetária. Muitos dos moradores que saíram de Cacupé não conseguiram retornar, pois o valor da terra aumentou significativamente, em decorrência de especulação imobiliária.

Na década de 1960, sendo alvo de políticas de incentivo e estímulo, apenas os funcionários públicos tinham condições de adquirir um imóvel de alto padrão. Atualmente, contudo, dificilmente poderão adquirir um terreno nos condomínios de Cacupé, cujos valores são discutidos na casa dos milhões e não mais dos milhares, o que agora atrai empresários e estrangeiros para o local.

Dentre os proprietários dos condomínios, há empresas investidoras, além dos “próprios moradores e herdeiros das terras”. Mas o que chama a atenção é que até mesmo a igreja tem investimento nesse setor em Cacupé. É o caso do condomínio Madre Bertha, cujo proprietário, segundo dados fornecidos pela SUSP, é a Sociedade da Divina Providência.

¹⁰⁸ Entrevista feita em setembro de 2010.

Na opinião de alguns moradores da localidade de Cacupé, esse tipo de investimento no local seria benéfico. O Sr. Irineu Cordeiro, por exemplo, considera que:

Os condomínios foram uma coisa muito importante pra Cacupé, [...] foi muito bom esse movimento fechado porque os terrenos eram grandes, e eles faziam loteamento e sempre tinha sobra de terreno, e daquela sobra de terreno que ficava em lugar alto [...] começavam a vender o terreno picado por 2mil cruzeiros, 3 mil cruzeiros [...] e aí começou a vir essa gente de fora, esse pessoal que formavam favela [...] e com esse sistema de condomínio tem a entrada, tem o problema da faixa de área preservação, e dali pra frente ninguém constrói mais.¹⁰⁹

O reflexo desse crescimento de condomínios fechados na localidade de Cacupé foi a valorização fundiária da terra na região, que começou nos anos 1980, intensificando-se a partir da década de 1990. Atualmente, aos poucos, esse tipo de empreendimento está se expandindo para o Caminho dos Açores, em Santo Antônio de Lisboa, como também para outras partes do distrito.

3.2- Políticas de Planejamento

É ainda durante o período colonial que se promulga a primeira norma referente à questão urbanística. Isso ocorre em 1747, por meio de uma provisão régia, durante o reinado de D.João V. “A partir de 1849, as primeiras Posturas Municipais tentaram reorganizar os padrões urbanos e arquitetônicos, que em geral haviam sido regulados pela Provisão Régia do século XVIII [...] A partir de então, dimensões, números de aberturas, altura das fronteiras e o seu alinhamento tornaram-se exigências legais, garantindo à vila desterrense a aparência do ‘protótipo português’.” (VEIGA *apud* SOUZA, 1993, P.139).

Dentre os planos elaborados pelo Governo Brasileiro, tem-se a primeira experiência de planejamento no Brasil, em 1942: o Plano

¹⁰⁹ Entrevista realizada em 09 de maio de 2010.

Quinquenal de Obras e Reaparelhamento da Defesa Nacional, cuja proposição se deu na esteira das políticas da década de 1930. Esse plano foi lançado em decorrência da aliança econômica entre Getúlio Vargas e o governo americano. Seu principal objetivo era “a criação de indústrias, execução de obras públicas e aparelhamento da defesa nacional” (OLIVEIRA, 2009, p.28).

A segunda intervenção planejadora por parte do governo brasileiro – e o “primeiro ensaio de planejamento econômico no Brasil”¹¹⁰ – ocorre através do Plano SALTE (no Governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1947), que privilegiava as áreas da saúde, alimentação, transporte e energia. “O plano foi levado à votação no congresso, sendo aprovado em 1950 e oficialmente abandonado em 1951, por problemas de obtenção de financiamento para a sua execução” (OLIVEIRA, 2009, p.28). O plano posterior da

Comissão Mista Brasil - Estados Unidos teve suas negociações iniciadas em 1950, sendo assinada em 1951 durante o governo de Getúlio Vargas [...] (os) investimentos em defesa, educação, saúde, agricultura e planejamento econômico. O principal resultado da comissão foi a criação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) em 1952, órgão responsável pela captação de recursos externos para execução de planos privados e públicos em setores básicos da economia (OLIVEIRA, 2009, p.28).

O resultado desse planejamento econômico nacional incentivou o estado catarinense na “primeira tentativa de formalizar o planejamento intitulado Plano de Obras e Equipamentos”- POE (1954) [...] porém só transformado em lei em 1955 e implantado em 1956” (LIMA, 2007, p.226). Um dos resultados desse plano é a aprovação do primeiro Plano Diretor de Florianópolis.

A elaboração do primeiro Plano Diretor de Florianópolis data de 1952. O documento, aprovado três anos depois (Lei nº 79/51), propunha “um adensamento da área urbana em torno de um eixo (artéria principal que dará fluxo de desenvolvimento da cidade) chamado avenida tronco” (RIZZO, 1993, p.30), onde pretendia-se construir um

¹¹⁰ Informação retirada do site:

http://www.abrasil.gov.br/publicações/download/dês_plan_gov/evolucao_1.pdf.

moderno porto em Florianópolis. Esse plano veio a reboque da política desenvolvimentista característica dos anos 1950 e visava apenas a parte central da Ilha. O crescimento pretendido da cidade era no sentido centro-continente (adensamento das áreas centrais), o que relegava a segundo plano o restante dos distritos espalhados pela Ilha.

O notável aumento da população de Florianópolis, no período 1950-1960 processou-se, principalmente dentro do perímetro da Capital [...] a capital começou a ser adotada de edifícios de oito andares e mais [...] este desenvolvimento da indústria de construção atraiu numerosos moradores da zona rural, aumentando os bairros da população de baixa renda (PELUSO JR, 1991, p. 319).

Tais políticas de planejamento, desde os anos 1930, influenciaram diretamente as freguesias existentes em Florianópolis, tendo em vista que a atividade agrícola entrara em declínio, principalmente depois de 1950. Na década seguinte, muitos em busca de emprego, emigram para lugares como o Rio Grande e Santos. Alguns, percebendo o crescimento urbano (que privilegiava o adensamento das áreas centrais) e a instalação de serviços públicos, migraram rumo ao centro da cidade, em busca de uma vida melhor. Fausto Agenor de Andrade, morador da região, assim caracteriza esse êxodo rural que ocorria no Distrito de Santo Antônio: “uns correndo para cidades, e uns para os morros. Todo mundo queria o morro naquela época. Isso foi na década de 60”¹¹¹.

Esse crescimento populacional de Florianópolis nos anos 1950 e 1960 decorreu de uma política nacional que estimulava “os governos de Santa Catarina (a começarem) a produzir seus planos [...] O Plano de Metas do governo catarinense acabou [...] constituindo-se num importante momento de transformação na infra-estrutura do Estado” (BRANCHER, 1999, p.58).

¹¹¹ Entrevista feita em 25 de agosto de 2009.

O Plano de Metas de JK¹¹² teve como objetivo a produção de bens duráveis e de produção, o que, além de estimular a modernização da indústria, permitia uma modernização também na questão de infraestrutura “nos grandes serviços de utilidade públicas – eletricidade, transportes ferroviários e marítimos, armazenagem, etc.” (RANGEL, 1980, p.105). Tudo isso, é bom lembrar, contava com o financiamento da máquina Estatal do Governo. Esses investimentos significavam que “[...] a instituição estatal, do ponto de vista qualitativo, modifica sua função, ao assimilar esses serviços de utilidade pública, oferecendo toda a infra-estrutura necessária ao setor desenvolvimento de outros setores” (SILVA, 1992, p. 136).

Ao oferecer infraestrutura, o governo criava ao mesmo tempo condições para que outros setores, como a iniciativa privada, sobretudo a burguesia industrial, pudesse se desenvolver, tendo em vista que o principal objetivo do Plano de Metas de JK era a “substituição de importações de bens de capital e a implantação de indústria dinâmica” (SANTA CATARINA, 1980, p.123). O desenvolvimento econômico nessas áreas deficitárias de recursos, “inseridas na formação social brasileira”, permitia ao governo mediar as conexões entre os diversos territórios da sociedade, em consonância com os interesses dominantes, “ao oferecer a infraestrutura básica, inclusive financiamento à absorção dos recursos tecnológicos em fase de sucateamento” (SILVA, 1992, p. 136).

Para Santa Catarina, o Plano de Metas de JK tem seu reflexo com a implantação do “[...] Plano de Metas do Governo (PLAMEG), no quinquênio compreendido entre 1961 a 1965” (SCHMITZ, 1985, p. 19) O documento é implementado durante o Governo Celso Ramos, através da Lei 2.772, de 21 de Julho de 1961. “O PLAMEG destinava-se à execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos e ao desenvolvimento social e econômico do Estado” (SCHMITZ, 1985, p. 20).

112 O Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956) é considerado um divisor de águas referente ao nível nacional de planejamento brasileiro. O plano tinha como alvo cinco setores: alimentação, educação, energia, indústria de base e transporte. Podemos considerar que a grande mudança se deu no setor industrial, que, antes, com a iniciativa da política de 1930, devido ao processo de “substituição de importação”, estimulava a indústria de bens de consumo não duráveis e bens de capital complementar – chamadas por Rangel (2005) de Departamento II (um exemplo: indústrias têxteis). A partir do plano de metas, a ênfase passou a recair sobre a indústria de bens de capital e bens de consumo durável – na terminologia de Rangel (2005), Departamento I (m exemplo: indústrias voltadas a autopeças, como a Tupy, em Santa Catarina).

Assim, o PLAMEG¹¹³ trouxe como resultado de sua aplicação a criação de um Banco Estatal (BESC), um fundo de investimento (FUNDEC), uma universidade (UDESC) e uma concessionária de energia (CELESC)¹¹⁴. Gerou, além disso, investimentos em outros setores, como o educacional

Em 1965, implanta-se o II Plano de Metas, que deu suporte à administração seguinte. A esse plano se seguiu o Projeto Catarinense de Desenvolvimento, do governo Colombo Machado Salles, em 1970, cujo objetivo principal era elevar o produto interno bruto da economia catarinense. A meta foi alcançada, pois em muitas vezes o crescimento local superou o crescimento brasileiro. “No final da década, Santa Catarina era, em termos absolutos, o sétimo Produto Interno Bruto Brasileiro, tendo construído em sua formação 20% do setor primário (Agropecuário), 35% do setor secundário (Indústria), seguindo pelo serviço terciário (Serviços), responsável pela maior parcela: 45%” (LIMA, 2007, p.141).

Com todos esses planos econômicos das décadas de 1950/1960, e tendo a Ilha uma grande representatividade no setor de serviços, começa em 1967 a elaboração do segundo Plano Diretor de Florianópolis. Esse plano difere do anterior: a proposta, agora, como requisito imposto pelo governo militar, baseia-se em um projeto de Planejamento Integrado. Nos termos fixados pelo documento, a Ilha desempenha a função polarizadora, ao mesmo tempo que lhe cabe integrar todo o Estado. O Plano elaborado pelo Escritório Catarinense de Planejamento Integrado (ESPLAN), cujo aporte financeiro advinha do Serfhou, enfatizava a questão do “processo de conurbação e geração de regiões metropolitanas” (RIZZO, 1993, p.53) de forma regional.

Se Florianópolis e os municípios vizinhos não tinham conquistado a condição de Região Metropolitana, o processo de urbanização em

¹¹³ “O Plano de Metas do Governo- PLAMEG objetivava disciplinar os investimentos públicos, no sentido de realizarem efeitos multiplicadores sobre a economia em geral, o Banco de Desenvolvimento do Estado- BDE foi criado como veículo de créditos das atividades produtivas [...] que possibilitou a realização da programação de investimentos traçado pelo Plano Quinquenal, instrumentado pela Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961(SCHMITZ, 1985, p.97).

¹¹⁴ Cabe ressaltar que só em 1960 é que a energia elétrica chega ao Norte da Ilha, como no Distrito de Santo Antônio de Lisboa, uma das conseqüências das políticas públicas do Estado catarinense.

curso na época, mostrando os primeiros traços de conurbação entre Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça [...], sobretudo, o objetivo escrito no Projeto Catarinense de Desenvolvimento de 1971, impunham a necessidade de se conquistar tal condição junto ao governo federal, que tinha a prerrogativa de criá-la [...] o resultado a que se chegou foi o Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis (PDAMF) (RIZZO, 1993, p.64).

A intenção desse plano era tornar a Ilha um grande centro urbano, o que não se verificou plenamente conseguido chegar a ser uma “grande metrópole” como as demais existentes no Brasil “o Legislativo aprovou em **1976**, o **Plano Diretor de Florianópolis**, através da Lei 1.440/76, porém sem desconsiderar o crescente processo de Conurbação já existente” (CAMPOS, 2004, p.178). Ou seja, o Plano Diretor de Florianópolis elaborado pelo ESPLAN (1970) tinha como prioridade dar à capital catarinense um caráter metropolitano.¹¹⁵ “Subjacente a esta intenção, jaz o modelo urbano industrial vigente no período do ‘milagre’: rede urbana polarizada por um grande centro regional que superpõe funções administrativas estatais e paraestatais com produção industrial e terciário superior” (VAZ, 1991, p.49).

A localização do campus da UFSC na Trindade, a leste do centro urbano na década de 60, e, ainda, a execução e pavimentação da SC-401 e SC-404, na década de 70, representaram os marcos iniciais desta intenção. A Via de Contorno Norte-Ilha, no final dos anos 70, viabilizou este propósito, gerando acessibilidade e constituindo-se no eixo estruturador e de interligação dos principais bairros onde as elites localizaram e pretenderam expandir suas áreas residenciais e de veraneio” (SUGAI, 1994, p.217).

¹¹⁵ A idéia de concentrar toda a parte administrativa do estado na Ilha como também algumas estatais, na década de 1970, mudam drasticamente no século XXI, tendo no governo de Luis Henrique da Silveira (2003 a 2010) a prioridade de “Descentralização e desenvolvimento regional sustentável” através do “Plano Catarinense de Desenvolvimento: Projeto Meu Lugar”. Uma das conseqüências dessa política de descentralização foi à instalação de alguns cursos, espalhados pelo estado, oferecido tanto pela Universidade Federal como a Estadual de Santa Catarina, além de alguns centros administrativos terem saído do centro de Florianópolis.

O pólo de atração da Ilha, onde se concentrava o setor terciário da economia (áreas industriais em outras regiões polarizadas do Estado), exerceu uma atração demográfica para esses centros, pois as políticas implantadas após o período desenvolvimentista priorizavam o desenvolvimento econômico nacional e estadual, o que acarretou a melhoria da infraestrutura. Obras como a construção da BR-101 “exerce[ram] grande influência no plano urbano de Florianópolis. Os seus acessos constituíram artérias“ (PELUSO JR, 1991, p. 321), facilitando o trânsito para o litoral.

O litoral, com a valorização do “banho de mar”, a partir da década de 1930, vê crescer a sua potencialidade turística. Em resposta ao crescimento demográfico iniciado nos anos 1960, surge a “Lei Nº 4.240 de 30 de novembro de 1998, p.109), que criou e definiu o Conselho Estadual do Turismo, tornando depois dos anos 1970 a atividade turística como um empreendimento.

O crescimento de alguns pólos industriais no interior do Estado começou a definir, após os anos oitenta, a classe média consumidora, contribuindo para a redefinição funcional da rede urbana do Estado, o crescimento do terciário e do turismo a partir de então (VAZ, 1991, p.49).

Com o intenso processo de ocupação e desenvolvimento dos balneários, cria-se o Plano Diretor dos Balneários, aprovado pela Lei 2.193/85, de 1985. O documento, elaborado pelo IPUF, continua em vigor.

Esse plano teve como objetivos preservar a paisagem e o ambiente natural da Ilha, controlar o crescimento urbano, evitar a urbanização dos grandes vazios rurais, definir as áreas urbanas requeridas pelo desenvolvimento turístico, dotando-as de zoneamento e sistema viários adequados, e preservar as zonas históricas e a cultura tradicional (CAMPOS, 2004, p.182).

O plano foi aplicado aos territórios classificados como Áreas Especiais de Interesse Turístico.¹¹⁶ São eles: Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses do Rio Vermelho, Santo Antônio de Lisboa, Rationes, Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha e Pântano do Sul (LIMA, 2007). Tratava-se de regulamentar o uso do solo nos balneários e das áreas urbanas onde o governo aplicou iniciativas de melhoramento, e a principal foi a construção da “via de contorno Norte-Ilha.

Com os investimentos estatais e a viabilidade da via de contorno Norte-Ilha, a expansão do Norte da Ilha foi facilitada, merecendo destaque a já mencionada construção da SC-401, na década de 1970.

Na **Ilustração 34**, verifica-se que na década de 1950 (sob a chancela do primeiro Plano Diretor de Florianópolis, de 1952) visava-se o crescimento de leste para oeste (Ilha - Continente). Já nos anos 1970 (em que vigora o Plano Diretor em 1976), o crescimento organizado em torno da “via de contorno Norte-Ilha” acelerou o desenvolvimento das regiões da Trindade e Agronômica, principalmente depois da instalação da UFSC (anos 1960). Por outro lado, a construção da SC-401 aumentou ainda mais o fluxo de pessoas que se estabeleciam nos balneários ao norte (Canasvieiras e Ingleses) e a leste (Lagoa da Conceição). Como bem observa Lima (207, p. 148), “os bairros situados a nordeste-leste da área urbana central, em especial a Agronômica e a Trindade, constituíam-se, portanto, na ‘passagem’ para aqueles balneários e no eixo ‘natural’ de expansão urbana”.

¹¹⁶ Na década de 80 é formulada a Política Nacional de Turismo em sintonia com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND).

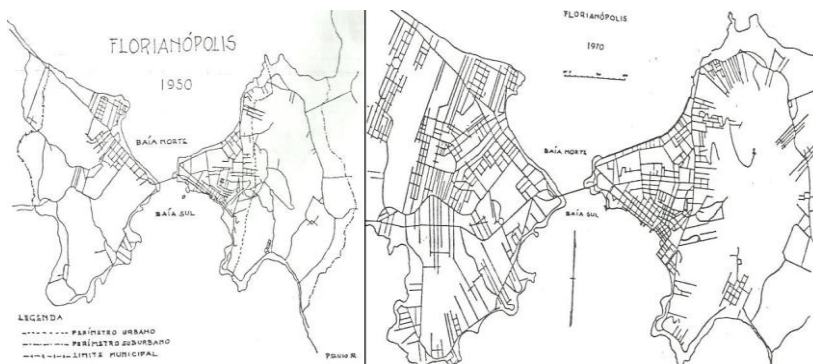


Ilustração 34: Crescimento do perímetro urbano de Florianópolis

FONTE: Peluso Jr, 1991, p.352 e 353. Mosaico feito por Giselli Ventura de Jesus.

Na década de 1990¹¹⁷, assiste-se à implantação de outro Plano Diretor, aprovado em 29 de setembro de 1997, com o nome de Plano Diretor do Distrito Sede do Município de Florianópolis.

Tendo em vista a expansão imobiliária associada ao crescimento populacional da Ilha e impactos ambientais gerados, a Comissão de Organização do Fórum da Agenda 21 local (2000) elaborou uma pesquisa dividindo o município de Florianópolis em 10 regiões. A área de estudo do presente trabalho, no caso, foi incluída na Região III, que tem como comunidades integrantes Santo Antônio de Lisboa, Cacupé, Sambaqui, João Paulo, Saco Grande II e Monte Verde. Dentre os problemas apontados, destacam-se:

Muitas ruas da região não possuem calçadas, porque os muros estão construídos junto ao meio fio, obrigando os pedestres a caminharem dentro das ruas; muitas construções ocupam quase a totalidade do terreno, não deixando espaço para áreas verdes e para o tratamento de esgoto doméstico, em alguns casos chega-se a aterrar a praia para ocupá-la (Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis, 2000, p.53).

¹¹⁷ A desfaçatez neoliberal do governo FHC, além de estruturar uma espécie de estabilidade monetária antinacional, desorganizou a máquina pública com o Plano PluriAnual, tendo como uma das medidas centrais a privatizações de setores estratégicos da infra-estrutura brasileira, como o energético, no caso de Florianópolis a ELETROSUL, e de telefonia, atingindo a CELESC.

Além do Plano Diretor dos Balneários, de 1985, que manifestava preocupação com o crescimento das áreas litorâneas e sua preservação, foi proposto o Projeto Orla, elaborado em 2000, para resguardar a orla marítima, isto é, a “faixa incluída no espaço que constitui a zona costeira e aquela de contato do território emerso com o mar” (Projeto Orla, setembro de 2000). Esse projeto, de iniciativa do Governo Federal, proposto pelo Grupo do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), teria como instância gestora a Prefeitura de Florianópolis. O documento, porém, não foi aprovado. Ressalte-se que uma das áreas em que se elaborou o estudo para a possível aplicação do Projeto Orla foi precisamente o Distrito de Santo Antônio de Lisboa. Sua implantação teria sido importante, pois beneficiaria os maricultores, pequenos pescadores artesanais, assim como a própria sociedade em geral.

Em 2001, com a criação do Estatuto das Cidades, através da Lei 10.257/01 que visa o desenvolvimento urbano, delegou-se “para cada um dos municípios, a partir de um processo público e democrático, a explicitação clara das finalidades. Nesse sentido, o Estatuto funciona como uma espécie de ‘caixa de ferramenta’ para uma política urbana local” (CAMPOS *apud* Câmara dos Deputados, 2001, p.21). Com base no Estatuto da Cidade, formulou-se no Distrito de Santo Antônio de Lisboa um projeto de Lei Complementar (nº 566/2004), que atualiza o de 1985.

Em 2010¹¹⁸, em Florianópolis, a Fundação Cepa (Argentina), contratada para elaborar o Plano Diretor Participativo de Florianópolis, recebeu várias críticas. Os movimentos populares envolvidos no processo censuram-lhe por não respeitar a Lei Federal 10.257/01, sobretudo o seu art.2º, “Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (Estatuto das Cidades).

Reclamava-se da falta de diálogo entre técnicos e os órgãos representantes da comunidade. Um exemplo, citado no primeiro

¹¹⁸ Lembrando que durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva a implantação do Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC) tem como objetivo investir em Infraestrutura para o desenvolvimento Econômico e Social. Em Florianópolis a aplicação desse projeto teve como investimento a Revitalização do Maciço do Morro da Cruz, obras esta iniciada em março de 2008.

capítulo, diz respeito à parte sul de Cacupé, que, na proposta do novo plano, continua pertencendo ao bairro do Saco Grande: movimentos sociais denunciam o fato de que questões de identidade local não foram consideradas. A concepção geral do plano – elaborado de forma setorizada, e não integrada – é outro problema frequentemente apontado na proposta desse novo Plano Diretor de Florianópolis.

O Distrito de Santo Antônio de Lisboa configura-se como uma das poucas localidades em que houve preocupação com a expansão urbana, pois seu plano diretor, definido em conjunto com a comunidade, revela preocupações referentes ao mercado imobiliário crescente. As críticas levantadas sobre as discussões feitas por esse plano diretor participativo seriam a ideia distorcida que os técnicos estão elaborando em gabinete, considerando-se que a construção de prédios de até 8 andares provocaria um adensamento populacional que a infraestrutura viária não suportaria. O próprio relevo do bairro – bem acidentando, com a presença de morros, que começaram a ser fortemente ocupados no final do século XX – interfere nessa expansão.

As **Ilustrações 35 e 36** mostram, por meio de fotografias aéreas, o processo de evolução urbana de Santo Antônio de Lisboa desde a década de 1930 até 2004. Ao serem observadas, as fotografias de 1938 e 1957 mostram a presença de algumas roças, indicativas do papel da pequena produção. Nota-se, contudo, que, nos registros de 1978 em diante, a vegetação vai tomando conta desses espaços: é o fim da atividade na região, em decorrência das políticas públicas implementadas a partir de 1930, que resultam na expropriação do açoriano do campo e na introdução do modo de produção capitalista.

Todo esse crescimento por que passou a região do Distrito nos últimos anos é referendado pela **Tabela 17**, encontrando-se o número de instalações elétricas residenciais e comerciais. Constatase que, nas primeiras, há crescimento constante, se bem que nas casas de veraneio registre-se decréscimo. Já nos estabelecimentos comerciais, verifica-se crescimento contínuo no referido período, à exceção de Cacupé. Em Santo Antônio de Lisboa, o que mais se destaca é o crescimento das instalações comerciais, cuja quantidade, entre os anos de 2000 e 2008, mais do que duplicou. Ressalte-se, nesse sentido, o importante papel desempenhado por estabelecimentos como a Faculdade CESUSC, o Centro Empresarial Corporate Park, entre outros. Em Sambaqui, o número de instalações residenciais também cresceu. Na Ilustração 36, os anos de 1994 e 1998 registram o adensamento das instalações residências comerciais e residenciais do distrito.

TABELA 17: Quantidade de Residências e de Comércio

Localidade	Ano	Residencial 1	Veranistas 2	Total 1 e 2	Comercial	Total
Santo Antônio	1991	233	34	765	–	765
Sambaqui		245	50		–	
Cacupé		166	37		–	
Santo Antônio	2000	415	12	1.885	66	2.099
Sambaqui		830	88		36	
Cacupé		514	26		23	
Santo Antônio	2008	773	10	2.288	136	2.562
Sambaqui		1.038	67		46	
Cacupé		391	9		20	

FONTE: Dados fornecidos pelo Setor de Faturamento da CELESC-
Agência de Florianópolis.

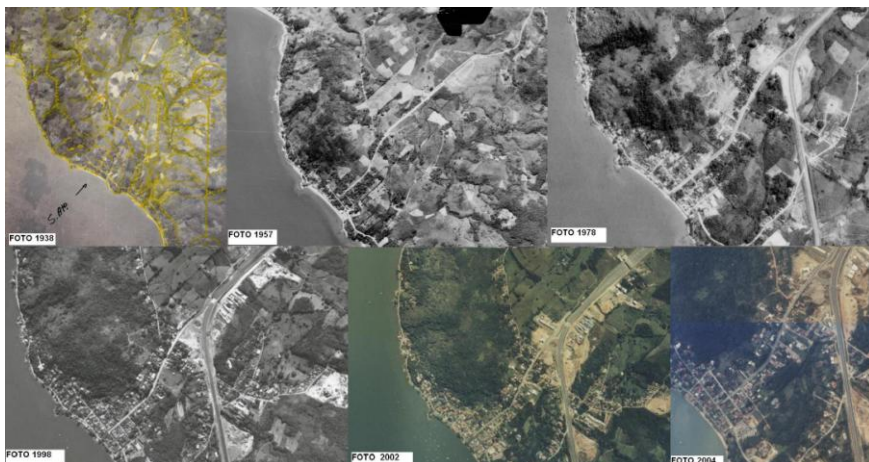


Ilustração 35: Evolução de Santo Antônio de Lisboa (século XX)

FONTE: 1938,1957 e 1979 - Fotografias concedidas pela Secretaria de Desenvolvimento de Estado de Santa Catarina 1998, 2002, 2004 - Fotografias concedidas pelo IPUF

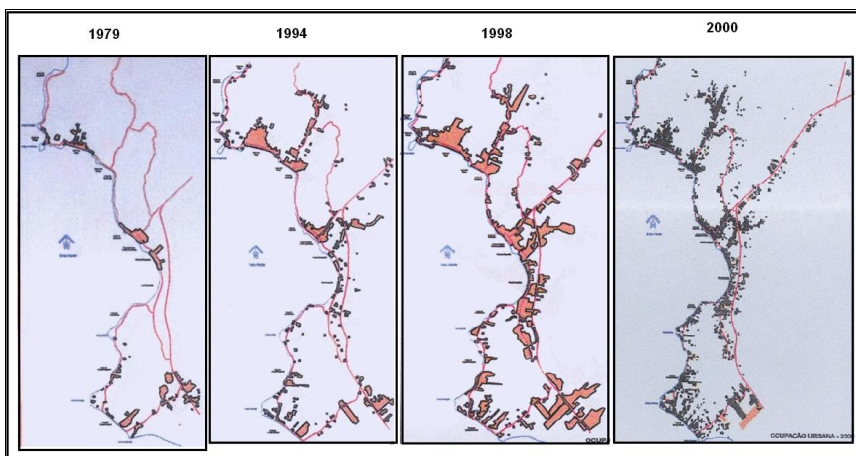


Ilustração 36: Processo de ocupação do Distrito de Santo Antônio de Lisboa

FONTE: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF).

Uma imagem mais detalhada, fornecida pelo Google Earth 3D (Ilustração 37), demonstra a importância do relevo da região no processo de urbanização do local. Ao fundo, vê-se a SC-401, que facilitou o estabelecimento de casas de moradia e condomínios fechados.

A baía, na mesma Ilustração 37, apresenta um aspecto físico que favorece atividades como a maricultura, e, por ter uma região bem protegida do vento sul, oferece condições adequadas para o estabelecimento “marinas”¹¹⁹ (uma delas encontra-se na região próxima aos pontos brancos no mar, que identificam os barcos, em frente à parte central da localidade).

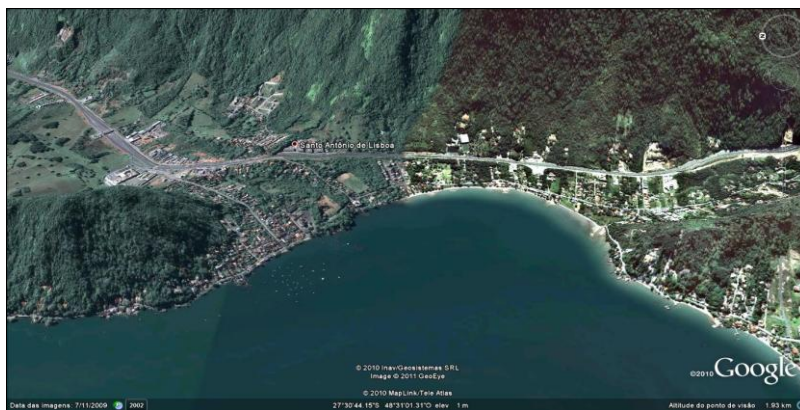


Ilustração 37: Imagem do relevo de Santo Antônio de Lisboa

FONTE: Imagem Google Earth, com exagero vertical XXX, 2011.

Uma das mudanças no plano político e econômico foi o investimento em infraestrutura, retratado na fotografia de 1978, em que está registrada a construção da SC-401. A fotografia de 2004 fica mais perto da atual configuração ocupacional, em que as construções começam a subir os morros. Nas Ilustrações 36 e 38, percebe-se o processo de ocupação de Santo Antônio de Lisboa, mas principalmente de Cacupé, onde atualmente se encontram os condomínios fechados de alto padrão, confirmando a expansão que esse tipo de empreendimento teve na região.

¹¹⁹ As outras duas “marinas” existentes no distrito estão localizadas em Sambaqui (“Marina Guará” e “Marina Marina”). Esse tipo de atividade que se intensificou ainda mais com o aumento dos condomínios de alto padrão.



Ilustração 38: Imagem do relevo de Cacupé

FONTE: Imagem Google Earth, com exagero vertical XXX, 2011.



Ilustração 39: Imagem do relevo de Sambaqui

FONTE: Imagem Google Earth, com exagero vertical XXX, 2011.

A **Ilustração 39** retrata a Ponta do Sambaqui, o Sambaqui e a Barra do Sambaqui. Vê-se novamente a presença dos morros na região, um dos fatores físicos decisivos no processo urbano local. Os morros, a partir do final do século XX e início do XXI, começam a ser ocupados, já que na planície não há mais espaço para a expansão urbana. Um crescimento demográfico sem a ocupação dos morros estaria no processo de verticalização em algumas áreas. Isso não seria possível na atual configuração de ruas apresentada pelo Distrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo de produção no litoral catarinense como também da própria área de estudo teve sua base na pequena produção mercantil açoriana. A instalação desses imigrantes caracteriza significativo planejamento estatal português no sul do Brasil (SILVA, 1992), cujo objetivo era não só a ocupação, mas também a instalação de manufaturas que gerassem renda para o capital comercial português. A freguesia de Santo Antônio de Lisboa – cuja população, no século XVIII, era composta por 74,35% de indivíduos de origem açoriana, a maioria procedente da Ilha Terceira – vai caracterizar o seu modo de produção condizente com as demais regiões do litoral catarinense.

No ano de 1797, em um relatório do governador da capitania de Santa Catarina, Miranda Ribeiro, referente à freguesia de Nossa Senhora das Necessidades (Santo Antônio), registra a produção agrícola nesse período tendo a farinha de mandioca a sua maior produção, que nessa mesma data produziu 20.000 alqueires (a Ilha de Santa Catarina exportava em 1796 o equivalente a 26.333 alqueires de farinha, ou seja, só a freguesia produzia quase o suficiente para a exportação). Além disso, no ano de 1872 havia 786 lavradores na freguesia, confirmando através do navegador Lesson (HARO, 1996) que a população do Distrito era em grande parte composta por agricultores. Somando número de agricultores da freguesia de Canasvieiras, que na época pertencia à freguesia de Santo Antônio, contam-se 1.605 pequenos agricultores, e, mesmo com o desmembramento, muitos produtores iam à freguesia vender os seus produtos em decorrência do Porto e de comerciantes na região.

Além disso, a questão geográfica da região favorecia a polarização ao norte da Ilha, pois apresentava um litoral bem recortado com baías, rios, e um relevo acentuando com nascentes de rios, que faziam da freguesia um ponto estratégico no Norte da Ilha, com um sistema considerado o mais moderno na época, que levava a água até a praia para os navios no posto da Alfândega, além de a freguesia ter uma forte influência comercial e política na época.

Devido a esses fatores comprovou-se a importância da região no processo de produção agrícola em Desterro. Por outro lado, esses açorianos vão apresentar um quadro de pobreza não condizente com a sua produção, justificada por suas obrigações com a coroa portuguesa. É com a **primeira Dualidade Brasileira** (Rangel) que o pacto de poder em Santa Catarina vai se configurar de forma diferenciada, por apresentar uma pequena produção mercantil, mas como no restante do

Brasil, o comércio dos produtos estava nas mãos do capital comercial português. Na Ilha, esse monopólio português do comércio era encaminhado ao poder administrativo e centralizado no Rio de Janeiro, motivo esse que dá continuidade ao quadro de pobreza do pequeno produtor açoriano.

Esse quadro se modifica com as duas crises econômicas nos “centros dinâmicos” no século XIX, e a economia interna brasileira é favorecida pela “**substituição de importações**”. A primeira fase vai de 1815-1847, fase “b” do primeiro Kondratief, tendo como reflexo na Ilha a comercialização dos produtos do pequeno produtor açoriano no abastecimento local, como também no centro de Desterro. No segundo momento (período de 1873-1896), a fase “b” do segundo Kondratief (Rangel), a pequena produção mercantil açoriana passa a fornecer produtos não apenas a Florianópolis, mas também aos novos imigrantes do Vales Atlânticos catarinense. Nesse final do século XIX, ocorre o **segundo processo de urbanização** ligado à ascensão da pequena produção mercantil açoriana, denominado por Rangel de **Segunda Dualidade Brasileira** ao se romper o monopólio comercial com Portugal. No caso catarinense, surge uma nova classe ligada ao capital comercial, como Hoepcke que investe na estrutura portuária e no setor industrial.

Os reflexos desse processo de “substituição de importações” para o Distrito de Santo Antônio de Lisboa foi a ascensão de algumas classes, como a “classe senhorial” (famílias Cunha e Pires), que detinha uma grande quantidade de terras. Outra classe foi a “burguesia mercantil local”, que comprava os produtos do pequeno produtor e revendia no centro de Desterro abastecendo os seus armazéns, como João Pinto da Luz, que se tornou um dos grandes comerciantes de Desterro. Outra classe existente na freguesia era a “burguesia político-militar”, estabelecida principalmente na Ponta do Sambaqui, onde se encontrava o posto da Alfândega. Essas três classes se destacavam por terem conseguido acumular mais que a maioria, devido à grande quantidade de terras, engenhos, escravos.

Exemplo de influência e religiosa foi o Padre Lourenço Rodrigues de Andrade, no século XIX, ao ser nomeado representante do Estado de Santa Catarina na Corte de Lisboa. Como político, tinha-se o próprio João Pinto da Luz, um dos representantes do Partido Conservador e homenageado pelo próprio D. Pedro II em 1845. A vinda do imperador na freguesia de Santo Antônio não foi por acaso, já que na região a vida política exercia influência também em Desterro como a própria economia local baseada na pequena produção mercantil. A vida

política na freguesia continua ainda no século XX, tendo como um dos representantes da UDN Rafael da Rocha Pires, um integrante de família tradicional detentora de terras.

No século XX, principalmente após a década de 1930, surge novamente uma crise dos “centros dinâmicos” em decorrência da Segunda Guerra Mundial, provocando uma nova “substituição de importações”. Dessa vez, porém, as políticas de planejamento econômico investiam em infraestrutura, e, sobretudo, incentivando o processo de industrialização. Tais políticas, iniciadas no primeiro governo de Getúlio Vargas, se intensificam a partir da década de 1950, acarretando um processo de decadência da pequena produção mercantil açoriana, caracterizada por Bastos (2000) como o **terceiro processo de urbanização**.

Após a década de 1950, período chamado *desenvolvimentista* e também definido por Rangel como a **Terceira Dualidade brasileira**, surgem várias indústrias estatais na Ilha, além da parte administrativa e a melhoria da infraestrutura de todo o Estado. O empobrecimento dos pequenos produtores agrícolas acarretou sua expropriação da terra, e muitos tiveram de emigrar para outras regiões em busca de emprego, como Santo e o Rio Grande, pois a nova configuração do modo de produção se inseria em outro contexto, o **capitalista**.

É a partir da década de 1970 que se intensifica o processo de valorização da terra motivado por dois fatores: a melhoria de estradas e a atividade turística. Os condomínios fechados que começam a surgir na década de 1980 no Distrito de Santo Antônio de Lisboa, expandem-se significativamente no final dos anos 90, porém é nos últimos 10 anos que começaram a se instalar os condomínios de alto padrão em Cacupé, acarretando uma supervalorização imobiliária na região. O Distrito de Santo Antônio de Lisboa deixou de ser uma área de grande importância econômica e política; por ter suas bases consolidadas na pequena produção mercantil açoriana, não consegue aprimorar o seu modo de produção diante da nova conjuntura política inserida na segunda metade do século XX. Houve então o declínio dos comerciantes açorianos, substituídos por comerciantes de origem alemã e italiana.

Contudo, a cultura açoriana ainda persiste no imaginário de Florianópolis, através das antigas freguesias que tentam ainda sobreviver de atividades como a maricultura.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Ilha de Santa Catarina**: Relatos de Viajantes Estrangeiros nos Séculos XVIII e XIX. Assessorial Cultural, 1979.

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Centro de Memória. “Ofício colocando as dificuldades dos caminhos entre as duas localidades: Santo Antônio e Ratores”. Ofício 1841-1843.

Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, Caixa 29- nº. 75, p. 08 e 09, 1835-1841.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, **Ofícios do Governador à câmara Municipal (1752-1817)**, Tomo II, v.1, Caixa 49, p.32 e 33.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, **Ofícios das Câmaras Municipais ao Governador da Capitania de 1776 a 1808**, Núcleo de Estudos Portugueses- Universidade Federal de Santa Catarina. Tomo IX, vol1, Caixa 49, p. 45 e 46, Ilha de Santa Catarina, 1995.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, **Carta ao Juiz de paz, Antônio Manoel de Souto ao presidente da Província em 23 de novembro de 1831**.

BASTOS, José Messias. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In: SANTOS, Maurício Aurélio dos. **Ensaio sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Letras Contemporâneas, 2000.

BARROS, Edy Álvares Cabral. **A freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio de Lisboa: 1841 a 1910**: a sua Transição demográfica. Florianópolis, 1979. Universidade do Estado de Santa Catarina (Mestrado em história).

BATISTA, Gisele Victor. **A Geo-grafia: a paisagem desenhada aos olhos dos moradores do Morro do Mocotó**. Universidade Federal de Santa Catarina- Centro de Ciências e Filosofia- Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia, 2002.

BECKER, Débora. **Condomínios horizontais fechados**: avaliação de desempenho interno e impacto físico-espacial no espaço urbano.

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, UFRGS, 2005.

BITENCOURT, Suzana. **Castelo de Areia: o Turismo de Litoral em Florianópolis (1930-1980)**. Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

BONATELLI, Maria José. **As Rendas**. In: Faculdade Catarinense de Filosofia- Curso de Geografia e História- Cadeira de Antropologia Cultural (Prof. Oswaldo Cabral), Florianópolis, 1956.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **A Pesca em Santa Catarina**. Santa Catarina: Federação das Colônias Cooperativas de Pescado de Santa Catarina, 1934.

BOITEUX, Henrique. Santa Catarina no Parlamento, o Padre Lourenço Rodrigues de Andrade. In: **Revista do IHGSC**, v. 5, 1916.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da Industrialização Catarinense**. Florianópolis, Fiesc, 1988.

BRANCHER, Ana (org). A cidade contra o campo. In: **História de Santa Catarina - estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

CABRAL, Oswaldo R. Os Grupos de Negros em Santa Catarina. In: **Laguna e outros ensaios**. Florianópolis, IOESC, 1939.

_____. Oswaldo R. **A Vitória da Colonização Açoriana em Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 19-.

_____. Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro II**. Florianópolis: Impresso na UFSC, maio de 1972.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC Ed./ Ed. Da UFSC, 1991.

_____, Nazareno. Açorianos do Litoral Catarinense: da invisibilidade à mercantilização da cultura. In: **Revista Arquipélago**. Ponte Delgada: Açores, 2009.

_____, Nazareno. Usos e Formas de Apropriação da Terra da Ilha de Santa Catarina. In: **Geosul: Revista do Departamento de Geociências. Universidade Federal de Santa Catarina**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. V1, n1 (1º semestre 2002- Florianópolis: Editora da UFSC, 2002).

CAMPOS, Edson Telê. **A Expansão Imobiliária e seus Impactos Ambientais em Florianópolis**. Florianópolis: Insular, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis**: relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, 2000.

CARNEIRO, Fernanda Maria Trentini; UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Olhar em circulação**: os anjos da capela de Nossa Senhora das Necessidades. 2007. 78 p. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina.

CARUSO Jr., F. **Mapa geológico e de recursos minerais do sudeste de Santa Catarina**. Brasília: DNPM, 1993. (Programa Cartas de Síntese e Estudos de Integração Geológica), mapa, escala 1:50.000.

CECCA- Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Unidades de Conservação e Áreas Protegidas da Ilha de Santa Catarina**: caracterização e legislação/ CECCA. Florianópolis: insular, 1997. 160p.

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. In: **L'Informattion Geographique**, 12º année, nº3. Mai-Juin, 1948. Traduzido por L.M.C.Bernardes.

COSTA, Antônio José de. Bancas de Peixe (1791). **Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: Typ. Da Escola dos Artífices, 2 sem., 1943.

CORREA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis Ilustrada**. Florianópolis: Ed. Insular, 2005.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis**. 3ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

CRUZ, Martins da Cruz. **A Contribuição de Alemães e Descendentes para a Formação Sócio-Espacial Catarinense**: o caso da Região Metropolitana de Florianópolis (SC). Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas- Departamento de pós Graduação em Geografia, 2008.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e História ao Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 1989 (Coleção Reconquista do Brasil. 3. série, v.7).

DEGC, Boletim Geográfico. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia Estado de Santa Catarina. Conselho Nacional de Geografia-IBGE. Ano 1, julho de 1947_Nº1.

DEGC, Boletim Geográfico. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia Estado de Santa Catarina. Conselho Nacional de Geografia-IBGE. Ano 2, janeiro de 1948_Nº2.

DEGC, Boletim Geográfico. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia Estado de Santa Catarina. Conselho Nacional de Geografia-IBGE. Ano 2, janeiro de 1948_Nº3.

DIAS, Wilmar. DEGC, Boletim Geográfico. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia Estado de Santa Catarina. Conselho Nacional de Geografia-IBGE. Ano 1, janeiro de 1947_Nº1

ESTADO DE SANTA CATARINA, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Centro de Sócio-economia e Planejamento Agrícola. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2008-2009**. Coordenação: Econ. Luiz Marcelino Vieira, Florianópolis: EPAGRI/CEPA, 2009.

EPAGRI- CEDAP, **Síntese Informativa da Produção de Moluscos**, 2009. (disponibilizado no site: http://www.cedap.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&Itemid=173)

_____. **Ostras e mexilhões inspecionados.** Florianópolis: (Epagri Boletim Didático, 88), 2010.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **Nós não somos de origem:** populares de ascendência açoriana e africana numa freguesia do Sul do Brasil (1780-1960). Tese de doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas- Departamento de História, 2006.

_____, Sérgio Luiz. **Histórias Quase Todas Verdadeiras: 300 anos de Santo Antônio e Sambaqui.** Florianópolis: Ed. Das Águas, 1998.

_____, Sergio Luiz. **Santo Antônio de Lisboa, 310 anos: sua gente, sua igreja e sua festa do Divino.** Blumenau: Nova Letra, 2008.

_____, Sergio Luiz. **Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora das Águas, 1998.

Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis. **Meio Ambiente que Faz a Gente.** Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2000.

GERLACH, Gilberto. **Desterro:** Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro, v.1, 2001.

HARO, Martim Afonso Palma de. **Ilha de Santa Catarina:** relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. 4ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC/ Lunardelli, 1996.

HÜBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade de Desterro no século XIX.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1981. 120p.

_____, Laura Machado. **História Econômica e Financeira.** In: MELO, O.F. de **História Sócio-Cultural de Florianópolis.** Florianópolis: Clube 12 de Agosto, IHGSC, Lunardelli, 1991.

IBGE. **Censo demográfico.** Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: 1952, 445p.

(Série Regional, parte 19).

IBGE. **Censo demográfico.** Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: 1955. 106p.

(Série Regional, v. 27, t. 1).

IBGE. **Censo demográfico de 1960**. Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro:

157p. (Série Regional, v.1 – Tomo XV – 1º parte)

IBGE. **Censo demográfico**. Santa Catarina. Rio de Janeiro: 1970, 575p. (Série

Regional, v.1 – Tomo XX).

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS (Prefeitura Municipal de Florianópolis). Plano Diretor do Distrito Sede do Município de Florianópolis. Florianópolis: IPUF, 1998. 238p.

IPUF. **Guia Florianópolis**. Florianópolis. Edição Edeme, IPUF, 1992.

_____. Plano de desenvolvimento Integrado do Distrito de Santo Antônio de Lisboa: Referências histórico-culturais do Distrito de Santo Antônio. Nº13. maio de 2002

KÖRBER, Aline Schaefer. **Condomínios fechados horizontais de Cacupé no contexto urbano de Florianópolis**: os lugares fora do lugar. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina**: A Terra- o Homem e a Economia. Florianópolis, 1968.

LEAL, João. **Cultura e identidade açoriana**: o movimento açorianista em Santa Catarina. Florianópolis: Editora Insular, 2007.

LIMA, André Cordeiro de Araujo. **Relatório que o presidente da Província de Santa Catharina Dr. André Cordeiro de Araujo Lima dirigio a Assembléia Legislativa Provincial**: no ato da abertura de sua sessão ordinária em 25 de março de 1870. Cidade de Desterro: Topographia de J.j.lopes, 1870.

LIMA, Débora. **Ilha de Santa Catarina: desenvolvimento urbano e meio ambiente**. Florianópolis: Ed. Letras Contemporâneas, 2007.

LUIZ, E. L. Tipos de Solos do Município de Florianópolis. In: Maria das Dores de Almeida Bastos. (Org.). **Atlas do Município de**

Florianópolis. Florianópolis: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, 2004, v. , p. 42-45.

MAMIGONIAN, Armen. **Industrialização de Santa Catarina.** Atlas GAPLAN. In: Atlas GAPLAN., 1986.

_____, Armen. Introdução ao Pensamento de Ignácio Rangel. **Geosul-UFSC**, nº3, 1º de sem. 1987.

_____, Armen. Habitat Rural Açoriano. In: **Atlas Geográfico de Santa Catarina.** Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (IBGE). Conselho Nacional de Geografia, 1958.

_____, Armen. **Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e Urbano.** In: **Anais do 2º Encontro Nacional de Estudos Sobre o Meio Ambiente.** Florianópolis, 1989.

_____, Armen. Vida regional em Santa Catarina. In: **REVISTA ORIENTAÇÃO.** São Paulo: set. 1966.

_____, Armen. As Conquistas Marítimas Portuguesas e a Incorporação do Litoral de Santa Catarina. In: Seminário “O Mundo que o Português Criou”, 1997, Revista Eletrônica, Fundaj.

_____, Beatriz Gallotti. Em nome de beleza, comodidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro na metade do século XIX. In: **GEOSUL.** Revista do Departamento de Geociências (CFH). Florianópolis, v.14, n.28, jul/dez.1999.

MARTINELLO, Dirce Maria. **Santo Antônio de Lisboa: O Pescado Tecendo a sua Própria Rede.** Florianópolis, 1992. Mestrado em Educação do Centro de Ciências da Educação da UFSC.

MARCON, Maria Teresinha de Resenes; Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas. **A metropolização de Florianópolis o papel do estado /.** Florianópolis, 2000. 319 f.Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

MARX, Karl. **Contribuições para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.

_____, Karl. **Teoria Moderna da Colonização**. In: O Capital. São Paulo: Difel, 1988.

MELO, Osvaldo F. de. O Componente Açoriano. In: PEREIRA, Nereu do Vale. **Contributo Açoriano para a Construção do Mosaico Cultural Catarinense**: Coletânea de Trabalhos do Autor Versando a Presença do Português Açoriano na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora Papa-Livro, 2003.

MIRA, Marly Ana F.B. A População da Ilha de Santa Catarina. In: PEREIRA, Nereu do Vale *et al.* **Contributo Açoriano para a Construção do Mosaico Cultural Catarinense**: Coletânea de Trabalhos do Autor Versando a Presença do Português Açoriano na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora Papa-Livro, 2003.

Ministério da Pesca e Aquicultura. **Relatório da Produção Pesqueira e Aquícola de 2008 e 2009**. Disponível no site:
<http://www.mpa.gov.br/#publicidade/publicacoes>

NASCIMENTO, Cristiano do. **Da Pequena Produção Mercantil ao Cultivo de Moluscos**: Litoral catarinense. Trabalho de Conclusão de curso da Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC, 2005.

NETO, F.M. Oliveira. **Diagnóstico do cultivo de moluscos em Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2005.

NONNENMACHER, Marilange. **Um Lugar de Memória: Rua Conselheiro Mafra no século XX**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências e Filosofia, fevereiro de 2002.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, Thiago Paulo Silva de. **Planejamento Público Local e Fontes de Financiamento para Projetos de Desenvolvimento**: a evidência no caso de Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina- Departamento de Ciências Econômica, Florianópolis, 2009.

OSTRENSKY, Antônio; BORGUETTI, José R.; SOTO, Dóris. **Aqüicultura no Brasil: o desafio é crescer**. Brasília, 2008. Disponível no site: <http://www.mpa.gov.br/#publicidade/publicacoes>.

PASSOS, Elsom B.dos; OROFINO, Flávia G.O Saneamento Básico na Ilha. In: PEREIRA, Nereu do Vale *et al.* **Contributo Açoriano para a Construção do Mosaico Cultural Catarinense: Coletânea de Trabalhos do Autor Versando a Presença do Português Açoriano na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Papa-Livro, 2003.

PAULI, Evaldo. **A Fundação de Florianópolis**. Florianópolis: Ed. EDEME, 1973.

_____, Evaldo. **Hercílio Luz Governador Inconfundível**. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina: IOESC, 1976.

PEREIRA, Nereu do Vale, [et al] organizador. **A Ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.

PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. 1 ed. Florianópolis: FCC Ed./Ed. Da UFSC, 1991. 284 p.

_____. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1991.

_____. **Tradição e Plano Urbano: Cidades Portuguesas e Alemãs no Estado de Santa Catarina**. In: Boletim Geográfico- Conselho Nacional de Geografia- IBGE. ANO XIV, 1956.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Florianópolis das 100 praias**. Florianópolis: Mares do Sul, 1999.

_____, Nereu do Vale. **Os Engenhos de Farinha de Mandioca da Ilha de Santa Catarina: etinografia catarinense**. Florianópolis: Ed. Fundação Cultural Açorianista, 1992.

PEREIRA, Raquel M.F. do Amaral. **A Geografia e as Bases da Formação Nacional Brasileira: uma interpretação fundamentada nas**

ideias de Ignácio Rangel. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em Geografia). Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana-FFLCH/USP.

_____, Raquel M.F. do Amaral. **A Gênese da Formação Social Brasileira**. In: O Mundo que o Português Criou-CNPQ, 1998.

_____, Raquel Maria F. do Amaral; VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus. Geografia e Marxismo: o caso da formação sócio espacial do Brasil Meridional. in: MAMIGONIAN, Armem (org). **Relatório técnico-científico** (CNPQ). Região Sul- Sociedade e Natureza. Florianópolis, 2007.

PIAZZA, Walter F. **A Epopéia Açórico-Madeirenses 1747-1756**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

_____, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. [Florianópolis]: Editora Lunardelli, Editora da UFSC, 1983.

_____, Walter F; HUBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente**, 2 grau . Florianópolis: Lunardelli, 1983. 150 p.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 39º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

POLI, Carlos Rogério (org). **Aqüicultura: experiências brasileiras**. Florianópolis: Editora Multitarefa, 2003.

_____, Carlos Rogério. 1996. **Cultivo de Crassostrea gigas (Thunberg,1795) no Sul do Brasil**. Tese de Livre Docência, UFSC, Departamento de Aquicultura, Centro de Ciências Agrárias, 114 p.

RANGEL, Ignácio. **A História da Dualidade Brasileira**. Revista de Economia Política. São Paulo: Brasiliense, nº4, v.1. 1981.

_____, Ignácio. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2v., 2005.

_____, Ignácio. **Economia: Milagre e Anti-milagre**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

REIS, Sara Regina Poyares dos; OLIVEIRA, Sandra Regina Ramalho e. **Carl Hoepcke: a marca de um pioneiro**. Florianópolis: Insular, 1999.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 245, out./dez. 1959.

REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: Publicado Sob os Auspícios do Governo do Estado, v. 3, 1914. 1º e 2º Trimestre.

REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: Typographia da Escola de Aprendizes Artífices, v. 7, 1918. 1º Trimestre.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: 3ª fase, nº 18, 1999.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. **Do Urbanismo ao Planejamento Urbano: Utopia e Ideologia caso de Florianópolis- 1950 a 1990**. Dissertação de Mestrado em Geografia. CMG/CFCH/UFSC. Florianópolis, 1999.

SANTA CATARINA. Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: Assessoria cultural, 1979.

SANTA CATARINA. **Evolução histórico- econômica de Santa Catarina**: estudos das alterações estruturais; Século XVIII a 1960. Florianópolis: CEAG, 1980.

SANTA CATARINA. Mensagem Anual do Governador Ivo Silveira encaminhada à Assembléia Legislativa, 1967. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTIAGO, Theo (Org). **Do Feudalismo ao Capitalismo: uma discussão histórica**. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. 236p.

_____, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1980. 236p.

_____, Milton. **Espaço e Método**. 5.ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

_____, Milton. **Economia Espacial**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

_____, Milton. **Espaço e Sociedade**. 2ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

SERENI, Emílio (org). **Modo de Produção e Formação Econômico-Social**. São Paulo: Editora Estampa, 1972.

SCHMITZ, Paulo C.SILVA, Danísio. **Mercado Público: e suas memórias**. Florianópolis: Editora Vitelli Design, 2007.

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos SC: Ascensão e Decadência da Pequena Produção Mercantil Pesqueira**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

_____, Célia. **Ciclos de Kondratieff e Pequena Produção Mercantil Pesqueira**. In: Geosul: Revista do Departamento de Geociências. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. V14, nº 28 (jul./dez. 1999- Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política**. 7º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

SINGER, Paul. **Aprender Economia**. 14º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

SOARES, Iaponan. **Santo Antônio de Lisboa: vida e memória**. Florianópolis: Lunardelli, 1991

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil.**4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

SOFIA – The State of World Fisheries and Aquaculture – Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2009.

SOUTO, Theodoro Carlos de Faria. **Relatório da Assembléia Provincial de Santa Catharina:** em 25 de março de 1883. Cidade do Desterro: Typographia do Caixeiro, 1883.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **A Presença Portuguesa na Arquitetura da Ilha de Santa Catarina: Séculos XVIII e XIX.** Florianópolis: Ed. FCC edições, 1981.

SUGAI, Maria Inês. **As intervenções-viárias e as transformações do espaço urbano:** a via de contorno Norte-Ilha. Dissertação apresentada à faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1994.

IPHAN. **Aspectos históricos e de evolução urbana: Santo Antônio de Lisboa.** Florianópolis, documento datilografado, junho, 1984.

TAUNAY, Affonso D'E. **Santa Catarina nos anos Primêvos.** Separata dos Anais do Museu Paulista. T.IV, São Paulo, 1931.

TEIXEIRA, Manuel C. **Os Modelos Urbanos Portugueses da Cidade Brasileira.** Comunicação apresentada no Colóquio "A Construção do Brasil Urbano", Convento da Arrábida - Lisboa 2000. http://revistas.ceurban.com/numero3/artigos/artigo_07.htm , acesso em fevereiro de 2010.

TRICART, Jean. **Contribuição ao Estudo das Estruturas Urbanas.** Boletim Geográfico nº 135. IBGE, novembro-dezembro, 1956.

VÁRZEA, Virgílio. **SANTA CATARINA – A ILHA.** Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1985.

VAZ, Nelson Popini. **O Centro Histórico de Florianópolis:** espaço público do ritual. Florianópolis: Editora UFSC/ FCC, 1991.

VEIGA, Eliana Veras da. **Florianópolis: Memória Urbana.** Florianópolis: Ed. Da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

VICENTE, André Luiz. **Diagnóstico de Problemas e Demandas da Malacultura em Santa Catarina**: uma visão de maricultores, extensionistas e pesquisadores. Universidade Federal do Paraná. Monografia apresentada para conclusão do Curso de Zootecnia. Curitiba, 2010.

VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus. **Formação social brasileira e geografia: reflexões sobre um debate interrompido**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1992.

VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus; PEREIRA, Raquel Maria F. do Amaral. **Formações Sócio-Espaciais Catarinenses**: Notas Preliminares. Florianópolis, Anais IHGSC, 1997.

Sites:

<http://www.ipuf.sc.gov.br/xoops/modules/tinycontent/?id=1m>, acessado em abril de 2009.

<http://www.cidades.gov.br/>, acessado em Julho de 2009.

http://www.pmf.sc.gov.br/arquivo_historico/index.php, acessado em agosto de 2010.

<http://www.ihgsc.org.br/introflash.htm>, acessado em outubro de 2009.

<http://www.ibge.gov.br/>, acessado em agosto de 2009.

http://www.cartoriosilva.com.br/santo_antonio_lisboa.html, acessado em novembro de 2009.

<http://www.cca.ufsc.br/~jff/disciplinas/cultivodemoluscos/pdf/Cultivo%20de%20Moluscos%20em%20Santa%20Catarina%202006.pdf>, acessado em novembro de 2010

<http://www.adoceanum.com.br/bra/indexbra.html>, acessado em outubro de 2010.

<http://www.abrasil.gov.br> acesso em janeiro de 2010.

<http://pebesen.wordpress.com/padres-da-igreja-catolica-em-santa-catarina/padre-jose-fabriciano-pereira-serpa/>, acessado em janeiro de 2011.

ANEXO A

1835 54

Artigo 1º.º

Artigo 2º.º

Artigo 3º.º

Artigo 4º.º

FONTE: Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, Caixa 29-nº 75, p. 08 e 09, (1835-1841), Registro das Leis da Assembleia Legislativa Provincial.

ANEXO B

Lei N. 447, de 11 de Outubro de 1918

João da Silva Ramos, 1º. Substituto do Superintendente Municipal de Florianópolis, em exercício.

Faço saber a todos os habitantes deste município que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

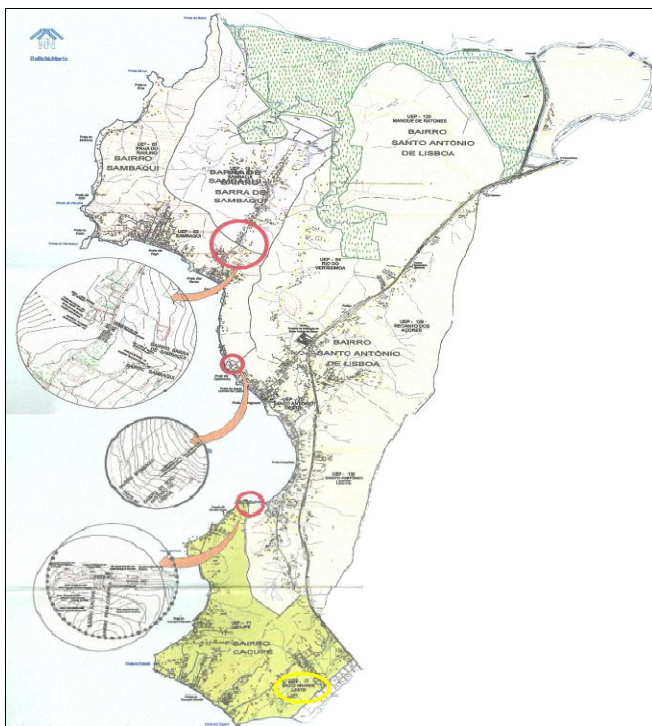
Art. 1º. — Fica criado o distrito de paz do Ratonés, desmembrado o seu território do de S. Antonio.

Art. 2º. — Os seus limites são os mesmos que os distritos de Canasvieira, Cachoeira e Lagôa tinham com o de S. Antonio, e com este pelo Rio das Pedras, desde o das Pissarras até encontrar uma ria

FONTE: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Coleções de Leis e Resoluções de 1918 a 1919- Município de Florianópolis, p. 09 e 10.

ANEXO C

O mapa abaixo representa uma proposta de divisão entre as localidades do Distrito de Santo Antônio de Lisboa. O primeiro círculo vermelho refere-se à divisão de Sambaqui com a Barra do Sambaqui, e o segundo aos limites entre Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa. O terceiro refere-se à divisão entre Santo Antônio de Lisboa e Cacupé, e o círculo amarelo aos limites entre Cacupé e Saco Grande.




FONTE: IPUF, Proposta para o Plano Diretor do Distrito de Santo Antônio de Lisboa, 2004.

ANEXO D

5 RUA DO PRINCIPE 5

VENDE-SE


 uma escrava, com dous filhos, ou sem elles; quem a pretender, dirija-se ao abaixo assignado na rua do Menino Deos n. 101, para tratar.

José Francisco Pacheco.

TYP. DE J. J. LOPES, RUA DA TRINDADE N. 1.

Fonte: Jornal “O Despertador”, 18 de abril de 1865, p.04¹²⁰.

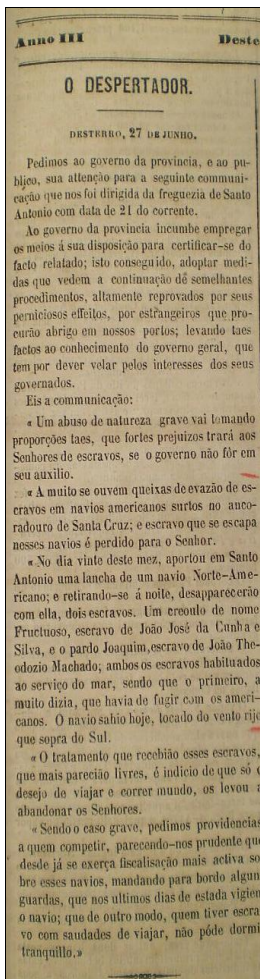
FUGIO

 no dia 7 do corrente, de casa de Antonio Claudino Rodrigues Coimbra, um crioulo de nome Virrissimo, de idade 14 annos pouco mais ou menos; levou vestido calça e camisa de algodão azul, e tem sido visto pelas ruas do Matto-Grosso e Praia de fóra, assim como por traz do morro. Este escravo roubou da casa, dias antes de fugir 192\$500, sendo em moedas d'ouro de 10\$ rs. 19, e o restante em prata. Quem o aprehender, e levar a rua do Principe n. 11, ou a cadeia desta cidade, será gratificado, assim como se protesta contra quem o tiver acoutado. Desterro 10 de Abril de 1865.

Fonte: Jornal “O Despertador”, 11 de abril de 1865, p.04.

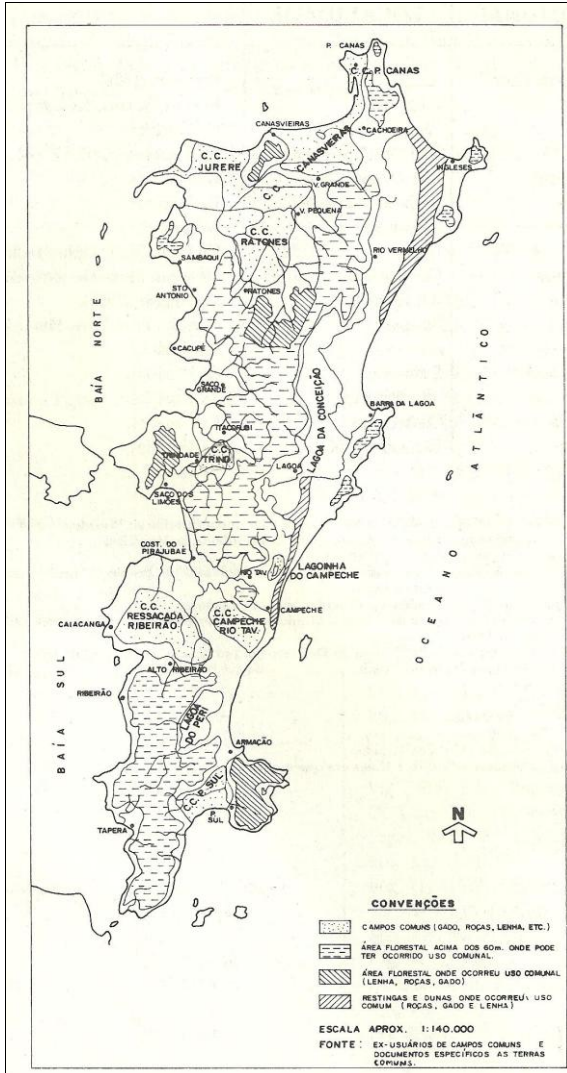
¹²⁰ Geralmente o jornal “O Despertador” tinha na sua última página os anúncios vinculados a compras de compra de casas, escravos, de fugas de negros, peças de teatros, etc...

ANEXO E



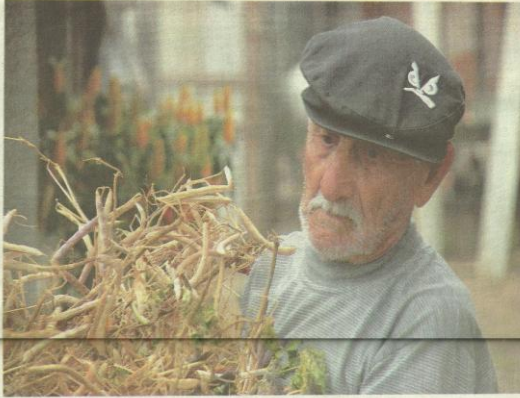
Fonte: Jornal "O Despertador", 27 de Junho 1865, p.04.

ANEXO F



FONTE: CAMPOS, 1991, p.108.

ANEXO G



SEU MARCÍLIO MARCIANO DA ROSA, 90 ANOS, AINDA SOBREVIVE DA TERRA

Plantando nos campos do Senhor



há pouco tempo Marcílio Marciano plantou dois quilos de feijão, metade de cor vermelha, metade preta. No final de outubro último ele colheu os pés com as vagens e deixou secando num paiol. No dia 10 de novembro, com a ajuda de três filhos, o feijão foi submetido a um antigo processo de separação da leguminosa. O trabalho é feito com o uso de um mangual ou manguali, que consiste em duas varas de marceneiro do mato ou catingeiro, unidas por uma corda ou couro.

"É uma madeira pesada", explica Marcílio, 90 anos de idade, satisfeito com a obtenção de aproximadamente 65 quilos de feijão. "Eu vivo da terra. E tenho muita fé em Deus", assinala o filho de Pedro Marciano da Rosa (nascido em Vargem Pequena) e de Cleoméncia (Mença) Maria Santana (do Canto do Moreira, Ratores).

Nascido na Barra do Sambaqui, no dia 10 de setembro de 1919, onde ainda reside, Marcílio criou a família com os produtos da pesca (peixe e camarão) e da lavoura, sobretudo a mandioca e a cana, transformadas em farinha e açúcar em dois engenhos de sua propriedade. Também plantava café. Ao longo do ano ele retirava de armazéns da região os produtos de que necessitava, pagando regimento a cada colheita com a própria farinha e o café. Acostumado a essa vida, não se intimidou com a crescente urbanização e reservou um pouco de terra para as plantações. "No lugar onde estava esse feijão, agora eu vou plantar milho."

longevidade

Casado inicialmente com Flordovina da Ventura Marciano, ficou viúvo no dia 17 de março de 1972. Nesse tempo já dividia ativi-

dade na lavoura e na pesca com os serviços de jardinagem no Palácio da Agrônômica, onde atuou nas gestões dos governadores Ivo Silveira e Colombo Salles. Foi nesse local que ele conheceu a viúva Nezi Alves Marciano, com quem se casou. "Vivemos 35 anos juntos", lembra. Ela faleceu no dia 5 de abril de 2007. Os dois casamentos geraram 17 filhos, dos quais nove são vivos, com 24 netos e 12 bisnetos.

Apesar da idade avançada, Marcílio é visto em todas as festas e demais eventos comunitários, desde os altos do campo do Trilunfo até as farinhadas. Nunca bebeu nem fumou. No dia 10 de novembro, quando as vagens foram para o manguali, ele estava ansioso e parecia ter voltado ao passado, com os filhos em volta auxiliando no serviço da roça. Deu ordens, orientou e até ralou com os "meninos".



O Conselho Comunitário da Barra do Sambaqui saúda o surgimento do DAQUI Jornal.



A Associação de Moradores de Santo Antônio de Lisboa (AMSAL) se congratula com os responsáveis pelo DAQUI Jornal.

FONTE: Jornal Daqui, janeiro, ano 01- 2010, p.03.

ANEXO H

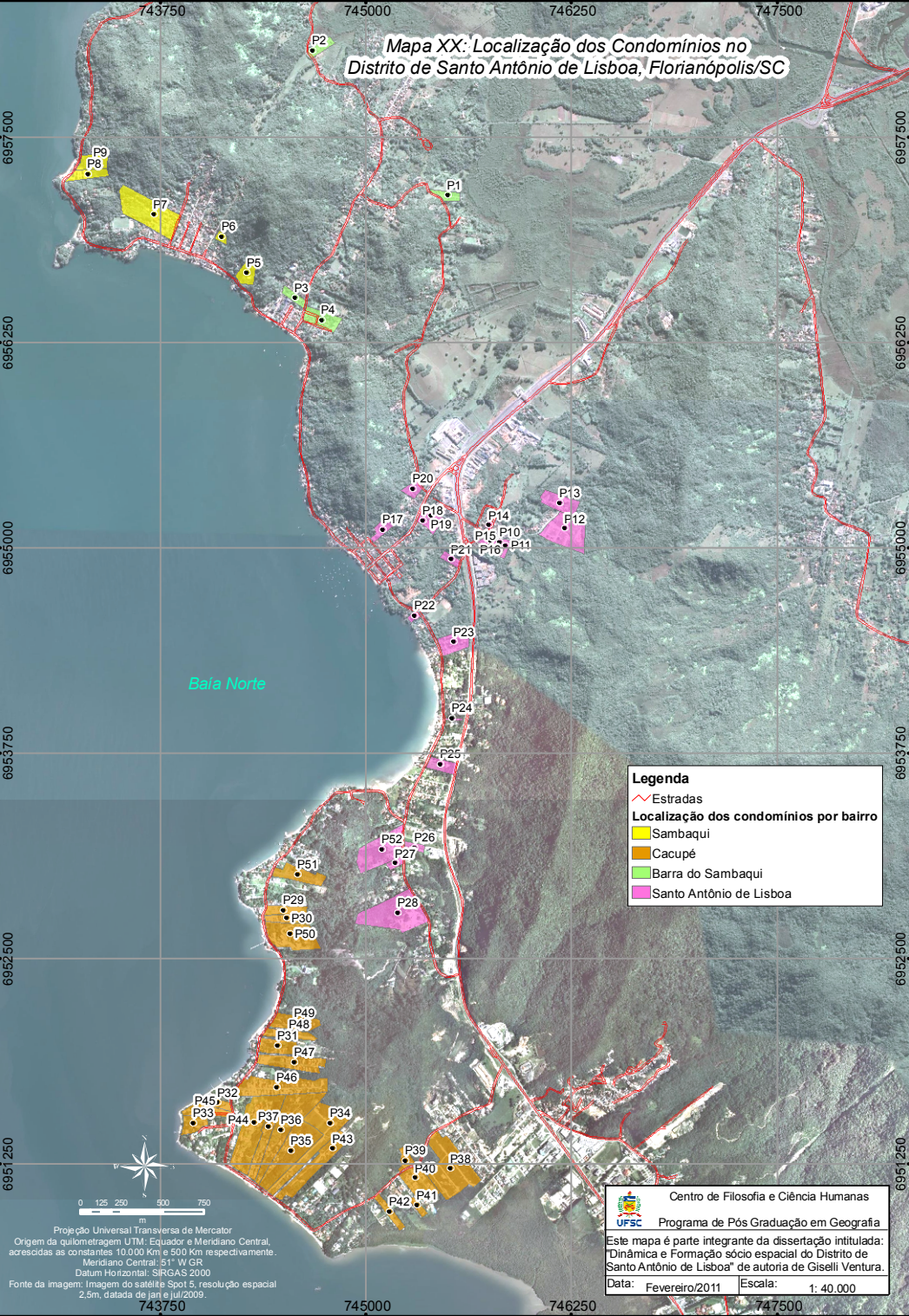
 <p>Ostra ao Molho de Queijo Ingredientes: ostra cozida, leite integral, molho de queijo, queijo mozzarella, queijo parmesão e manjericao. SIF/DIPOA sob n°.0016/4403</p>	 <p>Mexilhão ao Molho Bechamel Ingredientes: marisco cozido, leite integral, molho bechamel, queijo parmesão e manjericao. SIF/DIPOA sob n°.0010/4403</p>
 <p>Ostra Meia Concha Cassino Ingredientes: ostra, manteiga, pimentão vermelho, pimentão amarelo, bacon, cebolinha, salsa e manjericao. 8 UNIDADES SIF/DIPOA sob n°.0023/4403</p>	 <p>Mexilhão ao Molho de Cogumelo Ingredientes: marisco cozido, leite integral, molho bechamel, molho demi-glace, cogumelo, queijo parmesão e manjericao. SIF/DIPOA sob n°.0015/4403</p>
 <p>Ostra Meia Concha Gratinada Ingredientes: ostra cozida, leite integral, molho bechamel, queijo parmesão manjericao. 8 UNIDADES SIF/DIPOA sob n°.0006/4403</p>	 <p>Mexilhão ao Molho de Queijo Ingredientes: marisco cozido, leite integral, molho de queijo, queijo mozzarella, queijo parmesão, manjericao. SIF/DIPOA sob n°.0004/4403</p>
 <p>Mexilhão Meia Concha Congelada Ingredientes: marisco cozido. 8 UNIDADES SIF/DIPOA sob n°.0007/4403</p>	 <p>Mexilhão ao Molho de Tomate Ingredientes: marisco cozido, molho de tomate refogado, cebola, queijo parmesão, mozzarella, azeite de oliva, alho e manjericao. SIF/DIPOA sob n°.0011/4403</p>
 <p>Mexilhão Meia Concha Gratinada Ingredientes: marisco cozido, leite integral, molho bechamel, parmesão, e manjericao. 8 UNIDADES SIF/DIPOA sob n°.0005/4403</p>	 <p>Mexilhão à Vinagrete Ingredientes: marisco cozido, vinagre, pimentão verde, pimentão amarelo, tomate, cebola, molho de alho, sal e manjericao. SIF/DIPOA sob n°.0001/4403</p>
 <p>Mexilhões Meia Concha Congelados Ingredientes: marisco cozido. EM SACO DE 1 Kg SIF/DIPOA sob n°.0010/4403</p>	
 <p>Ostras Cozidas Descascadas Congeladas Ingredientes: ostra cozida. EM SACO DE 12 UNIDADES SIF/DIPOA sob n°.0039/4403</p>	
 <p>Mexilhões Descascados Congelados Ingredientes: marisco cozido. EM SACO DE 1 Kg SIF/DIPOA sob n°.0037/4403</p>	

FONTE: <http://www.adoceanum.com.br/bra/indexbra.html>, acessado em outubro de 2010.

ANEXO I

MAPA DOS CONDOMÍNIOS

Mapa XX: Localização dos Condomínios no Distrito de Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis/SC



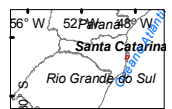
Legenda

- Estradas
- Localização dos condomínios por bairro**
- Sambaqui
- Cacupé
- Barra do Sambaqui
- Santo Antônio de Lisboa

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Origem da quilometragem UTM: Equador e Meridiano Central, acrescidas as constantes 10.000 Km e 500 Km respectivamente.
 Meridiano Central: 51° W GR
 Datum Horizontal: SIRGAS 2000
 Fonte da imagem: Imagem do satélite Spot 5, resolução espacial 2,5m, datada de jan e jul/2009.

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
 Programa de Pós Graduação em Geografia

Este mapa é parte integrante da dissertação intitulada: "Dinâmica e Formação sócio espacial do Distrito de Santo Antônio de Lisboa" de autoria de Giselli Ventura.
 Data: Fevereiro/2011 Escala: 1: 40.000



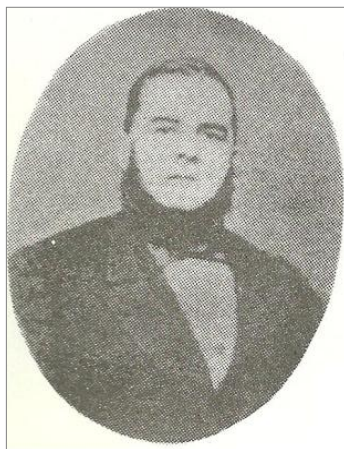
ANEXO J

**Senador Padre Lourenço Rodrigues de Andrade
José Pinto da Luz**

Comendador



FONTE: SOARES, 1991, p. 198.



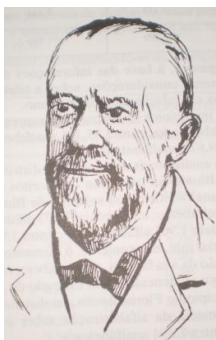
FONTE: SOARES, 1991, p. 198.

**Padre José Fabriciano
Pereira Serpa**

**Conselheiro Manoel da Silva
Mafra**



FONTE: <http://pebesen.wordpress.com/padres-da-igreja-catolica-em-santa-catarina/padre-jose-fabriciano-pereira-serpa/>, acessado em janeiro de 2011.



FONTE: PIAZZA, 1983, p. 604.

ANEXO L

FORMAÇÃO E DINÂMICA DOS LIMITES GEOGRÁFICOS DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA

De acordo com seu Plano Diretor de Florianópolis, o Distrito de Santo Antônio de Lisboa abrange atualmente as localidades de Cacupé, Santo Antônio de Lisboa, Barra do Sambaqui e Sambaqui. Nem sempre, porém, foi essa a sua configuração.

Para compreender todo o processo de formação socioespacial (SANTOS, 2002), sob os auspícios da noção de combinações geográficas (CHOLLEY, 1948), é necessário esclarecer o formato inicial do Distrito, identificando em seguida as localidades que o integravam nos diversos períodos, até chegar à composição atual.

A freguesia de Santo Antônio de Lisboa ganha destaque por ser uma das primeiras a sofrer o processo de ocupação do norte da Ilha. Foi primeiramente chamada de freguesia¹²¹ de Nossa Senhora das Necessidades.

A área estudada logo atraiu fluxos de povoamento, pois a localidade apresenta aspectos físicos favoráveis, como a baía protegida do vento sul e grande concentração de recursos hídricos. Outro fator relevante é a existência, ao norte, do Rio Ratonés, escoadouro dos produtos de outras localidades que integravam a freguesia. Nessa região, muitos produtos, quando não comercializados com os tripulantes dos navios, eram levados para o Centro de Florianópolis (na época Desterro), já que o porto na Ponta do Sambaqui¹²² era um ponto estratégico.

Tanto os modos de produção, quanto os limites e a própria nomenclatura utilizada no decorrer do tempo, vão sendo modificados (ressalte-se o termo *Freguesia*, que, segundo Ferreira (2006), não existe mais dentro da nomenclatura brasileira).

¹²¹ “Com a proclamação da República (1889) e a conseqüente separação entre Igreja e o Estado, a Igreja passou a utilizar a expressão paróquia e o Estado, a palavra distrito para designar o que na Colônia e no Império era chamado de freguesia. Ainda persiste em alguns lugares a utilização da palavra freguesia, mas como mera tradição, não mais como designação oficial” (FERREIRA, 2006, p.27). A utilização do termo **freguesia** na área de estudo não está totalmente incorreta se considerar o aspecto cultural, por representar uma região em que a cultura açoriana ainda é muito presente, e por isso ainda muito utilizada no cotidiano da população.

¹²² Sambaqui- aprazível povoado ao norte da freguesia de Nossa Senhora das Necessidades [...] no seu extremo setentrional forma-se uma pequena península coroada de coqueiros, leste-oeste com as ilhas Ratonés, em cujo entreposto há um bom ancoradouro para embarcações de grande calado (PAIVA, 2003, p. 233- 234).

Na época, a área que integrava o Distrito¹²³ estendia-se por quase toda a porção Norte, com exceção do Rio Vermelho, que integrava a freguesia da Lagoa da Conceição. A Ilustração abaixo apresenta os limites e extensões das primeiras freguesias da Ilha de Santa Catarina, com base no relato do Governador da Província de Santa Catarina, João Alberto de Miranda Ribeiro, datado de 17 de novembro de 1797.

TABELA - Extensão e Limites das Freguesias da Ilha de Santa Catarina em 1797

Freguesias	Tem de extensão para a parte Norte	Para a parte Sul	Para a parte Leste	Para a parte Oeste	Total de léguas (Quantidade Norte e Sul)
<u>Villa Cap. De N.Sr^a do Desterro cituada no meio da Ilha</u>	1 ½ Legoas Até o Riudo Amorim no Saco do Itacorubi; onde parte com a Freg. Das Necessidades	5 leg. Até a Ponta dos Naufragados na Barra do Sul: compreende o Ribeirão, distante da V ^a Cap ^a 2 ½ leg. E a Armassão da Lagoinha situada na Costa do Margrosso e distante da V ^a Cap ^a 4 ½ legoas	1 ½ leg. Até o Córrego Grande onde parte com a freguesia da Lagoa	Fica separada da Terra firme para hum estreito de Mar de 200 braças de Largo, que fica defronte a V ^a Capital	6 ½

¹²³ “**Distritos:** São as unidades administrativas dos municípios. Têm sua criação norteadas pelas Leis Orgânicas dos Municípios” (http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/elementos_representacao.html).

<p><u>Freguesia de N.ª das Necessidades, situada na Ilha, no norte da Vª Capital</u></p>	<p>3 ½ legoas até a Ponta de Canasvieiras; compreender o lugar de S. Fran. De Paula distante da Igreja da Freguesia a 2 leg.</p>	<p>1 leg. Até o Rio do Amorim no Saco de Itacorubi, onde parte com a Fregª da Villa da Capital</p>	<p>2 ½ leg. Circulando da Ponta de Canasvieiras pela Costa do Mar – grosso até o Morro dos Ingleses, onde parte com a freguesia da Lagoa</p>	<p>Fica separada da terra firme pelo mar e ele fica defronte a freguesia de S.Miguel na distancia de 2 ½ leg.</p>	<p>4 ½</p>
<p><u>Fregª de N. Srª da Conceição da Lagoa situada ao leste da Ilha e da V.Capital</u></p>	<p>3 ½ leg.até o Morro dos Ingleses, onde parte com a Fregª das Necessidades, compreende o Rio Vermelho distante da igreja da Freguesia 2 ½ leguas</p>	<p>1 ½ leg. Até a Cabeceira do Rio Tavares, onde parte com a freguesia da Vila Capital</p>	<p>Confina com a Costa do Mar grosso</p>	<p>1 ½ leg. Até o Córrego Grande, onde parte com a freguesia da Vila Capital</p>	<p>5</p>

FONTE: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, v. 245, out./dez. 1959, p.165. Tabela¹²⁴ alterada na forma da escrita de algumas palavras por Giselli Ventura de Jesus.

O navegador Auguste de Saint-Hilaire, em uma de suas viagens pelo litoral catarinense, relata quais as freguesias existentes no período de sua visita à Ilha, chamando-as de paróquias, e incluindo mais uma (Nª Srª da Lapa- atual Ribeirão da Ilha): “Havia três outras paróquias na Ilha de Santa Catarina: Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Lapa e Nossa Senhora das Necessidades” (SAINT-HILAIRE, 1978, p.134), e o centro da província de Nossa Senhora do Desterro. A forma de ocupação dos espaços ao longo da Ilha iam se configurando conforme as coligações de forças e os interesses políticos administrativos. Em 1º de março de 1841, de acordo com um documento oficial, a cidade de Desterro era dividida em 6 paróquias (no caso freguesia): “A sede, Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, Nossa Senhora das Necessidades de Santo

¹²⁴ No texto “legoas/ leg.” se refere a “léguas”, e a sua medida equívale: (1 légua = 6600 metros).

Antônio, São João Batista do Rio Vermelho e São Francisco de Canasvieiras” (SAINT-HILAIRE, 1978, p.129). Esse aumento do número de freguesia ocorre devido às políticas administrativas estabelecidas na primeira fase do século XIX.

Em 1835, com a instalação da Assembléia Legislativa Provincial na Ilha de Santa Catarina, inicia-se a primeira mudança referente à extensão e ao limite do Distrito de Santo Antônio, mediante o desmembramento da freguesia de São Francisco de Paula de Canasvieiras e através da lei Nº. 8 de 15 de abril de 1835 (ANEXO A) que delimitava e descrevia os novos limites da freguesia de Canasvieiras:

Artigo 2: O território da nova Freguesia divide se da Freguesia de João Baptista do Rio Vermelho pelas vertentes dos morros das Feiticeiras, Capivaras, Capoeiras, Caçador, Rio Ratonas, e Margem do da Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades pelas vertentes [...] e dali pelas margens do Norte dos Rios Costa e Ratonas até do Pontal seguindo pela beira do mar até a praia brava a quem do morro da Feiticeira (Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, Caixa 29- nº. 75, p. 08 e 09, 1835-1841).

O segundo desmembramento ocorre com a criação do Distrito do Ratonas, pela Lei nº. 447 de 11 de outubro de 1918¹²⁵ (ANEXO B). O terceiro se refere ao desmembramento dos bairros de João Paulo, Monte Verde e Saco Grande em 1999, após ser incorporado ao distrito sede do Centro de Florianópolis pela Lei nº. 5.504 de 21 de Julho de 1999.

Quanto à utilização da palavra “*bairro*”, segundo o Engenheiro da Câmara Municipal de Florianópolis, Antônio José da Silva Filho¹²⁶, não se pode chamar de “*bairro*” os que não estiverem dentro do Distrito Sede, conforme a Lei nº. 5.504, com exceção do Bairro Tapera Base, que se encontra no Ribeirão da Ilha. Os que não estiverem nas áreas descritas deverão ser chamados “*localidade*”.

¹²⁵ O autor FERREIRA (2006) fala da emancipação em 1934 do Distrito do Ratonas, o que não condiz com a lei de 1918 em anexo 2. O mesmo autor considera o terceiro desmembramento na década de 1980, mas não se encontrou nenhum documento até o momento, que desse veracidade a está informação.

¹²⁶ Conversa feita em outubro de 2010.

Existe uma lei municipal de nº. 6.571 de 2004, em que se propõe a demarcação das demais localidades de Florianópolis para poderem ser consideradas bairros. Contudo, cabe destacar o uso correto conforme a legislação municipal vigente.

Um desses confrontos de limites está presente na área de estudo, relatada na entrevista com os moradores residentes no começo do antigo Cacupé (início da estrada que dá acesso à localidade, tendo origem no trevo da SC-401 até o restaurante João de Barro). Essa pequena porção sul pertence, na verdade ao Plano Diretor do Distrito sede de Florianópolis de 1997, quando foi incorporado ao bairro do Saco Grande. Para esses moradores, que classificam essa área como Cacupé antigo, não há nenhuma identidade com esse bairro, já que sempre utilizaram e utilizam a escola e o Posto de Saúde de Santo Antônio de Lisboa, além da interação social e a proximidade entre ambas as localidades.

O Plano Diretor Participativo (Dentro do Estatuto das Cidades - Lei 10.257/01) tem justamente como objetivo a interação entre técnicos e a participação da população local para que problemas como esses não ocorram. O atual Plano Diretor de Florianópolis, em processo de votação, sofreu muitas críticas principalmente referentes à não participação da população em todo o processo de elaboração, sendo que os interesses econômicos estão mais presentes, e dando um direcionamento de acordo com a minoria fortemente integrada à política local, e ao mesmo tempo direcionando o rumo da elaboração desse plano. Há dúvidas sobre o andamento desse processo, cujas informações continuam restritas à população.

Cabe aos municípios elaborarem o seu plano diretor, mas em conjunto com a população local. Esta é a proposta de **Plano Diretor Participativo** feito pelo Ministério das Cidades:

Assim, o Estatuto da Cidade é uma lei federal de desenvolvimento urbano, que é exigida constitucionalmente, e que regulamenta os instrumentos de política urbana que devem ser aplicados pela União, estados e, principalmente, pelos municípios (CAMPOS, 2004, p.62).

Todavia, o interesse da população continua reprimido diante dos interesses econômicos de uma elite ligada à construção civil, o que no caso de Cacupé fica ainda mais claro pelo fato da separação da parte sul com o restante da localidade, onde estão atualmente localizados os

condomínios fechados. No **ANEXO C**, mostra-se a sugestão de divisão das localidades do Distrito de Santo Antônio de Lisboa, segundo proposta do Plano Diretor feita pelo IPUF em 2004. Por outro lado, grande parcela da população de Santo Antônio de Lisboa, Barra do Sambaqui e Sambaqui, lutou para ser ouvida na elaboração do Plano, fazendo com que fosse um dos mais bem estruturados e organizados de acordo com o interesse da população.

A formação socioespacial do Distrito de Santo Antônio de Lisboa reflete as mudanças ocorridas não apenas em Florianópolis, mas a nível nacional, por meio de políticas públicas que foram modificando não só a sua organização espacial como também as relações geoeconômicas e geopolíticas.

Tanto os interesses políticos como econômicos fazem com que o plano diretor de Florianópolis difira de outros do País devido as suas múltiplas determinações. O próprio contexto desse processo se sobrepõe à atual configuração do distrito, pois os reflexos do tipo de colonização do século XVIII, em núcleos de expansão (freguesias) têm seu reflexo ainda hoje através da própria configuração do Plano Diretor por distritos. O que na verdade não visa a um desenvolvimento integral da cidade, mas de forma setorizada privilegiando regiões “pólo nucleadas”.

Na **Ilustração** Abaixo, fica explícito o processo de formação desde sua gênese até a configuração atual do Distrito de Santo Antônio de Lisboa. Essa noção preliminar das transformações, não só geográfica como também socioeconômica, interfere diretamente no desenvolvimento da dissertação ao se demonstrar o processo histórico e dialético sofrido até hoje pela região.

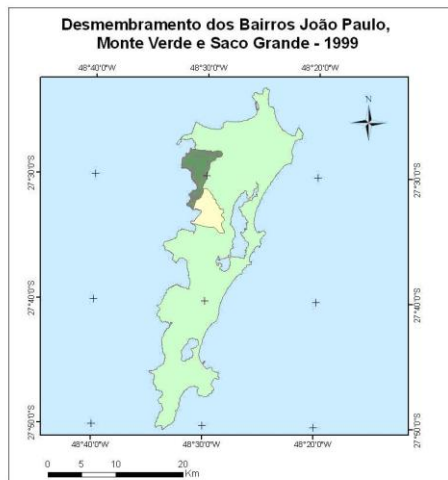
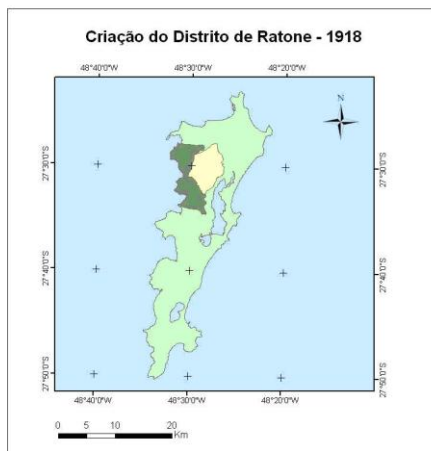
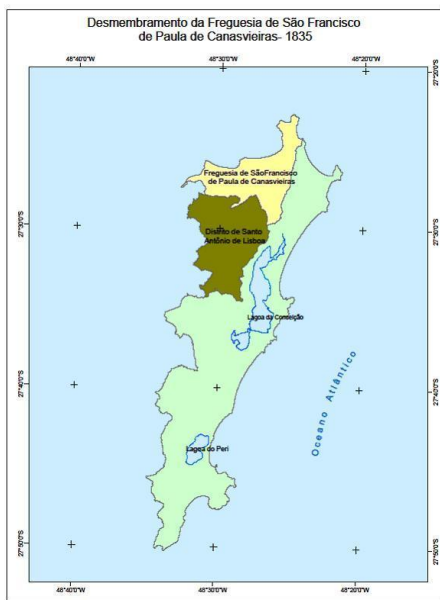
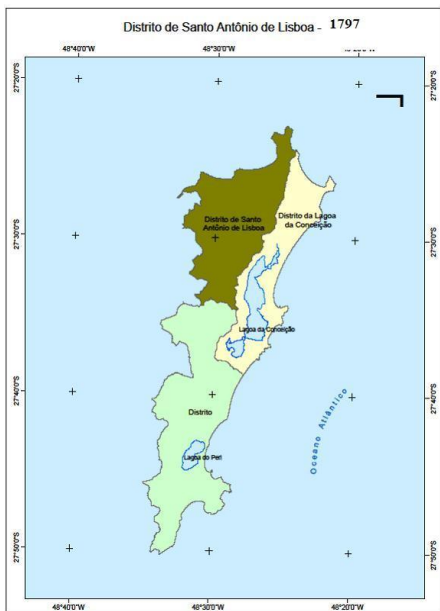


Ilustração: Dismembramentos e Projeto de Lei referente ao Distrito de Santo António de Lisboa.

FONTE: Base Cartográfica do IBGE e IPUF. Mapa confeccionado por Carline Führ.

Segundo Santos (2008), o espaço vai ser a soma da dialética entre forma e conteúdo, e “Como as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas formas conteúdo” (SANTOS, 2008, p.12), porque estão em constantes mudanças, à medida que a sociedade vai se transformando, por isso “a essência do espaço é social” (SANTOS, 2008, p.12). E a realidade geográfica é o reflexo do movimento dialético de todo o social. ”O concreto é concreto por ser uma síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade” (MARX, 1989, p.218).

Método geográfico que tem por base a categoria de formação socioespacial, proposta por Milton Santos, é o que permite a apreensão das especificidades enquanto fruto da compreensão de processos distintos. E, ao introduzir a dimensão espacial, mostra ser impossível pensar a sociedade sem referência ao espaço, vê acertadamente, o espaço como integrante de uma formação econômico-social, já que toda a formação é espacial e temporariamente determinada (VIEIRA, 1997, p.454).

A formação econômico social de Marx influencia diretamente Milton Santos em sua fundamentação teórica. Ao ter como ponto de partida a realidade. E ela só se torna concreta devido ao materialismo histórico dialético (Marx), ou seja, o desenvolvimento histórico de uma dada realidade/sociedade se concretiza quando estimulada a mudanças. Para Milton essa formação histórica e geograficamente localizada se constitui como formação socioespacial.

Para compreender melhor todo o processo de formação socioespacial do Distrito de Santo Antônio de Lisboa, foi necessário fazer uma contextualização das transformações dos limites e extensão por que passou desde sua gênese até a atual configuração.

